



JOSÉ DE MELLO



RELATÓRIO INTEGRADO

2022

Guia de consulta

Barra de navegação

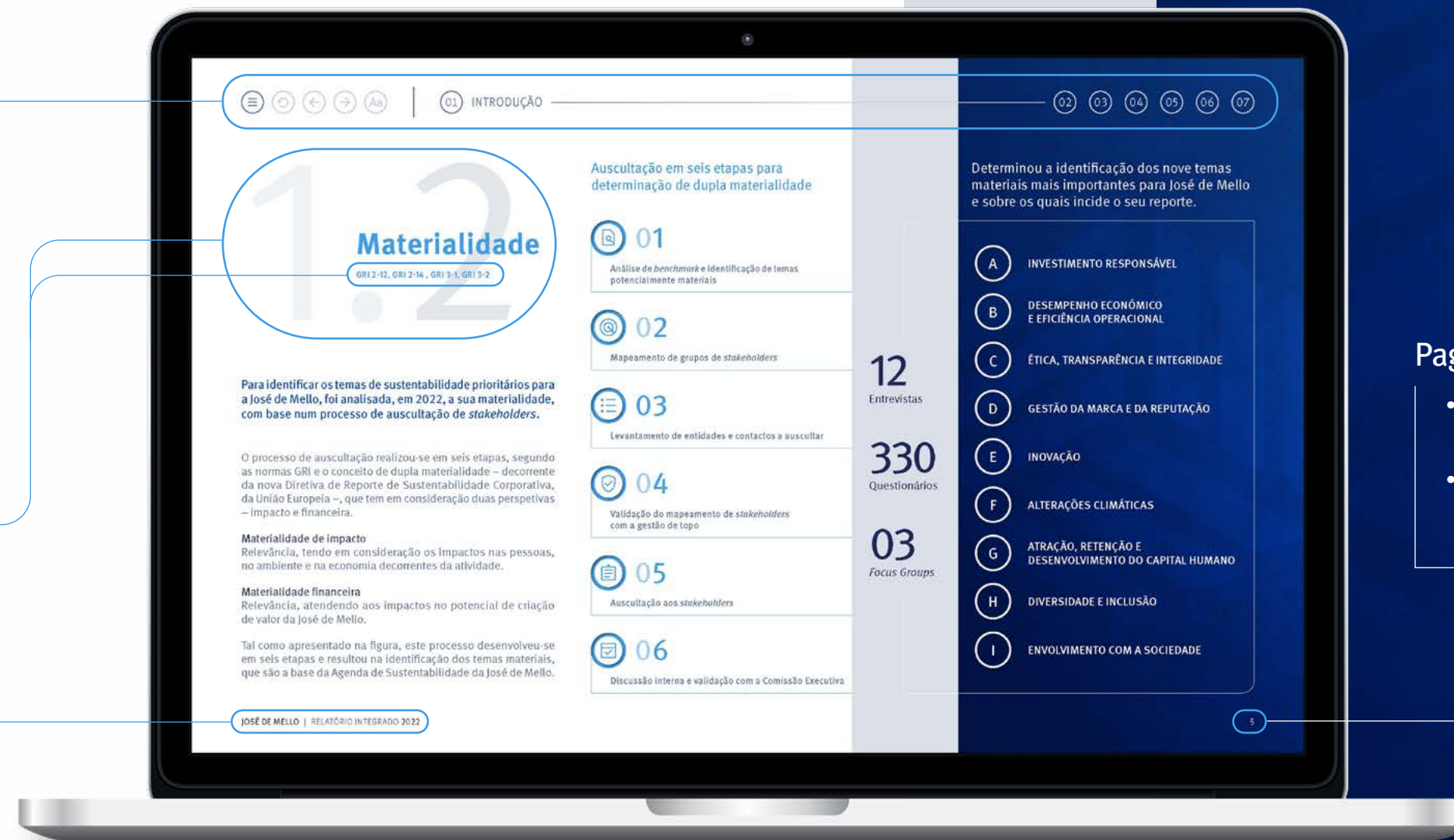
- Na barra de navegação estará sempre assinalado o capítulo correspondente ao texto que está a ler.
- Para facilitar a navegação entre capítulos, está também disponível uma ligação para cada um.
- Entre outras funcionalidades, encontra-se também disponível uma ligação para regressar ao índice do documento.

Subcapítulo e Indicadores GRI

- Indicação da entrada de um subcapítulo.
- Os indicadores da iniciativa de reporte global (Global Report Initiative - GRI) estão localizados abaixo do título correspondente a cada subcapítulo, onde os respetivos temas são abordados.

Identificação do documento

- Permite que o mesmo seja facilmente identificado e distinguido de outros documentos.
- Transmite informações sobre o seu conteúdo ou propósito.

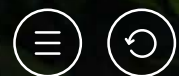


Paginação

- Organização e identificação das diferentes páginas do documento.
- Atribuição de números a cada página para facilitar a referência e a localização de informações específicas.



01 INTRODUÇÃO	Sobre este relatório	05	05 O NOSSO DESEMPENHO	Desempenho financeiro e operacional	69
	Materialidade	06		Sociedade	76
	2022 em números	08		Planeta	82
	Destaques do ano	09			
02 O COMPROMISSO DA NOSSA LIDERANÇA	Mensagem do Presidente do Conselho de Administração	13	06 O NOSSO MODELO DE GOVERNO	Modelo de governo	88
	Mensagem do Presidente da Comissão Executiva	15		Ética, transparência e integridade	98
03 QUEM SOMOS	Grupo José de Mello	18	07 ANEXOS	Demonstrações Financeiras Individuais e Documentos Complementares	106
	História	19		Demonstrações Financeiras Consolidadas e Documentos Complementares	142
	Propósito, Visão e Valores	22		Posições Acionistas	218
	Portfólio	24		Tabela GRI	219
	Onde estamos	26			
	Talento	27			
04 A NOSSA ESTRATÉGIA	Modelo de criação de valor	37			
	Estratégia de negócio	38			
	Abordagem ESG	43			
	Inovação	49			
	Envolvimento com <i>stakeholders</i>	54			
Gestão de riscos	58				



JOSE DE MELLO

Introdução

1.1	Sobre este relatório	05
1.2	Materialidade	06
1.3	2022 em números	08
1.4	Destaques do ano	09





1 Sobre este relatório

GRI 2-2, GRI 2-3, GRI 2-5, GRI 2-14

Este é o primeiro exercício de reporte integrado de informação financeira e de sustentabilidade da José de Mello Capital, S.A., doravante mencionada como “José de Mello”, “José de Mello Capital”, “JdM” ou “sociedade-mãe”. Nele são consolidadas as informações de caráter económico, ambiental, social e de *governance*, identificadas como mais relevantes para o Grupo José de Mello – José de Mello e respetivas empresas participadas – e para os seus *stakeholders*, referentes ao período compreendido entre 1 de janeiro e 31 de dezembro de 2022.

A consolidação dos dados contempla, salvo exceções devidamente identificadas, as seguintes empresas participadas: CUF, S.A.; Bondalti Capital, S.A. e José de Mello - Residências e Serviços, SGPS S.A..

O relatório foi elaborado em conformidade com as normas do International Integrated Reporting Framework (IIRC), da Value Reporting Foundation, para a elaboração de relatórios integrados e com as normas da Global Reporting Initiative (GRI), padrão internacional para o reporte de sustentabilidade.

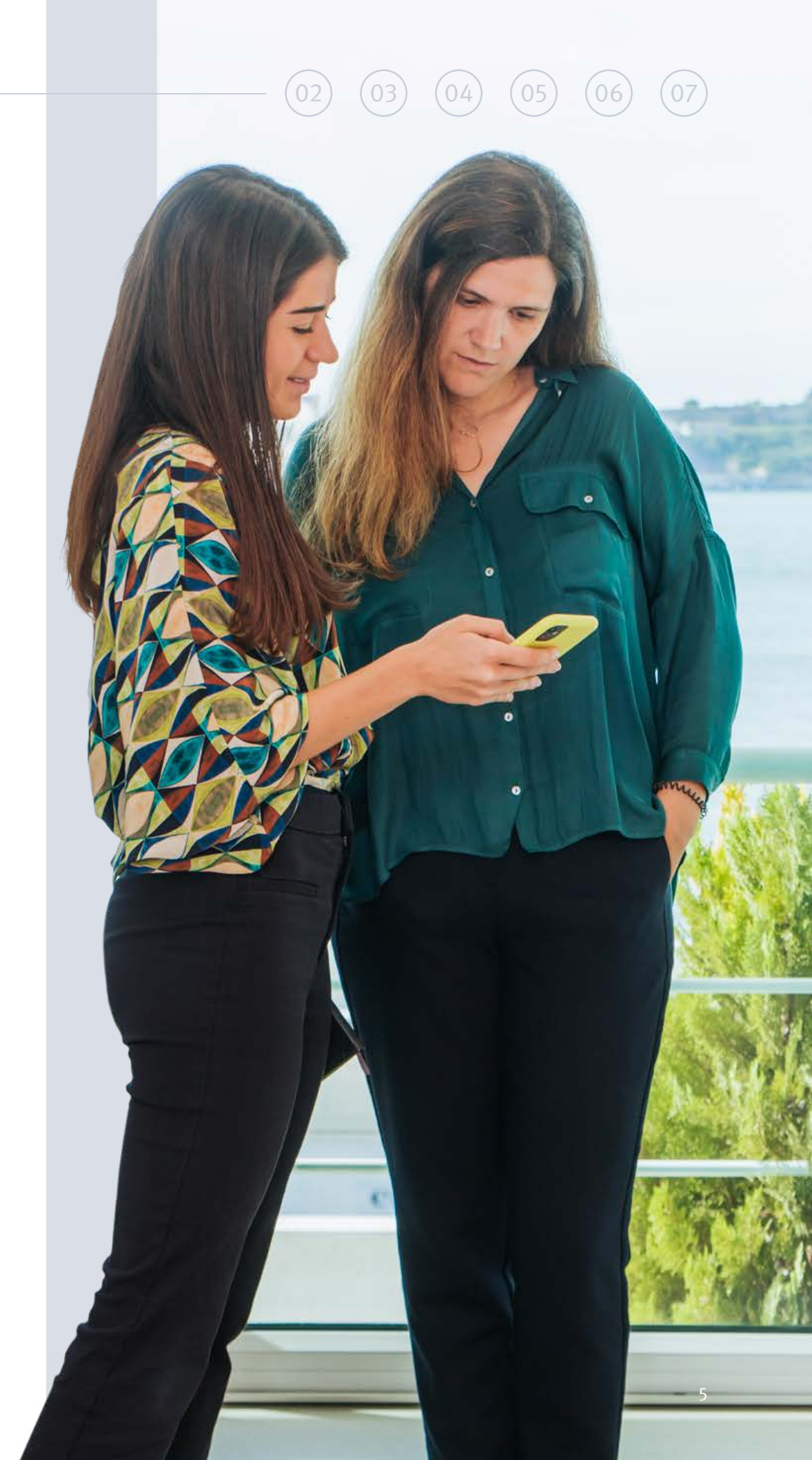
Neste âmbito, a sua estrutura tem em consideração a análise dos temas materialmente relevantes, atendendo aos impactos decorrentes da atividade da José de Mello e àqueles que afetam o seu potencial de criação de valor, apurados através da auscultação aos seus *stakeholders*, realizada em 2022 (mais informação em [Materialidade](#)). Além disso, concede uma visão do contributo do Grupo para o cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

As demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, foram preparadas de acordo com as disposições das Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS), adotadas na União Europeia.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas do exercício, a informação de sustentabilidade e, de forma genérica, o restantes conteúdos do relatório, foram aprovados pelo Conselho de Administração, entendendo-se que refletem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do Grupo e das diversas empresas que o compõem e que dão uma visão geral realista e confiável das suas políticas, procedimentos, gestão, práticas e resultados operacionais, em conformidade com as normas e diretrizes de referência adotadas.

As demonstrações financeiras, anexas a este relatório, foram certificadas pela entidade externa RSM & Associados – SROC, Lda. de acordo com cada “Certificação Legal das Contas”. A informação de sustentabilidade não foi sujeita a verificação externa.

Qualquer pedido de esclarecimento poderá ser remetido via e-mail para: info@josedemello.pt ou dc@josedemello.pt



1.2 Materialidade

GRI 2-12, GRI 2-14, GRI 3-1, GRI 3-2

Para identificar os temas de sustentabilidade prioritários para a José de Mello, foi analisada, em 2022, a sua materialidade, com base num processo de auscultação de *stakeholders*.

O processo de auscultação realizou-se em seis etapas, segundo as normas GRI e o conceito de dupla materialidade – decorrente da nova Diretiva de Reporte de Sustentabilidade Corporativa, da União Europeia –, que tem em consideração duas perspetivas – impacto e financeira.

Materialidade de impacto

Relevância, tendo em consideração os impactos nas pessoas, no ambiente e na economia decorrentes da atividade da José de Mello.

Materialidade financeira

Relevância, atendendo aos impactos no potencial de criação de valor da José de Mello.

Tal como apresentado na figura, este processo desenvolveu-se em seis etapas e resultou na identificação dos temas materiais, que são a base da Agenda de Sustentabilidade da José de Mello.

Auscultação em seis etapas para determinação de dupla materialidade

01
Análise de *benchmark* e identificação de temas potencialmente materiais

02
Mapeamento de grupos de *stakeholders*

03
Levantamento de entidades e contactos a auscultar

04
Validação do mapeamento de *stakeholders* com a gestão de topo

05
Auscultação aos *stakeholders*

06
Discussão interna e validação com a Comissão Executiva

12 Entrevistas

330 Questionários

03 Focus Groups

Determinou a identificação dos nove temas materiais mais importantes para a José de Mello e sobre os quais incide o seu reporte.

- A** INVESTIMENTO RESPONSÁVEL
- B** DESEMPENHO ECONÓMICO E EFICIÊNCIA OPERACIONAL
- C** ÉTICA, TRANSPARÊNCIA E INTEGRIDADE
- D** GESTÃO DA MARCA E DA REPUTAÇÃO
- E** INOVAÇÃO
- F** ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS
- G** ATRAÇÃO, RETENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DAS PESSOAS
- H** DIVERSIDADE E INCLUSÃO
- I** ENVOLVIMENTO COM A SOCIEDADE

 **A INVESTIMENTO RESPONSÁVEL**

A José de Mello acredita que a integração de estratégias e práticas ambientais, sociais e de *governance* (ESG) nas decisões de investimento e na gestão dos ativos adicionará valor ao Grupo.

• Ver Índice 4.2 Estratégia de negócio

 **D GESTÃO DA MARCA E DA REPUTAÇÃO**

A reputação da empresa perante os seus *stakeholders* deve ser preservada, por esta razão, são implementadas estratégias e ferramentas de comunicação corporativa, para avaliar a perceção da marca José de Mello.

• Ver Índice 4.5 Envolvimento com *stakeholders*

 **G ATRAÇÃO, RETENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DAS PESSOAS**

Porque trará valor humano à José de Mello, é prioritária a implementação de estratégias e iniciativas que consideram a importância das pessoas, assim como a definição de orientações para a melhoria das competências e da atuação da gestão.

• Ver Índice 3.6 Talento

 **B DESEMPENHO ECONÓMICO E EFICIÊNCIA OPERACIONAL**

A José de Mello coloca como prioridade a promoção de estratégias que potenciem a eficiência das operações e do desempenho financeiro dos negócios.

• Ver Índice 5.1 Desempenho financeiro e operacional

 **E INOVAÇÃO**

Faz parte da cultura do Grupo desenvolver iniciativas potenciadas pela inovação, valorizando o risco e a exploração de novas ideias e parcerias.

• Ver Índice 4.4 Inovação

 **H DIVERSIDADE E INCLUSÃO**

É crucial promover a diversidade e a inclusão, entendidas como reconhecimento, respeito e valorização das diferenças entre as pessoas.

• Ver Índice 3.6 Talento

 **C ÉTICA, TRANSPARÊNCIA E INTEGRIDADE**

É essencial para a organização assegurar uma conduta ética sustentada em boas práticas de gestão corporativa e no bom funcionamento de órgãos de fiscalização e controlo.

• Ver Índice 6.2 Ética, transparência e integridade

 **F ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS**

Porque a preservação do capital natural é essencial para a sobrevivência do negócio do Grupo, é promovida a mitigação das alterações climáticas, através da gestão das emissões de gases com efeito de estufa e do consumo de energia, bem como a promoção da adaptação e resiliência.

• Ver Índice 5.3 Planeta

 **I ENVOLVIMENTO COM A SOCIEDADE**

A José de Mello está, desde sempre, ligada a entidades que contribuem para o desenvolvimento da sociedade e implementação de ações com impacto social, que visam a melhoria da qualidade de vida da população.

• Ver Índice 5.2 Sociedade

1 2022 em números 3



1 255 M€ de proveitos

92 M€ de resultado líquido

0 não conformidades com leis e regulamentos

192 M€ de EBITDA

77 M€ de investimento

67 % das compras a fornecedores nacionais

CRIAÇÃO DE VALOR



129 ktCO₂e emissões de âmbito 1 e 2

3 M GJ de energia consumida

3 M m³ de água captada

PLANETA



7 502 colaboradores + 7 256 prestadores de serviço

21 % dos colaboradores com menos de 30 anos

76 % de mulheres

130 mil horas¹ de formação

3 M€ em donativos e apoios à comunidade

PESSOAS

¹Horas de formação: Inclui horas de formação do Grupo Enkrott e Grupo AEMA.

14

Destques do ano



Janeiro

- Hospital **CUF** Porto obtém, pela segunda vez consecutiva, a acreditação pela Joint Commission International (JCI)
- CUF** estabelece parceria com Stand4Good para apoiar jovens universitários em situação de vulnerabilidade socioeconómica
- Bondalti** estabelece parceria para refinação do lítio com a Reed Advance Materials, um importante contributo no domínio da sustentabilidade ambiental
- Bondalti** atribui, em colaboração com a Fundação Amélia de Mello, prémio aos melhores estudantes da Faculdade de Engenharia do Porto (FEUP)

Fevereiro

- Comité de Inovação do **Grupo José de Mello** apresenta resumo da atividade de 2021 e plano de iniciativas para 2022
- Paragem programada bem-sucedida na fábrica da **Bondalti**, em Estarreja, para cumprir requisitos de melhoria contínua

Março

- Conclusão da 18ª edição do Programa Avançado de Gestão (PAGE) do **Grupo José de Mello**, na Universidade Católica Portuguesa, com a apresentação dos trabalhos finais e entrega de diplomas aos 25 participantes
- Ser Solidário, iniciativa transversal do **Grupo José de Mello**, entrega apoios a: Associação de Paralisia Cerebral de Viseu, Apoio à Vida e Cercidiana
- Bondalti** recebe, pelo 2º ano consecutivo, medalha de Platina pela Ecovadis, a mais elevada atribuída por esta organização mundial dedicada à avaliação da sustentabilidade das empresas

Eixos

- Criação de valor
- Planeta
- Pessoas

Temas materiais para a José de Mello

- A. Investimento responsável
- B. Desempenho económico e eficiência operacional
- C. Ética, transparência e integridade
- D. Gestão da marca e da reputação
- E. Inovação
- F. Alterações climáticas
- G. Atração, retenção e desenvolvimento das pessoas
- H. Diversidade e inclusão
- I. Envolvimento com a sociedade

Categorização das ações da José de Mello e do Grupo segundo os três eixos estratégicos de ação - Criação de Valor, Planeta e Pessoas - e os nove temas materiais incluídos na Agenda de Sustentabilidade. Uma vez que as participadas consideram temas materiais próprios, que se distinguem dos da José de Mello, as suas ações são classificadas somente segundo os três eixos estratégicos de ação.

			
Abril	Maio	Junho	Julho
<ul style="list-style-type: none">— José de Mello Residências e Serviços promove estágios de formação, em parceria com universidades e escolas profissionais	<ul style="list-style-type: none">— A José de Mello define primeiro modelo de integração de critérios ESG na avaliação de novos negócios e investimentos— E Encontro “Inovar3 – Potenciar o Futuro com Talento” para celebrar a cultura de inovação das empresas do Grupo José de Mello— Bondalti recebe prêmio de excelência “Vasco da Gama”, que distingue empresas portuguesas e espanholas que contribuem para um elevado valor estratégico e económico para o mercado ibérico	<ul style="list-style-type: none">— Prémio Marketeer 2022 distingue a marca CUF como marca do ano na categoria de Saúde— José de Mello Residências e Serviços lança novo site	<ul style="list-style-type: none">— CUF adere à Global Green and Healthy Hospitals, rede internacional de hospitais, dedicada à redução da pegada ambiental



Setembro

- E** Grow, programa de inovação do **Grupo José de Mello**, realiza *tour* de visitas a incubadoras de *startups* na região Norte
- CUF** estabelece parceria com a Vanguard Properties com vista à implementação de clínica CUF na Comporta
- Projeto da **Bondalti** para produção de hidrogénio, em Estarreja, obtém o estatuto de “Projeto Importante de Interesse Europeu Comum” atribuído pela Comissão Europeia
- José de Mello Residências e Serviços** distribui benefício anual “Bolsas Livros Escolares” através do reembolso de parte das despesas com livros escolares



Outubro

- G** Revisão do pacote de medidas de conciliação efr em vigor na **José de Mello**, com a inclusão de três medidas de conciliação familiar
- G** Início da 19ª edição do Programa Avançado de Gestão (PAGE) do **Grupo José de Mello** com 25 participantes
- I** 11ª edição do Dia do Voluntário, em parceria com a Semear, contou com mais de 100 voluntários provenientes de diversas empresas do **Grupo José de Mello**
- Abertura do Hospital **CUF** Trindade, no Porto
- CUF** renova compromisso com o Inclusive Community Forum
- CUF** assina protocolo com o Hospital de Monsanto, na área da Saúde Mental



Novembro

- D** **José de Mello** adere ao GRACE – Associação de Empresas Responsáveis
- D** Estudo de notoriedade da marca **José de Mello** e *employer branding* com o Centro de Estudos Aplicados da Universidade Católica Portuguesa
- E** “Grow by the River”, evento promovido pelo Grow, programa de inovação do **Grupo José de Mello**, na semana do Web Summit, com a participação de Tim Drape
- CUF** recebe distinção de Powerful Brand 2022. Marcas com Valor, na categoria de Hospitais Privados
- Bondalti subscreve manifesto do BCSD Portugal - Conselho Empresarial para o Desenvolvimento Sustentável, sobre ação climática, dirigido à 27.ª Conferência das Nações Unidas sobre as Alterações Climáticas (COP27)



Dezembro

- I** **José de Mello** torna-se um dos parceiros fundadores da Jornada Mundial da Juventude Lisboa 2023
- “Árvore do Apadrinhamento”, iniciativa transversal do **Grupo José de Mello**, abrange 1 424 crianças carenciadas oriundas de 20 instituições de várias regiões de Portugal
- Abertura da Clínica **CUF** Montijo
- José de Mello Residências e Serviços** entrega diplomas a todos os formandos e formadores do projeto HERO Erasmus

O compromisso da nossa liderança

- 2.1 Mensagem Presidente do Conselho de Administração 13
- 2.2 Mensagem Presidente da Comissão Executiva 15



Mensagem Presidente do Conselho de Administração

GRI 2-22

O contexto macroeconómico dos últimos anos tem sido caracterizado por um conjunto de imprevisibilidades que conduziram ao atual clima de grande incerteza.

O primeiro grande contributo para este clima de imprevisibilidade e incerteza ocorreu em 2020, quando grande parte da população mundial foi forçada a um confinamento de proporções inéditas, por via de uma pandemia que se tornou global em poucos meses. O resultado foi uma travagem a fundo no dinamismo económico, com fortes disrupções nas cadeias de produção e de distribuição.

As previsões tornaram-se então sombrias, antecipando-se níveis elevados de desemprego, incumprimentos em cascata e um tempo longo de recuperação económica. Não foi o que aconteceu.

Na sequência de uma exemplar articulação internacional de combate à pandemia, de alcance político, económico e social, 2021 tornou-se no

ano de maior crescimento económico em 50 anos. O desemprego manteve-se em níveis historicamente baixos, a economia evidenciou uma recuperação muito rápida e alguns indicadores macroeconómicos superaram os registos de 2019.

As previsões tornaram-se então otimistas e confiantes na continuidade da recuperação económica e na injeção de liquidez na economia, suportadas em ambiciosos programas de apoios estatais. Não foi o que aconteceu.

Na sequência do conflito militar na Ucrânia e de uma crise energética de grande magnitude, 2022 tornou-se no ano com maior arrefecimento económico em 80 anos. Assistimos a uma forte pressão inflacionista, que obrigou a sucessivas intervenções dos bancos centrais, cujo resultado foi uma subida continuada das taxas de juro.

Foi, portanto, num contexto atípico, imprevisível e incerto que o Grupo José de Mello alcançou resultados historicamente muito positivos no último exercício, o que traduz uma forte resiliência e uma inegável capacidade de adaptação das nossas empresas e das nossas equipas.

Tendo em conta que o contexto não mudou, a incerteza vai continuar a ser o referencial das nossas vidas, quer ao nível da política monetária, do desemprego e da inflação, quer ao nível da duração da crise energética, quer ainda ao nível geopolítico.

Numa perspetiva europeia, o momento em que nos encontramos neste início de 2023 é de grande exigência para as pessoas, para as empresas e para os decisores políticos, devido à necessidade de os governos continuarem a executar os apoios à economia e devido também ao ambiente de tensão com os bancos centrais, que permanecem determinados em arrefecer a economia e reduzir a liquidez.

Em defesa do bem-estar das pessoas, seria da maior importância um alinhamento estratégico entre os vários protagonistas e decisores, ou seja, entre os bancos centrais, os governos e as empresas, tanto mais que o contexto de incerteza ganhou maior acuidade no final do primeiro trimestre de 2023 por via de alguma turbulência ocorrida nos sistemas bancários dos Estados Unidos e da Suíça.

Numa perspetiva nacional, os desafios são também muito evidentes e é absolutamente crucial que o Plano de Recuperação e Resiliência seja executado de forma eficaz e que sejam promovidas reformas estruturais para colocar Portugal na rota da convergência europeia.

“ Precisamos de converter o crescimento económico num desígnio nacional e de injetar ambição na sociedade.”

Pela parte que nos diz respeito, enquanto grupo económico, mantemos intacta a nossa ambição de crescimento e o nosso compromisso de continuar a contribuir para um País mais justo, mais próspero e mais sustentável.

A confiança que temos na construção do nosso futuro em contexto de incerteza assenta no nosso Propósito, na nossa Visão, nos nossos Valores e no empenho, dedicação e profissionalismo de todas as nossas Pessoas.

Vasco de Mello





Mensagem Presidente da Comissão Executiva

GRI 2-22

Para o Grupo José de Mello, o exercício de 2022 fica marcado pela capacidade de antecipar respostas aos desafios de mercado num contexto de incerteza, em virtude do impacto da guerra na Ucrânia, dos aumentos sucessivos dos preços de bens essenciais e das taxas de juro nas principais economias.

Apesar do contexto macroeconómico muito desafiante, as nossas empresas conseguiram alcançar resultados muito positivos, o que permitiu fechar o ano com um resultado líquido consolidado de 92 milhões de euros e capitais próprios de 969 milhões de euros, tornando mais sólida a nossa estrutura financeira.

Antes de partilhar as mais relevantes concretizações do nosso Grupo, quero destacar a publicação, pela primeira vez, de um Relatório Integrado.

Bondalti, Brisa e CUF com importantes concretizações

A **Bondalti** obteve resultados muito positivos por via de uma elevada eficiência e resiliência operacionais, não obstante a pressão sentida nos custos das matérias-primas e da energia, tendo também celebrado um novo contrato com os parceiros operacionais em Estarreja (Dow e Air Liquide), válido por mais 15 anos.

Para além disso, conseguiu reforçar o seu posicionamento de referência na transição climática, através do compromisso assumido de neutralidade carbónica, do reconhecimento internacional de boas práticas de sustentabilidade ambiental e também por via da participação ativa em projetos na fileira do hidrogénio verde.

A **CUF** manteve a trajetória de crescimento, com resultados positivos e criação de emprego relevante, e prosseguiu o processo de alargamento da oferta de cuidados de saúde diferenciados e de proximidade, quer por via da expansão da rede de

hospitais e clínicas (Porto, Leiria, Ponta Delgada e Montijo), quer através de modelos inovadores, com destaque para soluções digitais e hospitalização domiciliária.

A marca CUF foi reconhecida, pelo sétimo ano consecutivo, como marca de confiança dos portugueses.

A **Brisa** registou uma recuperação do tráfego rodoviário para níveis de 2019, o que conduziu a um ano muito positivo, tendo também assistido ao crescimento dos negócios do ecossistema de mobilidade, com a Via Verde a ganhar um concurso internacional de cobrança de portagens eletrónicas nos Países Baixos, com tecnologia portuguesa desenvolvida pela A-to-Be, cuja presença nos Estados Unidos da América tem vindo a crescer, tendo hoje atividade em 14 estados.

2022 foi um ano especial para a Brisa, uma vez que celebrou 50 anos de vida, assinalados com algumas ações marcantes, mas sobretudo com a atribuição, por iniciativa do Presidente da República, da Ordem do Mérito Empresarial.

Relativamente à **José de Mello Residências e Serviços**, o último exercício ficou marcado pela recuperação dos níveis de ocupação das suas unidades e pela resiliência face ao contexto de pressão inflacionista na estrutura de custos.

Quero ainda evidenciar que as nossas principais empresas participadas – Bondalti, Brisa e CUF – realizaram investimentos de 157 milhões de euros em 2022, o que traduz um compromisso claro do Grupo José de Mello com o desenvolvimento de Portugal. Se considerarmos o período de 2018 a 2022, o valor dos investimentos ascende a cerca de 850 milhões de euros.

“Apesar do ambiente de incerteza, os nossos principais negócios alcançaram, no ano passado, marcos muito importantes para o futuro do Grupo José de Mello e para o sucesso da nossa ambição de crescimento.”

Inovação, Sustentabilidade e Cidadania

Com o objetivo de reforçar a cultura de Inovação, foram desenvolvidas, em 2022, diversas iniciativas que visaram a criação de sinergias entre os negócios do Grupo José de Mello e o ecossistema de empreendedorismo, merecendo especial destaque o Grow, programa transversal a todas as empresas participadas, que continuou a crescer, tendo ultrapassado a barreira dos 50 pilotos realizados.

No contexto do nosso compromisso de longo prazo de desenvolver uma atuação empresarial sustentável, definimos uma Agenda de Sustentabilidade, que coloca as nossas Pessoas no centro das decisões estratégicas, estimula a criação de vantagens competitivas e reforça a responsabilidade de contribuirmos para a mitigação das alterações climáticas, o que deu origem, por si só, à criação de um Roteiro de Descarbonização, transversal a todas as empresas participadas.

No domínio específico da cidadania empresarial, quero destacar três iniciativas que, pela sua importância e simbolismo, traduzem bem a nossa forma de estar perante a sociedade: a participação na Associação Business Roundtable Portugal, a associação da José de Mello, CUF, Brisa e Bondalti ao “Pacto para Mais e Melhores Empregos para os Jovens”, que juntou meia centena de organizações empresariais de dimensão relevante, e o apoio dado à Jornada Mundial da Juventude, assumindo o estatuto de parceiro fundador.

Estratégia e Valores

A ambição de crescimento do Grupo José de Mello tem como ponto de partida orientador três pilares fundamentais: Propósito, Visão e Valores.

A estes, juntamos cinco Objetivos Estratégicos, que considero relevante recordar porque nos guiaram em 2022 e continuarão a guiar nos próximos exercícios:

- I. **Reforçar o investimento** e assegurar **desempenho de excelência dos negócios** do Grupo José de Mello
- II. Procurar **novas oportunidades de investimento**, alargando a base geográfica e setorial
- III. Apostar **no desenvolvimento das nossas Pessoas** e no reforço do talento das nossas equipas
- IV. Intensificar o **compromisso com uma atuação sustentável** a nível ambiental, social e económico
- V. Implementar uma **agenda de inovação** de forma a transformar, com valor, as nossas empresas e desenvolver novas oportunidades

Do mesmo modo, pela importância transversal que têm, acho relevante recordar os nossos quatro Valores: **Desenvolvimento Humano, Inovação, Competência e Integridade**.

Para terminar esta mensagem, quero expressar a minha satisfação, orgulho e agradecimento pela forma como todas as nossas Pessoas provaram uma vez mais serem um exemplo muito evidente de esforço, profissionalismo e dedicação.

Tenho a certeza de que a qualidade das nossas empresas e o compromisso das nossas Pessoas vão permitir ao Grupo José de Mello continuar a crescer e a promover a prosperidade e o desenvolvimento sustentável a partir de Portugal.

Salvador de Mello



Quem somos

3.1	Grupo José de Mello	18
3.2	História	19
3.3	Propósito, Visão e Valores	22
3.4	Portfólio	24
3.5	Onde estamos	26
3.6	Talento	27

3.1 Grupo José de Mello

O Grupo José de Mello é um grupo empresarial português de base e controlo familiar, com uma estrutura acionista estável e uma história de mais de 120 anos de resiliência e adaptabilidade.

É herdeiro de um legado assente em estabilidade, confiança, empreendedorismo e equipas profissionais e experientes.

Com uma intervenção diversificada na economia e posições de liderança nos setores em que atua, tem uma visão estratégica de longo prazo e uma ambição de crescimento que compreende investimentos nos atuais negócios e em novas áreas com exposição a mercados internacionais.

Assume o compromisso de assegurar o bem-estar das suas Pessoas, de promover uma atuação empresarial responsável e de contribuir para o desenvolvimento de Portugal, com inovação, criação de riqueza e emprego qualificado.



Grupo familiar com uma base acionista estável, modelos de governo claros e sucessão familiar preparada com regras e protocolos consistentes



Investidor responsável com uma abordagem geradora de crescimento e de valor para os parceiros e para as comunidades locais



Equipa de gestão qualificada e com vasta experiência em diferentes setores de atividade



Compromisso com as Pessoas, um pilar importante e estratégico da atuação empresarial

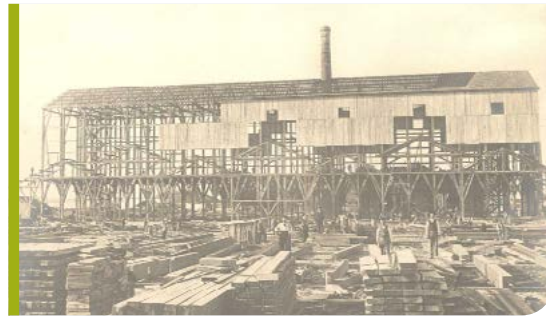


Histórico de transformação de oportunidades em empresas líderes



Compromisso de longo prazo nos negócios e nas parcerias

3.2 História



1908 Inauguração das primeiras fábricas da CUF no Barreiro



1927 Criação da Tabaqueira

1898 Fundação por Alfredo da Silva, ao assumir o estatuto de acionista e líder da CUF



1920 Entrada na Casa José Henriques Totta



1942 Criação da Companhia de Seguros Império



— **Fundação** — Expansão — Reconstrução — Resiliência e recuperação — Ambição e cescimento

1961



Fundação da Lisnave

1975



Nacionalização do Grupo CUF. No auge da sua atividade, o Grupo CUF era o maior grupo privado português com 110.000 empregados e representava 5% do PIB

1945

Inauguração do Hospital da CUF (Infante Santo)



1964


Criação da Fundação Amélia de Mello



1979

1998

Início da reconstrução do Grupo com a aquisição da Uniteca (1979); Constituição da *holding* José de Mello (1988); Criação do Banco Mello (1991). Aquisições: Império (1992); Soponata (1993); Quimigal (1997). Constituição da José de Mello Saúde (1998)



— Fundação

— Expansão

— Reconstrução

— Resiliência e recuperação

— Ambição e crescimento

2000
2001



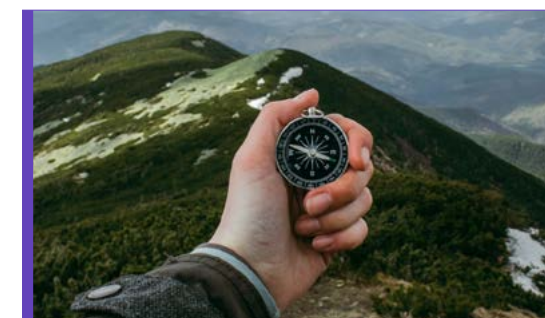
Venda da Lisnave. Entrada na Brisa e Efacec. Fusão do Banco Mello e da seguradora Império com o BCP, o maior banco privado português. Inauguração do Hospital CUF Descobertas

2013



OPA sobre a Brisa

2020
2022



CUF passa a marca única na saúde. Grupo José de Mello vende 40% da Brisa. Alteração na liderança executiva do Grupo, definição do Propósito e de uma estratégia de crescimento. Bondalti investe na área de negócio de tratamento de águas

2009
2011

Início da gestão dos hospitais de Braga e de Vila Franca de Xira. Expansão do Pólo Químico de Estarreja



2017
2019

Criação do programa Grow. Negócio dos químicos industriais com nova marca Bondalti e nova fábrica em Espanha. Expansão da rede de hospitais e clínicas CUF



— Fundação

— Expansão

— Reconstrução

— Resiliência e recuperação

— Ambição e crescimento

3. Propósito, Visão e Valores

Propósito

Promovemos, desenvolvemos e cuidamos do nosso legado para o entregar às próximas gerações.

O legado deixado por Alfredo da Silva e desenvolvido pelos seus sucessores mantém-se até hoje. Excelência, empreendedorismo e talento constituem os principais atributos que nos distinguem e são base da nossa integridade, resiliência e ambição empresarial com que encaramos o futuro, fazendo sempre “mais e melhor”.

Cultivamos

o nosso legado de excelência,
empreendedorismo e talento
para promover a prosperidade
e o desenvolvimento sustentável
a partir de Portugal.

Queremos ser um agente ativo na promoção de comunidades mais prósperas e desenvolvidas contribuindo para o bem-estar social e garantindo o respeito pelos ecossistemas.

O nosso compromisso com Portugal, de onde partimos e onde tudo começou, move-nos além fronteiras para podermos alcançar um impacto global.



Grupo José de Mello
O nosso Propósito
[Assistir ao vídeo >](#)

Visão

Ser um Grupo com uma intervenção diversificada na economia e uma referência internacional na criação de valor e crescimento sustentável.

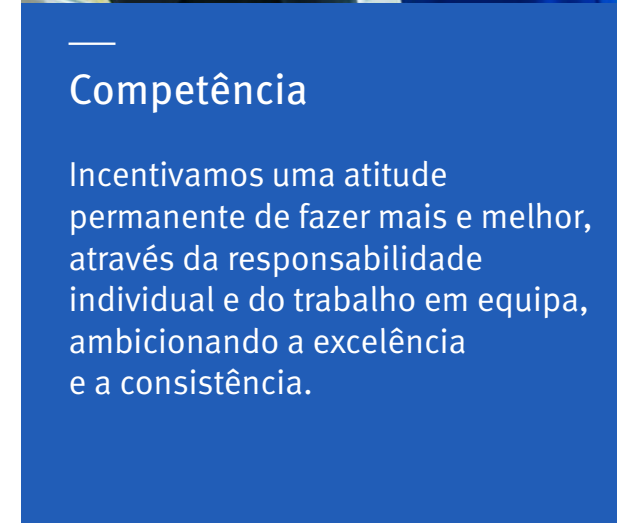
Valores

Desenvolvimento humano, inovação, competência e integridade, são os valores que estão na base da nossa conduta e a chave do nosso sucesso, tanto nos negócios já existentes, como nos projetos futuros.



Inovação

Fomentamos uma cultura empreendedora e uma mentalidade aberta e curiosa, na procura constante de novas soluções e oportunidades criadoras de valor.



Competência

Incentivamos uma atitude permanente de fazer mais e melhor, através da responsabilidade individual e do trabalho em equipa, ambicionando a excelência e a consistência.



Integridade

Promovemos um comportamento ético e honesto, criando relações de confiança e lealdade, tratando todos com equidade e verdade.



Desenvolvimento Humano

Colocamos a dignidade das pessoas no centro das nossas decisões e contribuimos para o desenvolvimento das suas capacidades, fomentando a autonomia e a aprendizagem contínua.



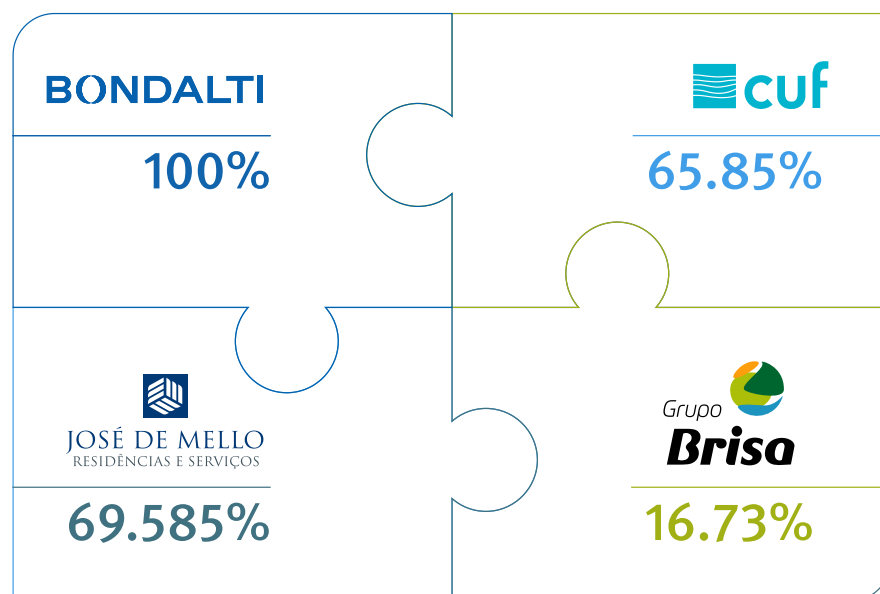
3.4

Portfólio

GRI 2-6

O Grupo José de Mello tem uma intervenção diversificada na economia, caracterizada por um posicionamento competitivo, assente num conjunto de participações em empresas que atuam em diferentes áreas de negócios.

Participação da José de Mello



BONDALTI
Participação: 100%

PRODUÇÃO DE QUÍMICOS E TRATAMENTO DE ÁGUAS

105M€ de EBITDA	52M€ de Resultado Líquido	38 mil h¹ de formação
1 777 mil t produtos químicos industriais produzidos	107 KtCO₂eq emitidas (âmbito 1 e 2)	744 colaboradores

A Bondalti é o principal grupo privado português do setor da indústria química, com presença no mercado nacional e internacional. A sua atividade centra-se na produção de cloro-álcalis (PCA), no segmento dos químicos inorgânicos, e de anilina e derivados (PAD), no segmento dos químicos orgânicos. É líder de vendas na Europa e um dos principais produtores mundiais não-integrados de anilina e é também o maior produtor ibérico de cloro, no segmento dos químicos inorgânicos. A Bondalti é, ainda, uma referência nacional na cadeia de valor do hidrogénio, sendo o segundo maior produtor ibérico de H₂ sem recurso direto a gás. A Bondalti opera, desde 2020, no mercado de soluções para Tratamento de Águas, tendo criado uma área de negócios dedicada ao fornecimento destes produtos e serviços não só no mercado ibérico, mas também internacional.

Para mais informações sobre a Bondalti e o seu desempenho, por favor, consulte os respetivos [website](#) e/ou o [Relatório Integrado 2022](#).

CUF
Participação: 65.85%

PRESTAÇÃO DE CUIDADOS DE SAÚDE

98M€ de EBITDA	35M€ de Resultado Líquido	20 KtCO₂e emitidas (âmbito 1 e 2)
2,5M de consultas	58 mil cirurgias	13360² colaboradores
21 unidades de saúde	4 mil partos	84 mil h de formação

A CUF é o maior operador privado de cuidados de saúde em Portugal e um exemplo de excelência clínica e de respeito pela dignidade e bem-estar do cliente, gerindo uma rede constituída por dez hospitais, 11 clínicas e um instituto, dotados dos mais avançados equipamentos e de condições excelentes para o exercício da medicina, mas também para o conforto dos doentes. Os serviços de excelência prestados garantem os mais exigentes padrões de qualidade e segurança ao doente. Em parceria com as principais instituições universitárias e científicas, a CUF desenvolve, ainda, programas de ensino, formação e investigação, que promovem a permanente atualização e inovação dos seus profissionais e da comunidade científica e médica.

Para mais informações sobre a CUF e o seu desempenho, por favor, consulte os respetivos [website](#) e/ou o [Relatório Integrado 2022](#).



A José de Mello Residências e Serviços desenvolve soluções residenciais e programas de recuperação e reabilitação ortopédica, geriátrica e neurológica. Neste âmbito, assume a gestão de duas unidades residenciais que operam sob a marca Domus Vida, em Lisboa e no Estoril.

Para mais informações sobre a José de Mello Residências e Serviços e o seu desempenho, por favor, consulte o respetivo [website](#).

A Brisa é o maior operador privado de infraestruturas de transporte em Portugal sendo uma das referências mundiais do seu setor, nos domínios da eficiência operacional, das soluções tecnológicas de cobrança de portagens e de gestão ativa do tráfego, bem como no domínio da inovação nos serviços de mobilidade³.

Para mais informações sobre a Brisa e o seu desempenho, por favor, consulte os respetivos [website](#) e/ou o [Relatório Integrado 2022](#).

Adicionalmente, o Grupo José de Mello também tem uma participação de 50% na MGI.

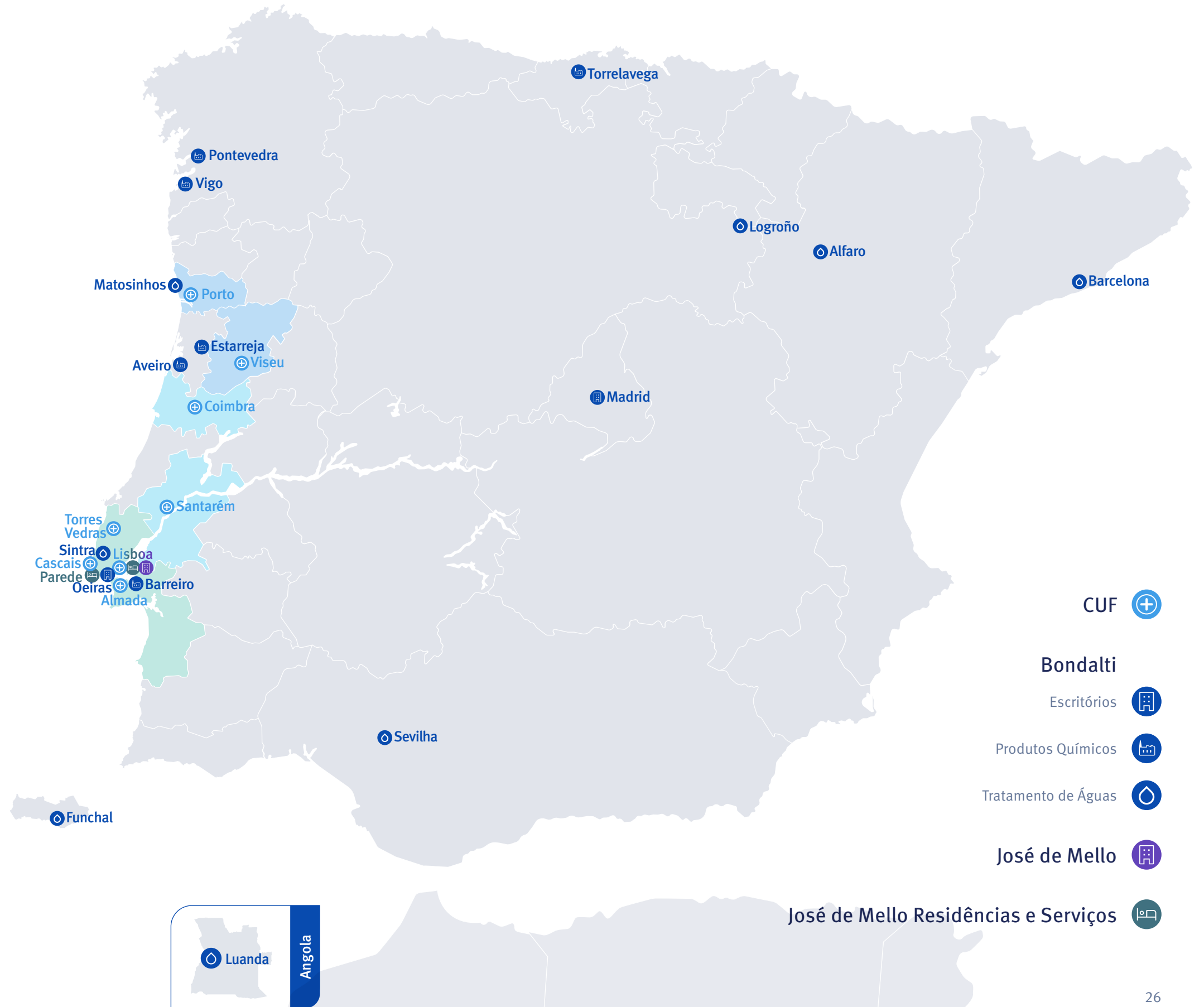
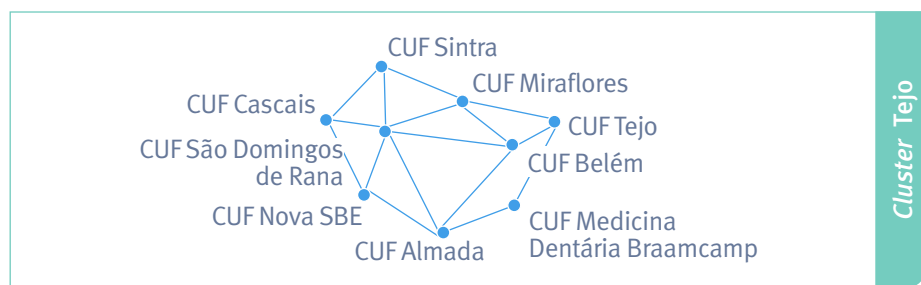
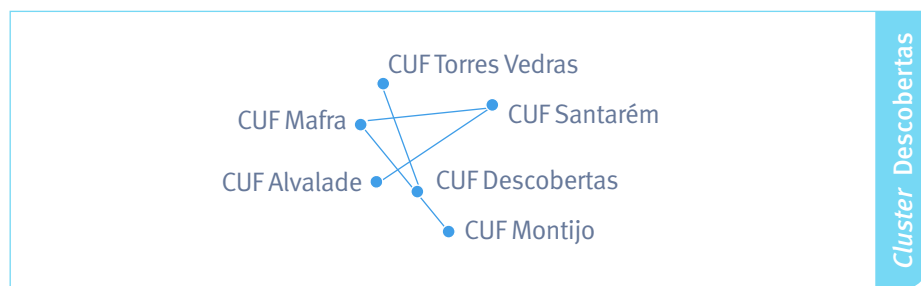
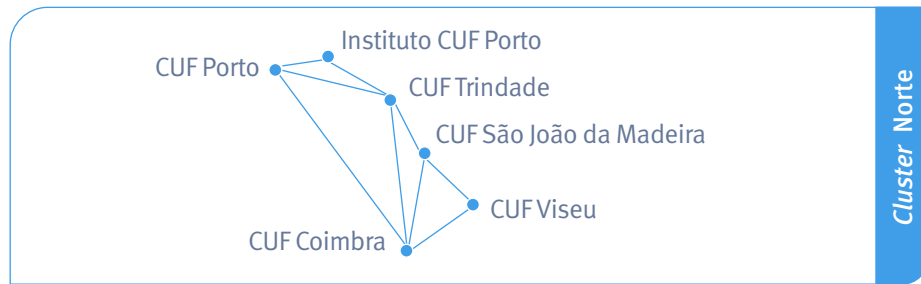
¹Inclui horas de formação do Grupo Enkrott e Grupo AEMA.

²Inclui colaboradores e prestadores de serviços da área da saúde, nomeadamente Médicos, Enfermeiros, Téc. Diag. Terap. e Téc. Sup. Saúde.

³A Brisa não integra o perímetro de consolidação do Grupo José de Mello.

35 Onde estamos

GRI 2-1



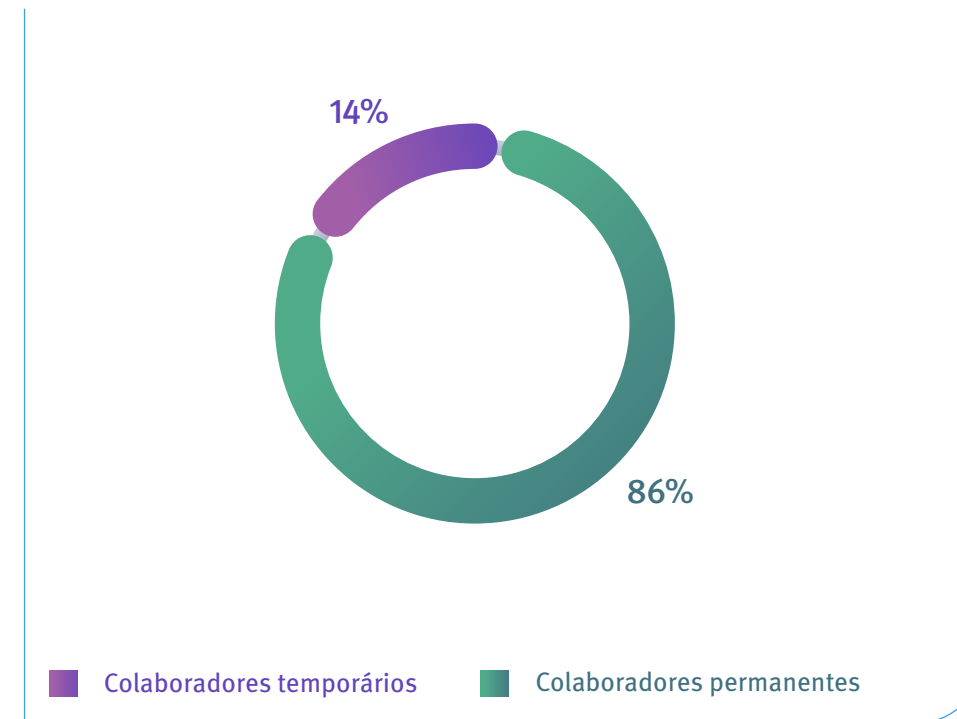
36 Talento

GRI 2-7, GRI 3-3, GRI 401-2, GRI 404-1, GRI 405-1, GRI 406-1

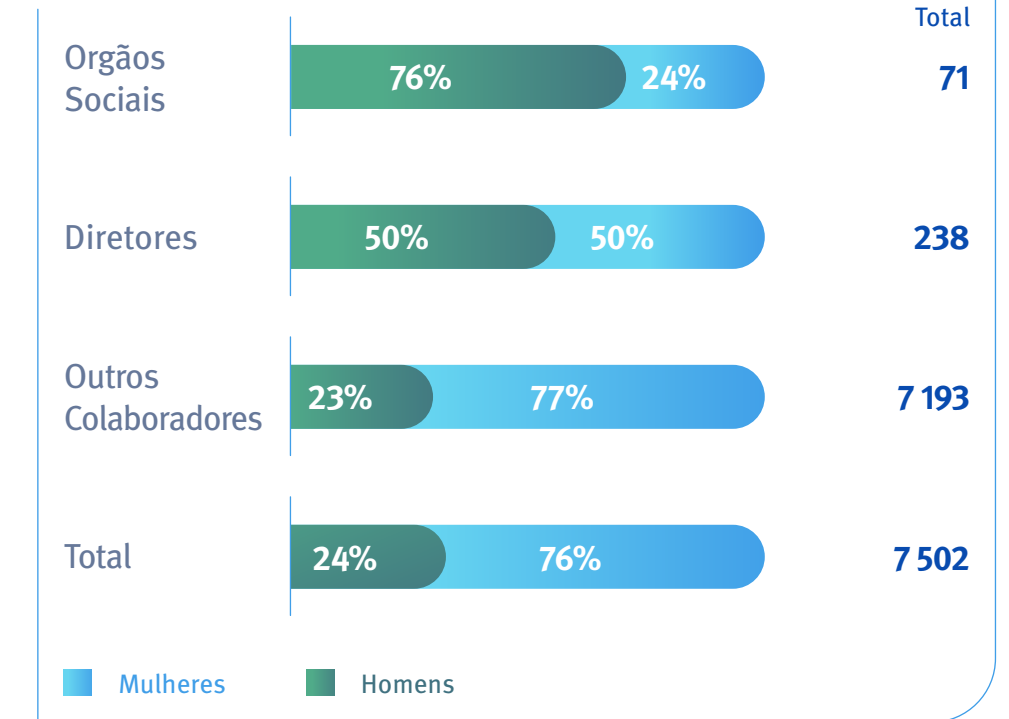
Os recursos humanos assumem um papel fundamental na cultura e prossecução estratégica do Grupo José de Mello, estando o desempenho global do Grupo intimamente relacionado com a sua **capacidade de atrair e reter talentos**. Zelar pela saúde, bem-estar, desenvolvimento e satisfação dos seus colaboradores é assim um importante foco de atuação.

É neste contexto que o Grupo José de Mello tem vindo a desenvolver um projeto cujas ambições são a criação de valor através da **Gestão de Talento transversal a todo o Grupo** e a promoção da atratividade no Mercado de Talentos. Pretende-se que cada pessoa realize todo o seu potencial pessoal e profissional, considerando a estratégia do Grupo.

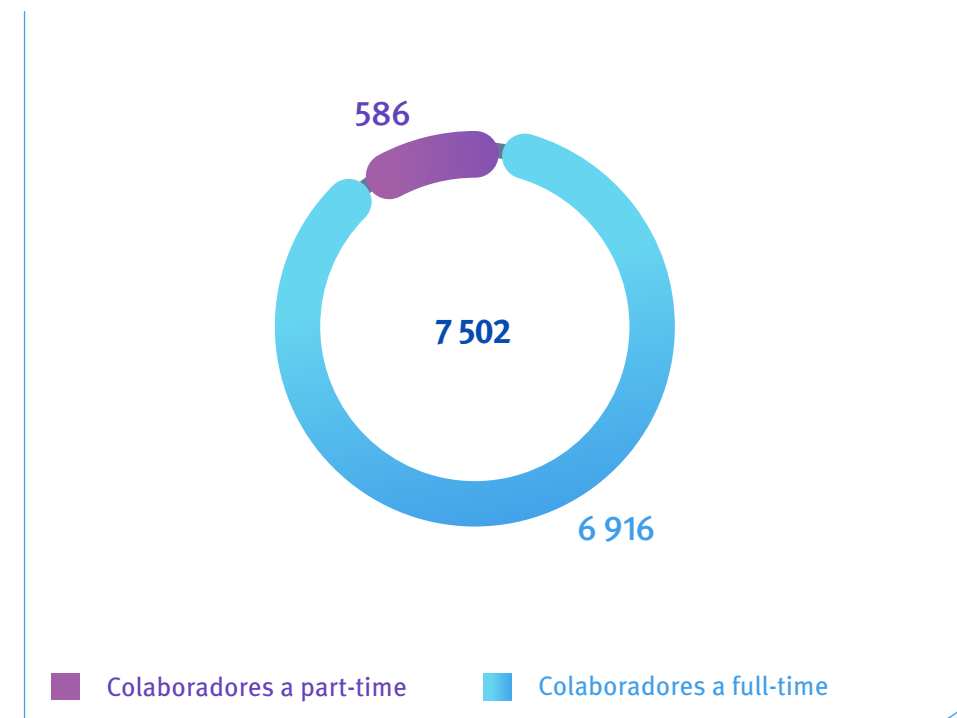
Total de colaboradores por tipo de contrato



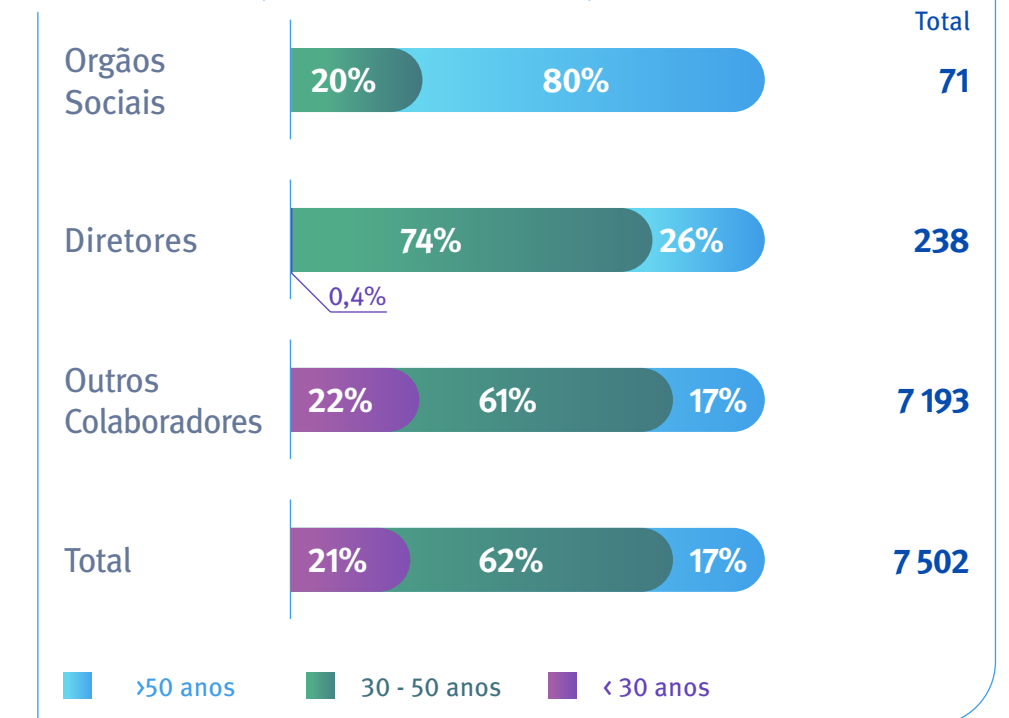
Colaboradores por género e categoria profissional



Total de colaboradores por regime de trabalho



Colaboradores por idade e categoria profissional



DIVERSIDADE E INCLUSÃO

Reconhecendo a importância da diversidade enquanto fator impulsionador do desempenho, da inovação, e da coesão e sentimento de pertença dos colaboradores, o Grupo José de Mello acredita que **nenhum indivíduo deve ser sujeito a qualquer tipo de ato discriminatório.**

0 % Casos de discriminação registrados em 2022

Compromisso com a diversidade e a inclusão

Em 2022, a José de Mello aprovou um compromisso e os respectivos principais pilares de atuação, seguindo-se a fase de discussão das iniciativas a implementar em 2023.

Somos um Grupo socialmente responsável, comprometido em promover uma cultura inclusiva, integradora e diversa, em que todos são bem-vindos, cada um é valorizado e pode concretizar o seu potencial.

Para acompanhar estes temas foi criado um grupo de trabalho, constituído por elementos das equipas das áreas de Pessoas e Gestão de Talento, e Inovação e Sustentabilidade.

Inclusive Community Forum (ICF)

Procurando promover uma comunidade mais inclusiva, através da educação e empregabilidade de pessoas com deficiência, a José de Mello integra o ICF. Foi neste âmbito que aceitou um desafio da Nova SBE: ajudar a demonstrar que a inclusão de pessoas com deficiência contribui de forma inestimável para o seu próprio bem-estar e das suas famílias, promove o desenvolvimento e sustentabilidade da sociedade e do país e potencia a produtividade das empresas. Para o efeito, implementou um projeto piloto de formação de pessoas com deficiência através de estágios de curta duração, proporcionando-lhes uma experiência em contexto laboral. O objetivo será alargar este projeto às empresas participadas.



BEM-ESTAR DOS COLABORADORES

O Grupo José de Mello gere a sua atividade com respeito pela saúde e segurança dos seus colaboradores e promove o seu bem-estar, envolvimento e satisfação contínua.

Para o efeito, procura assegurar, a cada momento, um ambiente saudável e seguro, relações de proximidade e a promoção da conciliação entre a vida pessoal e profissional.

Neste âmbito, a José de Mello obteve, em 2021, a certificação como **Entidade Familiarmente Responsável (EFR)** uma distinção que traduz um compromisso de valorização de todos os colaboradores e garantia do seu bem-estar, tendo por base seis pilares essenciais:



Qualidade no Emprego

- Saúde e bem-estar
- Benefícios sociais
- Compensação flexível
- Descontos e vantagens
- Assédio laboral ou *mobbing*



Desenvolvimento Pessoal e Profissional

- Voluntariado corporativo
- Apoio social
- Desempenho e promoção interna
- Formação para empregabilidade
- Conhecimento interno



Flexibilidade Temporal e Espacial

- Saúde e bem-estar
- Benefícios sociais/compensação flexível
- Descontos e vantagens
- Assédio laboral ou *mobbing*



Igualdade de Oportunidades

- Incapacidade
- Gerações
- Garantias de igualdade



Apoio à Família

- Família
- Filhos



Liderança e Estilos de Direção

- Ética e Boas práticas
- Horário de reuniões
- Projeto EFR



Atribuída pela Fundación Más Familia e pela ACEGE – Associação Cristã de Empresários e Gestores, a certificação EFR tem como pressuposto central o reconhecimento da família como um dos pilares fundamentais da sociedade.

As empresas participadas detêm igualmente esta certificação:

BRISA
desde 2019

BONDALTI
desde 2020

CUF
desde 2021

+ Qualidade no Emprego

Entre outras, destacam-se enquanto medidas de qualidade no emprego, um conjunto de descontos e vantagens, o seguro de vida para os colaboradores e o seguro de saúde para colaboradores e respetivo agregado familiar, incluindo filhos até aos 25 anos, com coberturas diversas no âmbito da prestação de cuidados de saúde e bem-estar.

De salientar ainda a disponibilização de consultas de medicina geral e de nutrição realizadas quinzenalmente na sede da empresa mediante marcação prévia.

+ Apoio à Família

No âmbito das medidas de apoio à família, destaca-se a atribuição anual de uma participação, em função da remuneração mensal do colaborador, de parte do custo da Colónia de Férias. Esta iniciativa, que decorre em programas semanais durante o mês de julho e na primeira quinzena de agosto, é destinada aos filhos dos colaboradores do quadro permanente, com idades compreendidas entre os 7 e 14 anos.

Destaca-se, de igual modo, a dispensa para acompanhamento de pais ou ascendentes diretos a compromissos inadiáveis, sem penalização em dias de férias ou no vencimento. Para o efeito, basta solicitar a dispensa junto da respetiva chefia.

+ Flexibilidade Temporal e Espacial

Entre as medidas de conciliação definidas pela José de Mello, destacam-se aquelas que promovem a flexibilidade temporal e espacial, como seja a adoção de um modelo de trabalho com horário flexível – permitindo um ajuste no horário de saída do escritório – e híbrido.

Em 2022, procurando mitigar os constrangimentos da saída à hora de ponta, causados pelo trânsito no perímetro circundante ao edifício sede da José de Mello, foi concedida aos colaboradores uma opção de flexibilização do trabalho adicional: manhãs presenciais no escritório e tardes em trabalho remoto, mantendo ainda um dia completo em teletrabalho.

- > Horário de entrada entre as 8H e as 10H
- > Redução da hora de almoço (de 1H30 para 1H)
- > Ajuste no horário de saída do escritório
- > Dois dias de trabalho remoto para todas as funções que possam ser exercidas em teletrabalho

Não sendo alheia à necessidade de estimular a cultura organizacional, a criatividade e a inovação, e tendo consciência de que estes aspetos requerem a presença e o contacto direto dos colaboradores, a José de Mello promove a **quarta-feira como o dia de presença no escritório**, proporcionando o encontro de todas as equipas. É também neste dia da semana que se promovem eventos corporativos internos.

Para fortalecer o sentimento de pertença e fomentar o convívio entre os colaboradores num edifício cuja verticalidade condiciona uma maior interação social, foram realizados alguns encontros temáticos, no decorrer do ano de 2022.



DESENVOLVIMENTO DAS PESSOAS

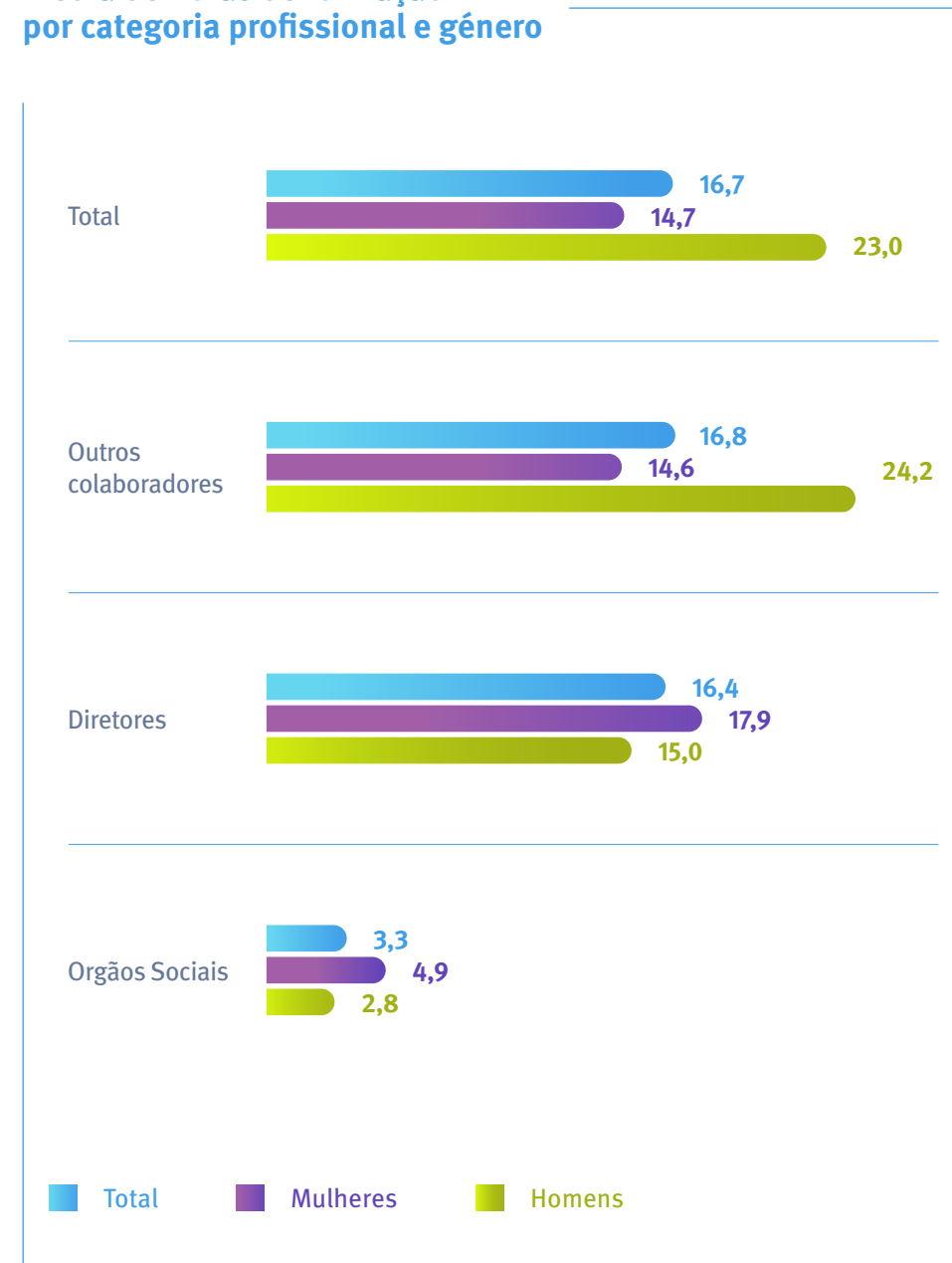
Com o objetivo de garantir um processo de análise e planeamento do talento, foram criados dois **Comitês de Talento** do Grupo que, utilizando critérios de calibração uniformes e consistentes, fornecem uma forma estruturada de identificação e desenvolvimento do talento.

Também no âmbito do Projeto de Talento, e mediante os resultados dos *assessments* realizados, foram identificadas áreas de melhoria nas primeiras linhas do Grupo, e desenvolvido um plano de formação para responder a essas necessidades.

Além da capacitação da sua estrutura de liderança, o Grupo assegura o desenvolvimento dos seus colaboradores. Para o efeito, cada direção identifica e propõe ações de **formação dirigidas às suas equipas** e a Direção de Pessoas e Gestão de Talento gere, ao nível do Grupo e em parceria com a Universidade Católica Portuguesa, um **Programa Avançado de Gestão para Executivos**.



Média de horas de formação por categoria profissional e género



Perante as prioridades estratégicas estabelecidas é necessário assegurar que o Grupo dispõe de uma liderança alinhada e robusta, capacitada para enfrentar os desafios futuros, entre os quais se incluem os desafios de crescimento. Assim, no ano de 2022, foi definido um **perfil de liderança transversal ao Grupo**, que serviu de base ao desenho de **Planos de Desenvolvimento Individual dos seus quadros dirigentes**.

BONDALTI

Talento

Com a consolidação do Grupo Bondalti Water Solutions, em 2022, a Bondalti duplicou os colaboradores (face a 2019), passando a contar com **744 colaboradores** a 31 de dezembro. Sendo peças fundamentais à eficaz execução da sua estratégia de negócio, o reconhecimento das suas pessoas é prioritário para a Bondalti.

Neste âmbito deu-se continuidade a programas e medidas implementados para assegurar o rejuvenescimento e a sucessão nos postos de trabalho, nos quais se incluem a **mobilidade interna**, a **flexibilidade funcional** (programa e medidas efr) e, no caso da área de Químicos Industriais, a **avaliação de desempenho profissional**³, que se foca na concretização de objetivos gerais e específicos, assim como no desenvolvimento de competências profissionais e pessoais.

86 % dos colaboradores realizaram avaliação de desempenho

Para mais informações sobre o desempenho da Bondalti, por favor, consulte o respetivo Relatório Integrado 2022.

DESENVOLVIMENTO DE COMPETÊNCIAS E FORMAÇÃO

O desenvolvimento de competências e a formação dos colaboradores são assegurados segundo diferentes modelos e ferramentas, dos quais são exemplos os seguintes:

38 mil horas de formação ministradas em 2022*
* Inclui horas de formação do Grupo Enkrott e Grupo AEMA.

Formação no momento pós-recrutamento

Principalmente com recurso a formação “on the job” mais dirigida às áreas operacionais, garantindo assim as competências necessárias para a realização das funções atribuídas.

Programa de formação 4x4 Training

Dirigido a técnicos operacionais, garante a passagem de conhecimento intergeracional atempada, pela formação em terreno e em sala com os novos colaboradores.

Planos de formação personalizados

Em temáticas como segurança, mitigação de comportamentos de risco ou saúde laboral e ambiente.

³ Não são avaliados os colaboradores que à data integravam a empresa há menos de 6 meses, ou que se encontravam em formação 4x4 Training.

Plataforma 4Learn

Disponível nos Químicos Industriais permite a gestão da formação individual de cada colaborador através do registo de todos os dados relativos à formação realizada e por realizar. Disponibiliza, ainda, formações e-learning em regime “on-demand”.

SEGURANÇA E SAÚDE NO TRABALHO

A saúde e segurança no trabalho é salvaguardada por áreas dedicadas ou serviços externos contratados para gestão destes temas. Neste âmbito, cabe-lhes a identificação e mitigação dos perigos e riscos associados às atividades, análise de incidentes, auscultação e formação a colaboradores, e a gestão dos serviços de saúde ocupacional. Assim, é possível identificar e implementar de forma eficaz medidas corretivas e de controlo operacional, bem como garantir a conformidade com os requisitos legais aplicáveis.

A Bondalti, possui ainda, um Sistema de Gestão de Segurança e Prevenção de Acidentes Graves (SGSPAG) capaz de responder a todas as exigências legais aplicáveis, nomeadamente às específicas do setor químico.

0 acidentes de trabalho graves

0 doenças profissionais



Talento

A gestão do talento da CUF, em 2022, centrou a sua atividade em três vertentes:

Técnica

Desenvolvimento de projetos com vista à melhoria de processos de recursos humanos

- Criação de um novo Modelo de Gestão de Funções
- Revisão do processo de *onboarding* para novos colaboradores

Para mais informações sobre a abordagem da CUF, por favor, consulte o respetivo Relatório Integrado 2022.

Parcerias

Criação e consolidação de parcerias de *upskilling* e *reskilling*, de recrutamento inclusivo e no âmbito da empregabilidade

- Renovação do compromisso com o Inclusive Community Forum (ICF)
- Adesão ao programa de requalificação PRO_MOV
- Dinamização de iniciativas com entidades da economia social



Programa CUF Inspira

Aumento do investimento em medidas dirigidas aos colaboradores e respetivas famílias, associado ao pilar da responsabilidade interna

- Nascer na CUF
- Presente de nascimento
- Ocupação de tempos livres
- Cabaz escolar
- Rede de apoio ao colaborador
- Cabaz de Natal
- CUF25+
- Bolsas GO UP

4 278

colaboradores abrangidos de Norte a Sul do país

Empregabilidade de pessoas com incapacidade e em situação de vulnerabilidade

No âmbito da sua estratégia de diversidade, a CUF continua empenhada na **promoção da inclusão de pessoas com incapacidade e em situação de vulnerabilidade**, esforços que se refletiram, em 2022, também através da **empregabilidade**.

- Recrutamento de **18** perfis com incapacidade ou deficiência
- Capacitação e sensibilização dos colaboradores CUF no âmbito do recrutamento inclusivo
- Parcerias no âmbito da inclusão de pessoas em situação de vulnerabilidade

Bem-estar e prevenção da saúde dos colaboradores

No âmbito da certificação efr e do Programa CUF Inspira, em 2022 foi **reforçada a componente de bem-estar e prevenção da saúde dos colaboradores** com um conjunto de iniciativas transversais e acessíveis a todos, com especial foco na promoção da saúde mental, como são exemplo o reforço de consultas de psicologia gratuitas para colaboradores e famílias, e ações de sensibilização e formação sobre a temática.



Formação e desenvolvimento de competências

A CUF apoia e viabiliza a **formação, interna e externa**, dos seus colaboradores, nomeadamente, através da atribuição de bolsas de estudo - **Bolsas Go UP** - para Licenciatura, Mestrado Integrado e Cursos Técnicos Superiores Profissionais (CTeSP) no Ensino Superior, dirigidas a colaboradores não licenciados.

No âmbito do desenvolvimento de competências, em 2022, a CUF estabilizou o **novo modelo de competências transversais a todas as funções**, no qual procura dar resposta aos desafios do atual contexto de trabalho e ser um guia de orientação para os colaboradores, alicerçado nos valores da CUF. Este modelo permite uma nova estrutura funcional, com maior simplicidade e transversalidade, que se apresenta crítica à identificação de percursos de desenvolvimento profissional.

No seguimento da sua implementação, foi reestruturado o **Sistema de Gestão de Desempenho** - ferramenta através da qual todos os colaboradores são avaliados, obtêm *feedback* sobre a sua avaliação e participam na definição de áreas de desenvolvimento e melhoria. Desde o final de 2022, os colaboradores podem também partilhar as suas intenções de **mobilidade** através de novo formulário disponível na plataforma de gestão de desempenho.

83

mil
horas de formação ministradas em 2022

15

bolsas de estudo GO UP atribuídas em 2022



JOSÉ DE MELLO
RESIDÊNCIAS E SERVIÇOS

Talento

A José de Mello Residências e Serviços (JMRS) aposta no recrutamento inclusivo, com foco no recrutamento de:



Pessoas com baixos níveis de escolaridade

Sem o ensino secundário concluídos, investindo na sua formação ao abrigo de protocolos com o IEFP e outras entidades.



Recém-formados

Através de parcerias de estágios curriculares, estabelecidas com universidades e escolas de formação.



Pessoas com deficiência

Sempre que possível e viável, em colaboração com a CERCI Cascais, são disponibilizadas vagas de estágios direcionadas a pessoas com deficiência, ainda que, pela natureza das atividades desenvolvidas nas residências, a sua integração possa revelar-se complexa.

Apesar de atuar numa área caracterizada por elevados níveis de rotatividade, a JMRS procura reter, motivar e envolver os seus colaboradores. Para isso, disponibiliza-lhes alguns **benefícios**, como a oferta do pequeno-almoço e lanche, a atribuição de bolsas de estudo aos seus filhos, em colaboração com a Fundação Amélia de Mello, e a atribuição de prémios de desempenho.

Bolsas Livros Escolares

Aos colaboradores da JMRS é disponibilizado um benefício anual de **reembolso de parte das despesas com livros escolares** dos seus filhos, com o objetivo de estimular o seu desenvolvimento e formação. Para o efeito, são elegíveis todos os colaboradores com Contrato Individual de Trabalho e remuneração mensal ilíquida igual ou inferior a 900,00€ ou prestadores de serviço com antiguidade mínima de 6 anos, à data de candidatura.

21

bolsas atribuídas em 2022

Além destes, investe na sua formação através da **comparticipação de formações**, identificadas pelos colaboradores ou pela própria participada, e através da atribuição de **bolsas de formação profissional, com o apoio da Fundação Amélia de Mello**, incluindo a aposta na formação de formadores.

8

mil
horas de formação ministradas em 2022

15

bolsas atribuídas aos colaboradores em 2022

Projeto Hero (Erasmus +)

Procurando contribuir ativamente para o **desenvolvimento e envolvimento dos seus auxiliares**, a par da melhoria da qualidade dos serviços prestados, e abordando duas questões predominantes no espaço europeu - o envelhecimento da população e a migração -, a JMRS participou no Programa Hero.

O foco principal do projeto, que decorreu em Chipre, Grécia, Itália e Portugal, é o desenvolvimento de um **programa de formação dirigido a refugiados e migrantes** no campo dos cuidados à pessoa idosa. O programa pretende cobrir as **necessidades de cuidados que as pessoas idosas precisarão na Europa**, a médio e longo prazo, e, simultaneamente, contribui para a empregabilidade e integração social dos refugiados que chegam à Europa vindos de países do Médio Oriente ou de África. A DomusVida aliou-se ao CPR (Conselho Português para os Refugiados) para recrutar

e selecionar parte dos formandos que integraram o primeiro piloto do projeto HERO, potenciando-se, desta forma, as oportunidades de empregabilidade neste setor em Portugal.

30

auxiliares formados

Quando ocorrem casos de demissão, a José de Mello Residências e Serviços realiza **entrevistas de saída** com o objetivo de compreender as motivações que levam os colaboradores a tomar essa decisão. A partir destas entrevistas são identificadas oportunidades de melhoria que potenciam alterações no modo como são geridos os seus talentos.



A nossa estratégia

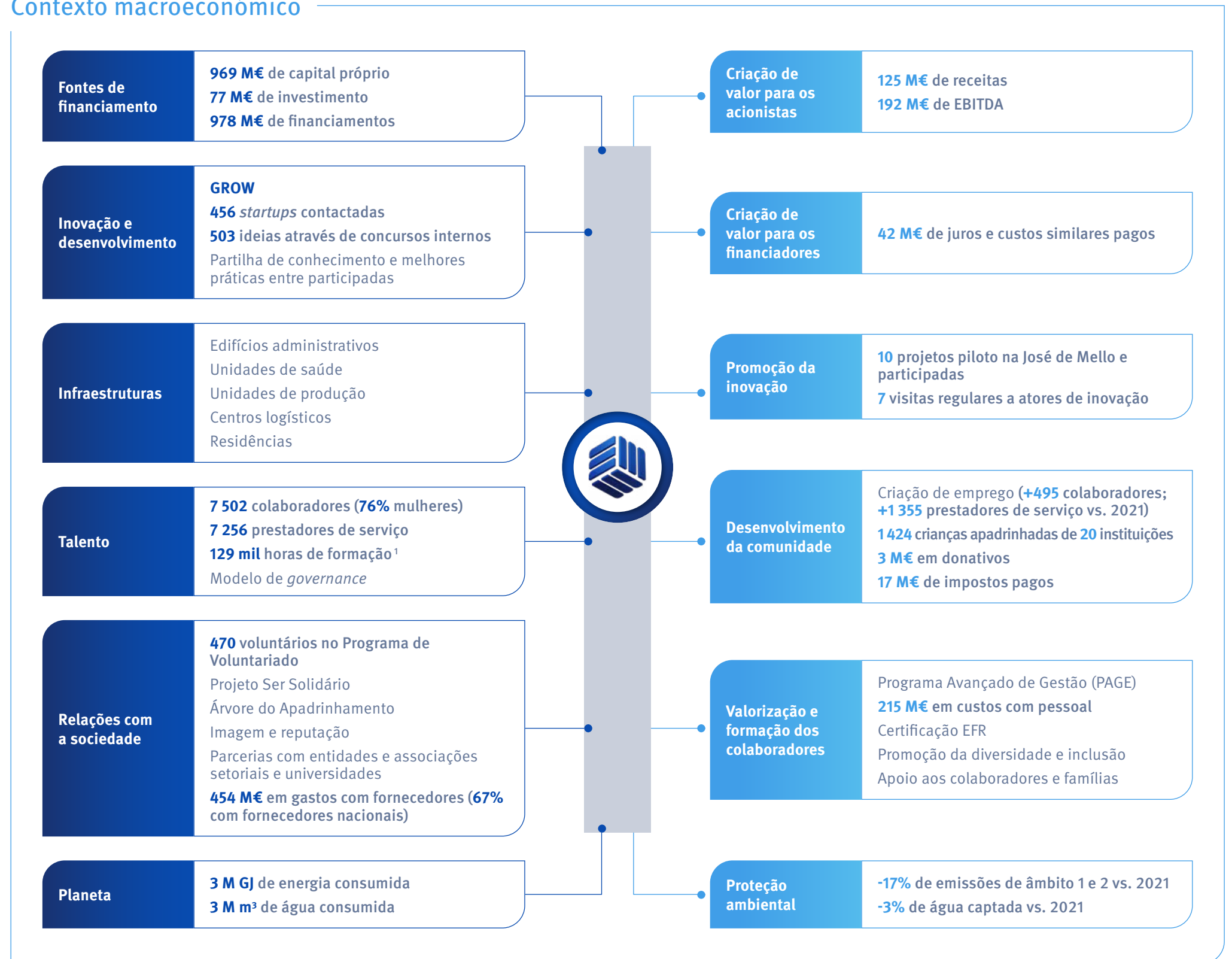
4.1	Modelo de criação de valor	37
4.2	Estratégia de negócio	38
4.3	Abordagem ESG	43
4.4	Inovação	49
4.5	Envolvimento com <i>stakeholders</i>	54
4.6	Gestão de riscos	58



4 Modelo de criação de valor

O modelo de negócios do Grupo José de Mello é projetado para cumprir o propósito de cultivar o seu legado de excelência, empreendedorismo e talento, promovendo a prosperidade e o desenvolvimento sustentável. Todas as empresas do grupo trabalham ativamente para criar valor para os negócios, gerindo os seus ativos de forma íntegra, competente e inovadora, promovendo o desenvolvimento e respeito pelas pessoas, sem descurar os seus impactos ambientais.

Contexto macroeconómico



¹Inclui horas de formação do Grupo Enkrott e Grupo AEMA.

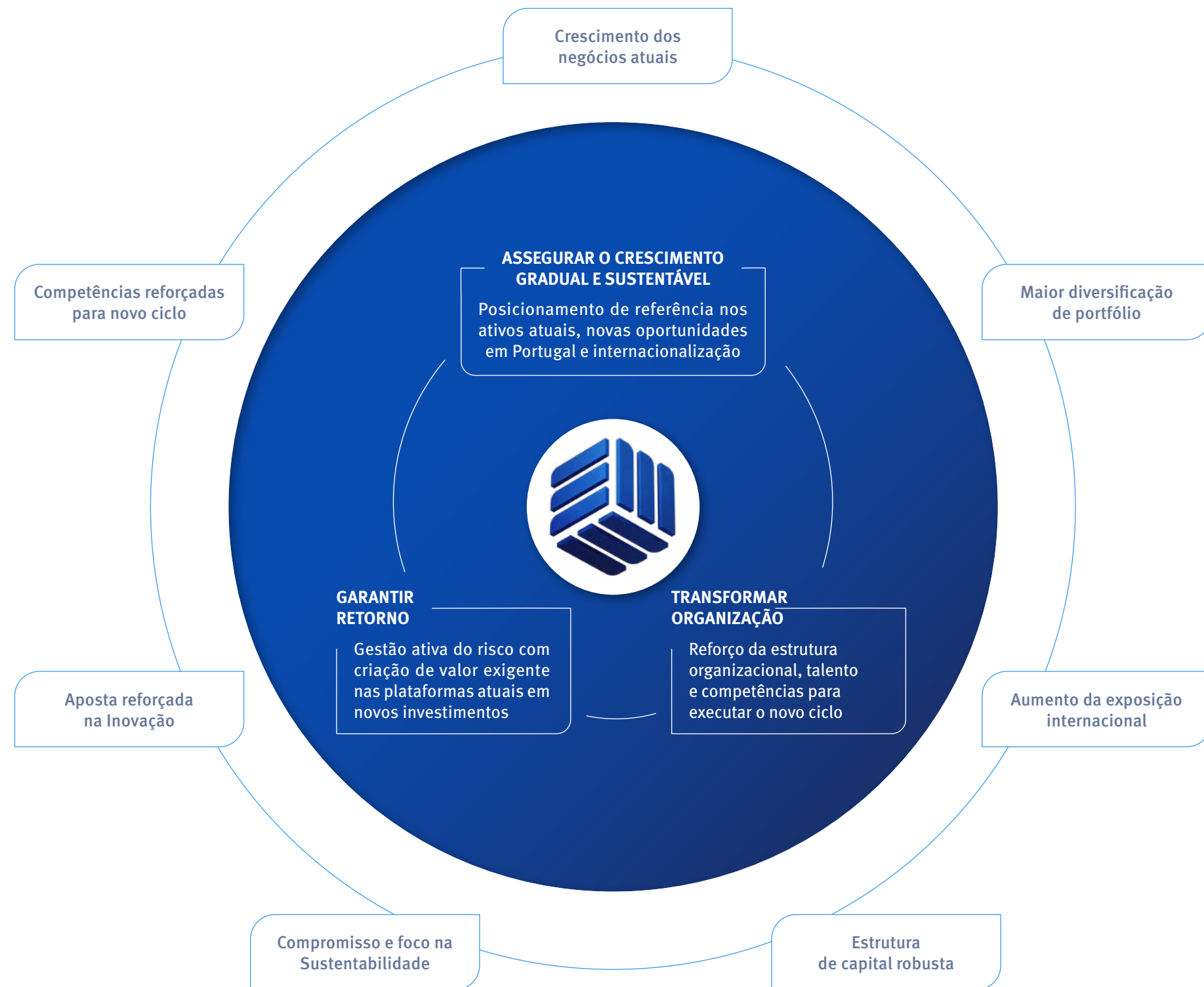
4.2 Estratégia de negócio




GRI 2-12, GRI 2-23 E GRI 413-1

Em 2021, na sequência de um processo de reflexão estratégica, a José de Mello definiu um Propósito e uma ambição de crescimento para os seus negócios e de investimento em novas áreas, dentro e fora de Portugal, tendo em conta o horizonte temporal 2021-2030.

O novo ciclo de desenvolvimento do Grupo José de Mello exigiu também a definição das áreas em que quer estar presente e de um conjunto de orientações estratégicas ao nível da performance, sustentabilidade, gestão de talento e inovação.

Paralelamente, foram também definidos **objetivos estratégicos** concretos que vão orientar a atuação da José de Mello nos próximos anos.



Propósito 
 Aspiração 
 Objetivos Estratégicos 

A gestão de portfólio do Grupo José de Mello considera também as estratégias definidas para cada participada e, em termos consolidados, integra um conjunto de vetores qualitativos, a que se juntam objetivos quantitativos, que devem ser materializados em planos de negócios de médio e longo-prazo.

A estratégia de atuação de curto, médio e longo prazo do Grupo José de Mello é definida pela Comissão Executiva e aprovada pelo Conselho de Administração e acionistas da José de Mello.

Por sua vez, a execução da estratégia das empresas participadas é da responsabilidade das respetivas comissões executivas, com o acompanhamento dos conselhos de administração e também da Comissão Executiva da José de Mello.

A concretização da ambição de crescimento do Grupo José de Mello depende, em grande medida, do **equilíbrio do seu portfólio**, pelo que a estratégia de financiamento, política de remuneração acionista e política de investimento devem estar alinhadas e articuladas entre si.



SUSTENTABILIDADE FINANCEIRA E REMUNERAÇÃO ACIONISTA

No contexto do novo ciclo de desenvolvimento, foi definido um conjunto de **princípios financeiros orientadores**, para facilitar e sustentar a boa execução da ambição de crescimento. Quer a política de financiamento, quer a política de remuneração acionista, devem assegurar uma prudência financeira adequada e garantir a resiliência do portfólio.

A **política de financiamento** deve procurar o equilíbrio e a otimização da estrutura de capitais, a flexibilidade e diversificação das fontes de financiamento, devendo também ser personalizada face ao perfil do portfólio do Grupo José de Mello.

No que diz respeito à **remuneração acionista**, deve ser alcançada uma remuneração sustentada dos capitais próprios, calibrada pela ambição de crescimento definida e pela diversificação do portfólio pretendida.



INVESTIMENTO RESPONSÁVEL

O **processo de análise de investimentos** foi definido com base nos objetivos acionistas e na ambição de crescimento do Grupo José de Mello. Este processo serve de guia para a análise de novas oportunidades de investimento ao nível da José de Mello, ou das empresas participadas, e deve assegurar uma abordagem coerente de critérios de seleção e metodologias de avaliação, transversais a todos os investimentos. Adicionalmente, também deve facilitar a execução e agilidade na tomada de decisão, através de uma estratégia de *governance* clara e de um processo estruturado, com fases de aprovação pré-definidas.

O processo é composto por três etapas principais: preparação, execução e integração. A fase de **preparação** é feita através da definição da estratégia e da atualização da política de investimentos. Após selecionadas as oportunidades, segue-se a fase de **execução** do potencial investimento, com a análise do mesmo, terminando com a negociação. O processo é concluído com a **integração** deste investimento no portfólio.



Preparação

Na fase de preparação, são identificadas oportunidades de investimento que se encontrem alinhadas com a estratégia de portfólio definida.

Para a análise e **avaliação de novos investimentos** da José de Mello, é considerado um conjunto de **critérios de seleção** que especificam o tipo de ativo, mercado e gestão com maior aplicabilidade à estratégia do Grupo.

Ativos

com uma posição sólida no mercado e exposição internacional

Setores

com perspectivas de crescimento no longo-prazo, alinhados com tendências ESG

Gestão

com experiência e boa reputação, alinhada com os valores da José de Mello

Execução

Durante a fase de execução, a José de Mello **pretende prevenir ou mitigar impactos negativos e potenciar os positivos**, seja no alinhamento com o Propósito e estratégia de portfólio, seja nos temas e preocupações ESG (*Environmental, Social, Governance*) e análises de rentabilidade, entre outros, através da análise do cumprimento dos critérios definidos para novos negócios e investimentos.

A **avaliação de novos negócios e investimentos**, quer ao nível da José de Mello, quer ao das empresas participadas, passa por um conjunto de **critérios de análise**, que asseguram o alinhamento das

oportunidades com os objetivos definidos. A decisão final tem em conta as diversas dimensões de análise, de forma integrada.

A introdução de **critérios ESG** na avaliação de novos negócios e investimentos acompanha o processo de decisão acima descrito e é operacionalizada faseadamente, segundo a profundidade da avaliação. Na fase de análise preliminar, são identificados os temas mais relevantes para definir os riscos e oportunidades do ativo, através da materialidade do setor.

Posteriormente, na fase da análise mais aprofundada do negócio ou investimento, é realizada uma avaliação qualitativa das práticas de ESG do ativo e, se houver acesso a dados quantitativos, é avaliado o desempenho ESG deste em temas como emissões de GEE, investimento na comunidade, ou tratamento das questões de diversidade na equipa.

Integração

Durante a fase de integração, define-se um plano que deve explorar potenciais sinergias com as restantes entidades do Grupo, a ser comunicado e implementado de forma eficaz e devidamente acompanhado de modelos de governo estruturados, medidas de planeamento e controlo de gestão, inovação e sustentabilidade, entre outros. Deve igualmente garantir-se que o plano de criação de valor é cumprido, através da monitorização ao longo do tempo.

BONDALTI

Estratégia de negócio

A Bondalti adaptou a estratégia e operações ao seu propósito sustentável, procurando dar resposta às suas crescentes necessidades atuais e futuras, assegurando o equilíbrio entre o crescimento económico e a proteção do meio ambiente e do bem-estar social.



Consolidar a **sustentabilidade**, a **transição climática** e a **energia** em prioridades estratégicas



Proporcionar às **unidades de negócio** a **solidez** necessária para alcançar as suas **ambições**



Manter no **centro corporativo** a responsabilidade de propor **políticas transversais**

Para mais informações sobre o desempenho da Bondalti, por favor, consulte o respetivo [Relatório Integrado 2022](#).





Estratégia de negócio

A CUF definiu em 2021 uma abordagem estratégica própria com um horizonte temporal de cinco anos, que contempla como principal objetivo o **reforço da sua posição de referência em Portugal** em três dimensões:



Na qualidade e no âmbito dos cuidados de saúde prestados



No desenvolvimento pessoal e profissional de todos os que trabalham na CUF



Na criação de valor com sustentabilidade para os acionistas e para a comunidade

Para mais informações sobre a abordagem da CUF, por favor, consulte o respetivo Relatório Integrado 2022.

Para o efeito conta com ativos de qualidade - **Talento, Tecnologia, Rede e Marca CUF** - que atuam de forma robusta em três **eixos de desenvolvimento fundamentais** nos quais se refletem as suas prioridades estratégicas:

Ativos Estratégicos

- Talento
- Tecnologia
- Rede e marca CUF

Eixos Estratégicos

- Diferenciação no *continuum* de cuidados
- Foco no serviço ao cliente, com consistência e eficiência
- Articulação do crescimento das unidades com o lançamento de novos negócios e foco na digitalização



Aposta na proximidade

Durante o ano de 2022 a CUF passou a estar ainda mais próxima dos portugueses. Para uma prestação de cuidados de saúde adaptada às necessidades individuais de cada pessoa, reforçou a sua resposta, integrada e abrangente, aliando **ferramentas digitais, novas formas de prestação de cuidados de proximidade** e o **crescimento e alargamento da oferta** da sua rede de hospitais e clínicas.



Reforço da rede CUF, em território nacional

Abertura de duas novas unidades de saúde: o Hospital CUF Trindade e a Clínica CUF Montijo
Expansão do Hospital CUF Santarém



Disponibilização de cuidados de proximidade

Seis regiões do país passaram a contar com Cuidados Domiciliários



Soluções digitais

- Teleconsulta
- Teleconsulta do Dia
- Avaliador de Sintomas My CUF

O modelo de cuidados de saúde implementado e o reforço do projeto clínico permitiu, em 2022, dar resposta a mais de 1 milhão e 100 mil de clientes, que diariamente procuram na CUF cuidados de saúde diferenciados e prestados por equipas altamente especializadas e empenhadas em garantir uma resposta, alargada e integrada, às suas necessidades.

4 Abordagem ESG

GRI 2-13, GRI 2-14

Estes temas, que ganharam um peso muito expressivo na estratégia da José de Mello nos últimos anos, são geridos e reportados pela **Direção de Inovação e Sustentabilidade** (DIS) e, de forma independente, pelas áreas de Sustentabilidade de cada uma das suas participadas.

O acompanhamento das ações transversais ao Grupo é assegurado pela DIS, que promove reuniões regulares com os responsáveis de sustentabilidade de cada empresa.

O enquadramento da ação da José de Mello na área da Sustentabilidade está presente na sua **Agenda de Sustentabilidade**, aprovada pelo Conselho de Administração. A monitorização desta Agenda é realizada trimestralmente em reuniões promovidas pela DIS com as várias direções da empresa, e a sua revisão ocorre periodicamente.

AGENDA DE SUSTENTABILIDADE

Por forma a assegurar a gestão estratégica dos compromissos e iniciativas em matérias ESG, foi definida, em 2022, uma Agenda de Sustentabilidade suportada **por nove temas considerados materiais para a sustentabilidade da empresa**, apurados através do processo de **auscultação de stakeholders** e **análise de materialidade** (mais informações em [Materialidade](#)).

Esta Agenda norteia a implementação de um Roteiro que formaliza um conjunto de compromissos, metas e ações concretas a implementar nos próximos **cinco anos**.

17 | compromissos 44 | metas 103 | ações

Os temas ESG (*Environmental, Social, Governance*), em especial aqueles que se relacionam com a componente Social, assumem, desde sempre, um papel de grande relevo na ação do Grupo José de Mello.

O espírito humanista de Alfredo da Silva, fundador do Grupo CUF (Companhia União Fabril), foi determinante na implementação de um conjunto de iniciativas inovadoras, que marcaram para sempre a cultura do Grupo. Projetos como os campos de férias para os filhos dos colaboradores, a criação de infraestruturas e apoios à prática desportiva e a prestação de cuidados de saúde, que viria a estar na origem do Hospital CUF Infante Santo, são exemplos pioneiros que transformaram as relações laborais e a relação das empresas com as comunidades, que sustentam ainda hoje o compromisso do Grupo no desenvolvimento económico através do investimento nas pessoas.

O compromisso de promover uma atuação empresarial sustentável é, por este motivo, parte integrante do Propósito do Grupo José de Mello, tanto nos seus negócios atuais como nos seus investimentos futuros.



Criação de valor

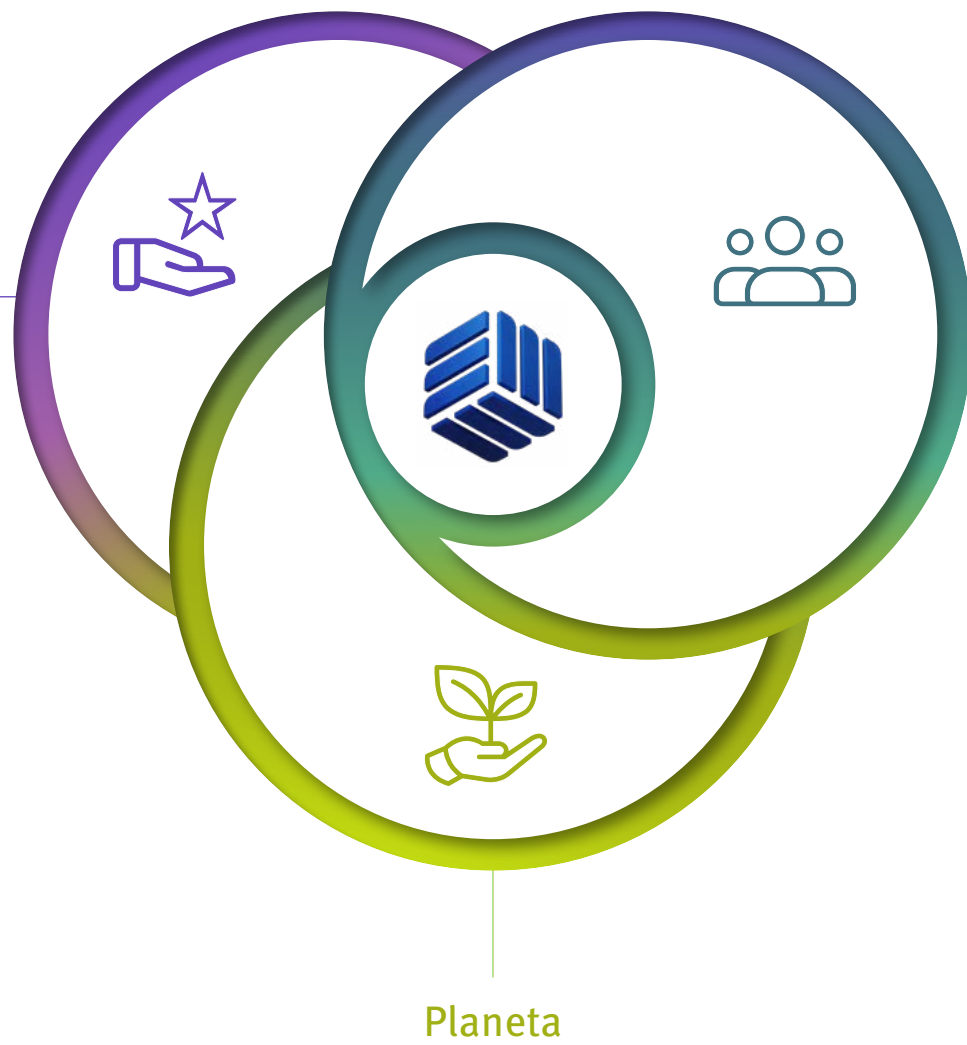
Criar vantagem competitiva sustentável

- A. Investimento responsável
- B. Desempenho económico e eficiência operacional
- C. Ética, transparência e integridade
- D. Gestão da marca e da reputação
- E. Inovação

Pessoas

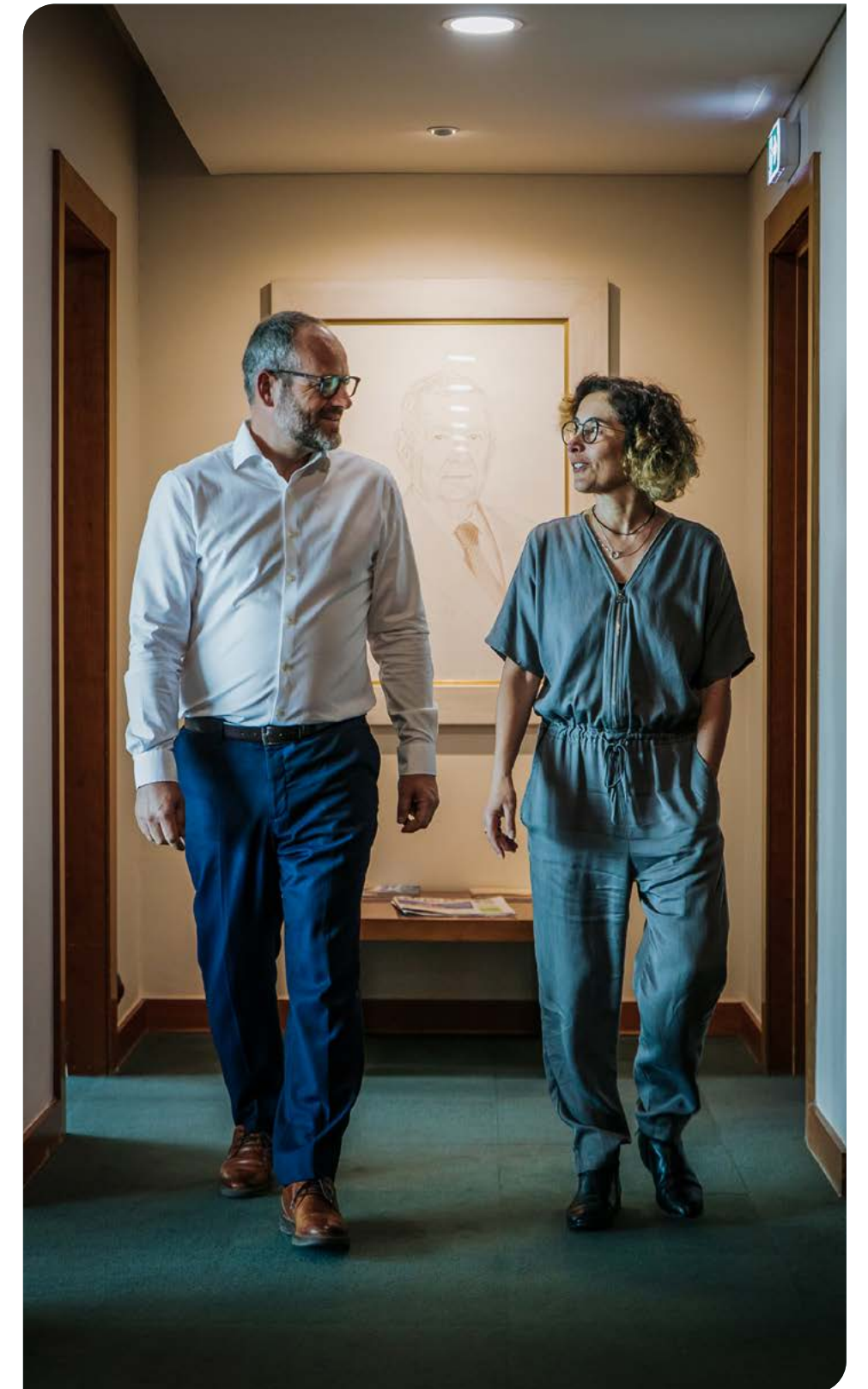
Colocar a dignidade das pessoas no centro da estratégia

- G. Atração, retenção e desenvolvimento das pessoas
- H. Diversidade e inclusão
- I. Envolvimento com a sociedade



Contribuir para o esforço global no combate às alterações climáticas

- F. Alterações climáticas

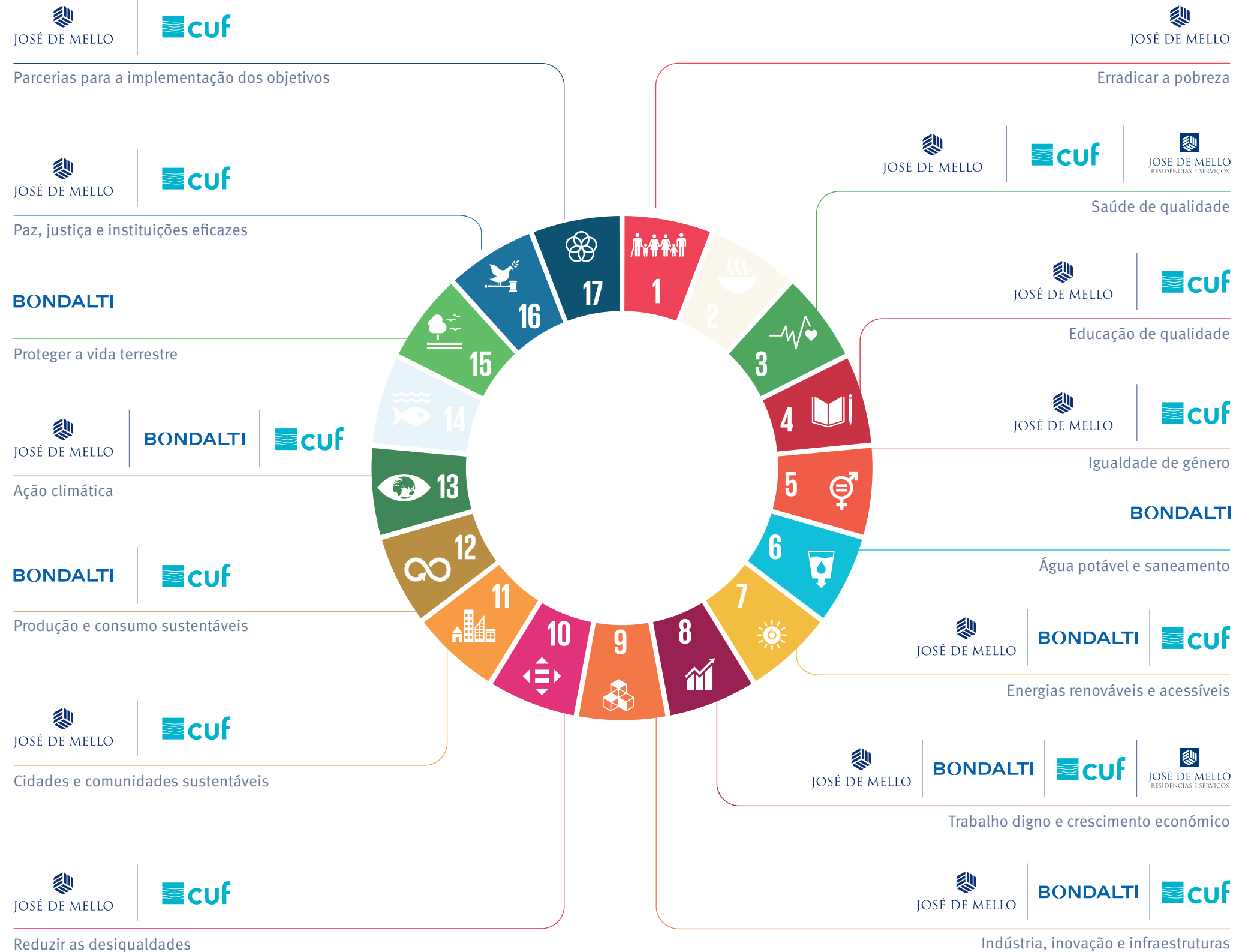


Neste âmbito, estão a ser implementadas diversas medidas, como, por exemplo, a **inclusão de critérios ESG na estratégia de investimento** (mais informações em [A estratégia de negócio](#)) a definição de uma **estratégia de diversidade e inclusão** (mais informações em [Pessoas](#)), e o **desenvolvimento de um Roteiro de Descarbonização para todo o Grupo** (mais informações em [Planeta](#)) – que pretendem consolidar a atuação face aos temas materiais que sustentam a Agenda.

Os impactos da José de Mello materializam-se, sobretudo, através da atuação dos seus negócios e dos seus contributos para a economia e para a sociedade, que cobrem 15 dos 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) das Nações Unidas.

A atuação das participadas contribui particularmente para os objetivos relacionados com a saúde, a água, as energias renováveis, a inovação, o trabalho digno e o crescimento económico. Por sua vez, a José de Mello contribui para 12 ODS, através de ações concretas espelhadas na sua Agenda de Sustentabilidade, nomeadamente no que concerne aos impactos relacionados com o seu desempenho financeiro, gestão de recursos humanos, preservação ambiental e envolvimento com as comunidades (mais informações em [O nosso desempenho](#)).

Procurando maximizar os seus impactos positivos, no âmbito do ODS 17 “Parcerias para a implementação dos ODS”, a José de Mello tem vindo a estabelecer parcerias, a assumir compromissos, a alcançar certificações e a integrar organizações privadas, públicas e sociais, que têm como objeto a promoção de iniciativas que contribuem diretamente para o desenvolvimento sustentável.







JOSÉ DE MELLO









BONDALTI












CUF

No âmbito da sua estratégia de investimento na comunidade, a José de Mello Capital e as participadas mantêm parcerias com dezenas de instituições de solidariedade social que acompanham e apoiam numa base regular (mais informação em [Pessoas](#)).



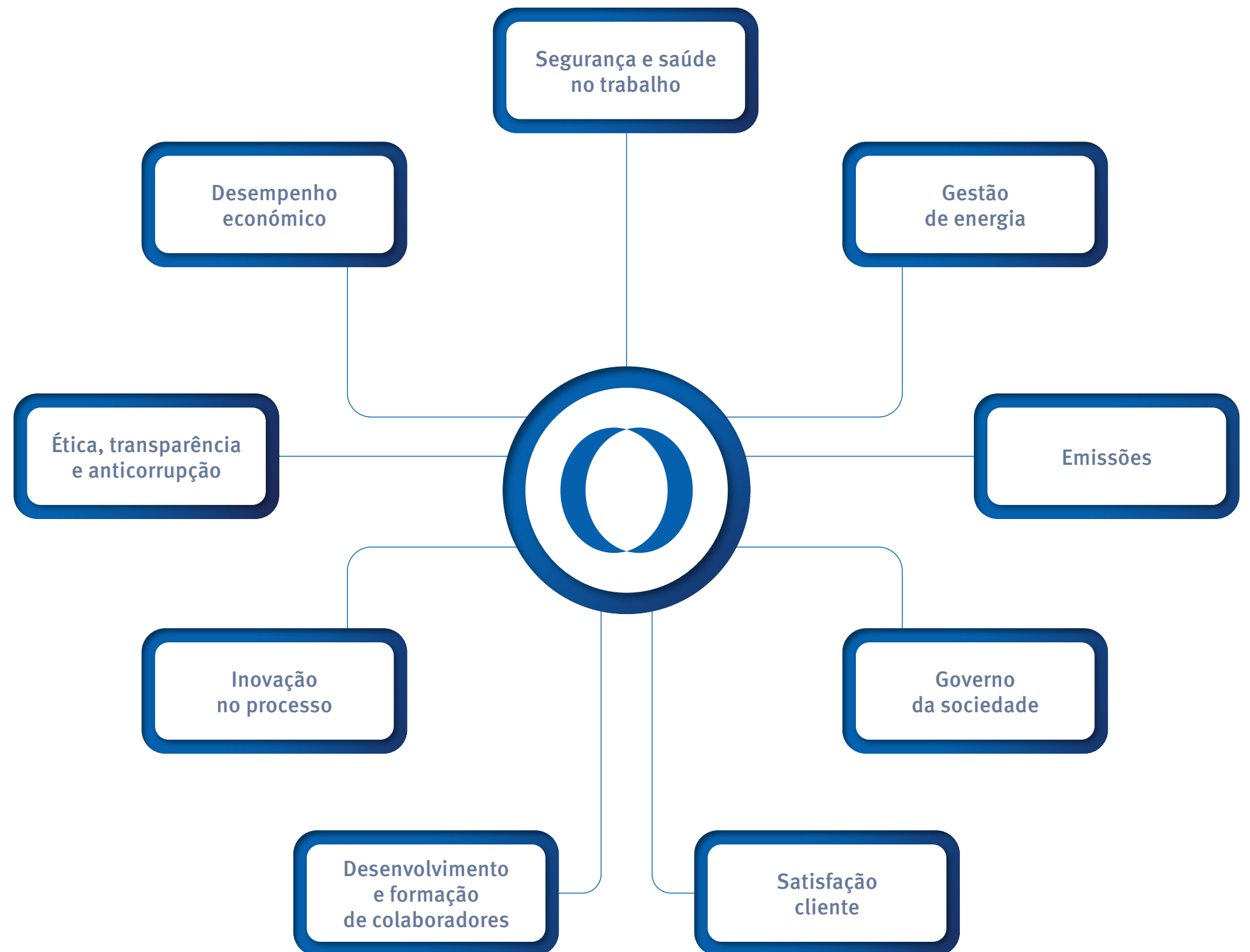
BONDALTI

Abordagem ESG

A abordagem ESG da Bondalti é focada nos **temas materiais de sustentabilidade**, definidos com base na sua estratégia, bem como no processo de auscultação a *stakeholders*, internos e externos, apoiados por uma análise de tendências e *benchmark*.

Os temas materiais da Bondalti foram atualizados no início de 2022 de acordo com a auscultação a *stakeholders* realizada no final de 2021. Para 2023, a Bondalti tem prevista uma revisão geral desta estratégia e a atualização dos seus temas materiais.

Para mais informações sobre o desempenho da Bondalti, por favor, consulte o respetivo [Relatório Integrado 2022](#).





Abordagem ESG

Na CUF, a área de **Cidadania Empresarial** atua junto de todas as direções e unidades, de forma transversal, para a definição e desenvolvimento da sua estratégia de sustentabilidade, reportando diretamente ao CEO.

Consciente do papel que desempenha no país e das expectativas dos seus *stakeholders*, a CUF criou o **Programa CUF Inspira**, numa afirmação pública do seu compromisso com os três pilares do desenvolvimento sustentável propostos pelas Nações Unidas – Social, Ambiental e Económico.

Para mais informações sobre o desempenho da CUF, por favor, consulte o respetivo Relatório Integrado 2022.

CUF Inspira

Responsabilidade ambiental

O programa de sustentabilidade da CUF para reduzir a sua pegada ambiental, para melhor gestão e conservação dos recursos naturais e minimizar os seus impactos ao nível do uso de recursos e da geração de resíduos, numa ótica de ecoeficiência.

Responsabilidade social interna

Medidas de responsabilidade social interna que visam construir uma relação individualizada com cada colaborador. Através de iniciativas que respeitam e valorizam a vida pessoal e familiar dos colaboradores.



Conduta ética e direitos humanos

Os princípios subjacentes à ética empresarial, ao respeito pelos Direitos Humanos e cumprimento legal, são materializados nas práticas da organização e no Código de Conduta da CUF e respetivas políticas.

Impactos sociais na comunidade

Criando parcerias e impactos positivos nas comunidades de proximidade, que contribuem para o desenvolvimento social e para o bem-estar da população.

Em 2022, procurando assegurar o permanente alinhamento com as novas diretrizes em matéria de reporte de sustentabilidade, nomeadamente com o conceito de **dúpla materialidade**, a CUF realizou um novo exercício de materialidade, tendo identificado 15 tópicos materiais mais relevantes para a sua atividade.

4.4 Inovação

Inovação é um dos valores do Grupo José de Mello, assumindo um papel fulcral na competitividade das suas participadas e, conseqüentemente, no potencial de criação de valor para todos os *stakeholders*.

Pela importância que assume para a José de Mello, em 2020 foi desenvolvida uma estratégia de inovação **assente em cinco pilares estratégicos** (ver figura), materializada através de um Plano de Atividades anual que inclui um conjunto de iniciativas que visam reforçar a cultura de inovação do Grupo, promover a inovação aberta, acompanhar as principais tendências tecnológicas e apoiar as agendas de inovação das participadas.

Assumindo a missão de reforçar a cultura de inovação, quer através da partilha de conhecimento entre as empresas, quer por via da organização conjunta de iniciativas transversais, existe no Grupo um **Comité de Inovação**, constituído por membros da José de Mello e das empresas participadas.

Pilares Estratégicos



503

propostas apresentadas pelos colaboradores em concursos de ideias, das quais **28** foram aprovadas

456

contactos com *startups* das quais **49** estão em análise para uma potencial parceria

10

novos pilotos com *startups* que representam um investimento de **109 mil €**

129

publicações científicas nas quais surgem colaboradores do Grupo

As iniciativas desenvolvidas abrangem uma ampla variedade de desafios, tendo por base uma forte colaboração com investigadores e empreendedores, e parcerias com investidores de *venture capital*, incubadoras, aceleradoras, e entidades do sistema científico e tecnológico.

A José de Mello, através da sua área de Inovação e Sustentabilidade, monitoriza os indicadores de IDI (Investigação, Desenvolvimento e Inovação) das suas participadas, acompanha as tendências de inovação dos setores em que está envolvida, e procura dinamizar a sua atuação através da promoção de iniciativas de inovação aberta como o Grow.



JOSÉ DE MELLO
G R O W

Criado em fevereiro de 2017, o GROW é um programa de inovação aberta, transversal ao Grupo José de Mello, que liga as empresas participadas ao ecossistema de empreendedorismo, proporcionando condições para que start-ups, de base científica e tecnológica, possam testar as suas soluções em ambiente real.

Ao disponibilizar o acesso à sua infraestrutura e rede de mentores, as empresas do Grupo estão a apoiar o desenvolvimento de soluções tecnológicas inovadoras, contribuindo assim para a modernização e crescimento da economia, enquanto beneficia de acesso a conhecimento que permite desafiar os modelos de negócio em vigor.

7 | novos pilotos em 2022 **50** | pilotos desde o início do Grow

As promessas do programa GROW para as *startups*

 **Conectar**

Proporcionar acesso a pessoas-chave na esfera do Grupo

 **Testar**

Testar e demonstrar soluções em ambiente real

 **Validar**

Validar a capacidade de implementação das soluções e a receptividade do mercado

 **Impulsionar**

Acelerar o crescimento através da mentoria e visibilidade

BONDALTI

Inovação

Com vista a dar resposta aos desafios do futuro, a Bondalti Chemicals desenvolveu diversos projetos de inovação para implementar **soluções que conduzam à neutralidade carbónica** das suas operações industriais, bem como projetos mais disruptivos face ao seu perfil de negócios. Alguns destes projetos refletiram-se, em 2022, em candidaturas a oportunidades de financiamento, no âmbito do Fundo Ambiental, da Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT) e do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR).

8

candidaturas a oportunidades de financiamento público

Para mais informações sobre o desempenho da Bondalti, por favor, consulte o respetivo Relatório Integrado 2022.

Medidas de auxílio a custos indiretos a favor das instalações abrangidas pelo regime CELE

O projeto consiste no reforço da relação custo-eficácia das reduções de emissões de GEE, e o investimento nas tecnologias de baixo carbono no período 2021-2030 e do procedimento concorrencial relativo à “Atribuição de reserva de capacidade de injeção na rede elétrica de serviço público” (produção de energia exclusivamente a partir de fontes renováveis, para injeção na rede elétrica de serviço público). Este projeto conta com o financiamento do Fundo Ambiental.

Projeto SYN BIOANI

O projeto, que conta com o financiamento da Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT), tem como objetivo desenvolver um bioprocessamento sustentável e eficiente que possa, em parte, substituir o atual processo químico de produção de anilina.

Projetos “H2ENABLE”, “H2DRIVEN” e “NEW GENERATION STORAGE”

Estes projetos resultam de propostas finais submetidas ao abrigo da 2.ª fase da Componente C5 – Capitalização e Inovação Empresarial da dimensão “Resiliência”, do PRR, que pretendem constituir agendas no âmbito da gestão e valorização de uma nova cadeia de valor de combustíveis verdes, em concreto uma fileira com capacidade para produzir hidrogénio, amoníaco e metanol verde, e na construção de uma fábrica de processamento de eletrolisadores de lítio no Complexo Químico de Estarreja.

Projeto “RePower Chemicals”

Ainda no âmbito do PRR, foi submetido o projeto “RePower Chemicals” ao abrigo da Componente C14 – Apoio à Descarbonização da Indústria, integrada na dimensão “Transição Climática” que visa alavancar a integração de tecnologias avançadas, inteligentes e eficientes, e a incorporação de energias renováveis em processos intensivos em energia, por forma a reduzir o impacto ambiental dos processos produtivos do Complexo Químico de Estarreja, promovendo, simultaneamente, a diminuição do consumo de combustíveis fósseis e as emissões de GEE desta instalação industrial.

Também no segmento de Tratamento de Águas encontram-se em curso algumas iniciativas de IDI para as quais foram submetidas, à 2.ª fase da Componente C5 do PRR, candidaturas a sistemas de incentivos.

GIATEX

O projeto GIATEX tem como *owner* o Grupo Enkrott e o seu objetivo é reduzir o consumo específico de água, usando processos de separação por membranas.

R2Water

O projeto R2Water pertence também ao Grupo Enkrott e pretende construir soluções de tratamento e reutilização de água, aplicando processos de separação por membranas de máxima eficiência.

MULTI-AD

O projeto MULTI AD tem como *owner* o Grupo AEMA e prende-se com a melhoria na eficiência energética e a gestão das lamas.

ULTRACLEAN

À semelhança do projeto MULTI AD, o projeto ULTRACLEAN, do Grupo AEMA, tem como objetivo melhorar o processo de limpeza de membranas MBR.



Inovação

A inovação é um ativo essencial para sustentar a oferta CUF de cuidados clínicos de referência, proporcionando, deste modo, os mais recentes e inovadores tratamentos ou procedimentos aos doentes. As iniciativas de inovação são geridas de forma transversal através da atuação de diferentes unidades. Entre elas, destaca-se o Cluster de Novos Cuidados que é responsável pelo desenvolvimento de serviços de saúde digital, e o CUF Academic Center que faz a ligação à comunidade científica. A direção responsável pela área de inovação acompanha as tendências no setor, implementa um concurso de ideias interno e faz a ligação à comunidade de empreendedores.

Para mais informações sobre o desempenho da CUF, por favor, consulte o respetivo Relatório Integrado 2022.

“EIC x CUF Investor Day on Healthcare”

A CUF e o European Innovation Council (EIC) coorganizaram, em 2022, no Hospital CUF Tejo, uma iniciativa que visou aproximar investidores e *startups*, promovendo *networking* e potenciais financiamentos a projetos inovadores na área da saúde.

20

investidores internacionais e 20 *startups* europeias presentes no evento

Em 2022 foram implementados projetos piloto com *startups* nas áreas da fisioterapia digital, gestão de energia, análise de dados em blocos operatórios, e contratação de enfermeiros.

4

novos pilotos em 2022

CLYNX

Solução que permite ao doente realizar exercícios de fisioterapia em ambiente de videojogo, tornando o tratamento substancialmente mais motivador, digital e interativo. Em 2022, e após dois pilotos bem-sucedidos, iniciou-se o projeto na Clínica CUF Alvalade.

SIGMA

Projeto-piloto que tem como principal objetivo fornecer informações detalhadas do comportamento elétrico, garantindo o adequado

funcionamento e a manutenção eficiente e económica de equipamentos de gestão hospitalar.

DEO.CARE

Desenvolvimento metodológico baseado em dados com o objetivo de reduzir os impactos físicos e mentais na equipa cirúrgica, enquanto equilibra qualidade, custo e receita. O *software* realiza a medição de diversos parâmetros do processo que, com o modelo de dados preditivos e o conhecimento das melhores práticas, sugere, pontos de melhoria.

MYCAREFORCE

Plataforma digital que liga enfermeiros e técnicos auxiliares de saúde a turnos disponíveis em diferentes instituições. O projeto-piloto é dirigido sobretudo a enfermeiros circulantes, podendo estender-se a outras funções de enfermagem, caso exista necessidade.





JOSÉ DE MELLO
RESIDÊNCIAS E SERVIÇOS

Inovação

A José de Mello Residências e Serviços mantém uma relação próxima com o ecossistema de empreendedorismo, participando ativamente em várias iniciativas que visam identificar soluções inovadoras para a suas operações.

PROJETO-PILOTO COM A *STARTUP* ACTIF

A José de Mello Residências e Serviços implementou em 2022 um projeto-piloto com a *startup* ACTIF que visa disponibilizar de forma digital um conjunto de exercícios físicos e cognitivos adaptados às características dos seus residentes.



Envolvimento com stakeholders

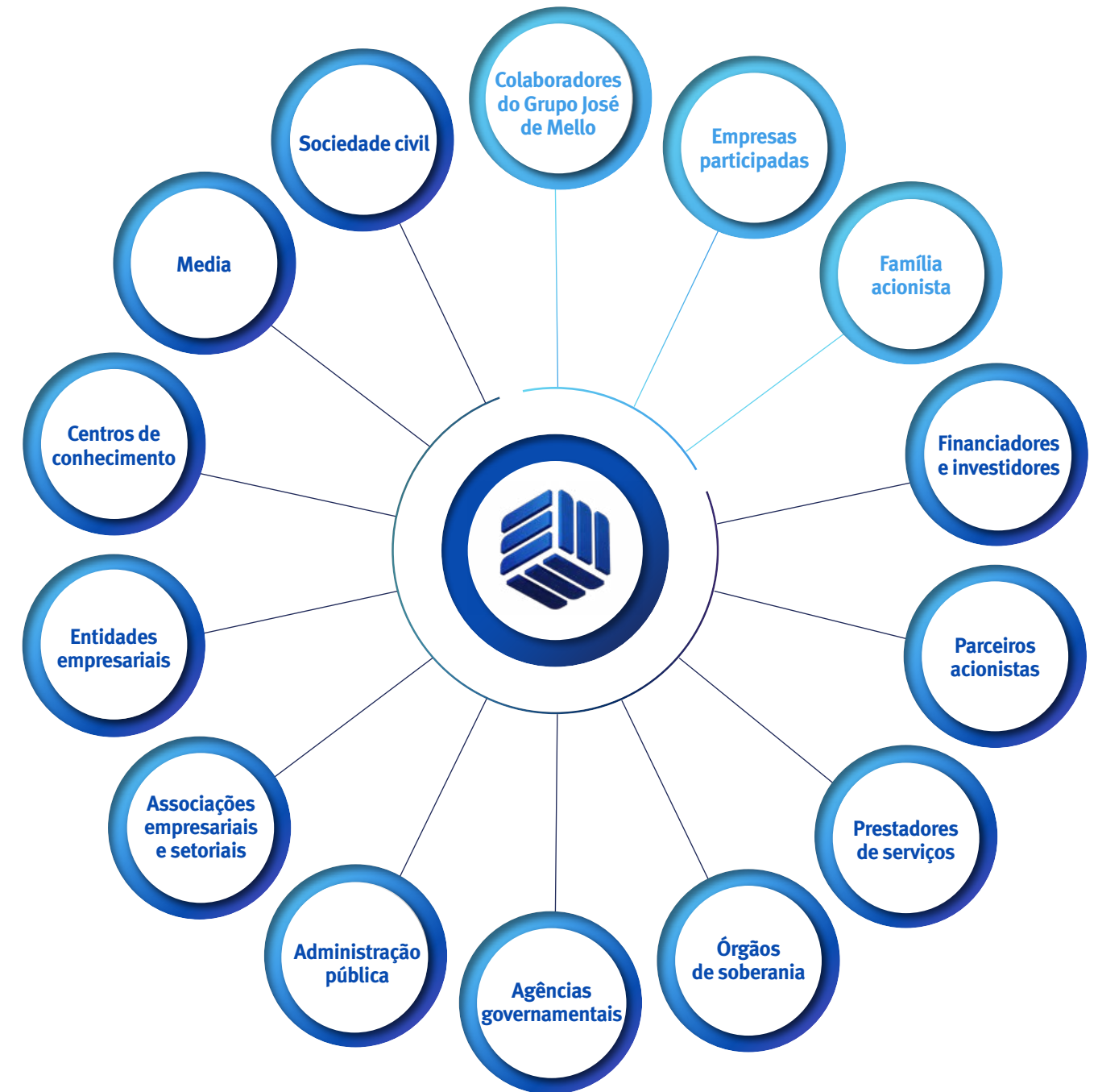
GRI 2-12, GRI 2-25, GRI 2-26, GRI 2-29

A José de Mello assume o compromisso de promover um diálogo permanente e inclusivo com os seus stakeholders, internos e externos, essencial para compreender as suas expectativas e necessidades e reforçar relações de confiança de longo prazo.

Este diálogo é relevante no âmbito da gestão da marca e da reputação, na medida em que permite contribuir para a formulação de opiniões e perceções sobre o Grupo José de Mello.

Para que seja possível adequar a atuação, estratégia e comunicação da José de Mello às expectativas e exigências dos seus stakeholders, é essencial identificá-los e mapeá-los, de acordo com a sua relevância. Em 2022 procedeu-se à revisão do mapeamento de stakeholders e respetivo modelo de gestão.

Além dos mecanismos e iniciativas que integram o modelo de gestão de relacionamento com cada um dos diferentes grupos de stakeholders – como sejam reuniões, iniciativas, eventos, comunicados, conteúdos do website, publicações nas redes sociais e contactos personalizados, entre outros – a José de Mello disponibiliza, de forma transversal, um canal de comunicação de irregularidades – codigodeconduta@josedemello.pt - que visa garantir a existência de condições para a deteção atempada de situações potencialmente causadoras de prejuízos, ou efeitos adversos, para o Grupo. Este canal está a ser reformulado para assegurar a conformidade com a legislação em vigor.



● Stakeholders externos
● Stakeholders internos

No âmbito da gestão de marca e reputação, a José de Mello identifica regularmente os **riscos** associados e respetivas **ações de mitigação**, com recurso a procedimentos de gestão de riscos. Emprega, igualmente, múltiplos esforços na monitorização das perceções dos diferentes *stakeholders*, nomeadamente através do acompanhamento diário das notícias publicadas pelos *media* sobre a José de Mello e as participadas, do qual resulta a elaboração trimestral de um relatório de comunicação que engloba uma análise quantitativa e qualitativa das notícias publicadas e uma identificação de temas de comunicação potencialmente mediáticos e respetivos riscos reputacionais associados.

RepScore

O estudo RepScore tem sido utilizado, desde 2018, como fonte de informação para avaliação da reputação da José de Mello. Desenvolvido pela consultora OnStrategy, avalia anualmente o posicionamento e os níveis emocional e racional de reputação⁴. Os primeiros relacionados com o património imaterial de uma marca ou organização e os segundos relacionados com indicadores de atividade e de posicionamento de mercado.

Este estudo tem permitido analisar a evolução do risco reputacional e os atributos em que a José de Mello se destaca, contribuindo, deste modo, para uma tomada de decisão mais esclarecida quanto a possíveis ações a desenvolver.

⁴ Estudo elaborado tendo por base um trabalho de campo que decorre em contínuo durante as 52 semanas do ano, junto de mais de 40.000 cidadãos online e mais de 10.000 cidadãos presencialmente ou por telefone, sendo os mesmos representativos da sociedade portuguesa no que respeita à distribuição geográfica, género, idade e grau de formação.

Sempre que necessário, para suportar a tomada de decisão com impacto no relacionamento com os seus *stakeholders*, a José de Mello promove estudos de mercado que visam obter informação sobre a marca José de Mello e sobre o Grupo José de Mello, enquanto associação das empresas participadas, bem como sobre o seu posicionamento face a outros grupos empresariais portugueses. Os estudos mais recentes foram realizados em 2003, 2008 e 2019.

Atualmente está em curso um estudo de mercado, desenvolvido em parceria com o Centro de Estudos Aplicados da Católica Lisbon Business & Economics, que visa aferir o modo como é percecionada a marca José de Mello pelos principais *stakeholders* e público em geral e, deste modo, avaliar também o seu posicionamento enquanto marca empregadora (*employer branding*).



BONDALTI

Envolvimento com *stakeholders*

A Bondalti **identifica e mapeia os seus grupos de *stakeholders***, avaliando através de uma matriz a sua relevância de acordo com a influência na Bondalti e a dependência face à Bondalti (e vice-versa), bem como pela responsabilidade que a participada tem para com estes grupos.

Inquérito de auscultação aos seus *stakeholders*

A cada dois anos, a Bondalti realiza um inquérito de auscultação aos seus *stakeholders* mais relevantes com o objetivo de conhecer a respetiva **perceção sobre o seu desempenho ESG**, avaliar o seu **grau de satisfação de relação**, e ainda conhecer as suas **principais necessidades e expectativas**. A última auscultação foi realizada no final do segundo semestre de 2021.

Este exercício de auscultação, apesar de não avaliar com detalhe cada um dos tópicos abrangidos, é relevante para determinar as temáticas que necessitam de maior foco, as oportunidades de melhoria e ainda o Plano de Envolvimento para cada grupo de *stakeholders*.

Para mais informações sobre o desempenho da Bondalti, por favor, consulte o respetivo [Relatório Integrado 2022](#).



Envolvimento com stakeholders

Numa ótica de melhoria contínua, a CUF procura aferir regularmente, as opiniões e expectativas dos seus stakeholders, em particular dos seus clientes.



Para mais informações sobre o desempenho da CUF, por favor, consulte o respetivo Relatório Integrado 2022.

Programa Voz de Clientes

Com recurso a uma plataforma independente é enviado um inquérito de satisfação aos clientes, maiores de 18 anos, no dia seguinte à visita a uma das unidades CUF. Estes inquéritos, que são distintos para cada área assistencial, incluem o Net Promoter Score (NPS), Satisfação Global, e perguntas sobre os principais drivers e causas da experiência do cliente. A partir das respostas obtidas é possível desenvolver e implementar iniciativas de melhoria da experiência do cliente.

No ano de 2022 assistiu-se ao retorno à normalidade após vários anos de pandemia mundial de COVID19, o que se refletiu num aumento de atividade e clientes, bem como numa melhoria no NPS (+5.9 pp) e satisfação de cliente (0.2).

90 %

da atividade da CUF coberta

20

inquéritos de satisfação enviados diariamente

57 %

no NPS

8,6

satisfação

Comunidade CUF

Constituída por grupo de cerca de 500 clientes que utilizam regularmente os serviços CUF e estão satisfeitos com a sua experiência, a Comunidade CUF é consultada de acordo com as necessidades do negócio, para identificar oportunidade e melhorias na oferta, nos processos e na experiência do cliente, de forma rápida e simples.

"Close the Loop"

O projeto piloto "Close the Loop" (Atendimento Permanente) é direcionado a clientes que respondem com uma pontuação de 0 a 6 à pergunta de recomendação (NPS) do inquérito de satisfação. Até 48h depois da resposta do cliente, através de contacto telefónico, um elemento da equipa do Gabinete do Cliente procura obter feedback concreto da experiência, resolver temas específicos de forma mais célere, e identificar pontos de melhoria posteriormente trabalhados em conjunto com as equipas clínicas e operacionais.

Através dos canais de reclamações e do website CUF os clientes podem, por iniciativa própria, apresentar sugestões, dúvidas e reclamações.

No âmbito do cumprimento legal e da responsabilidade ética da CUF, a participada disponibiliza, de forma transversal a todos os seus stakeholders, um canal de denúncias que possibilita a apresentação de denúncias confidenciais e anónimas.



JOSÉ DE MELLO
RESIDÊNCIAS E SERVIÇOS

Envolvimento com *stakeholders*

Também a José de Mello Residências e Serviços, procurando avaliar a qualidade dos seus serviços e a satisfação dos residentes e seus familiares, realiza inquéritos de satisfação, que permitem identificar oportunidades de melhoria e implementar novos procedimentos e práticas.

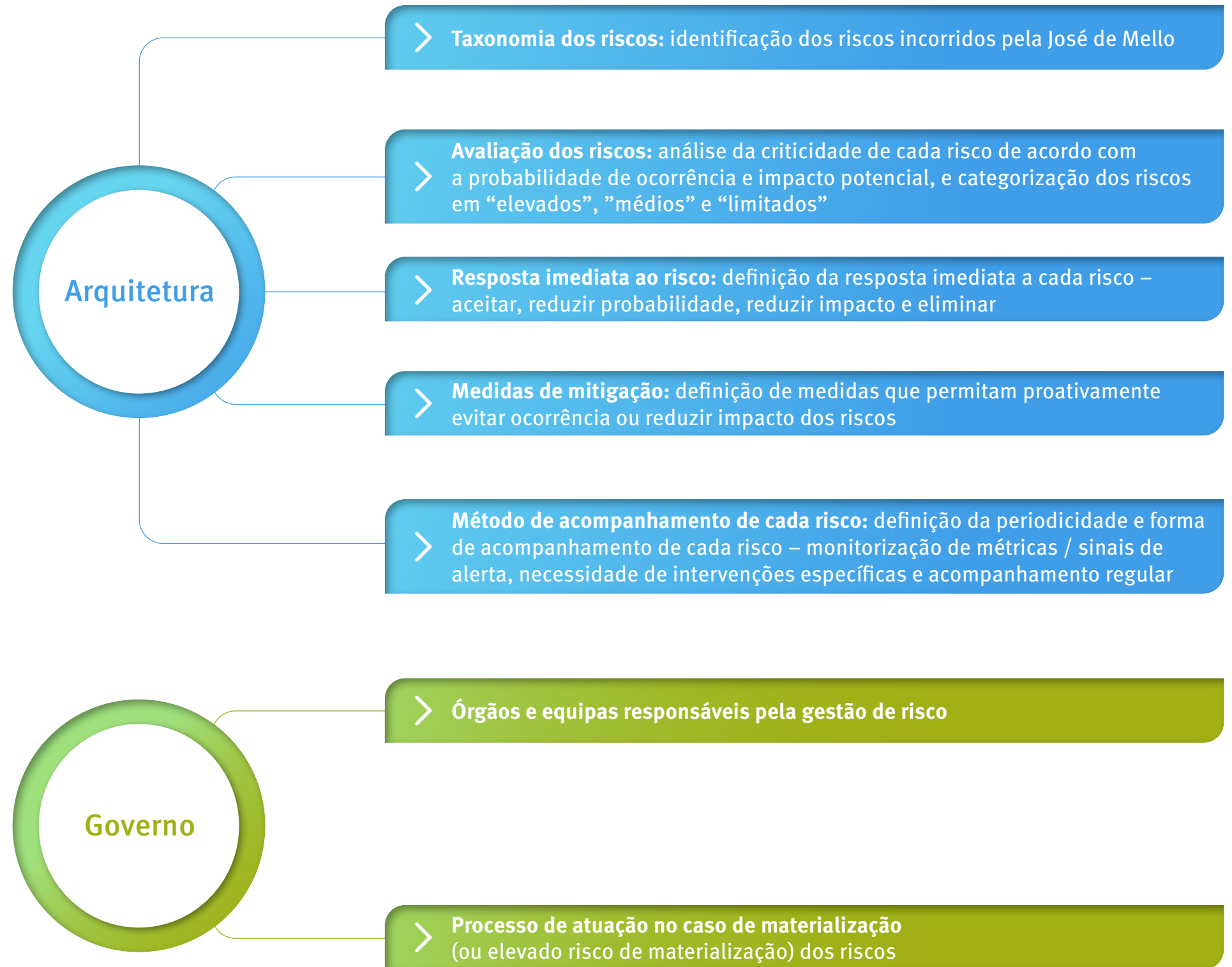


4.6

Gestão de riscos

GRI 2-23, GRI 2-25, GRI 201-2

A José de Mello, reconhecendo a vulnerabilidade a que o seu modelo de negócio poderá estar sujeito perante riscos conjunturais ou estruturais, segue, através da Política de Gestão de Risco, as melhores práticas, procurando assegurar a identificação atempada, monitorização e mitigação de riscos, de forma a preservar a sua capacidade de criação valor.



A gestão e controlo de riscos é assegurada pela cooperação de um conjunto de intervenientes multidisciplinares com distintos focos de atuação e responsabilidades.

- Avaliação contínua da **Política de Gestão de Risco** e identificação de eventuais necessidades de revisão, coordenando o processo de desenvolvimento e atualização
- **Agregação da informação de gestão de risco** dos diferentes responsáveis e **elaboração de documentos de reporte**
- **Análise da evolução da exposição de risco** (globalmente e de cada risco), desafiando áreas responsáveis pelo risco
- **Acompanhamento e alinhamento das Políticas de Gestão de Risco** das participadas

Equipa de gestão de risco

Conselho de Administração

Comissão Executiva

- Responsável pela gestão de risco, incluindo:
- **Aprovação da Política de Gestão de Risco** e respetivas alterações
 - **Decisões em casos de elevado risco** e no caso de quebra de limites definidos

Áreas funcionais (responsáveis pelo risco)

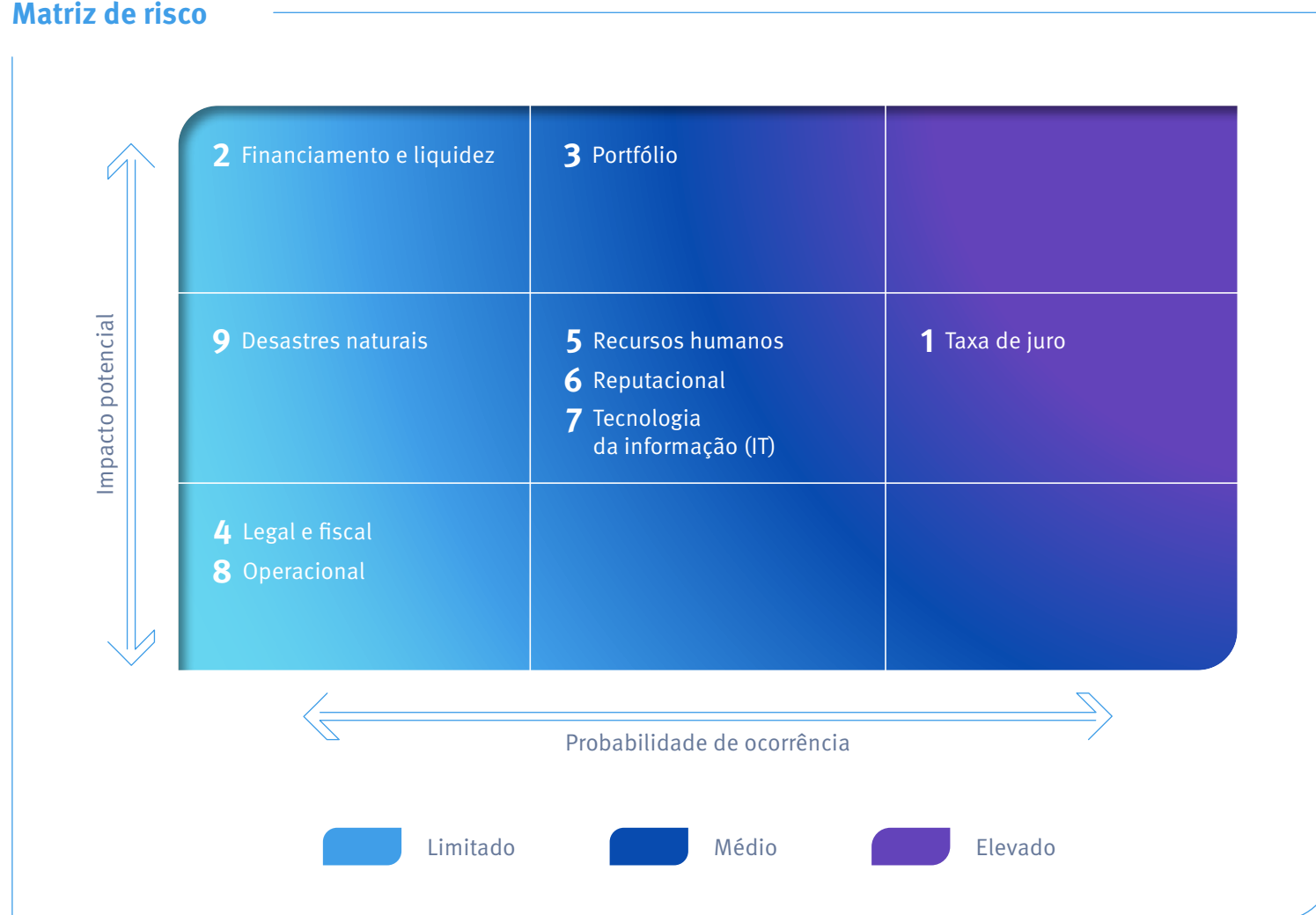
Administrativa e Responsabilidade Social	Comunicação	Contabilidade e Consolidação	Desenvolvimento de Negócio	Financeira	Inovação e Sustentabilidade	Jurídica	Pessoas e Gestão de Talento	Planeamento Estratégico e Controlo de Gestão	Tecnologias de Informação
--	-------------	------------------------------	----------------------------	------------	-----------------------------	----------	-----------------------------	--	---------------------------

- **Identificação e avaliação contínua** dos riscos da respetiva área
- **Gestão do risco no dia-a-dia** de forma a mitigar probabilidade de ocorrência e impacto dos diferentes riscos
- **Preparação de mecanismos de resposta** no caso de quebra dos limites de risco definidos
- **Atualização periódica da evolução dos riscos** para reporte

Em caso de escalada de risco, a resposta da José de Mello assenta nas seguintes etapas:

	1 Identificação e reporte do risco	2 Avaliação da situação e definição de plano de resposta	3 Desenvolvimento de plano de mitigação / correção	4 Discussão em sede de Comissão Executiva e/ou Conselho de Administração
Quando	Contínuo	Imediato	Dependente da decisão tomada na etapa 2. (avaliação da situação)	
Descrição	<ul style="list-style-type: none"> Identificação de situação de elevado risco (colocando em causa tolerância ou limites definidos) Comunicação entre responsáveis do risco e equipa de gestão de risco 	Dependendo do risco, decidir sobre: <ul style="list-style-type: none"> Necessidade de comunicação à Comissão Executiva e/ou ao Conselho de Administração (incluindo momento para discussão) no imediato Tempo para preparação do plano de mitigação / correção 	<ul style="list-style-type: none"> No caso de elevada probabilidade de o risco se materializar, preparação de plano de mitigação da ocorrência ou impacto do risco Preparação de plano de resposta no caso de materialização do risco 	Discussão e aprovação em reuniões da Comissão Executiva e/ou do Conselho de Administração
Responsável	Áreas responsáveis pelo risco ou equipa de gestão de risco	Equipa de gestão de risco em conjunto com responsáveis do risco (e administrador com Pelouro)	Áreas responsáveis pelo risco com apoio da equipa de gestão de risco	Comissão Executiva e/ou Conselho de Administração

Matriz de risco



Em seguida apresentam-se os riscos identificados na matriz, bem como as respetivas **ações de mitigação**. As informações apresentadas não são exaustivas e podem ser **revistas e atualizadas**, consoante a evolução do cenário de risco.

Legenda

A Investimento responsável	F Alterações climáticas
B Desempenho económico e eficiência operacional	G Atração, retenção e desenvolvimento das pessoas
C Ética, transparência e integridade	H Diversidade e inclusão
D Gestão da marca e da reputação	I Envolvimento com a sociedade
E Inovação	

1

Taxa de juro

Probabilidade de ocorrência	Correlação com riscos	Materialidade
Elevada	2 3	A B

DESCRIÇÃO

- **Aumento do indexante** devido a alterações macroeconómicas e das políticas monetárias, com reflexo no custo da dívida com taxa variável ou em novos financiamentos
- **Aumento do spread** da dívida da José de Mello em novos financiamentos

AÇÕES DE MITIGAÇÃO

- Analisar o impacto das taxas de referência nos custos financeiros e nos dividendos recebidos pela José de Mello, influenciados pelo impacto das taxas de juro/inflação nos negócios do portfolio do Grupo
- Analisar continuamente a situação de mercado, procurando o equilíbrio correto entre taxa fixa e variável, em função do perfil de portfolio da José de Mello
- Garantir uma gestão financeira ativa e prudente para assegurar custos de dívida competitivos em cada financiamento

2



Financiamento e liquidez

Probabilidade de ocorrência	Correlação com riscos	Materialidade
Média	1 3	A B D

DESCRIÇÃO

- **Redução de dividendos** dos negócios ou **agravamento de outros fluxos previstos** (entre recebimentos e pagamentos) que impactem a gestão de caixa
- Incapacidade de **serviço da dívida e de outras responsabilidades** por falta de liquidez
- **Endividamento excessivo**
- **Incapacidade de acesso a capital** para executar a estratégia de portfolio definida, provocada pela situação do Grupo ou pelo contexto externo e regulatório dos mercados financeiros e da economia

AÇÕES DE MITIGAÇÃO

- Acompanhar a evolução e projeção dos indicadores relevantes para os *covenants* dos financiamentos para antever e agir previamente sobre eventuais desvios
- Acompanhar a execução dos planos de negócio e da política de dividendos pelas participadas
- Acompanhar a evolução dos orçamentos anuais para assegurar liquidez suficiente para servir as necessidades operacionais e estratégicas da José de Mello

3



Portfólio

Probabilidade de ocorrência	Correlação com riscos	Materialidade
Média	1 2	A B D

DESCRIÇÃO

- **Alterações macroeconómicas** (crescimento económico, inflação, política monetária, entre outras) com impacto no desempenho, geração de caixa e valor da José de Mello e das participadas
- **Risco de flutuações no valor de cada ativo** implicarem flutuações fortes nos resultados e capitais próprios económicos do Grupo
- **Concentração geográfica e setorial**
- **Execução de novos investimentos**, quer na avaliação de entrada quer no desempenho dos novos ativos
- **Relação com os diferentes parceiros acionistas e operacionais**

AÇÕES DE MITIGAÇÃO

- Garantir o alinhamento entre a estrutura de capital da José de Mello e o perfil de risco definido
- Continuar a executar os planos de negócios das participadas, permitindo capturar oportunidades de eficiência, reduzir riscos e melhorar a estrutura de capitais
- Continuar a diversificar portfólio de ativos, de acordo com a estratégia definida
- Assegurar o funcionamento do comité de investimentos e aplicação do manual de investimentos (critérios, *governance*, responsabilidades, entre outros), para mitigar riscos de execução de novos investimentos
- Gerir ativamente e de forma transparente a relação com parceiros acionistas

4



Legal e Fiscal

Probabilidade de ocorrência	Correlação com riscos	Materialidade
Limitada	2 6	C D

DESCRIÇÃO

- Incumprimento da legislação e obrigações de *compliance*
- Responsabilidades fiscais referentes a ações tomadas no passado contestadas pela Autoridade Tributária ou outros organismos do Estado
- Alterações legislativas e regulatórias
- Incumprimento do RGPD

AÇÕES DE MITIGAÇÃO

- Assegurar a avaliação detalhada das potenciais implicações legais das decisões adotadas seguindo uma lógica prudente
- Garantir a existência de uma equipa legal e contabilística capacitadas, recorrendo a apoio externo quando necessário, quer a propósito das decisões adotadas em relação aos seus impactos legais e/ou fiscais, quer das alterações legislativas
- Para situações de maior risco e/ou complexidade, garantir a fundamentação formal (documentada) por parte de entidades externas
- Divulgação das alterações legislativas e das normas publicadas com maior relevância

5



Recursos Humanos

Probabilidade de ocorrência	Correlação com riscos	Materialidade
Média	3 6	A B C E G H I

DESCRIÇÃO

- Capacidade de **atração e retenção de talento**
- Dependência de **recursos chave**
- Inexistência de **competências adequadas** na organização
- Acidentes laborais

AÇÕES DE MITIGAÇÃO

- Assegurar a robustez da marca empregadora (*employer branding*) e enriquecer a proposta de valor para colaboradores (*employee value proposition*)
- Capacitar e desenvolver as equipas, nomeadamente através da formação
- Desenvolver e estruturar planos de sucessão para recursos chave

6



Reputacional

Probabilidade de ocorrência	Correlação com riscos	Materialidade
Média	1 2 3 5	B C D G I

DESCRIÇÃO

- **Danos na imagem da José de Mello** como resultado da operação e ações da José de Mello, das participadas ou por parceiros do Grupo

AÇÕES DE MITIGAÇÃO

- Acompanhar relatórios de comunicação, aplicando uma abordagem preventiva aos temas mais críticos
- Promover e acompanhar relatórios anuais de reputação
- Manter um diálogo permanente com os responsáveis de comunicação das participadas
- Acompanhar artigos na imprensa e desenvolvimentos nas redes sociais sobre a José de Mello e sobre as participadas com desenvolvimento de planos de resposta internos ou externos caso necessário

7



Tecnologias de Informação

Probabilidade de ocorrência	Correlação com riscos	Materialidade
Média	6	B D E

DESCRIÇÃO

- **Ciberataques** provocados por comportamentos de risco dos colaboradores ou pela utilização de sistemas de informação desadequados, colocando em causa a privacidade e segurança dos dados e a continuidade da operação
- Falhas na **performance dos sistemas e infraestrutura** de IT

AÇÕES DE MITIGAÇÃO

- Realizar atualizações regulares da infraestrutura e *softwares* de segurança, assegurando que em caso de latência de implementação existe um *patching* virtual dinâmico
- Assegurar a gestão de identidades
- Implementar um sistema de análise comportamental
- Formar os utilizadores em cibersegurança
- Efetuar testes de penetração internos e externos
- Realizar periodicamente auditorias de segurança

8



Operacional

Probabilidade de ocorrência	Correlação com riscos	Materialidade
Limitada	6	C D F

DESCRIÇÃO

- **Processos desadequados** ou incumprimento dos processos definidos
- Ocorrência de **ações fraudulentas provocadas por pessoas internas ou externas** à organização

AÇÕES DE MITIGAÇÃO

- Assegurar que todos os colaboradores têm conhecimento sobre o Código de Conduta
- Garantir que o canal de denúncia da José de Mello está de acordo com a legislação de *whistleblowing*
- Informar e capacitar os novos colaboradores para processos gerais e para aqueles relativos à sua área específica

9



Desastres naturais, ações de terrorismo ou pandemias

Probabilidade de ocorrência	Correlação com riscos	Materialidade
Limitada	2 3 5	B

DESCRIÇÃO

- Ocorrência de **desastres, ações de terrorismo ou pandemias** que coloquem em causa a segurança dos colaboradores, os ativos do Grupo e/ou a operação do Grupo

AÇÕES DE MITIGAÇÃO

- Seguir as recomendações das autoridades de saúde, segurança e proteção civil
- Definir um plano de emergência para cada situação

BONDALTI

Gestão de riscos

Pelas obrigações regulatórias laborais e ambientais (Diretiva Seveso) a que a Bondalti está sujeita, a participada aderiu de forma voluntária a vários Sistemas de Gestão – Qualidade (ISO 9001), Ambiente (ISO 14001), Segurança e Saúde no Trabalho (ISO 45001), Energia (ISO 50001), Investigação, Desenvolvimento e Inovação (NP 4457) e Entidade Familiarmente Responsável (efr 1000), pelos quais é certificada.

A Gestão de Risco da Bondalti - **governo e procedimento** – integra seis pilares estruturantes:

- Política de Assunção de Risco da Bondalti
- Modelo das três linhas de defesa
- Sistema de Gestão Integrado (abrange todos os sistemas de certificação implementados)
- Princípios da Norma ISO 31000:2018 e COSO ERM (Enterprise Risk Management) Framework
- Ciclo do Processo de Gestão de Risco
- Direção de Auditoria Interna e Gestão de Risco

Para mais informações sobre o desempenho da Bondalti, por favor, consulte o respetivo [Relatório Integrado 2022](#).

O processo de gestão de riscos compreende uma análise ao contexto de atuação da Bondalti, a partir da qual são identificados os riscos aos quais está sujeita e respetivas causas. A avaliação destes riscos, segundo critérios de probabilidade e de impacto, permite identificar *Top Risks*, para os quais a Bondalti define um plano e medidas de mitigação, controlos associados e/ou a associar e indicadores de riscos.

Procurando promover uma cultura de risco transversal, a participada comunica e monitoriza continuamente as atividades desenvolvidas no âmbito da gestão de risco, nomeadamente através do Reporte Trimestral e Anual de Risco, controlo dos planos de ação e divulgação de *frameworks*.





Gestão de riscos

Na CUF, a **gestão de risco** apresenta uma evolução contínua, por forma a **refletir o contexto onde se insere e a evolução das necessidades**, mantendo a sua atuação em linha com as melhores práticas internacionais.

A **estrutura organizacional de governo da gestão de risco**, que se apresenta à direita, segue orientações de metodologias como o COSO (Committee of Sponsoring Organisations of the Treadway Commission), a norma 31000 do ISO (International Organization for Standardization) e está alinhada de acordo com o modelo das três linhas de defesa do IIA (Institute of Internal Auditors).

A CUF acompanha os riscos enquadrados em quatro grandes categorias: **Estratégicos, Clínicos, Tecnológicos e Operacionais**.

Para mais informações sobre o desempenho da CUF, por favor, consulte o respetivo Relatório Integrado 2022.

Comissão executiva

Comissão de auditoria e gestão de risco

1ª LINHA DE DEFESA

Unidades de negócio/Direções do Centro Corporativo

2ª LINHA DE DEFESA

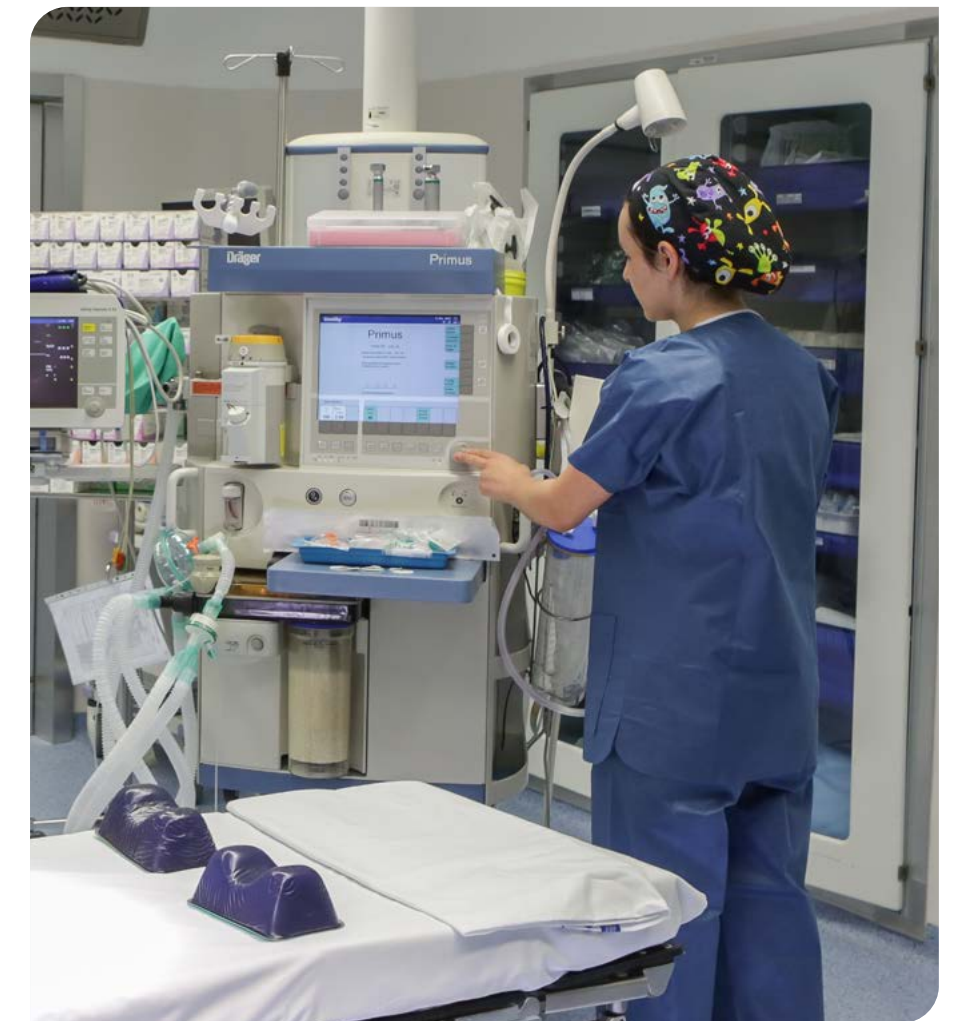
Supervisão - Gestão de risco

3ª LINHA DE DEFESA

Auditoria Interna

Em 2022, verificou-se uma evolução na avaliação dos riscos com a inclusão formal da perspetiva dos “clientes internos” (unidades de saúde) na valorização do risco CUF. No âmbito do seu compromisso com a sustentabilidade, a CUF enriqueceu o seu dicionário de riscos com o contributo transversal dos “risk owners” em matérias sociais, ambientais e económicas, quer através do robustecimento dos riscos já endereçados e detalhe de novos riscos, quer através do mapeamento direto dos indicadores GRI com os *Key Risk Indicators* existentes.

Em 2023 a participada pretende reforçar o seu processo de *due diligence* em matéria ESG.



O nosso desempenho

5.1	Desempenho financeiro e operacional	69
5.2	Sociedade	76
5.3	Planeta	82

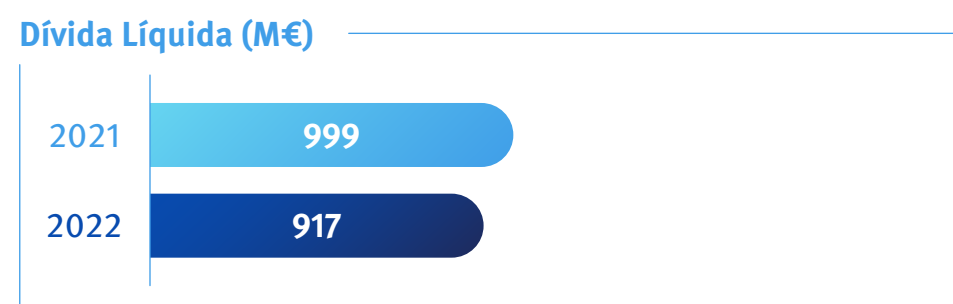
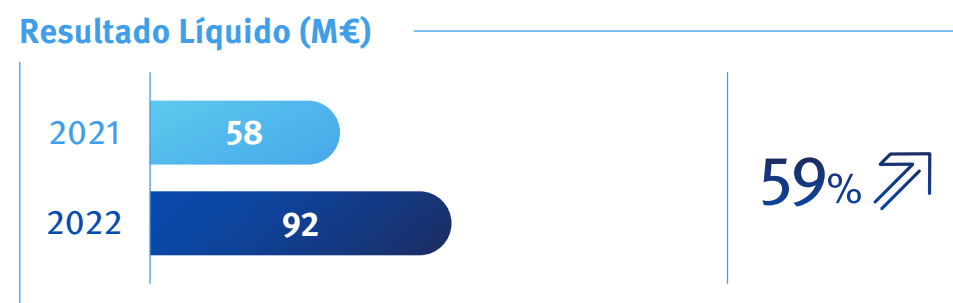
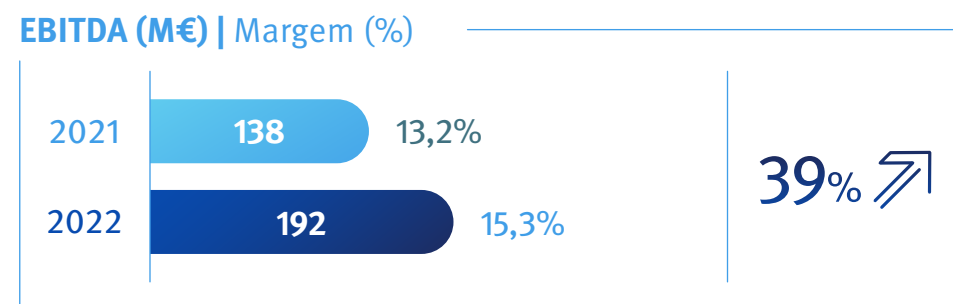
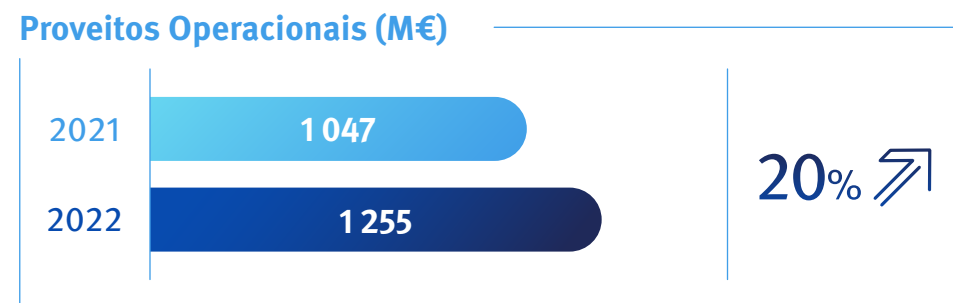
5.1 Desempenho financeiro e operacional

2022 foi um ano com desafios muito relevantes, marcado pela invasão da Ucrânia pela Rússia, seguindo-se uma pressão inflacionista muito forte e um aumento significativo das taxas de juro.

Ainda assim, o Grupo José de Mello continuou a sua trajetória de crescimento e alcançou resultados e indicadores muito positivos, devido ao esforço e dedicação de todas as Pessoas e ao investimento realizado nos últimos anos.

Em Portugal a economia acelerou para um crescimento de 6,7% em 2022, o valor mais elevado desde 1987 (após os 5,5% registados em 2021 e a queda histórica de 8,3% em 2020), tendo-se registado uma aceleração do consumo privado e um abrandamento do investimento. A taxa de inflação foi de 7,8%, correspondendo a uma forte aceleração face ao valor registado em 2021, de 1,3%.

Os **proveitos operacionais** consolidados atingiram **1 255 milhões de euros**, o que representa um crescimento de 20% face a 2021.



O **EBITDA** consolidado alcançou o valor de **192 milhões de euros**, com um crescimento de 39% face ao valor registado no ano anterior. Resultado muito positivo e relevante, dado o contexto de pressão muito significativa nos custos.

Verifica-se, no entanto, uma tendência inversa no valor agregado das **amortizações, provisões e imparidades**, que registaram um aumento de 8 milhões de euros, atingindo um valor líquido (reforços e reversões) de **67 milhões de euros**.

No exercício de 2022 os **resultados financeiros** foram negativos em **4 milhões de euros** e o resultado antes de impostos (EBT consolidado) situou-se nos 121 milhões de euros.

Destaca-se, ainda, o **resultado líquido** consolidado positivo, de **92 milhões de euros**, superior em 59% a 2021, assim como a manutenção da trajetória de robustecimento dos **capitais próprios** consolidados, que ascenderam a **969 milhões de euros**.

No final do exercício de 2022, o **ativo líquido** totalizou **2 483 milhões de euros** refletindo um crescimento de 58 milhões de euros comparativamente com o período homólogo, para o qual contribuíram, essencialmente, as rubricas de clientes (mais 18 milhões de euros), de inventários (mais 14 milhões de euros) e de disponibilidades (mais 21 milhões de euros).



Ao longo de 2022, o Grupo **investiu 77 milhões de euros**, mais 26 milhões que em 2021.

Apesar do aumento dos níveis de investimento, o Grupo reduziu a **dívida líquida** consolidada em 82 milhões de euros, atingindo um valor de **917 milhões de euros**.

O capital próprio atribuível a acionistas em 31 de dezembro de 2022, ascendeu a 968 milhões de euros, um aumento de 91 milhões de euros face ao exercício anterior, para o qual contribuiu, apesar da distribuição de dividendos de 6,3 milhões de euros, o resultado líquido consolidado do exercício.

Representando a participação de terceiros nas empresas nas quais o Grupo não detém a totalidade do capital social, a rubrica de interesses sem controlo do balanço aumentou 12 milhões de euros, situando-se em 70 milhões de euros.

Indicadores consolidados

(milhões de euros)	2022	2021	Var.
Proveitos Operacionais	1 255	1 047	20%
EBITDA	192	138	39%
Margem EBITDA, %	15,3%	13,2%	2,1 p.p.
EBIT	125	79	58%
Margem EBIT, %	9,9%	7,5%	2,4 p.p.
Resultado Líquido	92	58	59%
Investimento	77	51	51%
Ativo Líquido	2 483	2 425	2%
Capitais Próprios	968	876	11%
Dívida Líquida	917	999	-8%

Contributo por negócio

(milhões de euros)	Consolidado		Bondalti ³		CUF		JMRS		Outros ¹	
	2022	2021	2022	2021	2022	2021	2022	2021	2022	2021
Proveitos Operacionais	1 255	1 047	609	453	636	584	8	7	3	3
EBITDA	192	138	105	58	98	91	1	1	-12	-12
Margem EBITDA, %	15,3%	13,2%	17,2%	12,8%	15,5%	15,6%	13,8%	15,5%	n.a.	n.a.
EBIT	125	79	80	39	58	50	0	0	-13	-10
Margem EBIT, %	9,9%	7,5%	13,0%	8,6%	9,0%	8,5%	-2,7%	2,7%	n.a.	n.a.
Resultado Líquido	92	58	52	19	35	35	0	0	7	5
Investimento	77	51	18	11	58	39	0	0	1	1
Dívida Líquida	917	999	74	116	483 ²	506 ²	7	7	355	369

¹Inclui sociedades instrumentais (José de Mello Capital, José de Mello Investimentos, Tecnocapital, JM International), pequenas plataformas (M Dados e José de Mello Imobiliária) e anulação de transações intra-grupo.

²CUF considera, no cálculo de rácios financeiros para efeitos do seu relatório de gestão, que a dívida financeira líquida é deduzida de instrumentos financeiros.

³Relatório Integrado da Bondalti evidencia indicadores apurados ao abrigo do SNC.

BONDALTI

Desempenho financeiro e operacional

DESEMPENHO OPERACIONAL

Produção de Químicos Industriais (mil t)



A Bondalti alcançou em 2022 resultados muito positivos, em máximos históricos.

A Bondalti Chemicals fez uma paragem geral de manutenção programada, no início do ano, para cumprir requisitos de melhoria contínua. A paragem foi bem-sucedida, destacando-se a ausência de acidentes graves e o reinício da operação de acordo com o calendário previsto.

Para mais informações sobre o desempenho da Bondalti, por favor, consulte o respetivo [Relatório Integrado 2022](#).

Nos químicos orgânicos (anilina e derivados) e inorgânicos (produtos cloro-álcalis), o contexto de mercado implicou um aumento generalizado nos preços de compra de matérias-primas e utilidades, de energia elétrica e outros, com um impacto direto nos custos de produção, mas também nos preços de venda Bondalti. Este aumento dos preços de venda, a par do aumento de quantidades vendidas, com entrada em novas geografias, em novas aplicações e servindo novos clientes, de uma estratégia de cobertura de custos e de uma elevada eficiência operacional, permitiu à Bondalti atingir resultados muito positivos.

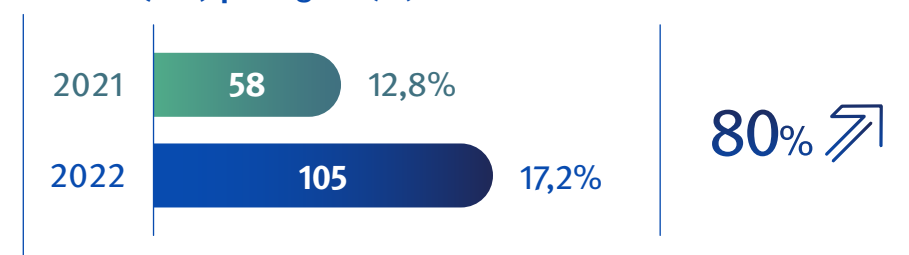
No segmento do Tratamento de Águas, a Enkrott cresceu 10% face ao ano anterior com o bom desempenho na área de exploração e manutenção em Portugal e o Grupo Aguas Alvaro aumentou a sua faturação consolidada em 59% face a 2021, impulsionada pelo crescimento em obras e também na exploração e manutenção em Espanha.

DESEMPENHO FINANCEIRO

Proveitos Operacionais (M€)



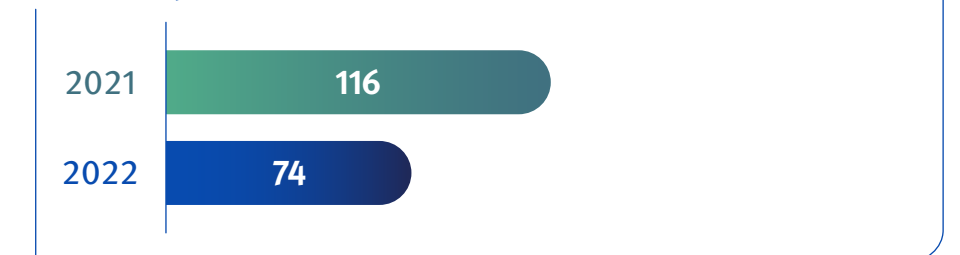
EBITDA (M€) | Margem (%)



Resultado Líquido (M€)



Dívida Líquida (M€)



Investimento (M€)



Os **proveitos operacionais** foram de **609 milhões de euros**, o que representa um crescimento de 34% face a 2021.

O **EBITDA** aumentou 80% face ao valor registado no ano anterior, atingindo **105 milhões de euros**, com uma margem EBITDA de 17,2%.

De destacar, ainda, o **resultado líquido** de **52 milhões de euros**, superior em 33 milhões de euros face a 2021.

Durante 2022, a Bondalti **investiu 17 milhões de euros** e, em paralelo, reduziu a **dívida líquida** em 42 milhões de euros, atingindo um valor de **74 milhões de euros**.



Desempenho financeiro e operacional

DESEMPENHO OPERACIONAL

Consultas (milhares)



Urgências (milhares)



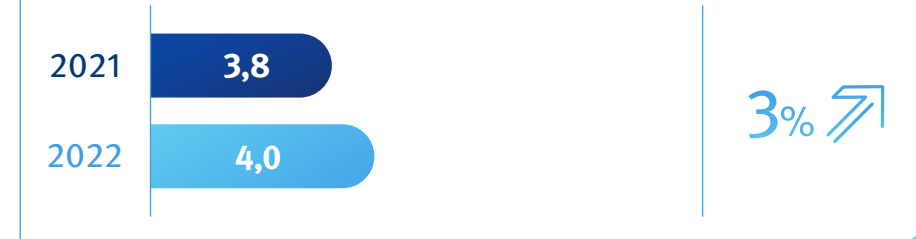
Cirurgias (milhares)



Dias de Internamento (milhares)



Partos (milhares)

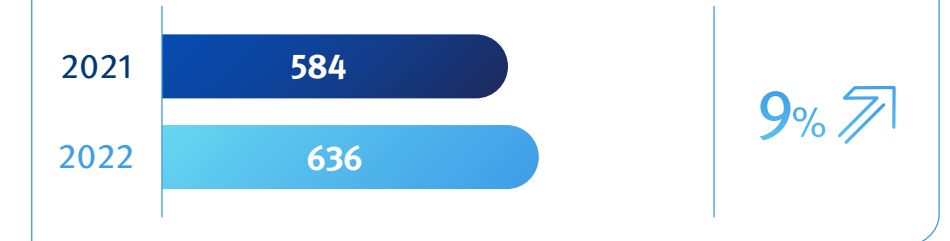


No exercício de 2022, a CUF manteve o crescimento sustentado da sua atividade assistencial, tendo-se verificado uma evolução positiva nos indicadores assistenciais face ao período homólogo. Destaque para os serviços de Urgências, que aumentaram 45% relativamente a 2021. As Consultas e Cirurgias tiveram um crescimento de 7% e 8%, respetivamente, face ao ano anterior. Os Partos voltaram a registar uma evolução positiva, tendo ficado 3% acima dos realizados em 2021.

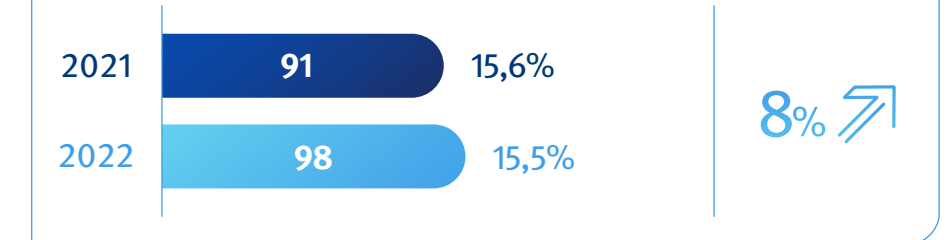
Adicionalmente, destaca-se a abertura das novas unidades Hospital CUF Trindade, em outubro, e da Clínica CUF Montijo, em dezembro, e a expansão do Hospital CUF Santarém. Em 2022, a CUF também apostou na consolidação da rede de Cuidados Domiciliários e da Hospitalização Domiciliária.

DESEMPENHO FINANCEIRO

Proveitos Operacionais (M€)



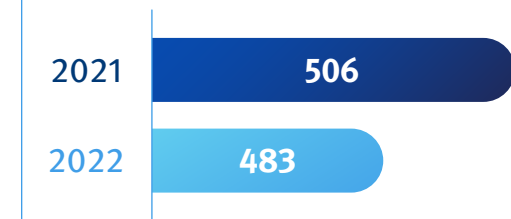
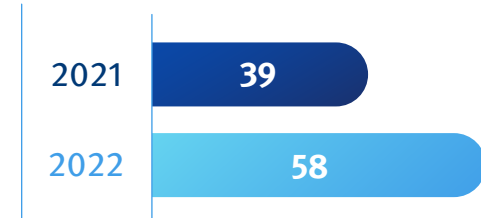
EBITDA (M€) | Margem (%)



Resultado Líquido (M€)



Para mais informações sobre o desempenho da CUF, por favor, consulte o respetivo Relatório Integrado 2022.

Dívida Líquida (M€)¹**Investimento (M€)**

Em 2022, a CUF alcançou **636 milhões de euros de proveitos operacionais**, o que representa um crescimento de 9% face ao período homólogo. Este crescimento foi obtido quer nas unidades existentes, quer com a abertura de novas unidades.

O **EBITDA** atingiu o valor de **98 milhões de euros**, com um crescimento de 8% face ao valor registado em 2021. A margem EBITDA foi de 15,5%, semelhante a 2021, o que em si é positivo dado o contexto de pressão nos custos.

O **resultado líquido** foi de **35 milhões de euros**, em linha com o valor observado no ano anterior.

O total de **investimento** realizado durante 2022 foi de **58 milhões de euros**. Apesar do forte nível de investimento, registou-se uma **redução da dívida líquida** de 23 milhões de euros para **483 milhões**, com uma melhoria dos rácios financeiros devido ao aumento dos níveis de atividade e consequente melhoria do desempenho financeiro.

¹ CUF considera, no cálculo de rácios financeiros para efeitos do seu relatório de gestão, que a dívida financeira líquida é deduzida de instrumentos financeiros.



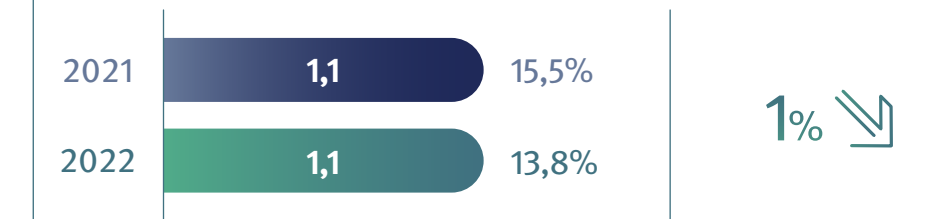
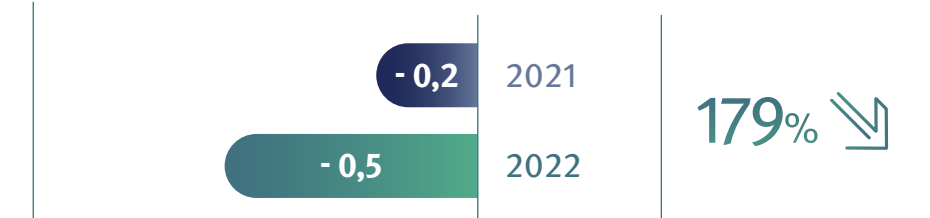
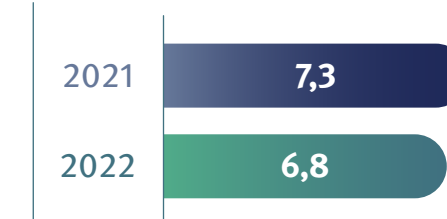
JOSÉ DE MELLO
RESIDÊNCIAS E SERVIÇOS

Desempenho financeiro e operacional

DESEMPENHO OPERACIONAL

Os primeiros nove meses do ano foram marcados por restrições no setor para assegurar a segurança dos residentes e colaboradores, observando-se, contudo, um alívio das medidas de segurança COVID19 em outubro de 2022. O esforço comercial demonstrado ao longo do ano permitiu aumentar os níveis de atividade face a 2021, com um aumento da taxa de ocupação média e do número de reabilitações, o que se refletiu num aumento da faturação.

DESEMPENHO FINANCEIRO

Proveitos Operacionais (M€)**EBITDA (M€) | Margem (%)****Resultado Líquido (M€)****Dívida Líquida(M€)**

Em 2022, os proveitos operacionais foram de 7,7 milhões de euros, o que representa um crescimento de 12% face ao período homólogo.

O **EBITDA** alcançou um valor de **1,1 milhões de euros**, inferior em 1% ao valor registado em 2021, dada a enorme pressão inflacionista sentida nos custos da operação.

O **resultado líquido** foi de **-0,5 milhões de euros**, com uma deterioração de 0,3 milhões de euros face a 2021.

Em 2022, registou-se uma **redução da dívida líquida** de 0,5 milhões euros para **6,8 milhões de euros**.

TAXONOMIA AMBIENTAL EUROPEIA

A Taxonomia da União Europeia (UE) é um sistema que permite classificar as atividades económicas como ambientalmente sustentáveis, através de um conjunto de parâmetros estabelecidos pelos Atos Delegados, que traduzem os objetivos climáticos e ambientais da EU em critérios de investimento em determinadas atividades. Com a implementação deste regulamento, recaem sobre as empresas abrangidas novas obrigações de reporte de indicadores financeiros: proporção de volume de negócios, proporção de despesas de capital e proporção de despesas operacionais das atividades alinhadas pela Taxonomia com base em cada objetivo ambiental para o qual essas atividades contribuem substancialmente.

À data, a CUF é a única participada à qual se aplica a obrigação de reporte da Taxonomia. No entanto, a prestação de cuidados de saúde em hospitais e clínicas não está ainda incluída na lista de atividades previstas. Por este motivo, o seu reporte incide somente sobre as atividades e serviços contratados que contribuem para as metas da UE (para mais informações, por favor, consulte o respetivo Relatório Integrado 2022).

Apesar da José de Mello não estar, atualmente, abrangida pelo regulamento da Taxonomia, é do interesse do Grupo aferir antecipadamente a aplicação da Taxonomia na totalidade das suas participadas através de uma análise de elegibilidade e alinhamento das mesmas.

SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA INDIVIDUAL

Os investimentos financeiros da Sociedade apresentam, no final de 2022, um total de 623 milhões de euros (536 milhões de euros, em 2021), refletindo o efeito da mensuração das participações financeiras detidas pelo método de equivalência patrimonial.

O total do ativo, no montante de 1 285 milhões de euros reflete um aumento de cerca de 86 milhões de euros face ao ano anterior, justificado, quase na totalidade, pelo efeito da aplicação do método de equivalência patrimonial na valorização das participações financeiras. A redução do passivo de 324 milhões de euros para 319 milhões de euros decorre, essencialmente, da redução dos empréstimos obtidos.

O capital próprio totaliza 967 milhões de euros e o seu aumento face ao exercício anterior (875 milhões de euros, em 2021) decorre, essencialmente, do resultado apurado no exercício e dos ajustamentos de partes de capital resultantes da valorização das suas participadas. Contribui também para esta variação o pagamento de dividendos aos Acionistas no montante de 6,3 milhões de euros.

Os custos do exercício totalizam 20 milhões de euros, dos quais se destacam 10,6 milhões de euros de custos com o pessoal, 3 milhões de euros de reforço de provisões e imparidades, 2,6 milhões de euros de custos de financiamento e 2,6 milhões de euros de fornecimentos e serviços externos. Os rendimentos ascendem a 113 milhões de euros e são provenientes, essencialmente, de ganhos imputados a empresas do Grupo resultantes da aplicação do método de equivalência patrimonial na valorização das participações financeiras, no montante de 101 milhões de euros. O total dos serviços prestados ascende a 2 milhões de euros.

Do exposto, o exercício encerrou com um resultado positivo.

Considera-se que a Sociedade dispõe de recursos adequados para dar continuidade à sua atividade de prestação de serviços e cumprir integralmente com as suas obrigações, apesar do contexto de incerteza a nível mundial.

Em cumprimento do disposto na legislação em vigor, declara-se que, à data do balanço, não existem dívidas em mora à Segurança Social, nem existem dívidas ao Sector Público Estatal cujo pagamento esteja em mora.

DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE

Em cumprimento das disposições legais e estatutárias, o Conselho de Administração submete à apreciação dos acionistas as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório de gestão referentes ao exercício de 2022, na firme convicção de que tanto quanto é do seu conhecimento, i) a informação nele contida foi elaborada em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada do ativo e do passivo, da situação financeira e dos resultados da José de Mello e das empresas incluídas no seu perímetro de consolidação; ii) expões fielmente a evolução dos negócios, do desempenho e da posição da José de Mello e das empresas incluídas no perímetro de consolidação; e iii) contém uma descrição dos principais riscos com que a José de Mello se defronta na sua atividade.

PERSPETIVAS 2023

2022 foi um ano caracterizado pela incerteza e volatilidade a nível económico e financeiro. Contudo, não se concretizaram os cenários mais pessimistas que apontavam para a entrada em recessão das principais economias mundiais.

O cenário macroeconómico global a curto-prazo afigura-se bastante complexo e de elevada incerteza. De acordo com as projeções do Banco de Portugal, a economia portuguesa crescerá de forma sustentada até 2025, com base nas exportações e no investimento, e mais do que a economia da área do euro; os aumentos dos preços não serão tão fortes ao longo de 25023, em particular nos bens energéticos e alimentares.

Ainda assim, apesar da incerteza associada às cadeias de abastecimento, preços de compra e custos logísticos, o Grupo José de Mello irá continuar a monitorizar os desenvolvimentos e os impactos na sua cadeia de valor, não sendo expectáveis impactos significativos na sua performance financeira.

PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

O resultado líquido do exercício de 2022 foi de 92.516.343,84 euros, propondo-se a sua aplicação em Resultados Transitados.

Lisboa, 11 de maio de 2023

O Conselho de Administração

Vasco Maria Guimarães José de Mello

PRESIDENTE

João Pedro Stilwell Rocha e Melo

Pedro Maria Guimarães José de Mello

VICE-PRESIDENTE

Luís Eduardo Brito Freixial de Goes

Salvador Maria Guimarães José de Mello

VICE-PRESIDENTE

Maria Amélia Guimarães José de Mello Bleck

António Mota de Sousa Horta Osório

Maria Isabel Torres Baptista Parreira Jonet

Gonçalo Maria Guimarães José de Mello

Pablo Arturo Forero Calderon

João Maria Guimarães José de Mello

Raúl Catarino Galamba de Oliveira

João Pedro Ribeiro de Azevedo Coutinho

Rui Alexandre Pires Diniz

5.2

Sociedade

GRI 3-3




Ser Solidário

Iniciativa transversal que visa apoiar, através de um donativo monetário, instituições de solidariedade social. Trata-se de uma **contribuição mensal mínima de 1 euro** que, de a forma voluntária, é descontado no vencimento de cada colaborador. No final do ano é apurado o valor recolhido, cada empresa do Grupo José de Mello acrescenta outro tanto e os colaboradores escolhem, através de uma votação, as instituições beneficiárias do donativo.

+800 mil €

doados até 2022



Árvore do Apadrinhamento

Iniciativa que promove a sensibilização dos colaboradores para a oferta de um presente de Natal a crianças carenciadas menores de 17 anos. Inicialmente desenvolvida pela Brisa, foi alargada à José de Mello e empresas participadas no Natal de 2018.

1 424

crianças apadrinhadas de 20 instituições





O Programa de Voluntariado aposta na **transferência de conhecimento e competências** dos colaboradores do Grupo para as instituições parceiras no decorrer do período letivo. Promove, deste modo, a ajuda ao próximo, através da ação voluntária de colaboradores – no ativo e reformados –, proporcionando o seu crescimento pessoal e profissional, e um elo de união entre os mesmos.

A sua gestão é da responsabilidade de uma Comissão Coordenadora, constituída por um diretor executivo, um representante da Família José de Mello, um representante da Fundação Amélia de Mello e dois representantes de cada participada. Cada instituição parceira tem um Gestor de Voluntários dedicado que coordena a participação dos respetivos voluntários e a ligação com a Comissão Coordenadora. No final de cada ano letivo é realizada uma avaliação do programa através de um inquérito dirigido a colaboradores e instituições apoiadas.

Paralelamente, existe ainda uma **bolsa de voluntários** destinada à realização de ações pontuais.

470

voluntários

14

instituições apoiadas
de forma contínua

2

instituições apoiadas
pontualmente

Dia do Voluntário

Evento de celebração, convívio e agradecimento a todos voluntários que ao longo do ano se empenham a ajudar os outros com uma enorme dedicação.

A **11ª edição** da iniciativa decorreu em outubro de 2022 em parceria com o **SEMEAR, BIPP-TERRA DE OPORTUNIDADES**, programa sustentável de inclusão social dedicado a jovens e adultos com dificuldade intelectual e de desenvolvimento. Os voluntários participaram nas diferentes etapas da cadeia de produção hortícola, contribuindo para um balanço final muito positivo: 2,5 toneladas de batata-doce apanhadas, 700 kg de batata doce arrançadas 4 mil m² de monda e 2 800 espécies plantadas.

+100

voluntários

BONDALTI

Sociedade

O empenho da Bondalti com o bem-estar das comunidades locais, encontra-se materializado no seu Programa de Responsabilidade Corporativa que engloba um conjunto de mais de 30 projetos/iniciativas, estruturando as diversas ações que a Bondalti já tem vindo a realizar ao longo dos anos, em todas as geografias onde opera, para além de explorar novas oportunidades alinhadas com a estratégia corporativa e os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável.

O Programa de Responsabilidade Corporativa é também uma importante ferramenta de envolvimento com *stakeholders*, que fomenta os relacionamentos de parceria e confiança com as diversas entidades envolvidas nos projetos e iniciativas definidos.

Para mais informações sobre o desempenho da Bondalti, por favor, consulte o respetivo Relatório Integrado 2022.

PACOPAR – Painel Consultivo Comunitário do Programa Atuação Responsável de Estarreja

A Bondalti Chemicals faz parte do PACOPAR, que tem por missão melhorar a qualidade de vida de Estarreja, aplicando os compromissos de Atuação Responsável®, através da resposta às preocupações das pessoas, maior transparência e promoção da cooperação comunitária.

O PACOPAR assegura a boa e eficaz comunicação entre as empresas do Complexo Químico de Estarreja e a comunidade local, para que todos se sintam respeitados e em segurança, promovendo a entreaajuda das entidades das áreas da Educação, Ciência, Saúde, Proteção Civil, Segurança, Ambiente e as empresas, em prol da população. No âmbito do Painel, a Bondalti continua a apoiar e organizar ações com diversos *stakeholders* locais, desde escolas a associações culturais e desportivas, como forma de comunicar aberta e ativamente com a comunidade e de promover o desenvolvimento sustentável.

Em 2022, renovou o apoio a instituições locais para a concretização de projetos sustentáveis que têm como objetivo a melhoria da qualidade de vida da comunidade local.

Ainda em 2022, e até ao final de 2023, a Bondalti assumiu a gestão do PACOPAR.

38,5 mil € para apoio à comunidade local

Cruz Vermelha de Torrelavega

Na Bondalti Cantábria, no final do segundo semestre teve início uma campanha junto de todos os colaboradores, em parceria com a Associação Cruz Vermelha de Torrelavega, para ajudar pessoas carenciadas a comprar alimentos.

35 % dos colaboradores envolvidos
292 kg de bens adquiridos
900 € doados



Apoio à escola do Bairro do Sossego (Luanda)

A Bondalti Water Solutions, representada pela Enkrott África, assumiu desde cedo o compromisso de apoiar a escola da comunidade onde está instalada a sua sede, em Angola, no Bairro do Sossego, em Luanda.

Esta escola recebe regularmente **água tratada e desinfetada**, tendo sido instalado no local um tratamento de água composto por filtro de sedimentos e carvão ativado. Além de facilitar o acesso da comunidade escolar (alunos, professores, auxiliares e famílias) à água potável, a Bondalti, através da Enkrott, instalou um **quadro elétrico de distribuição de energia** e, com grande regularidade, **distribui por todos os alunos diversos materiais escolares**, tais como folhas A4 e canetas. Estas ações contribuíram em larga escala para o aumento da assiduidade dos cerca de 800 alunos que frequentam atualmente a escola.

Bolsas de Estudo

A Bondalti e a Fundação Amélia de Mello premiaram, mais uma vez, os alunos do Instituto Superior Técnico (IST) através da atribuição de bolsas de estudo, tendo em consideração o seu rendimento per capita e média de classificação do ano/semestre anterior. Este apoio configura o reconhecimento do mérito escolar dos alunos visados.

8

bolsas atribuídas

Parceria com a Fundação SEUR

No segmento da unidade de negócio do Tratamento de Águas, o Grupo Aguas Alfaró estabeleceu uma parceria com a Fundação SEUR através da qual se comprometeu a angariar tampas de garrafas para doar à fundação e proceder à sua reciclagem.

Desta parceria resulta a disponibilização de apoio a tratamento médico não regulamentado no sistema de saúde, direcionado a crianças, a fim de melhorar a sua qualidade de vida.

4 Kt

de tampas

-6 Kt

de CO₂ evitadas

130

crianças apoiadas





Sociedade

Além dos programas e iniciativas transversalmente promovidos pelo Grupo, a atuação da CUF compreende um conjunto de iniciativas e parcerias que promovem a redução das desigualdades e a saúde e bem-estar das comunidades.

Para mais informações sobre o desempenho da CUF, por favor, consulte o respetivo Relatório Integrado 2022.

Projeto “MILES”

Programa de capacitação em gestão de organizações sociais, em parceria com a Fundação Manuel Violante, através do qual a CUF apoia instituições que atuam nos territórios onde está presente. O apoio compreende a participação de mentores CUF através do acompanhamento de equipas, em regime de voluntariado, durante 9 meses.



Projeto “SPOT GAMES”

O projeto procura **promover a literacia em saúde dos jovens** através da gamificação de conteúdos formativos dirigidos a alunos de escolas públicas de vários territórios, sendo da responsabilidade da CUF Academic Center a validação científica dos conteúdos formativos.

Em 2022, o jogo S’Cola abordou o tema da **saúde mental de crianças e jovens**.

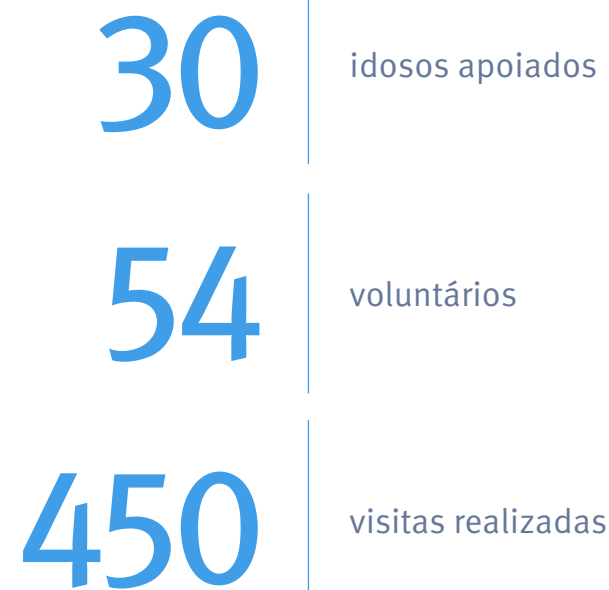
Em 2023, o jogo chegará a mais 3 000 alunos.



Projeto “Saúde Porta-a-Porta”

Em parceria com a Associação de Estudantes da Faculdade de Ciências Médicas da Nova Medical School e as Juntas de Freguesia de Alcântara e da Estrela, o projeto “Saúde Porta-a-Porta” tem **como objetivo combater o isolamento social de população idosa vulnerável e melhorar a qualidade de vida e o acesso a cuidados de saúde.**

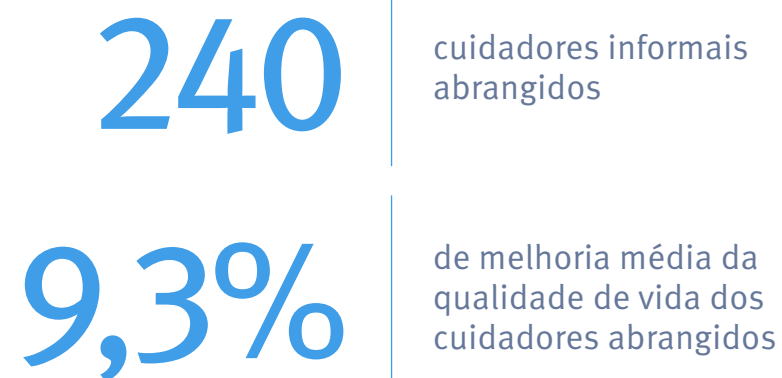
Para além da supervisão clínica da responsabilidade da CUF, a parceria prevê o acesso gratuito a consultas, quando não é possível o acesso atempado aos Cuidados de Saúde Primários de resposta pública.



Projeto “Cuidar de Quem Cuida”

Através do primeiro Título de Impacto Social na área da saúde desenvolvido em Portugal, a CUF foi um dos investidores sociais do projeto “Cuidar de Quem Cuida”, implementado pelo Centro de Assistência Social à Terceira Idade e Infância de Sanguêdo (CASTIIS), em parceria com a Administração Central do Sistema de Saúde (ACSS), a MAZE e o CINTESIS.

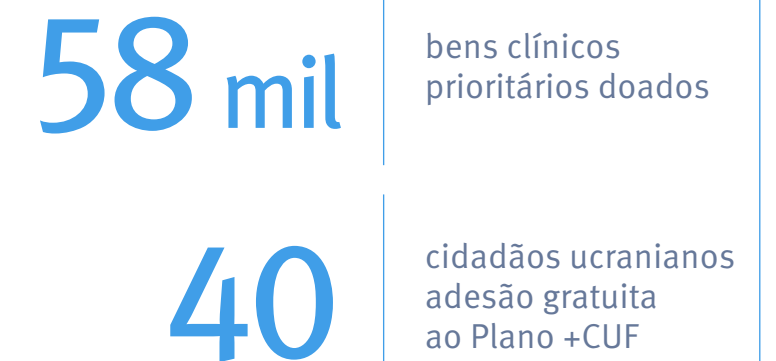
Com o envolvimento de vários municípios, foram realizadas sessões de formação, estabelecidos serviços de assistência mútua e criados gabinetes de atendimento permanente, dirigidos a cuidadores informais, que contribuíram para uma melhoria significativa dos níveis de perseverança, depressão e ansiedade destes cuidadores.



Apoio à população da Ucrânia

No âmbito da situação de guerra vivida na Ucrânia, a CUF concretizou um conjunto de apoios à população deste país:

- Doação de bens clínicos prioritários para a Ucrânia, através de parceiros com atuação local
- Doação de bens não clínicos a instituições sociais com intervenção direta no acolhimento de refugiados em território nacional
- Oferta da adesão gratuita ao Plano + CUF a cidadãos ucranianos acolhidos por colaboradores da CUF ou respetivos familiares, permitindo o acesso gratuito a três consultas de especialidade em qualquer unidade CUF a utilizar num período de 12 meses
- Disponibilidade para contribuir para a empregabilidade, através do IEFP, de cidadãos ucranianos que se tenham deslocado para Portugal



53 Planeta

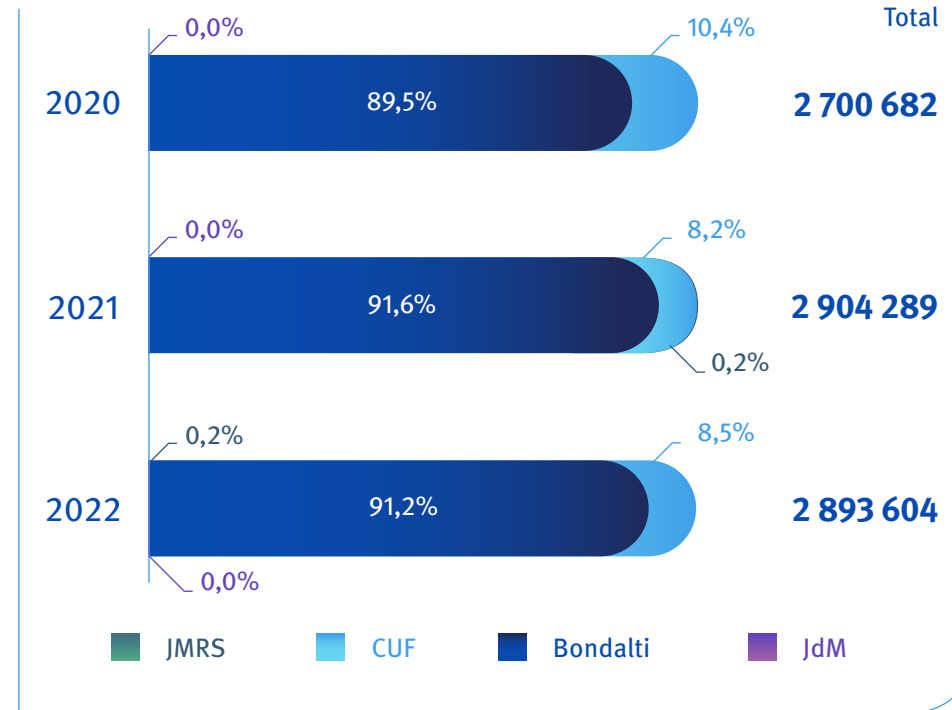
GRI 3-3, GRI 302-1, GRI 303-3, GRI 305-1, GRI 305-2

O Grupo José de Mello acredita ser possível promover o crescimento económico sem degradação ambiental. Procura, por este motivo, implementar medidas de prevenção, redução e mitigação dos seus impactos ambientais decorrentes, fundamentalmente, da atividade dos seus negócios.

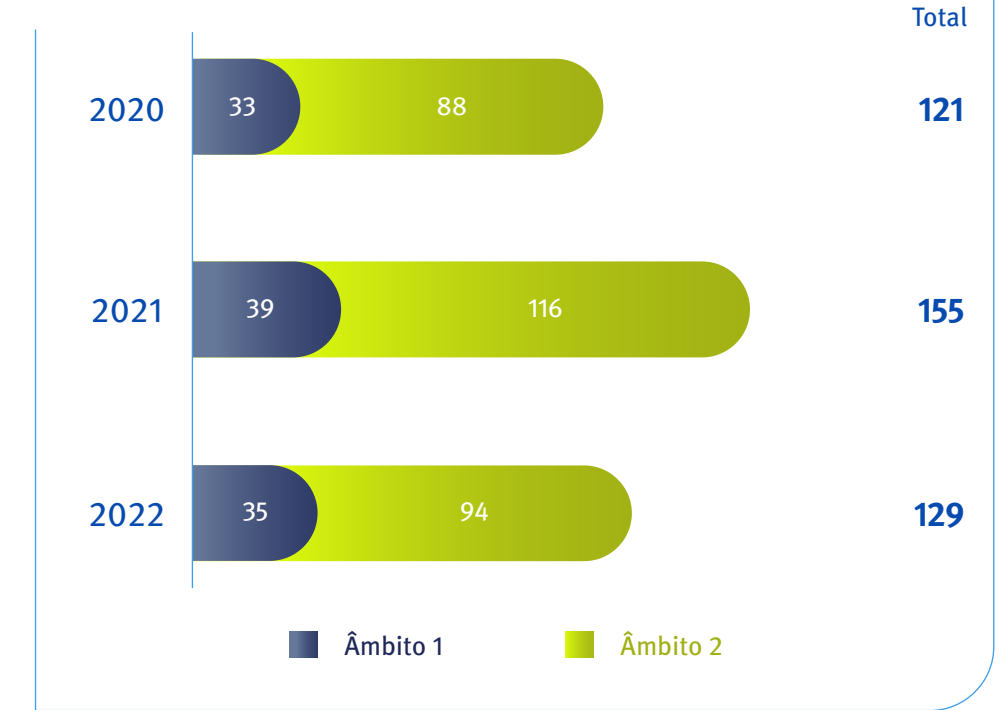
3 195 475m³

de água captada pelo Grupo José de Mello em 2022

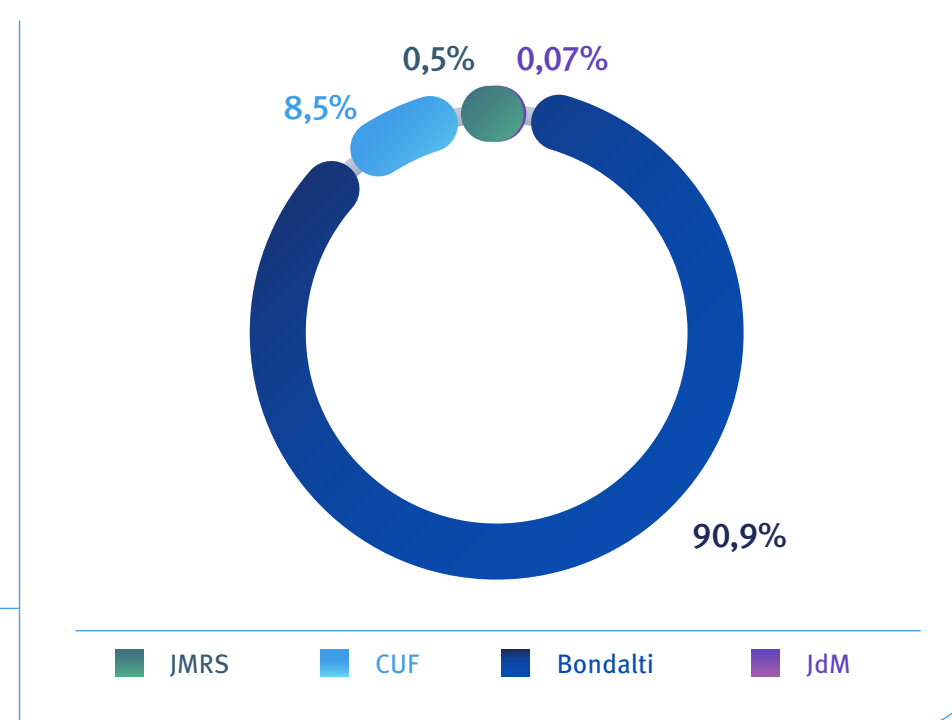
Consumo de energia (GJ)



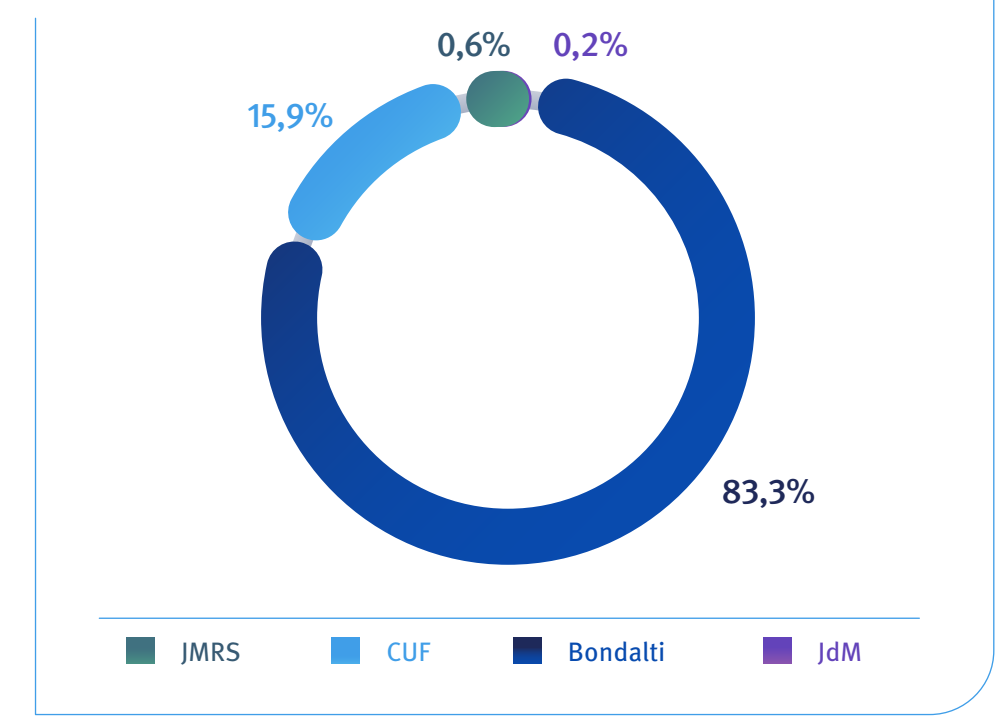
Emissões de GEE do Grupo José de Mello (ktCO₂e)



Percentagem de captação de água (m³) por empresa em 2022



Percentagem do total de emissões de GEE (âmbito 1 e 2) por empresa em 2022



Na análise da materialidade realizada à atividade da José de Mello as alterações climáticas foram identificadas como um tema ambiental com materialidade. Neste sentido, a redução do consumo de energia constitui uma prioridade.

ENERGIA E EMISSÕES

Na José de Mello, as emissões de Gases com Efeito de Estufa resultam, essencialmente, do consumo de combustível na frota automóvel e de eletricidade e gás do seu edifício-sede. Por esta razão, são monitorizados, desde 2020, os consumos energéticos e as emissões associadas. Além disso, tem vindo a implementar-se um conjunto de iniciativas de redução de consumos e será definido um **Roteiro de Descarbonização**, transversal a todas as empresas participadas, durante o ano de 2023.

Medidas de eficiência energética e de descarbonização

- Substituição das lâmpadas convencionais para tecnologia LED
- Substituição de esquentadores por cilindros elétricos
- Plataforma para gestão dos carregamentos (em fase de teste)
- Eletrificação da frota



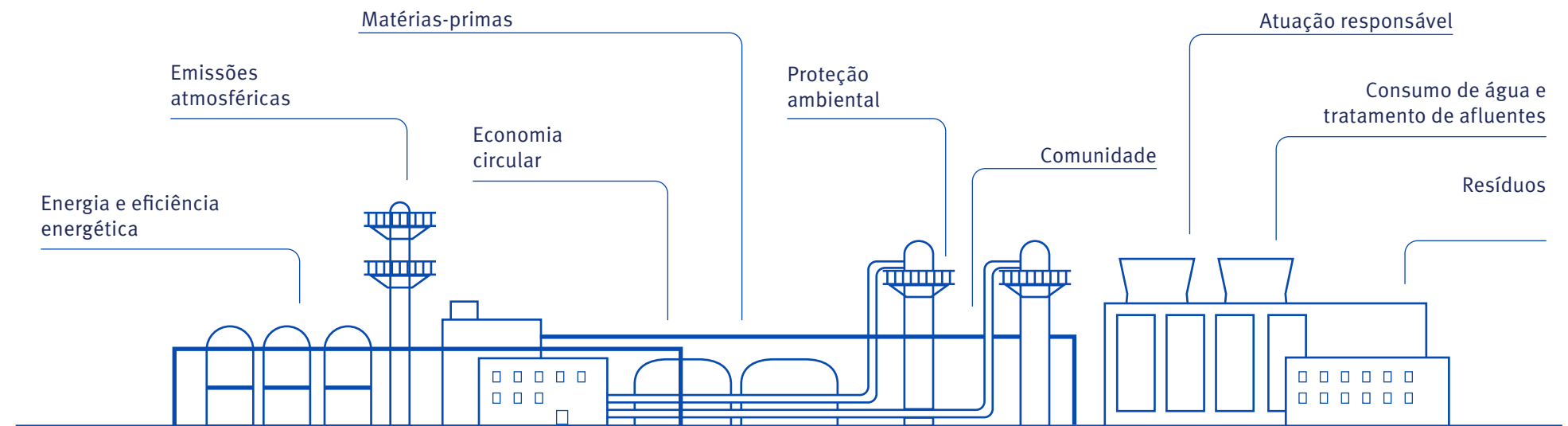
BONDALTI

Planeta

Sendo um grande consumidor de energia, a Bondalti tem implementada uma estratégia de descarbonização extremamente ambiciosa que visa atingir a neutralidade carbônica até 2030. Simultaneamente, tem dois projetos em curso, relacionados com a produção de hidrogênio verde e com a refinação de lítio, que poderão vir a ser grandes contributos para o esforço global de combate às alterações climáticas.

Enquanto grande consumidor de energia, tem ainda implementado um **Programa de Transição Climática**, que contempla metas e objetivos de curto, médio e longo prazos, relativos a diversos temas, tendo como propósito final, alcançar a neutralidade climática até 2030:

Para mais informações sobre o desempenho da Bondalti, por favor, consulte o respetivo [Relatório Integrado 2022](#).



A atividade da Bondalti acarreta, também, impactos significativos ao nível dos **recursos hídricos**, sendo estes utilizados para **fins de processo** produtivo. Deste modo, é necessário tratar da sua gestão com grande detalhe.

Em 2022, o consumo de água foi diretamente proporcional à produção. Em Estarreja, a água utilizada nos processos dos Químicos Industriais provém do rio Antuã, enquanto na Cantábria provém das instalações da Solvay. Relativamente a esta última, verificou-se uma poupança de 25% do seu consumo face à produção anual, devido a otimizações de trabalho nas instalações, pela não realização de paragens e lavagem de eletrolisadores.

A utilização de água associada ao Tratamento de Águas relativa aos serviços dos edifícios é pouco significativa, sendo proveniente, na sua totalidade, da rede pública.

2904 ML

de água captada na área dos Químicos Industriais



Planeta

Como ponto de partida para a implementação de medidas de proteção ambiental, e em alinhamento com o compromisso de definição de uma Estratégia de Descarbonização do Grupo, em 2022, for realizada a **primeira medição da Pegada de Carbono da CUF** (âmbitos 1, 2 e cinco categorias de âmbito 3).



Para mais informações sobre o desempenho da CUF, por favor, consulte o respetivo Relatório Integrado 2022.

Gases Anestésicos

Na primeira medição da Pegada de Carbono da CUF, foi possível averiguar que 14% da mesma era referente a gases anestésicos. Neste âmbito, foi descontinuado o fármaco desflurano nos Clusters Tejo e Descobertas.

1 ktCO₂e

evitadas com a descontinuação do desflurano

Mobilidade Sustentável

Com o objetivo de analisar os hábitos de mobilidade dos colaboradores, a CUF realizou o primeiro inquérito interno de mobilidade, que servirá de base à implementação de novas medidas internas de mobilidade sustentável.

Dentro destas medidas incluem-se o projeto piloto “Política de frota verde”, através do qual a CUF aumentou o número de carregadores elétricos disponíveis.

171%

de aumento de carregadores elétricos disponíveis

No âmbito da gestão dos recursos hídricos, a Comissão Executiva da CUF definiu como **objetivo global da organização a redução do consumo de água em relação ao ano de 2021.**

Assim, a participada encontra-se a definir metas internas, com diferentes horizontes temporais, para melhorar o seu desempenho e contribuir positivamente para a qualidade e disponibilidade deste recurso, não abdicando de todas as medidas necessárias para garantir a segurança microbiológica da água em toda a atividade.

Ação de sensibilização

No âmbito da Campanha Ambiente, desenvolvida pelo Manicómio The Agência, e lançada em 2022 pela CUF para toda a organização, foram produzidos e divulgados diversos materiais de comunicação, entre os quais autocolantes, colocados junto às torneiras das unidades e centro corporativo, que apelam à redução do consumo de água.





JOSÉ DE MELLO
RESIDÊNCIAS E SERVIÇOS

Planeta

Durante o ano de 2022, a JMRS continuou a implementar **ações de troca de lâmpadas e melhoria de consumo**. Considerando que o consumo de energia elétrica é a principal fonte de emissões de GEE, estas medidas assumiram um impacto significativo na redução da Pegada de Carbono da empresa. Para além da preocupação com a redução do consumo de energia elétrica, a JMRS investiu durante o ano na **resolução de fugas de água**, através da modernização dos equipamentos, em particular, pela troca de componentes e/ou reforço de isolamento. Igualmente importante na melhoria do desempenho da JMRS, é o **Plano de Manutenção Preventiva abrangente**, que possui uma monitorização centralizada e orientada para a identificação de oportunidades de melhoria de eficiência.



O nosso modelo de governo

6.1	Modelo de governo	88
6.2	Ética, transparência e integridade	98

Modelo de governo

GRI 2-9, GRI 2-11, GRI 2-12, GRI 2-13 E GRI 2-18

O modelo de governo da José de Mello foi projetado para apoiar a concretização do seu Propósito, garantindo a excelência na gestão, ética e integridade do seu portfólio e respetivas atividades, respeitando as melhores práticas de governo no seu setor de atividade.

O funcionamento do Conselho de Administração e da Comissão Executiva, bem como a conduta dos seus membros, são regidos por requisitos legais, pelos Estatutos, pelo Código de Conduta e pelos respetivos Regulamentos. Os membros do Conselho de Administração são eleitos pela Assembleia Geral, de acordo com a lei e os Estatutos. A Comissão Executiva é nomeada pelo Conselho de Administração, de acordo com os Estatutos e o respetivo Regulamento. Os mandatos em vigor à data referem-se ao período 2021-2023.

Conselho de Administração

Vasco de Mello (presidente)	João de Mello	Maria Isabel Jonet
Pedro de Mello (vice-presidente)	João Azevedo Coutinho	Pablo Forero
Salvador de Mello (vice-presidente)	João Pedro Rocha e Melo	Raúl Galamba de Oliveira
António Horta Osório	Luís Brito de Goes	Rui Diniz
Gonçalo de Mello	Maria Amélia Bleck	

Comissão Executiva

Salvador de Mello (presidente)	João Pedro Rocha e Melo
João de Mello	Luís Brito de Goes
João Azevedo Coutinho	Rui Diniz

Secretário da Sociedade

Fiscal Único

Comissão de Vencimentos

Direção Administrativa e Responsabilidade Social

Duarte Meirelles

Direção de Comunicação

Fernando Marques

Direção de Contabilidade e Consolidação

Paula Quintas | Teresa Moutinho

Direção de Desenvolvimento de Negócio

Vasco Luís de Mello | Bárbara Santos

Direção Financeira

Miguel Pacheco

Direção de Inovação e Sustentabilidade

João Mil-Homens

Direção Jurídica

Leonor S. Santos | Maria Ana Manoel

Direção de Pessoas e Gestão de Talento

Luís Wissmann | Susana Brito

Direção de Planeamento Estratégico e Controlo de Gestão

Francisco Meneses

Direção de Tecnologias de Informação

Rui Gil

Orgão	Constituição	Competências
Mesa da Assembleia Geral	<p>Presidente Leonor Sampaio Santos</p> <p>Vice-Presidente Maria Ana Pinto da Fonseca Manoel Falcão</p> <p>Secretário Rute Isabel Dias Salgueiro</p>	Compete à Mesa da Assembleia Geral, através do seu presidente, convocar e dirigir as reuniões da Assembleia Geral dos acionistas da sociedade.
Conselho de Administração	<p>Presidente Vasco Maria Guimarães José de Mello</p> <p>Vice-Presidentes Pedro Maria Guimarães José de Mello Salvador Maria Guimarães José de Mello</p> <p>Vogais António Mota de Sousa Horta Osório <i>Independente</i> Gonçalo Maria Guimarães José de Mello João Maria Guimarães José de Mello João Pedro Ribeiro de Azevedo Coutinho João Pedro Stilwell Rocha e Melo Luís Eduardo Brito Freixial de Goes Maria Amélia Guimarães José de Mello Bleck Maria Isabel Torres Baptista Parreira Jonet <i>Independente</i> Pablo Arturo Forero Calderon <i>Independente</i> Raúl Catarino Galamba de Oliveira <i>Independente</i> Rui Alexandre Pires Diniz</p>	<p>A administração da sociedade é exercida por um Conselho de Administração composto por 14 membros, eleito pelos acionistas em Assembleia Geral.</p> <p>Este órgão é responsável pela gestão dos negócios da sociedade e pela definição e acompanhamento das suas orientações estratégicas.</p> <p>Cabe-lhe ainda deliberar sobre todas as matérias que, por lei, não são delegáveis na Comissão Executiva.</p>

Orgão	Constituição	Competências
Comissão Executiva	<p>Presidente Salvador Maria Guimarães José de Mello</p> <p>Vogais João Maria Guimarães José de Mello João Pedro Ribeiro de Azevedo Coutinho João Pedro Stilwell Rocha e Melo Luís Eduardo Brito Freixial de Goes Rui Alexandre Pires Diniz</p>	<p>A Comissão Executiva exerce a gestão corrente da atividade da sociedade, no âmbito da delegação de poderes que lhe é conferida pelo Conselho de Administração, cabendo-lhe, designadamente, a coordenação e acompanhamento permanente dos projetos e temas desenvolvidos pela José de Mello e pelas empresas suas participadas.</p>
Secretária da Sociedade	<p>Leonor Sampaio Santos</p> <p>Suplente Rute Isabel Dias Salgueiro</p>	<p>A Secretária da Sociedade presta apoio especializado aos órgãos sociais no exercício dos respetivos deveres, assegurando a conformidade da sua atuação com a legislação aplicável, com os estatutos da sociedade e com os seus regulamentos internos.</p>
Fiscal Único	<p>RSM e Associados – SROC, Lda.</p> <p>Suplente António José Lino do Patrocínio Santos</p>	<p>O Fiscal Único tem como principal competência a fiscalização da atividade da sociedade.</p>
Comissão de Vencimentos	<p>Presidente Luís Miguel Nogueira Freire Cortes Martins</p> <p>Vogais Maria Luísa Guimarães José de Mello do Amaral Cabral Pedro Norton de Matos Pedro Maria Guimarães José de Mello Vasco Maria Guimarães José de Mello</p>	<p>Cabe à Comissão de Vencimentos elaborar e propor, para aprovação da Assembleia Geral, a política de remuneração dos membros dos órgãos sociais, bem como fixar a sua remuneração.</p>



Vasco Maria Guimarães José de Mello

É presidente do Conselho de Administração da José de Mello Capital e da Brisa e também presidente da direção da Fundação Amélia de Mello e da Associação Business Roundtable Portugal, para além de presidente da Assembleia Geral da COTEC Portugal.

Iniciou o seu percurso profissional no Citigroup em Nova Iorque, quando frequentou, em 1978 e 1979, o training program desta instituição, após o que foi desafiado pelo pai, José Manuel de Mello, para participar, em Portugal, no processo de reconstrução do grupo empresarial, ficando sobretudo com responsabilidades na área financeira. Entre 1992 e 2000, foi presidente do Banco Mello e da Companhia de Seguros Império, tendo desempenhado, em parte desse período, funções de membro do Conselho de Administração da SIC. Na sequência da reconfiguração do Grupo José de Mello em 2000, após a fusão dos ativos financeiros no Banco Comercial Português, assumiu funções de vice-presidente da José de Mello, a que passou a presidir em 2004. Foi também vice-presidente do Conselho Superior do Banco Comercial Português (2000 a 2007), membro do Conselho Geral e de Supervisão da EDP e membro dos conselhos de administração da ONI e da concessionária espanhola Abertis.

É licenciado em Gestão de Empresas pelo American College, na Suíça.



Pedro Maria Guimarães José de Mello

É vice-presidente do Conselho de Administração da José de Mello Capital e presidente dos conselhos de administração da Sociedade Agrícola D. Diniz e da Sociedade Agrícola do Vale de Perditos.

Iniciou o seu percurso profissional no início da década de 80, no setor têxtil, nos Estados Unidos da América e na Suíça, após o que regressou a Portugal, para assumir funções de administração executiva em diversas empresas do mesmo setor no Porto. Assumiu depois inúmeros cargos de gestão em diferentes empresas participadas do Grupo José de Mello, nomeadamente na Soponata, Lis Sado, Efacec e M Dados, como presidente do Conselho de Administração, e Lisnave, CUF e Bondalti Capital, como vice-presidente do Conselho de Administração. Foi também membro do Conselho de Administração da Petrogal.

É licenciado em Engenharia Têxtil pela Universidade de Barcelona.



Salvador Maria Guimarães José de Mello

É vice-presidente do Conselho de Administração da José de Mello Capital e presidente da Comissão Executiva desde janeiro de 2021, no contexto de uma nova etapa de desenvolvimento do Grupo José de Mello. É também presidente do Conselho de Administração da CUF.

Iniciou a sua atividade profissional na Lisnave, tendo sido administrador da empresa entre 1992 e 1995, após o que assumiu funções de administrador executivo da José de Mello Capital. Em 2001, passou a desempenhar funções de presidente da Comissão Executiva e do Conselho de Administração da José de Mello Saúde (atual CUF), tendo sido responsável por uma forte dinâmica de crescimento, resultando na expansão da empresa a uma rede de duas dezenas de hospitais e clínicas, afirmando-a como a líder na prestação de cuidados de saúde privados em Portugal e posicionando-a como a marca de saúde mais reconhecida pelos portugueses. Foi também Presidente do Health Cluster Portugal entre 2017 e 2021.

É licenciado em Ciências Económicas e Administração de Empresas na Universidade de Neuchâtel, na Suíça.



António Mota de Sousa Horta Osório

É administrador não executivo da José de Mello Capital, presidente do Conselho de Administração da BIAL e vice-presidente do Grupo Impresa. É também administrador não executivo da Fundação Champalimaud e da Stichting/Enable INPAR e Senior Advisor na Mediobanca, Cerberus e EbankIT.

Com mais de 30 anos de experiência na indústria dos serviços financeiros, desenvolveu uma carreira internacional de sucesso. Em 2021, foi condecorado “Cavaleiro” pela rainha Elizabeth II pelo seu trabalho na banca no Reino Unido e pelos serviços voluntários nas áreas da saúde mental e da cultura. Foi presidente do Conselho de Administração do Grupo Credit Suisse, entre maio de 2021 e janeiro de 2022, tendo sido previamente Chief Executive Officer do Lloyds Banking Group, a convite do governo britânico, tendo conseguido devolver o banco à esfera privada, com o reembolso total do dinheiro dos contribuintes. Antes de ingressar no Lloyds, ocupou várias funções de gestão no Grupo Santander, em particular como Chief Executive Officer em Portugal, no Brasil e no Reino Unido, onde fundiu vários bancos no Santander UK. Foi também administrador não executivo do Banco de Inglaterra, a título pessoal, entre 2009 e 2011, e trabalhou para o Citibank e a Goldman Sachs, entre 1987 e 1993.

É licenciado em Gestão e Administração de Empresas pela Universidade Católica Portuguesa em Lisboa, possui um MBA pelo INSEAD e um Advanced Management Program pela Harvard Business School. É Doutor Honoris Causa pela Universidade de Edimburgo, Universidade de Bath, Universidade de Warwick, Universidade de Birmingham e Universidade Católica Portuguesa.



Gonçalo Maria Guimarães José de Mello

É administrador não executivo da José de Mello Capital e sócio fundador da Menlo Capital.

Desenvolveu a sua carreira no Grupo José de Mello durante mais de 15 anos, passando pela área financeira, na M Fiduciária, e pela área química, tendo sido, entre outras funções, administrador da Quimitécnica e da Fisipe. Em 2012, fundou a sua própria empresa de private equity, a Menlo Capital, na qual tem desenvolvido a sua atividade profissional, sendo administrador de várias empresas participadas pelos fundos e veículos geridos pela empresa.

É licenciado em Gestão de Empresas pela Universidade de Lausanne (HEC) e MSc em Gestão pela Universidade de Stanford.



João Maria Guimarães José de Mello

É administrador executivo da José de Mello Capital e presidente do Conselho de Administração e da Comissão Executiva da Bondalti Capital.

Com mais de 30 anos de experiência profissional no setor químico, integra o Conselho Geral da COTEC – Associação Empresarial para a Inovação, em representação da Bondalti Capital, e é vice-presidente da Assembleia Geral da Associação da Indústria Portuguesa. Foi presidente da Direção e da Assembleia Geral da APQuímica – Associação Portuguesa da Química, Petroquímica e Refinação.

Com formação em Gestão de Empresas pela École d'Administration et de Direction d'Entreprises, na Suíça, concluiu posteriormente os estudos universitários em Técnicas Têxteis Industriais na Universidade Católica de Lovaina, em Tournai, tendo ainda realizado formação em várias áreas de gestão e completado o programa Liderança para Top Managers, no International Institute for Management Development (IMD), na Suíça.



João Pedro Ribeiro de Azevedo Coutinho

É administrador executivo da José de Mello Capital, administrador não executivo da Bondalti Capital e presidente do Conselho de Administração da Ravasqueira, M Dados e José de Mello Residências e Serviços.

Com mais de 35 anos de experiência profissional, iniciou a sua carreira na Coopers & Lybrand, tendo sido depois diretor da área de banca de investimento do Deutsche Bank em Portugal. Foi também administrador executivo do Banco Mello de Investimento e da Brisa, na qual detinha o pelouro financeiro e responsabilidades por diversas áreas e empresas subsidiárias. Foi ainda administrador e posteriormente presidente do Conselho de Administração da Companhia de Concessões Rodoviárias, no Brasil.

É licenciado em Administração e Gestão de Empresas pela Universidade Católica Portuguesa, completou o Programa de Formação em Gestão de Liderança para Top Managers no IMD International, na Suíça, e o Advanced Management Program na Harvard Business School, nos Estados Unidos da América.



João Pedro Stilwell Rocha e Melo

É administrador executivo da José de Mello Capital, vice-presidente não executivo da CUF e administrador não executivo da Bondalti Capital.

Iniciou o seu percurso profissional na área da banca de investimentos, tendo sido presidente da Comissão Executiva do Banco Mello de Investimentos, administrador do Banco Mello, da Companhia de Seguros Império e da Mello Valores. Foi também vice-presidente executivo da Brisa, entre 2002 e 2020, e presidente da Via Verde Portugal, entre 2003 e 2008. Foi ainda vice-presidente da ACEGE – Associação Cristã de Empresários e Gestores, entre 2015 e 2022, e membro da direção da Câmara de Comércio e Indústria Portuguesa, entre 2006 a 2019.

É licenciado em Engenharia Mecânica pelo Instituto Superior Técnico e concluiu um MBA pela Universidade Nova de Lisboa.



Luís Eduardo Brito Freixial de Goes

É administrador executivo da José de Mello Capital e presidente dos conselhos de administração da MGI Capital, José de Mello Imobiliária, José de Mello Investimentos, Tecnocapital, Comitur Imobiliária, Sociedade Imobiliária e Turística do Cojo e Herdade do Vale da Fonte – Sociedade Agrícola, Turística e Imobiliária. É também administrador não executivo da Brisa, da José de Mello International e da GEMP Invest.

Com mais de 30 anos de experiência profissional, Luís Brito de Goes iniciou o seu percurso profissional na Deloitte, tendo sido depois especialista nas áreas de corporate e financeira na sociedade de advogados Vieira de Almeida. Ingressou na José de Mello em 2000, como diretor Jurídico, tendo assumido, ao longo dos anos, inúmeras funções de gestão em diferentes áreas e empresas participadas do Grupo José de Mello.

É licenciado em Direito pela Universidade Católica Portuguesa.



Maria Amélia Guimarães José de Mello Bleck

É administradora não executiva da José de Mello Capital e membro do Conselho de Administração da Sociedade Agrícola do Vale de Perditos.

Iniciou o seu percurso profissional há 40 anos, dedicando-se, por um período de dez anos, à área da enfermagem em diversas instituições hospitalares, públicas e privadas, tendo sido também voluntária noutras instituições de carácter social, em Portugal e São Tomé e Príncipe. Posteriormente, foi administradora executiva do Hospital CUF Infante Santo e, em fases diferentes, administradora executiva e não executiva da José de Mello Saúde (atual CUF).

Depois de frequentar, em Lausanne e em Lisboa, duas escolas de Educação da Infância, iniciou a sua formação de base como enfermeira na École d'Infermières Bois-Cers, em Lausanne, tendo concluído a formação superior em enfermagem, já em Lisboa, na Escola de Enfermagem de São Vicente de Paulo. Na área da gestão, acumulou diferentes formações ministradas pela KPMG (Gestão Financeira para Não-financeiros), Mölnlycke Health Care (Qualidade nos Serviços de Saúde) e AESE Business School (Seminário Avançado de Gestão e Investimento em Serviços de Saúde).



Maria Isabel Torres Baptista Parreira Jonet

É administradora não executiva da José de Mello Capital.

Iniciou a sua carreira na Sociedade Portuguesa de Seguros e trabalhou no Comité Economico e Social, em Bruxelas, entre 1987 e 1992. Colabora como voluntária no Banco Alimentar desde 1994, sendo presidente do Banco Alimentar contra a Fome de Lisboa e da Federação Portuguesa dos Bancos Alimentares, tendo estruturado um modelo de gestão inovador que permitiu a criação de uma rede nacional de apoio alimentar. É fundadora e Presidente da ENTRAJUDA, de gestão de organizações do sector social, e tem vasta experiência em sustentabilidade e gestão de voluntários. Foi presidente da Federação Europeia dos Bancos Alimentares entre 2012 e 2017. Concebeu e implementou também várias soluções tecnológicas inovadoras destinadas ao combate à pobreza, à inclusão social e à responsabilidade social.

É licenciada em Economia pela Universidade Católica Portuguesa e completou a Pós-Graduação em Informática de Gestão da Universidade Nova de Lisboa.



Pablo Arturo Forero Calderon

É administrador da José de Mello Capital e presidente do Conselho de Administração da Caixabank Asset Management SGIC.

Com mais de 40 anos de experiência profissional, iniciou o seu percurso na Arthur Andersen, tendo sido depois responsável pelas áreas de tesouraria e mercado de capitais do Manufacturers Hannover Bank, Chief Investment Officer da J P Morgan Asset Management, onde foi também administrador executivo. Foi ainda administrador executivo do Banco Caixabank e presidente da Comissão Executiva do Banco BPI, em Portugal.

É licenciado em Economia e Macroeconomia pela Universidad Autonoma de Madrid.



Raúl Catarino Galamba

É administrador não executivo da José de Mello Capital, presidente do Conselho de Administração dos CTT – Correios de Portugal e membro do Conselho de Administração do Banco Bilbao Vizcaya Argentaria e da CUF.

Foi senior partner na McKinsey, desenvolvendo a sua atividade de serviço a clientes no sector financeiro (bancos, seguradoras e operadores de pagamentos) na Europa, América do Sul e Médio Oriente. Ao longo da sua carreira, desempenhou diversas responsabilidades de gestão na McKinsey, incluindo managing partner de Portugal e Espanha, managing partner da prática de global risk management e membro do Board of Directors global.

É licenciado em Engenharia Mecânica pelo Instituto Superior Técnico, onde concluiu também um Master em Sistemas, e concluiu um MBA pela Universidade Nova de Lisboa.



Rui Alexandre Pires Diniz

É administrador executivo da José de Mello Capital e presidente Executivo da CUF. É também membro do Conselho de Administração da Fundação Alfredo de Sousa e membro da direção da ACEGE - Associação Cristã de Empresários e Gestores.

Iniciou a sua atividade profissional na McKinsey, onde esteve durante 14 anos, tendo desempenhado funções como consultor, senior partner e office manager do escritório da consultora em Portugal. Foi ainda vice-presidente executivo da Efacec e administrador não executivo da Brisa durante 10 anos, além de ser promotor e fundador do Inclusive Community Forum da Nova SBE, uma iniciativa que tem como missão estruturar e desenvolver iniciativas orientadas a uma melhor inclusão de pessoas com deficiência na comunidade.

É licenciado em Economia pela Universidade Católica Portuguesa.

Ética, transparência e integridade

GRI 2-15, GRI 2-23, GRI 2-26, GRI 2-27, GRI 204-1,
GRI 205-3, GRI 206-1

O Grupo José de Mello orienta a sua atividade pelos Valores do Desenvolvimento Humano, Inovação, Competência, e Integridade, tendo também como preocupação fundamental a Sustentabilidade.

Para que continue a crescer de forma sustentável, a José de Mello, juntamente com as suas empresas participadas, deve assegurar que todos os seus *stakeholders*, especialmente os seus colaboradores, orientam a sua conduta pelos Valores do Grupo e pelos princípios e regras de natureza ética. Para garantir este objetivo, a José de Mello aprovou um Programa de *Compliance* Integrado, estruturado com base na sua atividade e na análise das suas áreas mais relevantes, composto pelos seguintes documentos:



Código de Conduta



Regulamento Anticorrupção



Regulamento sobre Prevenção do Branqueamento de Capitais e Financiamento do Terrorismo



Regulamento sobre Tratamento de Comunicações de Irregularidades



Canal de Comunicação de Irregularidades

O **Código de Conduta da José de Mello** define os princípios que orientam a sua atividade, bem como as regras fundamentais de natureza ética e deontológica que devem nortear a conduta diária dos seus colaboradores e demais *stakeholders*.

A sua aplicabilidade e implementação é assegurada pela sua comunicação, via e-mail ou intranet, pela sua revisão, sempre que se verifique necessário, pela formação e sensibilização dos colaboradores e pelos mecanismos de denúncia disponibilizados a todos os *stakeholders*.

0

multas aplicadas por casos de não conformidade com leis e regulamentos

0

sanções não monetárias aplicadas por casos de não conformidade com leis e regulamentos

0

casos confirmados de corrupção

1

ação judicial pendente durante o período coberto pelo relatório referente a práticas anticoncorrenciais⁷

⁷ No dia 1 de julho de 2022, a José de Mello Capital foi notificada pela Autoridade da Concorrência (AdC) da Decisão relativa ao processo de contraordenação contra a Associação Portuguesa de Hospitalização Privada (APHP) e os grupos hospitalares CUF e José de Mello, Trofa Saúde, Hospital Particular do Algarve, Lusíadas e Luz Saúde por envolvimento num acordo ou prática concertada restritivos da concorrência na contratação de serviços de saúde hospitalares privados por parte dos subsistemas de saúde públicos ADSE e IASFA. Neste processo, foram aplicadas coimas a todas as empresas visadas, sendo que, no caso da CUF, a coima ascende a 74.980 milhares de Euros, sendo a José de Mello Capital responsável solidária pelo pagamento desta coima.

É convicção da José de Mello Capital de que não houve qualquer incumprimento da Lei da Concorrência, pelo que foi apresentado um recurso judicial para impugnar esta decisão.

MECANISMOS DE DENÚNCIA

A José de Mello disponibiliza aos seus *stakeholders* um canal de denúncia e comunicação de irregularidades para que possa ser notificada qualquer violação efetiva, ou potencial, às regras do Código de Conduta, das políticas ou procedimentos com ele relacionados, ou de qualquer preceito legal. Neste momento, encontra-se em curso a adaptação do funcionamento deste canal com vista ao cumprimento das novas exigências legais nesta matéria.

A José de Mello aprovou um Regulamento de Tratamento de Comunicação de Irregularidades, nos termos do qual as irregularidades devem ser comunicadas ao Conselho de Administração, a quem cabe aprovar as medidas corretivas a aplicar a cada situação reportada. Cabe ao grupo assegurar que ninguém que, de boa-fé, reporte uma violação, seja sujeito a retaliações de qualquer espécie. Para o efeito, prevê-se que retaliações ou represálias por parte de algum colaborador da José de Mello contra alguém que, de boa-fé, tenha reportado violações de que suspeitava, constituam justa causa de despedimento. Do mesmo modo, qualquer pessoa que apresente um relatório de uma violação que saiba ser falso ficará sujeito a medidas disciplinares, incluindo despedimento, quando apropriado.

O Regulamento Anticorrupção prevê as regras e procedimentos para prevenção e combate à corrupção e crimes conexos, definindo, a título exemplificativo, os comportamentos proibidos e prevenindo situações que possam suscitar conflitos de interesses e regulando as situações em que tal possa vir a suceder.

O Regulamento sobre prevenção do branqueamento de capitais e financiamento do terrorismo estabelece as regras e os procedimentos internos para cumprimento das disposições legais e regulamentares aplicáveis à José de Mello em matéria de combate ao branqueamento de capitais e ao financiamento do terrorismo.

Aceda ao canal de denúncia do Grupo José de Mello, [aqui](#)



BONDALTI

Mecanismos de denúncia

A Bondalti possui um **Código de Ética** que define as linhas de orientação relativas à forma como a empresa deve lidar e trabalhar com os seus colaboradores, clientes, fornecedores e outros parceiros, servir os seus acionistas e interagir com a sociedade. O Código pretende, ainda, servir de guia de apoio na tomada de decisão por parte dos colaboradores da Bondalti, tendo sempre presente a proteção dos interesses do negócio e a reputação da empresa.

De forma a garantir o acompanhamento e o cumprimento do Código de Ética da Bondalti, estão previstos os seguintes mecanismos:

- Mecanismos internos de denúncia e comunicação de irregularidades, em conformidade com as normas legais, designadamente em matéria de confidencialidade e do processo de tratamento da informação e dos dados pessoais.
- Revisão do Código de Ética, no mínimo a cada 2 anos.

Para mais informações sobre o desempenho da Bondalti, por favor, consulte o respetivo [Relatório Integrado 2022](#).

Existe, ainda, uma **Comissão de Ética**, com competências e experiência na resolução de situações nos âmbitos abordados referido Código, nomeadamente éticos, jurídicos ou de recursos humanos, a quem todos os colaboradores, acionistas, clientes, fornecedores e prestadores de serviços podem solicitar esclarecimentos.

Pode, igualmente, ser comunicada à Comissão de Ética qualquer ocorrência, ou situação irregular, que viole as normas do referido Código. A denúncia apenas poderá ser anónima em matéria de prevenção e combate ao assédio. A recolha, acompanhamento e resolução dos processos de denúncia referentes às infrações deste Código, são da responsabilidade desta Comissão.

Contacte a Comissão de Ética, [aqui](#)





Mecanismos de denúncia

A CUF tem como instrumento basilar para a sua cultura organizacional um **Código de Conduta - Uma Comunidade que se Dedicar a Cuidar de Pessoas -**, criado em 2018 e revisto em 2022 (publicado em abril de 2023). Para assegurar que os princípios enunciados no referido Código se reflitam no rumo da organização e nas ações de cada colaborador, constituiu-se uma Comissão de Acompanhamento do Código de Conduta, entidade multidisciplinar, independente e de consulta.



Para mais informações sobre o desempenho da CUF, por favor, consulte o respetivo Relatório Integrado 2022.

A CUF conta com o seguinte conjunto de políticas e procedimentos que complementam o referido Código:

- Direitos e deveres dos doentes e familiares
- Gestão de risco da CUF
- Ofertas
- Anticorrupção
- Gestão de conflitos de interesses
- Ética e transparência
- Relacionamento com fornecedores e parceiros comerciais
- Atribuição de patrocínios
- Atribuição de apoios e donativos
- Promoção da conciliação entre a vida pessoal, familiar e profissional
- Prevenção e gestão de situações de assédio no local de trabalho

Para além disso, é incentivada a comunicação de todas as propostas de melhoria organizacional e de clarificação das orientações expressas no seu Código de Conduta, assim como de situações que contrariem os valores, princípios e regras apresentados no mesmo. O **canal de denúncia da CUF** possibilita a apresentação de denúncias confidenciais e anónimas sobre temáticas que vão além do que é legalmente imposto, designadamente as relacionadas com o Código de Conduta e políticas e procedimentos complementares.

Contacte a Comissão de Acompanhamento do Código de Conduta, [aqui](#)



Contacte a Comissão de Ética, [aqui](#)



JOSÉ DE MELLO
RESIDÊNCIAS E SERVIÇOS

Mecanismos de denúncia

A José de Mello Residências e Serviços conta também com um **Código de Conduta** próprio, perante o qual todos os colaboradores se comprometem, estando também a desenvolver os seus próprios mecanismos de denúncia.



GESTÃO DA CADEIA DE FORNECEDORES

A gestão adequada da cadeia de fornecedores potencia a sustentabilidade da operação da José de Mello e das suas participadas, a todos os níveis. O Grupo José de Mello incentiva os seus fornecedores e parceiros de negócios a adotarem práticas sustentáveis, procurando garantir condições de trabalho seguras e justas, além de uma gestão responsável das questões ambientais e sociais, alinhando as suas práticas com o Propósito e os Valores do Grupo José de Mello.

A M Dados é a central de negociação de produtos e serviços em categorias transversais de suporte ao negócio das empresas do Grupo. A sua abordagem ao mercado tem por objetivo a criação de valor substancial, de forma sustentável e continuada no tempo, e baseia-se em cinco pilares fundamentais:

1 Economias de escala, obtidas através de uma **abordagem conjunta ao mercado**

4 Parcerias sustentáveis e duradouras com os fornecedores numa lógica **win-win**, privilegiando-se uma **relação transparente e colaborativa**

2 Acumulação de **know-how**, **foco** e **experiência** nas áreas de atuação, beneficiando de múltiplos processos negociais nos últimos 20 anos para as diversas empresas do Grupo José de Mello, para além de outros clientes

5 Conciliação de múltiplos objetivos, incluindo a obtenção das **melhores** condições financeiras, a **garantia** de padrões de qualidade exigentes e uma **preocupação com a sustentabilidade em toda a cadeia de valor**

3 Trabalho em conjunto com os clientes, coordenando as suas diversas necessidades e promovendo a **partilha de informação** e das melhores práticas



O conhecimento profundo dos mercados de produtos e serviços negociados pela M Dados permite antecipar tendências e acompanhar as dinâmicas de transformação dos seus clientes e fornecedores.

Processo de consulta ao mercado

Kickoff

Reunião entre a M Dados e o cliente, para identificação das necessidades, objetivos, fornecedores a consultar, calendário e outros critérios a aplicar na aquisição, da qual resulta a validação do caderno de encargos

Consulta

Consulta aos fornecedores, visitas às instalações (caso se verifique relevante), reuniões de esclarecimento, entrega de propostas e negociação

Análise/ Recomendação

Análise das propostas e apresentação de relatório de avaliação preliminar, que contempla os seguintes elementos: enquadramento de mercado; análise de fornecedores; análise de propostas; avaliação; e, por fim, recomendação de adjudicação

Adjudicação

Feedback do cliente relativo ao fornecedor a adjudicar e respetiva adjudicação, incluindo a transmissão detalhada dos elementos negociados.

No processo de aquisição e no decorrer do contrato, são realizadas reuniões de acompanhamento

No processo de consulta e avaliação de propostas são solicitadas evidências de boas práticas nos temas ESG, eventualmente com deep dive em função do setor. Nos cadernos de encargos, encontra-se tipicamente mencionado, como critério de qualificação, o cumprimento dos princípios da Carta das Nações Unidas e o contributo para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). A seleção e qualificação dos fornecedores inclui ainda visitas aos locais e conversas com *stakeholders* de referência.

Adicionalmente, os contratos incluem cláusulas relativas a temas do âmbito de recursos humanos e trabalho infantil, por exemplo, remetendo para os Códigos de Conduta das empresas adjudicatárias, ou solicitando informação sobre certificações relacionadas. São ainda aplicados critérios de sustentabilidade no processo de avaliação, dependendo das categorias em negociação.

A atividade em 2022 ficou marcada por fortes pressões sobre os custos de matéria-prima, energia, mão de obra e constrangimentos nas cadeias de abastecimento com impacto na continuidade de fornecimento, prazos de entrega e inflação generalizada. Para mitigar o impacto destes desafios na atividade, foram desenvolvidas as seguintes estratégias:

- Planear com a maior antecedência possível as necessidades de bens e serviços de forma e constituir *stocks* para reduzir o risco de falhas no abastecimento
- Gerir contratos a terminar nos próximos seis meses numa perspetiva de mitigação de aumentos de preços e evitar cristalizar cotações em alta
- Monitorizar tendências de evolução dos principais drivers de custos para mitigar aumentos, sem colocar em causa a sustentabilidade da operação
- Gerir expectativas dos principais *stakeholders*, nomeadamente áreas operacionais relativamente ao desenvolvimento da situação atual e principais consequências



BONDALTI

Gestão da cadeia de fornecedores

Com o objetivo de garantir que os seus fornecedores estão igualmente alinhados pelos princípios do desenvolvimento sustentável, desde 2021 que a Bondalti implementa o seu **Código de Conduta para Fornecedores**, que vem estabelecer as principais linhas orientadoras nas temáticas de **ambiente, segurança e saúde; direitos humanos e laborais; e ética e governo**. A Bondalti tem a expectativa de que os seus fornecedores reconheçam e atuem de acordo com o conteúdo deste Código, para além de cumprirem as suas obrigações contratuais e as Condições Gerais de Compra da Bondalti.

Para mais informações sobre o desempenho da Bondalti, por favor, consulte o respetivo [Relatório Integrado 2022](#).

Certificação ISCC

No que diz respeito a matérias-primas, a Bondalti definiu como objetivo incorporar **matérias-primas de menor conteúdo carbónico e de origem sustentável** na sua cadeia de valor, como por exemplo o bio-benzeno.

Desta forma, encontra-se atualmente a trabalhar para a obtenção da **certificação ISCC** para a aquisição de Bio-benzeno como matéria-prima. Posteriormente, espera-se avançar para a **certificação energética** para a aquisição de matéria-prima na área dos químicos inorgânicos. O ISCC é um Sistema de Certificação que permite a implementação e certificação de cadeias de abastecimento sustentáveis, apoiando as empresas na definição e concretização dos seus objetivos de sustentabilidade.

Compras Sustentáveis

Em 2022, a Bondalti iniciou a implementação dos *guidelines* da **ISO 20400** para compras sustentáveis.

A ISO 20400 é um guia de boas práticas para compras sustentáveis que visa que a decisão de compra vá além da uma visão simplesmente económica e de especificação da compra, contemplando **parâmetros ambientais, condições de trabalho e questões de igualdade**. O processo realiza-se em 4 fases: compreender os fundamentos da norma; definir uma estratégia de compras sustentáveis; definir metas e envolver os *stakeholders*; integrar a sustentabilidade de compras nos processos.

Para o desenvolvimento deste trabalho, a Bondalti optou por envolver fornecedores para testar o modelo e validação da matriz de qualificação de forma a perceber a atratividade do modelo e resultados.





Gestão da cadeia de fornecedores

Na CUF, a avaliação e seleção de fornecedores tem em consideração o impacto potencial nos seus processos, produtos e serviços, para satisfazer, de forma consistente, os requisitos dos seus clientes, bem como as exigências regulamentares aplicáveis. Assim, os fornecedores a qualificar deverão estar alinhados com a **Política de Qualidade da CUF** e com a **Política de Relacionamento com Fornecedores, Prestadores de Serviços e Parceiros**, bem como com todos os procedimentos associados à segurança do doente, segurança das instalações e colaboradores.

Para mais informações sobre o desempenho da CUF, por favor, consulte o respetivo Relatório Integrado 2022.

Sustentabilidade ambiental dos fornecedores

A CUF tem vindo a melhorar a avaliação a fornecedores em matéria ambiental. Desde final de 2021, o **processo de seleção de fornecedores** passou a ter em consideração e como critérios de escolha as suas **iniciativas de sustentabilidade ambiental**, incidindo também a gestão de resíduos dos fornecedores.

- Inclusão de critérios de sustentabilidade, e exigência de cumprimento das normas e orientações internacionais, nos cadernos de encargos e contratos com novos fornecedores.
- Novos fornecedores da área de Gestão Hoteleira sujeitos a processos de *due diligence* para impactos ambientais.
- Divulgação alargada e integração em todos os contratos celebrados a partir de 2021, do “Código para Prestadores de Serviços, Fornecedores e Parceiros Comerciais”, nomeadamente do artigo 4.º “Sustentabilidade Ambiental”.

Todas as renovações, notas de encomenda e todos os novos contratos da CUF incluem uma cláusula que obriga os parceiros comerciais, fornecedores e prestadores de serviços a respeitar normas de direitos humanos, ambientais, combate à corrupção e outras matérias relevantes relacionadas com sustentabilidade, designadamente as diretrizes da OCDE para as Empresas Multinacionais e pelos Princípios Orientadores das Nações Unidas sobre Empresas e Direitos Humanos, incluindo os princípios e os direitos estabelecidos nas convenções fundamentais identificadas na Declaração da Organização Internacional do Trabalho relativa aos Princípios e Direitos Fundamentais no Trabalho e na Carta Internacional dos Direitos Humanos.



JOSÉ DE MELLO
RESIDÊNCIAS E SERVIÇOS

Gestão da cadeia de fornecedores

A José de Mello Residências e Serviços, à semelhança das restantes participadas, recorre à M Dados, aquando das suas aquisições. Em alguns casos, conta ainda com o apoio da área de compras da CUF.



Anexos

7.1	Demonstrações Financeiras Individuais e Documentos Complementares	106
7.2	Demonstrações Financeiras Consolidadas e Documentos Complementares	142
7.3	Posições Acionistas	218
7.4	Tabela GRI	219

Demonstrações financeiras individuais

e documentos complementares

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DOS RESULTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 (MONTANTES EXPRESSOS EM EUROS)

	Notas	31 dez 2022	31 dez 2021
Operações em continuação:			
Rendimentos operacionais:			
Vendas e prestações de serviços	4	1 923 490	2 047 520
Reversões de perdas por imparidade	5	37 078	4 616 732
Reversões de provisões	6,32	2 556 841	81 503 842
Outros rendimentos operacionais	7	985 925	539 953
Total de rendimentos operacionais		5 503 334	88 708 047
Gastos operacionais:			
Fornecimentos e serviços externos	8	(2 586 362)	(3 555 445)
Gastos com o pessoal	9	(10 599 204)	(9 290 019)
Amortizações e depreciações	10	(655 299)	(619 563)
Provisões	6,32	-	(43 901)
Perdas por imparidade	11	(37 499)	-
Outros gastos operacionais	12	(499 658)	(1 541 135)
Total de gastos operacionais		(14 378 021)	(15 050 063)
Resultados operacionais		(8 874 687)	73 657 984
Gastos e perdas financeiros	13	(2 531 860)	(4 544 756)
Rendimentos e ganhos financeiros	13	728 606	519 467
Resultados relativos a empresas associadas	13, 22, 32	98 118 357	(14 312 290)
Resultados financeiros		96 315 103	(18 337 579)
Resultados antes de impostos		87 440 416	55 320 405
Impostos sobre o rendimento	14	5 075 928	2 608 984
Resultado líquido do exercício das operações em continuação		92 516 344	57 929 389
Resultado líquido do exercício		92 516 344	57 929 389
Resultado por ação:			
Básico	16	18,50	11,59
Diluído	16	18,50	11,59

As notas anexas fazem parte integrante da demonstração individual dos resultados em 31 de dezembro de 2022.

O Contabilista Certificado

O Conselho de Administração

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DA POSIÇÃO FINANCEIRA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 (MONTANTES EXPRESSOS EM EUROS)

	Notas	31 dez 2022	31 dez 2021
Ativos não correntes:			
Goodwill	17	551 156 640	551 156 640
Ativos intangíveis	18	181 002	153 249
Direito de uso	19	484 221	439 142
Ativos fixos tangíveis	20	10 827 084	10 856 065
Propriedades de investimento	21	882 695	910 292
Investimentos em empresas subsidiárias	22	582 974 299	495 999 600
Outros investimentos	22	40 031 993	39 704 580
Outros devedores	24	69 659 991	70 956 000
Total de ativos não correntes		1 256 197 925	1 170 175 567
Ativos correntes:			
Clientes e adiantamentos a fornecedores	23	334 435	184 691
Outros devedores	24	2 169 008	2 859 741
Estado e outros entes públicos	25	1 714 262	1 353 341
Outros ativos correntes	26	1 991 211	1 997 698
Caixa e equivalentes a caixa	27	23 029 608	22 148 235
Total de ativos correntes		29 238 524	28 543 706
Total do Ativo		1 285 436 449	1 198 719 273

	Notas	31 dez 2022	31 dez 2021
Capital próprio:			
Capital	28	25 000 000	25 000 000
Reserva legal	29	5 000 000	5 000 000
Outras reservas	29	338 126 882	266 520 635
Resultados transitados		506 289 423	520 673 953
Resultado líquido		92 516 344	57 929 389
Total do Capital Próprio		966 932 649	875 123 976
Passivos não correntes:			
Empréstimos obtidos	30	167 704 545	200 686 492
Credores por locações financeiras	31	285 238	272 761
Provisões	32	71 693 060	73 673 528
Outros credores	34	2 902 337	2 781 000
Total de Passivos não correntes		242 585 179	277 413 782
Passivos correntes:			
Empréstimos obtidos	30	72 520 684	43 346 639
Credores por locações financeiras	31	204 702	168 509
Fornecedores e adiantamentos de clientes	33	453 269	427 874
Estado e outros entes públicos	25	540 650	410 095
Outros credores	34	1 575 718	1 074 154
Outros passivos correntes	35	623 600	754 243
Total de Passivos correntes		75 918 622	46 181 515
Total do Passivo		318 503 801	323 595 297
Total do Passivo e Capital Próprio		1 285 436 449	1 198 719 273

As notas anexas fazem parte integrante da demonstração individual da posição financeira em 31 de dezembro de 2022.

O Contabilista Certificado

O Conselho de Administração

**DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021** (MONTANTES EXPRESSOS EM EUROS)

	Capital	Reserva legal	Outras reservas	Resultados transitados	Resultado líquido	Total
Saldo em 1 de janeiro de 2021	25 000 000	5 000 000	251 617 713	206 939 263	336 676 581	825 233 558
Aplicação do resultado de 2020						
Lucros não atribuídos	-	-	49 216 978	(49 216 978)	-	-
Dividendos recebidos	-	-	(27 550 000)	27 550 000	-	-
Transferência para resultados transitados	-	-	-	336 676 581	(336 676 581)	-
Variações de alterações nos capitais próprios das subsidiárias	-	-	(13 794 342)	15 755 371	-	1 961 029
Distribuição de resultados transitados	-	-	-	(10 000 000)	-	(10 000 000)
Outros	-	-	7 030 285	(7 030 285)	-	-
Resultado líquido do exercício	-	-	-	-	57 929 389	57 929 389
Saldo em 31 de dezembro de 2021	25 000 000	5 000 000	266 520 635	520 673 953	57 929 389	875 123 976
Aplicação do resultado de 2021						
Lucros não atribuídos	-	-	68 775 293	(68 775 293)	-	-
Dividendos recebidos	-	-	(2 750 000)	2 750 000	-	-
Transferência para resultados transitados	-	-	(11 374)	57 940 763	(57 929 389)	-
Variações de alterações nos capitais próprios das subsidiárias	-	-	5 592 329	-	-	5 592 329
Distribuição de resultados transitados	-	-	-	(6 300 000)	-	(6 300 000)
Resultado líquido do exercício	-	-	-	-	92 516 344	92 516 344
Saldo em 31 de dezembro de 2022	25 000 000	5 000 000	338 126 882	506 289 423	92 516 344	966 932 649

As notas anexas fazem parte integrante da demonstração individual das alterações no capital próprio em 31 de dezembro de 2022.

O Contabilista Certificado

O Conselho de Administração



DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DOS FLUXOS DE CAIXA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 (MONTANTES EXPRESSOS EM EUROS)

	Notas	31 dez 2022	31 dez 2021
Fluxos de caixa das atividades operacionais:			
Recebimentos de clientes		2 191 628	1 126 479
Pagamentos a fornecedores		(4 390 068)	(5 506 678)
Pagamentos ao pessoal		(10 017 799)	(8 725 517)
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		5 167 972	2 777 817
Outros recebimentos/pagamentos relativos à atividade operacional		991 791	(1 247 867)
Fluxos das atividades operacionais (1)		(6 056 476)	(11 575 766)
Fluxos de caixa das atividades de investimento:			
Recebimentos provenientes de:			
Investimentos financeiros	36	5 793	2 863
Ativos tangíveis		5 000	1 524
Juros e rendimentos similares	36	737 060	150 417
Dividendos		2 750 000	233 550 000
Outros		22 242 744	45 786 425
		25 740 597	279 491 229
Pagamentos respeitantes a:			
Investimentos financeiros	36	(138 811)	(152 689 893)
Ativos tangíveis		(234 395)	(313 346)
Ativos intangíveis		(108 049)	(31 847)
Outros		(5 650 000)	(7 593 000)
		(6 131 255)	(160 628 086)
Fluxos das atividades de investimento (2)		19 609 343	118 863 143

	Notas	31 dez 2022	31 dez 2021
Fluxos de caixa das atividades de financiamento:			
Recebimentos provenientes de:			
Empréstimos obtidos		-	156 425 000
Subsídios e doações		998	2 995
		998	156 427 995
Pagamentos respeitantes a:			
Empréstimos obtidos		(3 880 000)	(227 873 801)
Empréstimos a empresas do grupo		-	(592 392)
Juros e gastos similares		(2 492 492)	(5 246 991)
Dividendos pagos e resultados distribuídos		(6 300 000)	(10 000 000)
		(12 672 492)	(243 713 184)
Fluxos das atividades de financiamento (3)		(12 671 494)	(87 285 189)
Variação de caixa e seus equivalentes (4)=(1)+(2)+(3)		881 373	20 002 188
Caixa e seus equivalentes no início do período		22 148 235	2 146 047
Caixa e seus equivalentes no fim do período	27	23 029 608	22 148 235

As notas anexas fazem parte integrante da demonstração individual dos fluxos de caixa em 31 de dezembro de 2022.

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 (Montantes expressos em euros)

1. Nota introdutória

A José de Mello Capital, S.A. (“Sociedade” ou “JMCapital”) foi constituída em 22 de outubro de 2001 e tem sede na Avenida 24 de Julho, 24 – 1200-480 Lisboa. Tem como objeto social as atividades de prestação de serviços de consultadoria económica e financeira, consultadoria de gestão e investimento, reorganização de empresas, planeamento estratégico, serviços de contabilidade, assessoria em recursos humanos, marketing, comunicação e imagem, a gestão de ativos próprios, bem como a realização de todas as atividades e operações conexas.

A Sociedade, de base maioritariamente familiar, consubstancia-se como um dos maiores grupos económicos portugueses.

Nos termos do artigo 68.º do Código das Sociedades Comerciais (“CSC”), a Assembleia Geral de Acionistas pode recusar a proposta dos membros da Administração relativa à aprovação das contas desde que delibere, motivadamente, que se proceda à elaboração total de novas contas ou à reforma, em pontos concretos, das apresentadas.

2. Políticas contabilísticas significativas

2.1 Bases de apresentação

As presentes demonstrações financeiras separadas foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IAS/IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (“IASB”), e Interpretações emitidas pelo *International Financial Reporting Interpretations Committee* (“IFRIC”) ou pelo anterior *Standing Interpretations Committee* (SIC), adotadas pela União Europeia (“UE”), em vigor para exercícios iniciados em 1 de janeiro de 2022. De ora em diante, o conjunto daquelas normas e interpretações serão designadas genericamente por “IFRS”.

As políticas contabilísticas mais significativas utilizadas na preparação destas demonstrações financeiras encontram-se descritas abaixo. Estas políticas foram aplicadas de forma consistente nos períodos comparativos, exceto quando referido em contrário. Quando a Sociedade efetua uma alteração de política contabilística, uma correção de um erro ou a reclassificação de um item, é apresentada uma demonstração da posição financeira adicional em referência ao início do período comparativo mais antigo apresentado.

As demonstrações financeiras foram preparadas tendo em conta as bases da continuidade, do regime do acréscimo, da consistência de apresentação, da materialidade e agregação, da não compensação e da informação comparativa.

O Conselho de Administração procedeu à avaliação da capacidade da Sociedade em operar em continuidade, tendo por base toda a informação relevante, factos e circunstâncias, de natureza financeira, comercial e outra, incluindo acontecimentos subsequentes à de referência das demonstrações financeiras, disponível sobre o futuro. Em resultado da avaliação efetuada, a qual considerou as expectativas de crescimento em 2023, o Conselho de Administração concluiu que a Sociedade dispõe de recursos adequados para manter as atividades e cumprir integralmente com as suas obrigações, não havendo intenção de as cessar no curto prazo, pelo que considerou adequado o uso do pressuposto de continuidade das operações nas demonstrações financeiras.

As demonstrações financeiras foram preparadas tendo por base o custo histórico.

Os valores apresentados são expressos em euros (EUR), salvo indicação em contrário.

2.2 Novas normas, interpretações e alterações a normas

2.2.1 Novas normas, alterações ou interpretações aplicáveis ao exercício de 2022

Até à data de aprovação destas demonstrações financeiras, foram aprovadas (“*endorsed*”) pela UE as seguintes normas contabilísticas, interpretações, emendas e revisões, com aplicação obrigatória ao exercício iniciado em 1 de janeiro de 2022:

Norma/Interpretação:

Data de eficácia

IFRS 16 - Locações: Bonificações de rendas relacionadas com a Covid-19 - Esta emenda introduz um expediente prático opcional pelo qual os locatários ficam dispensados de analisar se as concessões de renda (suspensões ou reduções de renda), relacionadas com a Covid-19, correspondem a modificações contratuais.

1 de abril de 2021

IFRS 3 - Concentrações de atividades empresariais: Referências à Estrutura Conceptual - Introduce alterações relativamente a: (i) ao reconhecimento de alguns passivos e passivos contingentes para evitar o reconhecimento de ganhos posteriormente ao registo da concentração de atividades empresariais; (ii) clarifica quais os ativos contingentes que não deverão ser reconhecidos no âmbito de uma concentração de atividades empresariais.

1 de janeiro de 2022

IAS 16 - Ativos fixos tangíveis: Rendimentos obtidos antes da entrada em funcionamento - Proíbe uma entidade de deduzir ao custo de um ativo fixo tangível os montantes recebidos da venda de itens produzidos enquanto a entidade se encontra a preparar o ativo para o seu uso pretendido. Em vez disso, a entidade deve reconhecer as retribuições recebidas dessas vendas e o custo relacionado nos resultados.

1 de janeiro de 2022

IAS 37 - Provisões, Passivos contingentes e Ativos contingentes: Custos a cumprir com contratos onerosos - Especifica que custos é que uma entidade deve incluir quando avalia se um contrato é ou não um contrato oneroso; apenas os gastos diretamente relacionados com o cumprimento do contrato são aceites.

1 de janeiro de 2022

Ciclo 2018-2020: clarificações e emendas em 4 normas:

IFRS 1: Subsidiária enquanto adotante das IFRS pela primeira vez;

1 de janeiro de 2022

IFRS 9: Fees a considerar no teste "10 por cento" para desreconhecimento de passivos financeiros;

IFRS 16: Incentivos de locação - alteração do exemplo ilustrativo 13; e

IAS 41: Eliminação do requisito de exclusão dos fluxos de caixa fiscais na mensuração do justo valor dos ativos biológicos.

Da aplicação destas normas não foram registados impactos relevantes para as demonstrações financeiras da Sociedade.

2.2.2 Novas normas, alterações ou interpretações já emitidas, mas que ainda não são obrigatórias

As seguintes normas contabilísticas, interpretações, emendas e revisões, com aplicação obrigatória em exercícios económicos futuros, foram, até à data de aprovação destas demonstrações financeiras aprovadas (“*endorsed*”) pela UE:

a) Já endossadas pela União Europeia

Em 31 de dezembro de 2022 as seguintes melhorias das Normas e Interpretações, emitidas pelo IASB, já se encontravam endossadas pela UE, contudo a sua aplicação só é obrigatória para os exercícios que se iniciem após 1 de janeiro de 2023:

Norma/Interpretação:	Data de eficácia
IFRS 17 - Contratos de Seguro (substitui a IFRS 4): A IFRS 17 é aplicável a todas as entidades que emitam contratos de seguro, contratos de resseguro e contratos de investimento com características de participação discricionária nos resultados se também forem emitentes de contratos de seguro. A IFRS 17 não se aplica aos tomadores de seguro.	1 de janeiro de 2023
IFRS 17 - Contratos de Seguro e IFRS 9 - Instrumentos Financeiros: Aplicação inicial da IFRS 17 e IFRS 9 – informação comparativa. Esta alteração aplica-se somente às entidades seguradoras na sua transição para a IFRS 17, permitindo a adoção de um “overlay” na classificação de um ativo financeiro para o qual a seguradora não efetua a aplicação retrospectiva, no âmbito da IFRS 9.	1 de janeiro de 2023
IAS 1 - Apresentação de demonstrações financeiras e IFRS Practice Statement 2: Divulgação de políticas contabilísticas - Alterações à IAS 1 exigem que as entidades divulguem as informações materiais acerca das suas políticas contabilísticas em vez de divulgarem as políticas contabilísticas significativas. As emendas à IFRS Practice Statement 2 proporcionam orientações sobre como deve ser aplicado o conceito da materialidade nas divulgações sobre as políticas contabilísticas.	1 de janeiro de 2023
IAS 8 - Rêdito: Divulgação de estimativas contabilísticas - Introdução da definição de estimativa contabilística e a forma como esta se distingue das alterações de políticas contabilísticas. As estimativas contabilísticas passam a ser definidas como valores monetários sujeitos a incerteza na sua mensuração, utilizadas para concretizar o(s) objetivo(s) de uma política contabilística.	1 de janeiro de 2023

Norma/Interpretação:	Data de eficácia
IAS 12 - Impostos sobre o rendimento: Imposto diferido relacionado com os ativos e passivos associados a uma única transação - Exige que as entidades registem imposto diferido sobre determinadas transações específicas, quando o seu reconhecimento inicial dê origem a valores iguais de diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis. As transações sujeitas respeitam a: i) ativos sob direito de uso e passivos de locação e ii) provisões para desmantelamento, restauro ou passivos semelhantes.	1 de janeiro de 2023

Estas normas contabilísticas, interpretações, emendas e revisões, apesar de aprovadas (“*endorsed*”) pela UE, não foram adotadas pela Sociedade nas demonstrações financeiras do período findo em 31 de dezembro de 2022, em virtude de a sua aplicação não ser ainda obrigatória. Não se estima que a futura adoção das referidas normas contabilísticas, interpretações, emendas e revisões decorram impactos significativos para as demonstrações financeiras.

b) Ainda não endossadas pela União Europeia

Adicionalmente, até à data de aprovação destas demonstrações financeiras, encontram-se ainda emitidas pelo IASB as seguintes normas e interpretações, ainda não endossadas pela UE:

Norma/Interpretação:	Data de eficácia
IAS 1 – Apresentação de Demonstrações Financeiras: Passivos não correntes com “covenants” - Esta alteração clarifica que os passivos são classificados como saldos correntes ou não correntes em função do direito que uma entidade tem de diferir o seu pagamento para além de 12 meses após a data de relato financeiro.	1 de janeiro de 2024
IFRS 16 - Locações: Passivos de locação em transações de venda e relocação - Esta alteração à norma das locações introduz orientações relativamente à mensuração subsequente de passivos de locação, relacionados com transações de venda e relocação (“ <i>sale & leaseback</i> ”) que qualificam como “venda” de acordo com os princípios da IFRS 15 – Rêdito de contratos com clientes.	1 de janeiro de 2024

2.3 Principais políticas contabilísticas

Na preparação das demonstrações financeiras separadas a que se referem as presentes notas, a Sociedade adotou as IFRS, que são aplicáveis a exercícios que se iniciam em, ou após, 1 de janeiro de 2022.

Tendo por base o disposto nas IFRS, as principais políticas contabilísticas adotadas pela Sociedade foram as seguintes:

a) Mensuração ao justo valor

A Sociedade valoriza os instrumentos financeiros derivados ao justo valor na data do balanço. As divulgações relativas ao justo valor estão resumidas nas seguintes notas:

- Divulgações quanto ao método de avaliação, estimativas significativas e pressupostos: Nota 3;
- Hierarquia do justo valor: Nota 2.3 a); e,
- Instrumentos financeiros (incluindo os mensurados ao custo amortizado): Nota 2.3 n).

O justo valor é o preço que seria recebido para vender um ativo ou pagar para transferir um passivo, numa transação regular entre participantes de mercado na data de mensuração. A mensuração ao justo valor é baseada na presunção de que uma transação para vender um ativo ou transferir um passivo ocorre:

- No mercado principal para esse ativo ou passivo; ou
- Na ausência de um mercado principal, no mercado mais vantajoso para esse ativo e passivo.

A Sociedade tem de ter acesso a este mercado principal ou ao mercado mais vantajoso.

O justo valor de um ativo ou passivo é mensurado utilizando as assunções que os participantes de mercado usam quando definem o preço do ativo ou do passivo, assumindo que eles atuam no seu melhor interesse económico.

A mensuração de um ativo não corrente tem em conta a capacidade dos participantes de mercado de gerar benefícios económicos com esse ativo, na sua mais alta e melhor produtividade (“highest and best use”) ou vendendo esse ativo a outro participante de mercado que o usaria na sua mais alta e melhor produtividade.

A Sociedade utiliza técnicas de valorização, que são apropriadas às circunstâncias, e para as quais existe informação disponível suficiente para mensurar o justo valor, maximizando o uso dos inputs observáveis mais relevantes e minimizando o uso de inputs não observáveis.

Todos os ativos e passivos para os quais o justo valor é mensurado ou divulgado nas demonstrações financeiras, são categorizados na hierarquia do justo valor. Esta hierarquia é descrita como segue, baseada no nível de inputs mais baixo que é significativo para a mensuração do justo valor como um todo:

- **Nível 1:** cotação de mercado (não ajustada) num mercado ativo para esse ativo ou passivo;
- **Nível 2:** técnicas de valorização para as quais o nível de inputs mais baixo que é significativo para mensurar o justo valor é direta ou indiretamente observável; e,
- **Nível 3:** técnicas de valorização para as quais o nível de inputs mais baixo que é significativo para mensurar o justo valor não é observável.

Para os ativos e passivos que são reconhecidos nas demonstrações financeiras numa base recorrente, a Sociedade determina se ocorreram transferências entre os níveis da hierarquia reavaliando a categorização (baseada no nível mais baixo de *inputs* que são significativos para a mensuração do justo valor como um todo) no final de cada período de reporte.

Para efeitos das divulgações relativas ao justo valor, a Sociedade determina classes de ativos e passivos com base na sua natureza, características e riscos do ativo e do passivo e no nível da hierarquia de justo valor tal como explicados acima.

b) Rédito

O rédito corresponde ao justo valor do montante recebido ou a receber relativo à venda de produtos e/ou serviços no decurso normal da atividade da Sociedade. O rédito é reconhecido líquido de impostos, descontos e outros custos inerentes à sua concretização.

O rédito das prestações de serviços é reconhecido quando o desfecho da transação pode ser fiavelmente estimado o que ocorre quando todas as condições seguintes são satisfeitas:

- A quantia de rédito pode ser fiavelmente mensurada; e,
- É provável que os benefícios económicos associados à transação fluam para a Sociedade.

c) Gastos com o pessoal

Os gastos com o pessoal são reconhecidos quando o serviço é prestado pelos colaboradores independentemente da data do seu pagamento.

De acordo com a legislação laboral em vigor, os empregados têm direito a férias e a subsídio de férias no ano seguinte àquele em que o serviço é prestado. Assim, foi reconhecido nos resultados do exercício um acréscimo do montante a pagar no ano seguinte, o qual se encontra refletido na rubrica Outros passivos correntes.

Com a publicação da Lei n.º 70/2013 e subsequente regulamentação através da Portaria n.º 294-A/2013, entraram em vigor no dia 1 de outubro os regimes do Fundo de Compensação do Trabalho (“FCT”) e do Fundo de Garantia de Compensação do Trabalho (“FGCT”). Neste contexto, as empresas que contratem um novo trabalhador são obrigadas a descontar uma percentagem do respetivo salário para estes dois novos fundos (0,925% para o FCT e 0,075% para o FGCT), com o objetivo de assegurar, no futuro, o pagamento parcial da indemnização em caso de despedimento. Tendo em conta as características de cada Fundo foi considerado o seguinte:

- as entregas mensais para o FCT, efetuadas pela entidade empregadora, são reconhecidas como um ativo financeiro, mensurado pelo justo valor, com as respetivas variações reconhecidas no rendimento integral: Nota 2.3 n.1); e,
- as entregas mensais para o FGCT, efetuadas pela entidade empregadora, são reconhecidas como gasto do período a que respeitam.

d) Encargos financiamento

Os encargos com empréstimos são reconhecidos na demonstração dos resultados do exercício a que respeitam.

Quaisquer rendimentos financeiros gerados por empréstimos obtidos antecipadamente, e correspondentes a um investimento específico, são deduzidos aos gastos financeiros elegíveis para capitalização.

e) Imposto sobre o rendimento

e.1) Imposto sobre o rendimento – corrente

O imposto sobre o rendimento do período é calculado com base no resultado tributável da Sociedade e considera a tributação diferida.

Com efeitos a partir de 2014, a Sociedade passou a ser tributada em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC), segundo o Regime Especial de Tributação dos Grupos de Sociedades (RETGS) previsto no respetivo código, sendo o resultado fiscal agregado apurado na JMCapital sociedade dominante. Contudo, a estimativa de imposto sobre o rendimento de cada Sociedade é registada nas respetivas demonstrações financeiras com base nos seus resultados fiscais.

Nos termos da legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão por parte das autoridades fiscais durante um período de 4 anos, o qual pode ser prolongado em determinadas circunstâncias, nomeadamente quando existem prejuízos fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações.

O Conselho de Administração, suportado nas posições dos seus consultores fiscais e tendo em conta as responsabilidades reconhecidas, entende que, das eventuais revisões dessas declarações fiscais, não resultarão correções materiais nas demonstrações financeiras.

e.2) Imposto sobre o rendimento – diferido

Os impostos diferidos ativos e passivos resultam do apuramento de diferenças temporárias entre a base contabilística e a base fiscal dos ativos e passivos da Sociedade.

A Sociedade reconhece os impostos diferidos de acordo com o estabelecido na IAS 12 – Impostos sobre o rendimento, como forma de especializar adequadamente os efeitos fiscais das suas operações, e de excluir as distorções relacionadas com os critérios de natureza fiscal que contrariam os efeitos económicos de determinadas transações.

Ativos por impostos diferidos refletem:

- As diferenças temporárias dedutíveis até ao ponto em que é provável a existência de lucros tributáveis futuros relativamente ao qual a diferença dedutível pode ser usada; e,
- Perdas fiscais não usadas e créditos fiscais não usados até ao ponto em que seja provável que lucros tributáveis futuros estejam disponíveis contra os quais possam ser usados.

Diferenças temporárias dedutíveis são diferenças temporárias das quais resultam quantias que são dedutíveis na determinação do lucro tributável/perda fiscal de períodos futuros quando a quantia escriturada do ativo ou do passivo seja recuperada ou liquidada.

Os Passivos por impostos diferidos refletem diferenças temporárias tributáveis.

As diferenças temporárias tributáveis são diferenças temporárias das quais resultam quantias tributáveis na determinação do lucro tributável/perda fiscal de períodos futuros quando a quantia escriturada do ativo ou do passivo seja recuperada ou liquidada.

Não são reconhecidos impostos diferidos relativos às diferenças temporárias associadas aos investimentos em associadas e interesses em empreendimentos conjuntos por se considerar que se encontram, satisfeitas, simultaneamente as seguintes condições:

- A Sociedade é capaz de controlar a tempestividade da reversão da diferença temporária; e,
- É provável que a diferença temporária não se reverte no futuro previsível.

A mensuração dos ativos e passivos por impostos diferidos:

- É efetuada de acordo com as taxas que se espera que sejam de aplicar no período em que o ativo for realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas fiscais aprovadas à data de balanço; e,
- Reflete as consequências fiscais decorrentes da forma como a Sociedade espera, à data do balanço, recuperar ou liquidar a quantia escriturada dos seus ativos e passivos.

São reconhecidos impostos diferidos ativos sempre que existe uma razoável segurança de que serão gerados lucros futuros contra os quais os ativos poderão ser utilizados. Os ativos por impostos diferidos são revistos anualmente e reduzidos sempre que deixe de ser provável que os mesmos possam ser utilizados. O valor dos impostos diferidos é determinado com aplicação das taxas fiscais (e leis) decretadas ou substancialmente decretadas na data de reporte e que se espera que sejam aplicáveis no período de realização do ativo por imposto diferido.

De acordo com a legislação em vigor em Portugal, considera-se a taxa de IRC de 21% e, nas situações não ligadas a prejuízos fiscais, uma derrama de 1,5% sobre o valor das diferenças temporárias que originaram impostos diferidos ativos.

f) Resultados por ação

O resultado básico por ação é calculado dividindo o resultado atribuível aos detentores de capital ordinário da Sociedade, pelo número médio ponderado de ações ordinárias em circulação durante o período.

O resultado diluído por ação é calculado dividindo o resultado ajustado atribuível aos detentores do capital ordinário da Sociedade (aumentado pela quantia após impostos de dividendos reconhecidos no período com respeito às potenciais ações ordinárias diluidoras,

e ajustado por quaisquer outras alterações nos rendimentos ou gastos, que resultariam da conversão das potenciais ações ordinárias diluidoras), pelo número médio ponderado de ações ordinárias em circulação durante o período, ajustado pelas potenciais ações ordinárias diluidoras.

As potenciais ações ordinárias diluidoras podem resultar de opções sobre ações e outros instrumentos financeiros emitidos pela Sociedade, convertíveis em ações da Sociedade.

g) Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis encontram-se reconhecidos e mensurados consoante as transações que lhe deram origem e compreendem essencialmente programas de computador.

Os ativos intangíveis apenas são reconhecidos se for provável que dos mesmos advenham benefícios económicos futuros para a Sociedade, sejam por ela controlados, sejam identificáveis e o respetivo custo possa ser mensurado com fiabilidade.

g.1) Aquisição separada

O custo dos ativos intangíveis adquiridos separadamente reflete, em geral, os benefícios económicos futuros esperados e compreende:

- O preço de compra, incluindo custos com direitos intelectuais e os impostos sobre as compras não reembolsáveis, após dedução dos descontos comerciais e abatimentos; e,
- Qualquer custo diretamente atribuível à preparação do ativo, para o seu uso pretendido.

g.2) Ativos gerados internamente

Os ativos intangíveis gerados internamente, nomeadamente as despesas com investigação e desenvolvimento corrente, são registados como custo quando incorridos, sempre que num projeto interno não seja possível distinguir a fase de pesquisa da fase de desenvolvimento.

Os custos internos associados à manutenção e ao desenvolvimento de software são registados como custos na demonstração de resultados quando incorridos, exceto na situação em que estes custos estejam diretamente associados a projetos para os quais seja provável a geração de benefícios económicos futuros. Nestas situações, estes custos são capitalizados como ativos intangíveis.

Seguem-se algumas especificidades relativas ao reconhecimento deste tipo de ativos intangíveis:

Programas de computador

São reconhecidos nesta rubrica os programas de computador adquiridos a terceiros.

Os custos internos associados à manutenção e ao desenvolvimento dos Programas de computador, são reconhecidos como gastos quando incorridos por se considerar que não são mensuráveis com fiabilidade e/ou não geram benefícios económicos futuros.

g.3) Amortização de Ativos Intangíveis

As amortizações são calculadas, a partir do momento em que os ativos se encontram disponíveis para utilização, pelo método das quotas constantes, em conformidade com o período de vida útil estimado para os ativos. Os ativos intangíveis para os quais não seja previsível a existência de um período limitado de geração de benefícios económicos futuros, são designados ativos intangíveis de vida útil indefinida. Estes ativos não são amortizados e estão sujeitos a testes de imparidade anuais.

A Sociedade determina a vida útil e o método de amortização dos seus ativos intangíveis com base na estimativa de consumo dos benefícios económicos associados a este ativo.

As amortizações são calculadas por duodécimos, segundo o método das quotas constantes, utilizando taxas que permitem a sua completa amortização até ao final da respetiva vida útil estimada.

Para um ativo com uma vida útil finita, os métodos de amortização, a vida útil estimada e o valor residual são revistos no final de cada ano e os efeitos das alterações são tratados como alterações de

estimativas, isto é, o efeito das alterações é tratado de forma prospetiva.

As vidas úteis estimadas para os ativos intangíveis são conforme se segue:

	Anos de vida útil
Programas de computador	3

A imparidade dos ativos intangíveis é avaliada conforme se encontra divulgado na Nota 2.3 j).

h) Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis utilizados na produção, prestação de serviços ou para uso administrativo, são inicialmente reconhecidos ao custo de aquisição ou produção, incluindo as despesas imputáveis à compra, deduzido da depreciação acumulada e perdas de imparidade, quando aplicável.

Este custo inclui o custo apurado à data de transição para IFRS e os custos de aquisição para ativos obtidos após essa data.

O custo de aquisição inclui o preço de compra do ativo, as despesas diretamente imputáveis à sua aquisição e os encargos suportados com a preparação do ativo para que se encontre na sua condição de utilização. Os custos financeiros incorridos com empréstimos obtidos para a construção de ativos fixos tangíveis são reconhecidos como custo de aquisição / construção do ativo.

Com exceção dos terrenos e das obras de arte, que não são depreciáveis, os ativos fixos tangíveis são depreciados durante o período de vida económica esperada, pelo método das quotas constantes a partir da data em que os mesmos se encontram disponíveis para ser utilizados no uso pretendido, de acordo com as seguintes vidas úteis estimadas:

	Anos de vida útil
Edifícios e outras construções	4 - 50
Equipamento básico	4
Equipamento de transporte	2
Equipamento administrativo	3-8
Outros ativos fixos tangíveis	8

A quantia depreciável dos ativos fixos tangíveis não inclui o valor residual que se estima no final das respetivas vidas úteis, exceto nos casos em que o mesmo se estima ser imaterial ou exista incerteza quanto à sua realização. Adicionalmente, a depreciação cessa quando os ativos passam a ser classificados como detidos para venda.

Os métodos de depreciação, a vida útil estimada e o valor residual são revistos no final de cada ano e os efeitos das alterações são tratados como alterações de estimativas, isto é, o efeito das alterações é tratado de forma prospetiva.

O custo com depreciação é reconhecido na demonstração de resultados na rubrica Amortizações e depreciações. Os custos de manutenção e reparação correntes são reconhecidos no período em que ocorrem.

As mais ou menos valias resultantes da venda ou abate de ativos fixos tangíveis são determinadas como a diferença entre o preço de venda menos custos da venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação/abate, sendo registadas pelo valor líquido na demonstração de resultados, como Outros proveitos operacionais ou Outros custos operacionais (Notas 7 e 12).

As benfeitorias e beneficiações apenas são registadas como ativo nos casos em que, comprovadamente, aumentem a vida útil dos ativos ou a sua eficiência, traduzindo-se num acréscimo dos benefícios económicos futuros.

i) Propriedades de investimento

As propriedades de investimento são mensuradas inicialmente pelo seu custo de aquisição, incluindo os custos de transação que lhes sejam diretamente imputáveis. Após o reconhecimento inicial, as propriedades de investimento são mensuradas pelo modelo do custo, correspondendo o valor escriturado ao custo deduzido das depreciações e de eventuais perdas por imparidade acumuladas.

Os custos incorridos relacionados com as propriedades de investimento em utilização, nomeadamente manutenções, reparações, seguros e impostos sobre propriedades são reconhecidos como um custo na demonstração de resultados do exercício a que respeitam. As beneficiações relativamente às quais se estima que gerem benefícios económicos futuros adicionais são capitalizadas nesta rubrica.

As vidas úteis estimadas para as propriedades de investimento são conforme se segue:

	Anos de vida útil
Edifícios e outras construções	10 - 40

j) Imparidade de ativos não correntes, excluindo *goodwill*

A Sociedade avalia se existe qualquer indício de que um ativo possa estar com imparidade à data de reporte, e sempre que seja identificado um evento ou alteração nas circunstâncias que indiquem que o montante pelo qual o ativo se encontra registado possa não ser recuperado. Em caso de existência de algum indício, a Sociedade procede à determinação do valor recuperável do ativo, de modo a determinar a extensão da eventual perda de imparidade (a imparidade é a mais alta entre o justo valor do ativo ou de uma unidade geradora de caixa menos os custos de vender e o seu valor de uso).

Sempre que o montante pelo qual o ativo se encontra registado é superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade, registada na demonstração de resultados na rubrica Perdas por imparidade.

Nas situações em que o ativo individualmente não gera *cash-flows* de forma independente de outros ativos, a estimativa do valor recuperável é efetuada para a unidade geradora de caixa a que o ativo pertence.

Ao avaliar se existe indicação de imparidade são tidas em conta as seguintes situações:

- Durante o período, o valor de mercado de um ativo diminuiu significativamente mais do que seria esperado como resultado da passagem do tempo ou do uso normal;
- Ocorreram, durante o período, ou irão ocorrer no futuro próximo, alterações significativas com um efeito adverso na entidade, relativas ao ambiente tecnológico, de mercado, económico ou legal em que a Sociedade opera ou no mercado ao qual o ativo está dedicado;
- As taxas de juro de mercado ou outras taxas de mercado de retorno de investimentos aumentaram durante o período, e esses aumentos provavelmente afetarão a taxa de desconto usada no cálculo do valor de uso de um ativo e diminuirão materialmente a quantia recuperável do ativo;
- A quantia escriturada dos ativos líquidos da entidade é superior à sua capitalização de mercado;
- Está disponível evidência de obsolescência ou dano físico de um ativo;
- Alterações significativas com um efeito adverso na entidade ocorreram durante o período, ou espera-se que ocorram num futuro próximo, até ao ponto em que, ou na forma em que, um ativo seja usado ou se espera que seja usado. Estas alterações incluem um ativo que se tornou ocioso, planos para descontinuar ou reestruturar a unidade operacional a que o ativo pertence, planos para alienar um ativo antes da data anteriormente esperada; e,
- Existe evidência nos relatórios internos que indica que o desempenho económico de um ativo é, ou será, pior do que o esperado.

A quantia recuperável é a mais alta de entre o preço de venda líquido (valor de venda, deduzido dos custos de venda) e do valor de uso. O preço de venda líquido é o montante que se obteria com a alienação

do ativo numa transação entre entidades independentes e conhecedoras, deduzido dos custos diretamente atribuíveis à alienação.

O valor de uso é o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, decorrentes do uso continuado do ativo e da sua alienação no final da sua vida útil, descontados utilizando uma taxa de desconto antes de impostos que reflete as avaliações correntes de mercado do valor temporal do dinheiro e os riscos específicos do ativo em questão.

A quantia recuperável é estimada para cada ativo, individualmente ou, no caso de não ser possível, para a unidade geradora de fluxos de caixa à qual o ativo pertence.

A reversão de perdas de imparidade reconhecidas em exercícios anteriores, é registada quando existem indícios de que as perdas de imparidade reconhecidas já não existem ou diminuíram. A reversão das perdas de imparidade é reconhecida na demonstração de resultados na rubrica Reversões de perdas por imparidade. Contudo, a reversão da perda de imparidade é efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de amortização ou depreciação), caso a perda de imparidade não tivesse sido registada em exercícios anteriores.

Independentemente de haver indicações de estarem em imparidade, os bens que ainda não estão disponíveis para uso são testados anualmente.

k) Participações financeiras em subsidiárias e associadas

Os investimentos financeiros em empresas subsidiárias e associadas encontram-se valorizados pelo método da equivalência patrimonial (“MEP”), exceto quando são classificados como detidos para venda, sendo as participações inicialmente contabilizadas pelo custo de aquisição, o qual é acrescido ou reduzido da diferença entre esse custo e o valor proporcional à participação nos capitais próprios dessas empresas, reportados à data de aquisição ou da primeira aplicação do referido método. O *goodwill* relacionado com a participada está incluído no valor do investimento financeiro e não é testado individualmente.

Adicionalmente, os dividendos recebidos são registados como uma diminuição do valor dos investimentos financeiros.

É feita uma avaliação dos investimentos em subsidiárias e associadas quando existem indícios de que o ativo possa estar em imparidade, sendo registadas como custo as perdas por imparidade que se demonstrem existir. Quando as perdas por imparidade reconhecidas em exercícios anteriores deixam de existir são objeto de reversão.

l) Outros investimentos

Os Outros investimentos incluem instrumentos de capital próprio e encontram-se valorizados ao custo de aquisição, deduzido de quaisquer perdas por imparidade acumuladas.

m) Locações

Um contrato constituiu, ou contém, uma locação se comportar o direito de controlar a utilização de um ativo identificado durante um certo período de tempo, em troca de uma retribuição.

SOCIEDADE COMO LOCATÁRIA

A Sociedade reconhece um direito de uso ou responsabilidades de locações, para todos os contratos de locação exceto para os contratos de curta duração e de baixo valor.

Direito de uso:

A Sociedade reconhece um direito de uso no momento em que o ativo se encontra disponível para uso. O direito de uso inclui os custos iniciais incorridos para colocar o ativo disponível.

O direito de uso é depreciado de numa base duodecimal, de modo a que o valor dos bens seja depreciado até ao final da respetiva vida útil estimada:

	Anos de vida útil
Equipamento de transporte	4 - 5

O direito de uso encontra-se valorizado pelo respetivo custo, deduzido das correspondentes depreciações acumuladas e perdas por imparidade, quando aplicável.

Passivo de locações:

A Sociedade reconhece um passivo por locações mensurado ao valor presente dos pagamentos futuros. Os pagamentos incluem pagamentos fixos e variáveis. Os pagamentos variáveis que não dependem de indexantes e taxas, são reconhecidos como custo do período.

Após a data de transição, o passivo da locação é mensurado: i) aumentando e reduzindo a quantia escriturada de modo a refletir os juros sobre o passivo da locação; ii) remensurando a quantia escriturada para refletir qualquer reavaliação ou alteração do prazo da locação ou taxa.

Tendo em conta que os contratos de locação não apresentam uma taxa implícita, considerou-se, para o desconto das rendas, uma taxa de juro incremental que varia de acordo com a maturidade do contrato de locação da categoria identificada pela Sociedade: equipamento de transporte.

Contratos de curta duração e de baixo valor:

A Sociedade adotou a exceção do reconhecimento de locações de curta duração (contratos com duração inferior a 12 meses) e de baixo valor (inferior a 5 mil euros). Para os contratos de curta duração e de baixo valor, a Sociedade reconhece os dispêndios associados a estas locações como gastos do exercício durante o período de vida dos contratos.

SOCIEDADE COMO LOCADORA

As locações nas quais a Sociedade não transfere substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à propriedade de um ativo são classificadas como locações operacionais. Os rendimentos auferidos através de rendas são contabilizados, em linha reta, durante o período da locação e são apresentados no rédito, devido à sua natureza operacional.

As locações em que a Sociedade é locadora, respeitam à cedência dos espaços existentes no Edifício Sede, para exploração de atividades administrativas e de apoio à Gestão.

n) Instrumentos financeiros

Ativos financeiros e passivos financeiros são reconhecidos, quando a Sociedade se torna parte na respetiva relação contratual. São desreconhecidos quando os direitos ou as obrigações subjacentes se extinguem pelo recebimento/pagamento, são canceladas ou expiram.

n.1) Ativos financeiros

Mensuração no reconhecimento inicial

Os ativos financeiros classificam-se, no momento inicial, como:

- i. Ativos financeiros ao justo valor através de resultados;
- ii. Empréstimos e contas a receber; ou,
- iii. Derivados designados como instrumentos de cobertura numa cobertura efetiva.

No momento inicial todos são valorizados ao justo valor acrescidos dos custos atribuíveis à aquisição desse ativo financeiro (com exceção dos ativos ao justo valor através de resultados em que os custos de aquisição são reconhecidos como custos do período).

Mensuração subsequente

A mensuração subsequente depende da classificação dos ativos. A Sociedade apenas tem ativos financeiros designados como ativos financeiros ao justo valor, empréstimos e contas a receber.

i. Ativos financeiros ao justo valor através de resultados

Incluem-se nesta categoria os ativos financeiros designados no reconhecimento inicial como ativos ao justo valor através de resultados.

Após o reconhecimento inicial, estes ativos são mensurados ao justo valor, de acordo com a hierarquia do justo valor descrita na Nota 2.3 a), com as variações de justo valor a serem reconhecidas como resultados do ano.

i. Empréstimos e Outras contas a receber

Incluem-se nesta rubrica os saldos a receber de Clientes e Outros devedores. As contas a receber não têm implícito juro e são apresentadas pelo seu respetivo valor nominal, deduzido de perdas de realização estimadas. Quando existe evidência de que se encontram em imparidade, procede-se ao registo do correspondente ajustamento em resultados. As perdas por imparidade são registadas com base na avaliação das perdas estimadas, associadas aos créditos de cobrança duvidosa na data da demonstração da posição financeira. As perdas por imparidade identificadas são registadas por contrapartida de resultados na rubrica Perdas por imparidade, sendo subsequentemente revertidas por resultados na rubrica Reversões de perdas por imparidade, caso se verifique uma redução do montante da perda estimada, num período posterior.

Imparidade de ativos financeiros - Devedores e Outros Ativos Financeiros

No final do ano, a Sociedade avaliou a imparidade destes ativos. Sempre que existia uma evidência objetiva de imparidade, a Sociedade reconheceu uma perda por imparidade na demonstração de resultados.

A evidência objetiva de que um ativo financeiro ou um grupo de ativos poderia estar em imparidade teve em conta dados observáveis que chamassem a atenção sobre os seguintes eventos de perda:

- Significativa dificuldade financeira do devedor;
- Quebra contratual, tal como não pagamento ou incumprimento no pagamento do juro ou amortização da dívida;
- A Sociedade, por razões económicas ou legais relacionadas com a dificuldade financeira do devedor, oferece ao devedor concessões que de outro modo não consideraria;
- Tornar-se provável que o devedor irá entrar em falência ou qualquer outra reorganização financeira; e,
- Informação observável indicando que existe uma diminuição na mensuração da estimativa dos fluxos de caixa futuros de um grupo de ativos financeiros desde o seu reconhecimento inicial.

Os ativos financeiros individualmente significativos foram avaliados individualmente para efeitos de imparidade.

Os restantes foram avaliados com base em similares características de risco de crédito. A imparidade apurada nos termos atrás referidos não difere daquela que é apurada com critérios e para efeitos fiscais.

n.2) Passivos financeiros e instrumentos de capital

Mensuração no reconhecimento inicial

Os passivos financeiros classificam-se, no momento inicial, como:

- Passivos financeiros ao justo valor através de resultados;
- Empréstimos bancários e obrigacionistas;
- Contas a pagar; ou
- Derivados designados como instrumentos de cobertura numa cobertura efetiva.

No momento inicial todos são valorizados ao justo valor deduzidos dos custos atribuíveis à aquisição desse passivo financeiro (apenas no caso dos empréstimos e contas a pagar; nos outros casos os custos de aquisição são reconhecidos como custos do período).

Mensuração subsequente

A mensuração subsequente depende da classificação dos passivos, como segue.

ii. Empréstimos bancários e obrigacionistas

Os empréstimos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado. Qualquer diferença entre o valor de emissão (líquido de custos de transação incorridos) e o valor nominal é reconhecido em resultados durante o período de existência dos empréstimos de acordo com o método do juro efetivo.

Os empréstimos obtidos são classificados no passivo corrente e não corrente (neste último caso quando a sua maturidade ultrapassa os 12 meses após a data da posição financeira).

iii. Contas a pagar

Os saldos de fornecedores e outras contas a pagar são inicialmente registados pelo seu valor nominal, o qual se entende ser o seu justo valor e, subsequentemente, são registados ao custo amortizado de acordo com o método da taxa de juro efetiva (sempre que o efeito temporal seja conhecido e significativo).

n.3) Instrumentos de Capital Próprio

Os instrumentos de capital próprio são contratos que evidenciam um interesse residual nos ativos da Sociedade, após dedução dos passivos. Os instrumentos de capital próprio emitidos são registados pelo valor recebido, líquido de custos suportados com a sua emissão.

o) Ativos, passivos e transações em moeda estrangeira

As transações em outras divisas que não o Euro são registadas às taxas em vigor na data da transação.

Na data de cada demonstração da posição financeira, os ativos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos para euros, utilizando-se as taxas de câmbio vigentes naquela data.

Ativos e passivos não monetários registados de acordo com o seu justo valor denominado em moeda estrangeira, são transpostos para euros utilizando-se a taxa de câmbio em vigor na data em que o justo valor foi determinado.

As diferenças de câmbio, favoráveis e desfavoráveis, originadas pelas diferenças entre as taxas de câmbio em vigor na data das transações e as vigentes na data das cobranças/pagamentos ou à data da demonstração da posição financeira, são registadas como rendimentos e gastos na demonstração do resultado integral do exercício.

p) Caixa e equivalentes a caixa

Os montantes incluídos na rubrica Caixa e equivalentes a caixa, correspondem aos valores de caixa, depósitos bancários, depósitos a prazo e outras aplicações de tesouraria, vencíveis a menos de três meses e que possam ser imediatamente mobilizáveis com risco insignificante de alteração de valor.

Para efeitos da demonstração de fluxos de caixa esta rubrica inclui também os descobertos bancários, os quais são apresentados no balanço no passivo corrente.

q) Estado e Outros Entes Públicos

Os saldos ativos e passivos desta rubrica são apurados com base na legislação em vigor. No que respeita aos ativos não foi reconhecida qualquer imparidade por se considerar que tal não é aplicável dada a natureza específica do relacionamento.

r) Diferimentos ativos e passivos

Esta rubrica reflete as transações e outros acontecimentos relativamente aos quais não é adequada a sua integral imputação aos resultados num único exercício.

s) Rubricas de Capital Próprio

s.1) Capital realizado

Em cumprimento do disposto no artigo 272.º do CSC o contrato de sociedade indica o prazo para realização do capital subscrito e não realizado à data da escritura. Todo o capital está integralmente subscrito e realizado.

s.2) Reserva Legal

De acordo com o artigo 295.º do CSC, pelo menos 5% do resultado tem de ser destinado à constituição ou reforço da reserva legal até que esta represente pelo menos 20% do Capital Social. Por regra, a reserva legal não é distribuível, a não ser em caso de liquidação, e só pode ser utilizada para absorver prejuízos, depois de esgotadas todas as outras reservas, ou para incorporação no Capital Social (artigo 296.º do CSC).

s.3) Outras reservas

Esta rubrica inclui, nomeadamente, reservas livres constituídas ao abrigo de autorização estatutária.

Estão incluídas nesta rubrica as reservas de justo valor relativas a ativos e passivos mensurados ao justo valor cujas variações são reconhecidas em capital próprio e não em resultados e os ajustamentos de outras variações nos capitais próprios das participações detidas, valorizadas pelo método de equivalência patrimonial.

s.4) Resultados transitados

Esta rubrica inclui os resultados realizados em exercícios anteriores e que estão disponíveis para distribuição.

t) Provisões

As provisões são reconhecidas quando:

- i. Existe uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante de um evento passado;
- ii. Seja provável que para a resolução dessa obrigação ocorra uma saída de recursos; e,
- iii. O montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado.

Sempre que um dos critérios não seja cumprido ou a existência da obrigação esteja condicionada à ocorrência (ou não ocorrência) de determinado evento futuro, a Sociedade divulga tal facto como um passivo contingente, salvo se a avaliação da exigibilidade de saída de recursos para pagamento dos mesmos seja considerada remota.

O montante reconhecido das provisões consiste no valor presente da melhor estimativa, na data de relato, dos recursos necessários para liquidar a obrigação. Tal estimativa é determinada tendo em consideração os riscos e incertezas associados à obrigação, utilizando uma taxa antes de imposto, que reflete a avaliação de mercado para o período de desconto e para o risco da provisão em causa.

As provisões são revistas na data de cada demonstração da posição financeira e são ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa a essa data.

As obrigações presentes que resultem de contratos onerosos são registadas e mensuradas como provisão. Considera-se existir um contrato oneroso quando a Sociedade é parte integrante das disposições de um acordo, cujo cumprimento tem associados gastos que não são possíveis evitar e que excedem os benefícios económicos derivados do mesmo.

As provisões para custos de reestruturação são reconhecidas pela Sociedade sempre que exista um plano formal e detalhado de reestruturação e que o mesmo tenha criado uma expectativa válida nos afetados de que levará a efeito a reestruturação ao começar a implementar esse plano ou ao anunciar as suas principais características aos afetados por ele.

u) Ativos e passivos contingentes

Um ativo contingente é um possível ativo que surja de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência, ou não, de um ou mais eventos futuros incertos e não totalmente sob o controlo da Sociedade. Os Ativos Contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras para não resultarem no reconhecimento de rendimentos que podem nunca ser realizados. Contudo, são divulgados quando for provável a existência de um influxo futuro.

Um passivo contingente surge quando existe uma possível obrigação resultante de acontecimentos passados, que se confirmará pela ocorrência, ou não, de um ou mais acontecimentos futuros incertos, não totalmente sob o controlo da entidade, ou uma obrigação presente que surja de acontecimentos passados. Estes passivos não são reconhecidos porque não é provável que um exfluxo de recursos que incorporem benefícios económicos seja necessário para liquidar a obrigação, ou a quantia da obrigação não pode ser mensurada com suficiente fiabilidade. Contudo, são divulgados sempre que existe uma probabilidade de exfluxos futuros que não seja remota.

v) Eventos subsequentes

Os eventos subsequentes que proporcionem informação adicional sobre as condições que existiam à data da demonstração da posição financeira são refletidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data da demonstração da posição financeira que proporcionem informação sobre condições que ocorram após essa data, são divulgadas nas notas às demonstrações financeiras.

3. Julgamentos contábilísticos significativos, estimativas e pressupostos

Na preparação das demonstrações financeiras de acordo com as IFRS, a Administração da Sociedade utiliza estimativas e pressupostos que afetam a aplicação de políticas e montantes reportados.

As estimativas e julgamentos são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência de eventos passados e outros fatores, incluindo expectativas relativas a eventos futuros considerados prováveis face às circunstâncias em que as estimativas são baseadas ou resultado de uma informação ou experiência adquirida. As estimativas contábilísticas mais significativas refletidas nas demonstrações financeiras consolidadas são como segue:

a) Imparidade de ativos, exceto o *goodwill*

A determinação de uma eventual perda por imparidade pode ser desencadeada pela ocorrência de diversos eventos, muitos dos quais fora da esfera de influência da Sociedade, tais como: a disponibilidade futura de financiamento, o custo de capital, bem como por quaisquer outras alterações, quer internas quer externas, à mesma.

A identificação dos indicadores de imparidade, a estimativa de fluxos de caixa futuros e a determinação do justo valor de ativos implicam um elevado grau de julgamento por parte da Administração, no que respeita à identificação e avaliação dos diferentes indicadores de imparidade, fluxos de caixa esperados, taxas de desconto aplicáveis, vidas úteis e valores residuais.

b) Imparidade do *goodwill*

O *goodwill* representa o excesso do custo de aquisição em relação aos Capitais Próprios identificáveis à data da aquisição ou da alteração de controlo. O *goodwill* é alocado às Unidades Geradoras de Caixa (UGC) para realização dos testes de imparidade.

O *goodwill* não é amortizado, sendo abatidas ao seu valor as respetivas perdas por imparidade, determinadas anualmente, na data de reporte, ou sempre que ocorram indícios de uma eventual perda de valor. Qualquer perda de valor (imparidade) é registada no resultado do período, e não pode ser revertida subsequentemente.

Os ganhos ou perdas decorrentes da venda de uma UGC são calculados com inclusão do respetivo *goodwill*.

O valor do *goodwill* é testado anualmente, e sempre que se verifiquem circunstâncias que indiquem que o seu valor contábilístico possa estar em situação de imparidade. Os valores recuperáveis das UGC foram determinados com base na metodologia do valor em uso. A utilização deste método requer a estimativa dos fluxos de caixa futuros provenientes das operações de cada UGC e a escolha de uma taxa de desconto apropriada.

Os valores das avaliações são suportados pelos resultados passados e pelas perspetivas futuras de desenvolvimento dos mercados em que as participadas atuam, tendo sido elaboradas projeções a 5 anos dos cash flows futuros para cada um dos negócios, de acordo com os planos definidos pelo Conselho de Administração.

No exercício de 2022 foram efetuadas avaliações das subsidiárias mais relevantes, que concluíram pela inexistência de indícios de imparidade em relação aos valores do *goodwill* que se encontram reconhecidos.

Pelo exposto, a Administração considera que o valor do *goodwill* evidenciado na demonstração da posição financeira se aproxima do respetivo valor recuperável, conforme relatado na Nota 17.

c) Provisões

A Sociedade analisa de forma periódica eventuais obrigações que resultem de eventos passados e que devam ser objeto de reconhecimento ou divulgação. A subjetividade inerente à determinação da probabilidade e montante de recursos internos necessários para o pagamento das obrigações poderá conduzir a ajustamentos significativos, quer por variação dos pressupostos utilizados, quer pelo futuro reconhecimento de provisões anteriormente divulgadas como passivos contingentes.

d) Continuidade das operações

O relatório e contas da Sociedade do exercício de 2022 foi preparado com base num cenário de continuidade das operações.

e) Locações – Estimativa da taxa incremental, do prazo da locação e método de valorização

O reconhecimento das locações tem inerente a determinação da taxa de juro implícita na locação e o prazo de locação.

A Sociedade não consegue determinar facilmente a taxa implícita na locação, pelo que usa a taxa de juro incremental para mensurar o passivo das locações. A taxa de juro incremental é a taxa de juro que a Sociedade teria de pagar num financiamento com condições similares, o que requer se seja feita uma estimativa da taxa quando não existem dados observáveis disponíveis no mercado ou quando as mesmas tenham de ser ajustadas para refletir as condições de financiamento. Com efeito, a Sociedade estima a taxa de juro incremental com base na taxa de referência de mercado.

O prazo das locações é determinado com base na melhor expectativa da gestão, em permanecer no contrato de locação. A Sociedade avalia o prazo das locações por tipologia de contrato, tendo em consideração a possibilidade de exercer com uma certeza razoável a opção de prorrogação da locação:

- Equipamento de transporte – Este tipo de contratos não tem opção de renovação, pelo que o prazo da locação considerado é o prazo do contrato.

4. Rédito

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o rédito das vendas e prestações de serviços têm a seguinte composição:

	31 dez 2022	31 dez 2021
Prestações de serviços:		
Mercado nacional	646 401	504 958
Mercado intracomunitário	1 277 089	1 542 562
	1 923 490	2 047 520

5. Reversões de perdas por imparidade

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, foi revertida perda por imparidade em investimentos financeiros, no montante 37 078 euros, respeitante à participação na Tecnocapital, SGPS, S.A.. Esta reversão foi registada em resultado do aumento do capital próprio da participada, no corrente exercício.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, foram revertidas perdas por imparidade em investimentos financeiros, no montante global de 4 616 732 euros, respeitantes à participação na MGI Capital – Sistemas de Gestão, S.A.. Esta reversão foi registada a par do reconhecimento de perdas relativas a empresas associadas, desta mesma sociedade, conforme referido na Nota 22.

6. Reversões de provisões

No exercício findo em 31 de dezembro de 2020, a Sociedade constituiu uma provisão, no montante de 2 633 469 euros, para fazer face à redução do valor recuperável de um ativo de uma sociedade detida pela José de Mello Imobiliária, SGPS SA.. Uma vez que o referido ajustamento foi registado nas demonstrações financeiras da participada no exercício de 2021, nesse exercício a Sociedade procedeu à reversão da totalidade da provisão registada no exercício de 2020 (Nota 32).

No exercício findo em 31 de dezembro de 2020, a Sociedade reforçou a provisão para fazer face a eventuais perdas futuras sobre a quantia recuperável dos ativos do Grupo MGI Capital, no montante de 115 900 000 euros, o qual veio reforçar a provisão constituída no exercício findo em 31 de dezembro de 2017, no montante de 36 100 000 euros (Nota 32). Este reforço decorreu da possibilidade de serem exercidas contra a Sociedade, dado o princípio de solidariedade acordado, as opções de venda sobre os Valores Mobiliários Obrigatoriamente Convertíveis emitidos pela MGI Capital, S.A. e detidos por instituições de crédito, pelo que, num primeiro momento, a Sociedade poderia ter de assumir uma responsabilidade no montante de 152 milhões de euros. No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, as opções de venda sobre os referidos Valores Mobiliários Obrigatoriamente Convertíveis foram exercidas pelas instituições de crédito, tendo a Sociedade passado a deter Valores Mobiliários Obrigatoriamente Convertíveis emitidos pela MGI Capital, S.A., no montante de 76 milhões de euros e um crédito sobre a outra entidade envolvida no acordo, no mesmo montante, conforme referido na Nota 24. Posteriormente, os referidos valores mobiliários foram convertidos em ações representativas de capital da MGI Capital, S.A.. Na sequência das referidas operações, foram revertidas provisões no montante de 78 870 373 euros, sendo o montante de 2 870 373 euros correspondente à parte do crédito recebido ainda em 2021.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, foram revertidas provisões no valor global de 2 556 841 euros, composto pelas parcelas de 2 012 940 euros, 43 901 euros e 500 000 euros, conforme descrito nos pontos seguintes.

- Foi revertida parte da provisão constituída em exercícios anteriores, no valor de 2 012 940 euros, correspondentes ao valor do crédito de 76 milhões de euros, acima referido, recebido no exercício;
- Foi revertida provisão, no montante de 43 901 euros respeitante a processo judicial de recuperação de dívida de cliente. A par desta reversão, procedeu-se à classificação da dívida em clientes de cobrança duvidosa e reconhecimento de imparidade sobre a referida dívida (Nota 32); e,
- Foi, ainda, revertida uma provisão para fazer face a outros riscos e encargos identificados pela Gestão no exercício de 2018, no montante de 500 000 euros, uma vez que os riscos identificados naquela data deixaram de existir.

7. Outros rendimentos operacionais

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a rubrica Outros rendimentos operacionais tem o seguinte detalhe:

	31 dez 2022	31 dez 2021
Reembolso IVA	690 394	315 394
Cedência e aluguer de espaço, materiais e equipamentos	223 929	190 920
Ganhos obtidos na alienação e abate de tangíveis	5 000	1 524
Subsídios à exploração	998	2 995
Outros rendimentos operacionais	5 717	19 243
Outros rendimentos suplementares	59 887	9 877
	985 925	539 953

8. Fornecimentos e serviços externos

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a rubrica Fornecimentos e serviços externos tem a seguinte composição:

	31 dez 2022	31 dez 2021
Trabalhos especializados	1 389 142	2 385 595
Rendas e alugueres	239 708	292 069
Combustíveis	121 084	85 730
Deslocações e estadas	97 362	54 221
Conservação e reparação	90 154	78 397
Vigilância e segurança	89 483	102 178
Comunicação	82 862	69 157
Limpeza, higiene e conforto	82 012	87 284
Outros fornecimentos	73 144	67 467
Honorários	70 558	124 164
Seguros	65 163	45 013
Artigos para oferta	49 352	39 218
Eletricidade	29 640	48 735
Despesas de representação	17 212	4 332
Material de escritório	16 151	11 955
Água	7 003	6 728
Serviços bancários	5 434	2 689
Publicidade e propaganda	4 069	3 709
Ferramentas e utensílios	2 483	2 580
Contencioso e notariado	1 264	14 744
Comissões	629	709
Livros e documentação técnica	-	220
Outros	52 456	28 553
	2 586 362	3 555 445

9. Gastos com o pessoal

Os Gastos com o pessoal nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 foram como segue:

	31 dez 2022	31 dez 2021
Remunerações dos órgãos sociais	4 846 626	4 011 102
Remunerações do pessoal	3 972 876	3 754 344
Encargos sobre remunerações	1 285 578	1 102 464
Seguros de acidentes de trabalho e doenças profissionais	39 835	36 443
Indemnizações	25 000	-
Outros gastos com pessoal	429 289	385 667
	10 599 204	9 290 019

O número de colaboradores ao serviço da Sociedade no final do exercício 2022 foi de 82 (79, em 2021).

10. Amortizações e depreciações

A rubrica Amortizações e depreciações nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, decompõe-se como segue:

	31 dez 2022	31 dez 2021
Ativos intangíveis (Nota 18)	96 596	84 333
Direito de uso (Nota 19)	225 317	182 213
Ativos fixos tangíveis (Nota 20)	305 789	325 262
Propriedades de investimento (Nota 21)	27 597	27 756
	655 299	619 563

11. Perdas por imparidade

O movimento ocorrido nas perdas por imparidade acumuladas de ativos correntes durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, foi o seguinte:

	Cientes (Nota 23)
Saldo em 1 de janeiro de 2021	121 184
Saldo em 31 de dezembro de 2021	121 184
Reforço	37 499
Saldo em 31 de dezembro de 2022	158 683

12. Outros gastos operacionais

A rubrica Outros gastos operacionais nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, decompõe-se como segue:

	31 dez 2022	31 dez 2021
Impostos indiretos	171 968	317 183
Donativos	135 813	1 156 628
Quotizações	53 678	23 001
Impostos diretos	12 840	12 840
Taxas	775	90
Multas e penalidades	573	724
Outros gastos e perdas	124 011	30 669
	499 658	1 541 135

13. Resultados financeiros

Os Resultados financeiros dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, têm a seguinte composição:

	31 dez 2022	31 dez 2021
Gastos e perdas financeiros:		
Juros suportados	2 491 729	3 545 474
Comissões e serviços bancários	40 130	999 282
	2 531 860	4 544 756
Rendimentos e ganhos financeiros:		
Juros obtidos	728 606	519 467
	728 606	519 467
Resultados relativos a empresas associadas (Nota 22):		
Aplicação do método de equivalência patrimonial	100 962 231	64 051 279
Outros resultados de investimentos em associadas	70 893	(1 978)
Ganhos/perdas na alienação de associadas	-	(73 652 360)
Ganhos/perdas com responsabilidades em investimentos	(2 338 393)	(4 709 232)
Provisões para investimentos (Nota 32)	(576 373)	-
	98 118 357	(14 312 290)

14. Impostos sobre o rendimento

A Sociedade está sujeita a imposto sobre lucros em sede de IRC, à taxa nominal de 21% sobre a matéria coletável. A estes montantes poderá ser acrescida a Derrama Municipal até uma taxa de 1,5% sobre o lucro tributável. Adicionalmente, quando aplicável, é acrescida a Derrama Estadual de 3% do excedente do lucro tributável entre 1 500 000 euros a 7 500 000 euros, de 5% entre 7 500 000 euros e 35 000 000 euros e 9% superior a 35 000 000 euros. Nos termos do artigo 88.º do CIRC, a Sociedade encontra-se adicionalmente sujeita a tributação autónoma sobre um conjunto de encargos, às taxas previstas no artigo referido.

Conforme referido na alínea e.1) da Nota 2.3, acima, com efeitos a partir de 2014, a Sociedade passou a dominar um grupo de sociedades tributado em sede de IRC segundo o RETGS previsto no respetivo código. A estimativa de imposto sobre o rendimento de cada entidade é registada nas respetivas demonstrações financeiras com base nos seus resultados fiscais.

Os impostos sobre o rendimento reconhecidos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, eram como segue:

	31 dez 2022	31 dez 2021
Imposto corrente:		
Relativo ao exercício corrente	(178 171)	(157 479)
Diferença de estimativa de imposto do exercício anterior	5 254 099	2 766 463
Encargo do exercício	5 075 928	2 608 984

A estimativa para impostos sobre o rendimento registada na demonstração dos resultados relativa aos períodos findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, é como segue:

	31 dez 2022	31 dez 2021
Resultado antes de impostos	87 440 416	55 320 405
Taxa de imposto sobre o rendimento	21%	21%
Imposto sobre o lucro à taxa normal	18 362 487	11 617 285
Rendimentos não tributáveis:		
Anulação dos efeitos do método da equivalência patrimonial	(101 261 747)	(68 775 293)
Ajustamentos não tributáveis decorrentes da aplicação do justo valor	(74 383)	-
Reversão de perdas por imparidade tributadas	(37 078)	(4 616 732)
Reversão de provisões tributadas	(2 556 841)	(81 503 842)
Restituição de impostos não dedutíveis e excesso de estimativa para impostos	-	(2 797 313)
Mais-valias fiscais	(5 000)	(80 463)
Diferenças entre as mais-valias e as menos-valias fiscais	-	(73 731 299)
Eliminação da dupla tributação económica	(2 750 000)	(233 550 000)
Benefícios fiscais	(18 923)	(16 055)
Gastos não dedutíveis para efeitos fiscais:		
Correções relativas a períodos de tributação anteriores	41 505	26 607
Anulação dos efeitos do método da equivalência patrimonial	3 049 516	238 274 013
Ajustamentos não dedutíveis decorrentes do justo valor	1 462	-
Provisões não dedutíveis ou para além dos limites legais	2 914 766	4 753 132
Despesas não documentadas	125	-
Encargos não devidamente documentados	790	1 100
Multas, coimas e demais encargos	578	953
Perdas por imparidade de ativos não correntes	32 062	19 401
Realizações de utilidade social não dedutíveis	131 292	182 720
Mais-valias contabilísticas	5 000	73 731 299

	31 dez 2022	31 dez 2021
Limitação à dedutibilidade de gastos de financiamento líquidos	930 053	3 294 379
Donativos não previstos ou além dos limites legais	108 884	1 133 215
Outros acréscimos	27	168
Lucro Tributável / (Prejuízo Fiscal)	(12 047 496)	(88 333 605)
Reporte Fiscal Utilizado	-	-
Taxa de imposto sobre o rendimento	21%	21%
Imposto calculado	-	-
Tributações autónomas	(178 171)	(157 479)
Excesso / (Insuficiência) de estimativa	5 254 099	2 766 463
Imposto corrente	5 075 928	2 608 984
Taxa efetiva de imposto	5,81%	4,72%

No âmbito do RETGS, na data de 31 de dezembro de 2022, existem diferenças temporárias relativas a prejuízos reportáveis a nível consolidado, no montante global de 172 225 099 euros que, de acordo com as taxas de IRC atualmente em vigor, podem resultar em ativos por impostos diferidos de cerca de 36 167 271 euros.

	31 dez 2022		
	Prejuízo fiscal	Crédito de imposto	Limite de utilização
Gerados em 2014	10 013 574	-	2028
Gerados em 2015	74 742 020	-	2029
Gerados em 2020	1 933 214	-	2032
Gerados em 2021	85 536 292	-	2033
	172 225 099	-	-
	31 dez 2021		
	Prejuízo fiscal	Crédito de imposto	Limite de utilização
Gerados em 2014	10 013 574	-	2026
Gerados em 2015	74 742 020	-	2027
Gerados em 2020	1 933 214	-	2032
Gerados em 2021	-	-	-
	86 688 807	-	-

Nos termos da legislação em vigor, os prejuízos fiscais gerados em 2014 e 2015, podem ser reportados por um período de 12 anos. A contagem dos prazos de reporte fica suspensa durante os períodos de tributação de 2020 e 2021, traduzindo-se num aumento de 2 anos do prazo de reporte dos prejuízos fiscais apurados em 2014 e anos seguintes.

Com a aprovação do Orçamento de Estado para 2017 (Lei n.º42/2016), foram revogadas as regras de utilização dos prejuízos fiscais (que previam a dedução em primeiro lugar, daqueles que fossem gerados também em primeiro lugar), passando a permitir a dedução em primeiro lugar daqueles prejuízos cujo período de reporte se esgota primeiro.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de 4 anos (cinco anos para a Segurança Social).

Relativamente aos exercícios de 2022 e 2021, a Administração da Sociedade não prevê que venha a ser efetuada qualquer liquidação adicional de Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Coletivas, com impacto materialmente relevante nas demonstrações financeiras.

15. Dividendos

Na sequência de deliberação em Assembleia Geral de 19 de maio de 2022, a Sociedade procedeu à distribuição de Resultados transitados no montante de 6 300 000 euros, tendo por base a demonstração da posição financeira a 31 de dezembro de 2021.

A respeito do exercício corrente, o Conselho de Administração propõe não atribuir dividendos. Esta proposta está sujeita à aprovação em Assembleia Geral de Acionistas, a realizar em maio.

16. Resultados por ação

Os resultados por ação, básico e diluído, dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, foram calculados tendo em consideração os seguintes montantes:

	31 dez 2022	31 dez 2021
Resultado líquido do exercício	92 516 344	57 929 389
Número médio ponderado de ações para efeito de cálculo do resultado líquido por ação básico	5 000 000	5 000 000
Resultado diluído por ação	18,50	11,59
Resultado básico por ação	18,50	11,59

Pelo facto de, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, não existirem efeitos diluidores do resultado por ação, o resultado diluído por ação é igual ao resultado básico por ação.

17. Goodwill

Os valores registados no *goodwill* nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, respeitam às operações de fusão por incorporação, das subsidiárias Guimarães de Mello Portugal, SGPS, S.A., Guimarães de Mello Investimentos, SGPS, S.A. e José de Mello – Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A., na José de Mello Capital, S.A..

No presente exercício de 2022, não existem indícios de imparidade em relação ao montante de *goodwill* que se encontra reconhecido.

18. Ativos intangíveis

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, esta rubrica era composta como segue:

	31 dez 2022		
	Valor bruto	Amortização acumulada	Valor líquido
Programas de Computador	677 273	(567 979)	109 294
Ativos intangíveis em curso	71 708	-	71 708
	748 980	(567 979)	181 002
	31 dez 2021		
	Valor bruto	Amortização acumulada	Valor líquido
Programas de Computador	613 560	(471 382)	142 178
Ativos intangíveis em curso	11 071	-	11 071
	624 632	(471 382)	153 249

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, os movimentos ocorridos no valor dos ativos intangíveis, bem como nas respetivas amortizações e perdas por imparidade, foram os seguintes:

	Programas de computador	Ativos intangíveis em curso	Total
Ativo bruto:			
Saldo em 1 de janeiro de 2021	538 889	51 811	590 700
Aquisições	22 860	11 071	33 931
Transferências e abates	51 811	(51 811)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2021	613 560	11 071	624 632
Aquisições	63 712	60 637	124 349
Saldo em 31 de dezembro de 2022	677 273	71 708	748 980

	Programas de computador	Ativos intangíveis em curso	Total
Amortizações e perdas por imparidade acumuladas:			
Saldo em 1 de janeiro de 2021	(387 049)	-	(387 049)
Amortizações do período (Nota 10)	(84 333)	-	(84 333)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	(471 382)	-	(471 382)
Amortizações do período (Nota 10)	(96 596)	-	(96 596)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	(567 979)	-	(567 979)
Valor líquido:			
31 de dezembro de 2021	142 178	11 071	153 249
31 de dezembro de 2022	109 294	71 708	181 002

19. Direito de uso

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, esta rubrica era composta como segue:

	31 dez 2022		
	Valor bruto	Depreciação acumulada	Valor líquido
Equipamento de transporte	892 636	(408 414)	484 221
	892 636	(408 414)	484 221
	31 dez 2021		
	Valor bruto	Depreciação acumulada	Valor líquido
Equipamento de transporte	869 473	(430 332)	439 142
	869 473	(430 332)	439 142

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, os movimentos ocorridos no valor de ativos sob direito de uso, bem como nas respectivas depreciações e perdas por imparidade acumuladas, foram os seguintes:

	Equipamento de transporte
Ativo bruto:	
Saldo em 1 de janeiro de 2021	531 016
Adições	352 806
Alienações, abates e regularizações	(14 349)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	869 473
Adições	270 396
Alienações, abates e regularizações	(247 234)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	892 636
Depreciação e perdas por imparidade acumuladas:	
Saldo em 1 de janeiro de 2021	(256 085)
Depreciação do período (Nota 10)	(182 213)
Alienações, abates e regularizações	7 966
Saldo em 31 de dezembro de 2021	(430 332)
Depreciação do período (Nota 10)	(225 317)
Alienações, abates e regularizações	247 234
Saldo em 31 de dezembro de 2022	(408 414)
Valor líquido:	
31 de dezembro de 2021	439 142
31 de dezembro de 2022	484 221

A Sociedade adotou o novo normativo a partir de 1 de janeiro de 2019 usando a abordagem *Modified Retrospective*, de acordo com o disposto na alínea b) do parágrafo C5 da IFRS 16, sem a obrigatoriedade de reexpressão da informação comparativa.

Na data de transição, reconheceu um ativo sob direito de uso à data de aplicação inicial, optando por mensurar os ativos sob direito de uso pela “quantia igual ao passivo da locação, ajustada pela quantia de quaisquer pagamentos de locação prévios ou acrescidos relacionados com essa locação, reconhecidos na demonstração da posição financeira imediatamente antes da data de aplicação inicial” (alínea ii), b) do parágrafo C8).

Desta forma, não ocorreram variações nos capitais próprios. A norma foi aplicada a todos os contratos que foram anteriormente identificados como locações ao abrigo da IAS 17 e IFRIC 4. A Sociedade decidiu aplicar as duas exceções previstas na norma (parágrafo 5 e 6): (1) Contratos com duração inferior a 12 meses; e (2) Contratos cujos ativos subjacentes são considerados de pouco valor.

Para este efeito a Sociedade definiu como baixo valor, o montante de 5 mil euros reconhecendo os dispêndios associados a estas locações como gastos do exercício durante o período de vida dos contratos. Na data de transição, optou por aplicar à categoria de ativos “Equipamento de transporte”, o expediente prático previsto no parágrafo 15 da norma.

Não foram identificados indícios de imparidade relativamente aos ativos registados como direito de uso.

20. Ativos fixos tangíveis

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, esta rubrica era composta como segue:

	31 dez 2022		
	Valor bruto	Depreciação acumulada	Valor líquido
Terrenos e recursos naturais	2 344 473	-	2 344 473
Edifícios e outras construções	10 947 258	(5 686 990)	5 260 268
Equipamento básico	7 288	(4 244)	3 045
Equipamento de transporte	146 460	(131 181)	15 279
Equipamento administrativo	2 247 252	(2 118 882)	128 370
Outros ativos fixos tangíveis	3 110 843	(140 658)	2 970 185
Ativos fixos tangíveis em curso	105 464	-	105 464
	18 909 038	(8 081 954)	10 827 084

	31 dez 2021		
	Valor bruto	Depreciação acumulada	Valor líquido
Terrenos e recursos naturais	2 344 473	-	2 344 473
Edifícios e outras construções	10 861 067	(5 439 247)	5 421 819
Equipamento básico	5 212	(2 490)	2 721
Equipamento de transporte	142 719	(138 136)	4 583
Equipamento administrativo	2 158 255	(2 069 014)	89 242
Outros ativos fixos tangíveis	3 110 843	(139 778)	2 971 064
Ativos fixos tangíveis em curso	22 162	-	22 162
	18 644 730	(7 788 665)	10 856 065



Nos exercícios findos 31 de dezembro de 2022 e 2021, os movimentos ocorridos no valor dos ativos fixos tangíveis, bem como nas respectivas depreciações e perdas por imparidade, foram os seguintes:

	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Outros ativos fixos	Ativos fixos tangíveis em curso	Total
Ativo bruto:								
Saldo em 1 de janeiro de 2021	2 344 473	10 626 488	5 212	149 769	2 139 953	3 110 843	-	18 376 738
Aquisições	-	234 579	-	5 000	20 551	-	22 162	282 291
Alienações	2 344 473	-	-	(12 050)	(2 249)	-	-	(14 299)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	-	10 861 067	5 212	142 719	2 158 255	3 110 843	22 162	18 644 730
Aquisições	-	86 191	2 077	16 241	88 997	-	83 302	276 808
Alienações	-	-	-	(12 500)	-	-	-	(12 500)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	2 344 473	10 947 258	7 288	146 460	2 247 252	3 110 843	105 464	18 909 038
Depreciações acumuladas e perdas por imparidade:								
Saldo em 1 de janeiro de 2021	-	(5 210 000)	(1 187)	(145 519)	(1 982 097)	(138 899)	-	(7 477 702)
Depreciação do período (Nota 10)	-	(229 247)	(1 303)	(4 667)	(89 165)	(879)	-	(325 262)
Alienações	-	-	-	12 050	2 249	-	-	14 299
Saldo em 31 de dezembro de 2021	-	(5 439 247)	(2 490)	(138 136)	(2 069 014)	(139 778)	-	(7 788 665)
Depreciação do período (Nota 10)	-	(247 742)	(1 753)	(5 545)	(49 868)	(879)	-	(305 789)
Alienações	-	-	-	12 500	-	-	-	12 500
Saldo em 31 de dezembro de 2022	2 344 473	(5 686 990)	(4 244)	(131 181)	(2 118 882)	(140 658)	-	(8 081 954)
Valor líquido:								
31 de dezembro de 2021	2 344 473	5 421 819	2 721	4 583	89 242	2 971 064	22 162	10 856 065
31 de dezembro de 2022	2 344 473	5 260 268	3 045	15 279	128 370	2 970 185	105 464	10 827 084

21. Propriedades de investimento

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, os movimentos ocorridos no valor das propriedades de investimento, bem como nas respetivas depreciações e perdas por imparidade, foram como segue:

	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Total
Ativo bruto:			
Saldo em 1 de janeiro de 2021	285 793	920 589	1 206 382
Saldo em 31 de dezembro de 2021	285 793	920 589	1 206 382
Saldo em 31 de dezembro de 2022	285 793	920 589	1 206 382
Depreciações e perdas por imparidades acumuladas:			
Saldo em 1 de janeiro de 2021	-	(268 335)	(268 335)
Depreciação do período (Nota 10)	-	(27 756)	(27 756)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	-	(296 090)	(296 090)
Depreciação do período (Nota 10)	-	(27 597)	(27 597)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	-	(323 687)	(323 687)
Valor líquido:			
31 de dezembro de 2021	285 793	624 499	910 292
31 de dezembro de 2022	285 793	596 902	882 695

22. Investimento em subsidiárias, associadas e outros investimentos

O detalhe dos investimentos em subsidiárias, associadas e outros investimentos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 é como se segue:

	31 dez 2022	31 dez 2021
Subsidiárias e conjuntamente controladas - MEP	556 582 614	452 778 055
Subsidiárias e conjuntamente controladas - prestações suplementares	3 094 568	1 844 623
Subsidiárias e conjuntamente controladas - suprimentos	23 297 117	41 376 922
Total investimentos em subsidiárias, associadas e controlo conjunto	582 974 299	495 999 600
Investimentos noutras empresas	4 375 313	4 047 899
Investimentos noutras empresas - prestações suplementares	30 000	30 000
Investimentos noutras empresas - suprimentos	35 626 680	35 626 680
Total outros investimentos	40 031 993	39 704 580

Subsidiárias

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a Sociedade evidenciava os seguintes investimentos em subsidiárias, registados pelo método de equivalência patrimonial:

	Sede	Percentagem de participação	31 dez 2022				
			Ativo	Passivo	Capital próprio	Resultado líquido	Quantia escriturada
Tecnocapital, SGPS, S.A.	Lisboa	100,00%	100 335	1 046	99 290	37 078	-
CUF, S.A.	Lisboa	65,85%	900 970 157	711 967 697	189 002 460	34 527 872	125 536 572
José de Mello Imobiliária, SGPS S.A.	Lisboa	100,00%	29 731 646	24 348 169	5 383 478	(2 280 594)	-
José de Mello - Residências e Serviços, SGPS S.A.	Lisboa	62,99%	25 301 453	21 055 486	4 245 968	(475 429)	1 960 766
M Dados, Sistemas de Informação S.A.	Lisboa	100,00%	795 918	398 730	397 188	16 685	397 188
José de Mello - Investimentos, SGPS S.A. (Zona Franca da Madeira)	Funchal	100,00%	518 002 783	266 410 335	251 592 448	26 685 747	251 592 448
Bondalti Capital, S.A.	Lisboa	100,00%	378 267 216	218 353 855	159 913 362	51 822 711	177 095 641
							556 582 614

	Sede	Percentagem de participação	31 dez 2021				
			Ativo	Passivo	Capital próprio	Resultado líquido	Quantia escriturada
Tecnocapital, SGPS, S.A.	Lisboa	100,00%	63 258	1 046	62 212	(14 157)	-
CUF, S.A.	Lisboa	65,85%	877 932 920	731 306 878	146 626 042	34 710 701	97 400 683
José de Mello Imobiliária, SGPS S.A.	Lisboa	100,00%	29 542 116	25 356 384	4 185 732	1 341 914	-
José de Mello - Residências e Serviços, SGPS S.A.	Lisboa	62,99%	26 439 562	21 586 776	4 852 785	(170 291)	2 260 282
M Dados, Sistemas de Informação S.A.	Lisboa	100,00%	728 102	347 600	380 503	11 374	380 503
José de Mello - Investimentos, SGPS S.A. (Zona Franca da Madeira)	Funchal	100,00%	503 096 479	278 413 102	224 683 377	27 001 856	224 483 984
Bondalti Capital, S.A.	Lisboa	100,00%	355 333 619	241 986 754	113 346 865	19 104 459	128 252 604
							452 778 055

O capital próprio das subsidiárias, evidenciado nos quadros, poderá incluir os interesses que não controlam.

As subsidiárias Tecnocapital, SGPS, S.A. e José de Mello Imobiliária, SGPS S.A. apresentam capitais próprios negativos, se expurgados das prestações suplementares concedidas, situação que justifica a quantia escriturada nula.

Investimentos noutras empresas

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a Sociedade detinha as seguintes participações em empresas associadas, entidades conjuntamente controladas e outras empresas:

31 dez 2022							
	Sede	Percentagem de participação	Ativo	Passivo	Capital próprio	Resultado líquido	Quantia escriturada
Empresas associadas:							
Bem Comum, Soc. Capital de Risco, S.A.	Lisboa	32,00%		Informação não disponível			80 000
Entidades conjuntamente controladas:							
MGICapital - Sistemas de Gestão, S.A. (a)	Lisboa	50,00%		Informação não disponível			-
Outras empresas:							
SCAURI - Consultadoria Económica e Participações, S.A.	Funchal	10,00%	142 740	25 593	117 147	27 556	5 050
Guimarães de Mello, S.A. (b)	Lisboa	10,00%	38 886 242	35 889 224	2 997 018	(303 396)	97 500
Fundo Bem Comum FCR	Lisboa	n/a		Informação não disponível			500 000
Fundo Shilling Founders Fund (c)	Lisboa	0,91%	53 189 725	719 963	52 469 763	623 006	3 090 000
Fundo Faber Tech II (d)	Lisboa	0,82%	40 049 946	30 902	40 019 044	(1 714 806)	324 383
Faber Partners, SA (associação em participação) (e)	Lisboa	n/a		Informação não disponível			244 208
Fundo de Compensação do Trabalho	Lisboa	n/a		Informação não disponível			34 171
							4 375 313

a) No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a Sociedade concentrou os seus interesses no Grupo MGI Capital através da sua participada MGICapital – Sistemas de Gestão, S.A., tendo subscrito e realizado (em espécie) o aumento de capital que esta realizou, mediante a entrega das ações da sociedade MGI Capital, S.A. que detinha. Decorrente deste aumento de capital, a MGICapital – Sistemas de Gestão, S.A. passou a concentrar a totalidade dos interesses dos acionistas na MGI Capital, S.A., e a Sociedade manteve, direta e indiretamente, a participação de 50% no Grupo MGI Capital.

b) Contas não auditadas.

c) No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a Sociedade contratou o investimento no Fundo de Capital de Risco Shilling Founders Fund, no montante de 3 090 000 euros, com entradas no capital diferidas no prazo máximo de 6 anos. Em 31 de dezembro de 2022, o capital por realizar ascende a 2 781 mil euros (Nota 34).

d) No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a Sociedade subscreveu 250 unidades de participação no fundo de capital de risco Faber Tech II, no montante de 250 000 euros. Em 31 de dezembro de 2022, o capital por realizar ascende a 121 337 euros (Nota 34), correspondendo a quantia escriturada ao justo valor do investimento, na data de reporte.

e) No exercício findo em 31 de dezembro de 2019, a Sociedade celebrou um contrato de associação em participação, contribuindo com 250 000 euros para uma capital pool no montante global de 1 500 000 euros, com o objetivo de participar na atividade da Faber Partners, SA.. A quantia escriturada corresponde ao valor do investimento, deduzida dos reembolsos efetuados pela sociedade de capital de risco, em pro rata, aos investidores.



31 dez 2021

	Sede	Percentagem de participação	Ativo	Passivo	Capital próprio	Resultado líquido	Quantia escriturada
Empresas associadas:							
Bem Comum, Soc. Capital de Risco, S.A.	Lisboa	32,00%		Informação não disponível			80 000
Entidades conjuntamente controladas							
MGICapital - Sistemas de Gestão, S.A.	Lisboa	48,94%		Informação não disponível			-
Outras empresas							
SCAURI - Consultadoria Económica e Participações, S.A.	Funchal	10,00%	115 001	25 410	89 591	49 928	5 050
Guimarães de Mello, S.A.	Lisboa	10,00%	39 146 003	35 845 589	3 300 414	(397 291)	97 500
Fundo Bem Comum FCR	Lisboa	n/a		Informação não disponível			500 000
Fundo Shilling Founders Fund	Lisboa	Não disponível	44 488 317	441 661	44 046 656	(118 272)	3 090 000
Faber Partners, SA (associação em participação)	Lisboa	n/a		Informação não disponível			249 196
Fundo de Compensação do Trabalho	Lisboa	n/a		Informação não disponível			26 153
							4 047 899

Esta rubrica inclui participações de capital, prestações suplementares e empréstimos de financiamento concedidos.

O detalhe dos valores reconhecidos na demonstração de resultados relativos a participações em subsidiárias, associadas, controlo conjunto e outras participações, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, é como se segue:

31 dez 2022

	Equivalência patrimonial (Nota 13)	Ganhos/perdas na alienação	Imparidade	Provisões (Nota 32)	Outros (Nota 13)	Total
CUF, S.A.	22 736 604	-	-	-	-	22 736 604
José de Mello Imobiliária, SGPS S.A.	-	-	(2 287 133)	-	-	(2 287 133)
José de Mello - Residências e Serviços, SGPS S.A.	(299 516)	-	-	-	-	(299 516)
M Dados, Sistemas de Informação S.A.	16 685	-	-	-	-	16 685
José de Mello - Investimentos, SGPS S.A.	26 685 747	-	-	-	-	26 685 747
Bondalti Capital, S.A.	51 822 711	-	-	-	-	51 822 711
MGICapital - Sistemas de Gestão, S.A.	-	-	(51 260)	-	-	(51 260)
MGI Capital, S.A.	-	-	-	(576 373)	-	(576 373)
Fundo Faber Tech II	-	-	-	-	72 355	72 355
Fundo de Compensação do Trabalho	-	-	-	-	(1 462)	(1 462)
						98 118 357

31 dez 2021

	Equivalência patrimonial (Nota 13)	Ganhos/perdas na alienação	Imparidade	Provisões (Nota 32)	Outros (Nota 13)	Total
Tecnocapital, SGPS, S.A.	-	-	(14 157)	-	-	(14 157)
CUF, S.A.	22 856 997	-	-	-	-	22 856 997
José de Mello Imobiliária, SGPS S.A.	-	-	(2 347 434)	-	-	(2 347 434)
José de Mello - Residências e Serviços, SGPS S.A.	(107 282)	-	-	-	-	(107 282)
M Dados, Sistemas de Informação S.A.	11 374	-	-	-	-	11 374
José de Mello - Investimentos, SGPS S.A.	26 802 463	-	-	-	-	26 802 463
Bondalti Capital, S.A.	19 104 459	-	-	-	-	19 104 459
MGICapital - Sistemas de Gestão, S.A.	(4 616 732)	-	(2 347 640)	-	-	(6 964 372)
MGI Capital, S.A.	-	(73 652 360)	-	-	-	(73 652 360)
Fundo de Compensação do Trabalho	-	-	-	-	(1 978)	(1 978)
	64 051 279	(73 652 360)	(4 709 232)	-	(1 978)	(14 312 290)

Em resultado dos testes de imparidade realizados com referência a 31 de dezembro de 2022 e 2021, efetuados de acordo com o descrito na alínea k) da Nota 2.3, a Sociedade registou perdas por imparidade sobre o *goodwill* relativo ao aumento de capital MGICapital – Sistemas de Gestão, S.A. e sobre as prestações suplementares concedidas à José de Mello Imobiliária SGPS S.A.. No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, foi também reconhecida perda por imparidade sobre as prestações suplementares concedidas à Tecnocapital, SGPS, SA..

No exercício findo em 31 de dezembro de 2020, tal como descrito na Nota 32, a Sociedade reforçou a provisão para fazer face a eventuais perdas futuras sobre a quantia recuperável dos ativos do Grupo MGI Capital. Dado o princípio de solidariedade acordado, a Sociedade poderia ter de assumir uma responsabilidade no montante de 152 milhões de euros, relativa às opções de venda sobre os Valores Mobiliários Obrigatoriamente Convertíveis emitidos pela MGI Capital, S.A. e detidos por instituições de crédito. Conforme referido na Nota 6, no exercício findo em 31 de dezembro de 2021, as opções de venda sobre os referidos Valores Mobiliários Obrigatoriamente Convertíveis foram exercidas pelas instituições de crédito, tendo a Sociedade passado a deter Valores Mobiliários Obrigatoriamente Convertíveis emitidos pela MGI Capital, S.A., no montante de 76 milhões de euros e um crédito sobre a outra entidade envolvida no acordo, no mesmo montante (Nota 24). Posteriormente, os referidos valores mobiliários foram convertidos em ações representativas de capital da MGI Capital, S.A.. Na sequência desta operação, foi registada uma menos valia no montante de 73 652 360 euros.

As partes de capital detidas em empresas subsidiárias, associadas e outras empresas tiveram os seguintes movimentos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021:

31 dez 2022

	MEP	Outras	Total
Saldo em 1 janeiro	452 778 055	4 047 899	456 825 954
Aplicação de equivalência patrimonial:			
Efeito em resultados	100 962 231	-	100 962 231
Efeito em capital próprio	5 592 329	-	5 592 329
Dividendos recebidos	(2 750 000)	-	(2 750 000)
Provisões e perdas por imparidade	(51 260)	-	(51 260)
Aquisições e aumentos	51 260	335 468	386 728
Alienações, abates e diminuições	-	(8 054)	(8 054)
Saldo em 31 dezembro	556 582 614	4 375 313	560 957 927

31 dez 2021

	MEP	Outras	Total
Saldo em 1 janeiro	615 699 015	806 597	616 505 611
Aplicação de equivalência patrimonial:			
Efeito em resultados	64 051 279	-	64 051 279
Efeito em capital próprio	1 961 029	-	1 961 029
Dividendos recebidos	(233 550 000)	-	(233 550 000)
Provisões e perdas por imparidade	2 269 092	-	2 269 092
Aquisições e aumentos	2 347 640	3 246 295	5 593 935
Alienações, abates e diminuições	-	(4 993)	(4 993)
Saldo em 31 dezembro	452 778 055	4 047 899	456 825 954

As prestações suplementares e suprimentos tiveram os seguintes movimentos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021:

	31 dez 2022	31 dez 2021
Saldo em 1 janeiro	78 878 225	116 562 869
Reforços	5 187 078	1 611 000
Reduções	(19 729 804)	(36 934 052)
Imparidade	(2 287 133)	(2 361 592)
Saldo em 31 dezembro	62 048 365	78 878 225

23. Clientes e adiantamentos a fornecedores

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a rubrica Clientes e adiantamentos a fornecedores, tinha a seguinte composição:

	31 dez 2022		
	Valor bruto	Perdas por imparidade (Nota11)	Valor líquido
Clientes - conta corrente	228 679	-	228 679
Clientes de cobrança duvidosa	158 683	(158 683)	-
Adiantamentos a fornecedores	105 757	-	105 757
	493 118	(158 683)	334 435

	31 dez 2021		
	Valor bruto	Perdas por imparidade (Nota11)	Valor líquido
Clientes - conta corrente	145 206	-	145 206
Clientes de cobrança duvidosa	121 184	(121 184)	-
Adiantamentos a fornecedores	39 486	-	39 486
	305 875	(121 184)	184 691

Os montantes apresentados na demonstração da posição financeira encontram-se líquidos de perdas por imparidade, as quais foram estimadas de acordo com uma análise dos riscos económicos associados à sua cobrança. O Conselho de Administração entende que o valor contabilístico das contas a receber é próximo do seu justo valor.

A 31 de dezembro de 2022 e 2021 e 1 janeiro de 2021, a antiguidade de clientes era a que se encontra detalhada abaixo:

	Vencidas mas sem imparidade							
	Total	Em imparidade	Sem imparidade ou antiguidade	< 30 dias	30-60 dias	61-90 dias	91-120 dias	> 120 dias
31 de dezembro de 2022	228 679	(158 683)	114 224	59 411	2 891	-	-	210 835
31 de dezembro de 2021	145 206	(121 184)	9 693	63 328	10 855	-	6 023	176 491
1 de janeiro de 2021	84 091	(121 184)	9 405	49 965	19 822	12 216	3 658	110 209

24. Outros devedores correntes e não correntes

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, estas rubricas têm a seguinte composição:

	31 dez 2022		31 dez 2021	
	Corrente	Não corrente	Corrente	Não corrente
Pessoal	1 784	-	5 856	-
Outros devedores	2 167 224	69 659 991	2 853 885	70 956 000
	2 169 008	69 659 991	2 859 741	70 956 000

Conforme referido na Nota 6, a Sociedade detém um crédito resultante do exercício, por parte de instituições de crédito, das opções de venda sobre os Valores Mobiliários Obrigatoriamente Convertíveis emitidos pela MGI Capital. Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, este ativo representa grande parte do saldo relativo a Outros devedores no ativo corrente, no valor de 2 033 mil euros (2 750 mil euros em 2021), e a totalidade do valor apresentado na mesma rubrica, no ativo não corrente.

25. Estado e outros entes públicos

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, estas rubricas têm a seguinte composição:

	31 dez 2022	31 dez 2021
Saldos devedores:		
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas	1 412 677	963 202
Imposto sobre o Valor Acrescentado	301 586	390 139
	1 714 262	1 353 341
Saldos credores:		
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas	133 283	85 212
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares	263 208	197 216
Contribuições para a Segurança Social	144 158	127 667
	540 650	410 095

A dívida relativa a Retenção de impostos sobre rendimentos respeita, principalmente, às retenções efetuadas no mês de dezembro, sobre os juros pagos aos detentores de obrigações emitidas pela Sociedade.

26. Outros ativos

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, esta rubrica tem a seguinte composição:

	31 dez 2022	31 dez 2021
Acréscimo de rendimentos:		
Juros a receber	473 012	481 467
Outros acréscimos de rendimentos	1 278 198	1 281 961
	1 751 210	1 763 428
Gastos diferidos:		
Seguros	157 840	150 359
Fornecimentos e serviços externos diversos	82 161	83 911
	240 001	234 270
	1 991 211	1 997 698

O valor evidenciado em Outros acréscimos de rendimentos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 respeita, na sua totalidade, a serviços prestados no exercício, cuja faturação ocorreu no início do exercício seguinte.

27. Caixa e equivalentes a caixa

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, esta rubrica tem a seguinte composição:

	31 dez 2022	31 dez 2021
Caixa	899	1 038
Depósitos à Ordem	13 028 709	22 147 197
Outros Depósitos Bancários	10 000 000	-
	23 029 608	22 148 235

A rubrica caixa e equivalentes a caixa compreende os valores de caixa, depósitos imediatamente mobilizáveis, aplicações de tesouraria e depósitos a prazo com vencimento a menos de três meses, e para os quais o risco de alteração de valor é insignificante.

Em 31 de dezembro de 2022, a rubrica Depósitos à ordem inclui depósitos, no montante de 6 351 497 euros (3 955 870 euros em 2021), dados como penhor para fazer face a financiamentos contraídos junto de instituições financeiras (Nota 38).

28. Capital

Em 31 de dezembro de 2022 o capital social da Sociedade, totalmente subscrito e realizado, estava representado por 5.000.000 de ações nominativas, com o valor nominal de cinco euros por ação.

À data da posição financeira não existem títulos emitidos que confirmam aos seus detentores direitos especiais para além daqueles que se encontram consignados nos estatutos da Sociedade (caso das ações) e nas condições gerais de emissão dos empréstimos obrigacionistas (caso das obrigações).

29. Reservas e Resultados transitados

Reserva legal

De acordo com a legislação em vigor, a Sociedade é obrigada a transferir para reserva legal pelo menos 5% do resultado líquido anual, até que a mesma atinja, no mínimo, 20% do capital. Esta reserva não é distribuível aos acionistas, podendo, contudo, ser utilizada para absorver prejuízos, depois de esgotadas todas as outras reservas, ou incorporada no capital.

Outras reservas

O montante apresentado em 31 de dezembro de 2022 diz respeito os ajustamentos de ativos financeiros das participações financeiras mensuradas pelo método de equivalência patrimonial (Nota 22).

30. Empréstimos obtidos

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, os empréstimos obtidos eram como segue:

	31 dez 2022	31 dez 2021
Passivos não correntes:		
Empréstimos bancários	144 444 545	148 396 492
Empréstimos por obrigações	23 260 000	52 290 000
	167 704 545	200 686 492
Passivos correntes:		
Empréstimos bancários	4 860 111	4 095 015
Empréstimos por obrigações	67 660 572	39 251 625
	72 520 684	43 346 639

a) Empréstimos bancários

Os empréstimos bancários apresentam os seguintes prazos de reembolso, em 31 de dezembro de 2022 e 2021:

	31 dez 2022	31 dez 2021
Até 1 ano	4 860 111	4 095 015
	4 860 111	4 095 015
Até 2 anos	3 953 458	-
Até 3 anos	4 455 322	-
Até 4 anos	5 957 453	12 417 741
Até 5 anos	7 560 218	-
Mais de 5 anos	122 518 094	135 978 752
	144 444 545	148 396 492
	149 304 656	152 491 507

b) Empréstimos por obrigações

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, os empréstimos por obrigações (não convertíveis) eram compostos pelas seguintes emissões:

31 dez 2022					
	Taxa de juro	Maturidade	Emissão	Em circulação nominal	Obrigações em carteira
GMP 2010 1ª	Euribor a 6 meses + 2,00%	jun/25	310 000	310 000	-
JOSÉ MELLO 2007 1ª	Euribor a 6 meses + 0,75%	jun/27	35 000 000	22 750 000	12 250 000
JOSÉ MELLO 2007 2ª	Euribor a 3 meses + 4,50%	jun/23	40 000 000	16 500 000	23 500 000
JOSÉ MELLO 2008 1ª	Euribor a 6 meses + 0,75%	jun/23	53 180 000	51 130 000	2 050 000
JOSÉ MELLO 2010 1ª	Euribor a 6 meses + 2,00%	dez/25	200 000	200 000	-
			128 690 000	90 890 000	37 800 000

31 dez 2021					
	Taxa de juro	Maturidade	Emissão	Em circulação nominal	Obrigações em carteira
GMP 2010 1ª	Euribor a 6 meses + 2,75%	jun/25	310 000	310 000	-
José Mello 2007 1ª	Euribor a 6 meses + 0,75%	jun/22	35 000 000	6 000 000	29 000 000
José Mello 2007 2ª	Euribor a 6 meses + 0,75%	dez/22	40 000 000	33 250 000	6 750 000
José Mello 2008 1ª	Euribor a 6 meses + 0,75%	jun/23	53 180 000	51 780 000	1 400 000
José Mello 2010 1ª	Euribor a 6 meses + 2,75%	dez/25	200 000	200 000	-
			128 690 000	91 540 000	37 150 000

27. Credores por locações financeiras

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, os passivos de locação têm a seguinte maturidade:

	31 dez 2022	31 dez 2021
Até 1 ano	285 238	272 761
	285 238	272 761
Entre 2 a 5 anos	204 702	168 509
	204 702	168 509
	489 940	441 271

No período findo em 31 de dezembro de 2022 e 2021, foram reconhecidos os seguintes montantes em custo:

	31 dez 2022	31 dez 2021
Amortizações do direito de uso	225 317	182 213
Juros dos contratos de locação	11 881	9 054
Rendas dos contratos de curta duração e de baixo valor	10 387	12 216
	247 585	203 483

A Sociedade tem, adicionalmente, alguns contratos de locação inferior a 12 meses e de baixo valor. Nessas situações a Sociedade reconhece como gasto esses contratos.

32. Provisões

O movimento ocorrido nas provisões durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, foi o seguinte:

	Processos judiciais em curso	Investimentos em empresas subsidiárias	Outros	Total
Saldo em 1 de janeiro de 2021	-	154 633 469	500 000	155 133 469
Reforço	43 901	-	-	43 901
Reversão	-	(81 503 842)	-	(81 503 842)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	43 901	73 129 627	500 000	73 673 528
Reforço (Nota 13)	-	576 373	-	576 373
Reversão	(43 901)	(2 012 940)	(500 000)	(2 556 841)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	-	71 693 060	-	71 693 060

No exercício findo em 31 de dezembro de 2020, foi reforçada em 115 900 000 euros a provisão constituída no exercício de 2017, no valor de 36 100 000 euros, para fazer face a eventuais perdas futuras sobre a quantia recuperável dos ativos do Grupo

MGI Capital. Tal como descrito na Nota 6, no exercício findo em 31 de dezembro de 2021, as opções de venda sobre os Valores Mobiliários Obrigatoriamente Convertíveis emitidos pela MGI Capital, foram exercidas pelas instituições de crédito que as detinham. Na sequência das operações descritas, a Sociedade procedeu à reversão de provisões no montante de 78 870 373 euros. Conforme descrito na Nota 6, no exercício findo em 31 de dezembro de 2022, foi revertida parte da provisão constituída em exercícios anteriores, no valor de 2 012 940 euros, correspondentes ao valor do crédito de 76 milhões de euros, recebido no exercício. Por outro lado, esta provisão foi reforçada no montante de 576 373 euros, que corresponde ao valor dos juros, comissões e imposto do selo devidos, por entidade envolvida no acordo, às instituições de crédito à data em que as opções de venda sobre os Valores Mobiliários Obrigatoriamente Convertíveis foram exercidas pelas instituições de crédito.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2020, foi, também, constituída uma provisão, no montante de 2 633 469 euros, para fazer face à redução do valor recuperável de um ativo de uma sociedade detida pela José de Mello Imobiliária, SGPS S.A., ajustamento que foi registado nas demonstrações financeiras da referida participada no exercício de 2021, justificando a reversão, em 2021 da totalidade da provisão registada no exercício de 2020.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, foi constituída uma provisão para fazer face a um processo judicial em curso, relacionado com a atividade da Sociedade, no valor de 43 901 euros. Tal como referido na Nota 6, no exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a Sociedade procedeu à reversão desta provisão.

Conforme referido na Nota 6, no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 foi revertida uma provisão para fazer face a outros riscos e encargos identificados pela Gestão no exercício de 2018, no montante de 500 000 euros, uma vez que os riscos identificados naquela data deixaram de existir.

33. Fornecedores e adiantamentos de clientes

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, estas rubricas tinham a seguinte composição:

	31 dez 2022	31 dez 2021
Fornecedores, conta corrente	453 269	427 599
Adiantamentos de clientes	-	275
	453 269	427 874

34. Outros credores correntes e não correntes

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, estas rubricas tinham a seguinte composição:

	31 dez 2022	
	Corrente	Não corrente
Entidades relacionadas (Nota 37)	1 319 012	-
Pessoal	379	-
Credores por subscrições não liberadas:		
Fundo de Capital de Risco Shilling Founders Fund	-	2 781 000
Fundo de Capital de Risco Faber Tech II	-	121 337
Outros credores	256 327	-
	1 575 718	2 902 337

	31 dez 2021	
	Corrente	Não corrente
Entidades relacionadas (Nota 37)	818 277	-
Pessoal	801	-
Credores por subscrições não liberadas:		
Fundo de Capital de Risco Shilling Founders Fund	-	2 781 000
Fundo de Capital de Risco Faber Tech II	-	-
Outros credores	255 077	-
	1 074 154	2 781 000

Os montantes respeitantes a entidades relacionadas resultam, principalmente, de pagamentos antecipados por conta de IRC, no âmbito do RETGS (Nota 14).

Os montantes respeitantes a Credores por subscrições não liberadas respeitam a investimentos noutras empresas, referidos nas alíneas c) e d) da Nota 22.

35. Outros passivos

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, esta rubrica tinha a seguinte composição:

	31 dez 2022	31 dez 2021
Acréscimos de gastos:		
Remunerações a liquidar ao pessoal	568 347	517 935
Seguros a liquidar	265	10 536
Outros acréscimos de gastos	35 206	209 097
	603 818	737 568
Rendimentos diferidos:		
Outros rendimentos diferidos	19 782	16 675
	19 782	16 675
	623 600	754 243

36. Notas às demonstrações dos fluxos de caixa

36.1 Recebimentos relativos a investimentos financeiros

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e 2021 os recebimentos relacionados com investimentos financeiros respeitam às seguintes entidades:

	31 dez 2022	31 dez 2021
Fundo Faber Partners	4 988	804
Fundo de Compensação do Trabalho	804	2 059
	5 793	2 863

36.2 Dividendos recebidos

Os dividendos recebidos durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, respeitam às seguintes entidades:

	31 dez 2022	31 dez 2021
Bondalti Capital, S.A.	2 750 000	12 000 000
José de Mello - Investimentos, SGPS S.A. (Zona Franca da Madeira)	-	221 550 000
	2 750 000	233 550 000

36.3 Pagamentos relativos a investimentos financeiros

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e 2021, os pagamentos relativos a investimentos financeiros respeitam às seguintes entidades:

	31 dez 2022	31 dez 2021
Fundo Faber Tech II	128 663	-
Fundo de Compensação do Trabalho	10 147	8 060
Valores mobiliários obrigatoriamente convertíveis Grupo MGI	-	152 224 833
Fundo Bem Comum	-	148 000
Fundo Shilling Founders Fund	-	309 000
	138 811	152 689 893

37. Partes relacionadas

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a natureza dos saldos com empresas subsidiárias, associadas e outras partes relacionadas estão descritas abaixo:

Partes relacionadas	Atividade	Localização	Serviços prestados	Serviços recebidos
CUF, S.A.	Saúde	Lisboa	Redébito de despesas	
José de Mello - Investimentos, SGPS S.A. (Zona Franca da Madeira)	SGPS	Funchal	Empréstimos e serviços de apoio à gestão	
José de Mello Imobiliária, SGPS S.A.	SGPS	Lisboa	Empréstimos e serviços de apoio à gestão	Empréstimos
Bondalti Capital, S.A.	Indústria química	Lisboa	Empréstimos e serviços de apoio à gestão e redébito de despesas	Empréstimos
Tecnocapital, SGPS, S.A.	SGPS	Lisboa	Empréstimos e serviços de apoio à gestão	
M Dados, Sistemas de Informação S.A.	Negociação	Lisboa	Cedência de espaço e serviços de apoio à gestão	Negoc. contratos e informática
MGICapital - Sistemas de Gestão, S.A.	Consultoria	Lisboa	Empréstimos	
Guimarães de Mello, S.A.	Consultoria	Lisboa	Empréstimos e serviços de apoio à gestão	
Hospital CUF Tejo, S.A.	Saúde	Lisboa		Empréstimos
Sagies - Segurança e Saúde no Trabalho, S.A.	Saúde	Lisboa		Higiene e segurança no trabalho
José de Mello - Residências e Serviços, SGPS S.A.	SGPS	Lisboa	Empréstimos e serviços de apoio à gestão	
Comitur Imobiliária, S.A.	Imobiliário	Lisboa	Serviços de apoio à gestão	
Sociedade Imobiliária e Turística do Cojo, S.A.	Imobiliário	Lisboa	Serviços de apoio à gestão	
Herdade do Vale da Fonte - Soc. Agrícola, Turística e Imobiliária S.A.	Imobiliário	Sesimbra	Serviços de apoio à gestão	
S.P.S.I. - Soc. Portuguesa de Serviços de Apoio e Assistência a Idosos S.A.	Residências assistidas	Lisboa	Serviços de apoio à gestão	
SCAURI - Consultadoria Económica e Participações, S.A.	Consultoria	Lisboa	Empréstimos e serviços de apoio à gestão	
Brisa - Auto-Estradas de Portugal, S.A.	Infra-estruturas	Lisboa	Redébito despesas	
ATM - Assistência Total em Manutenção, S.A.	Manutenção	Lisboa	Aluguer de espaço	
Sociedade Agrícola D.Diniz, S.A.	Exploração agrícola	Arraiolos	Cedência de espaço, serviços de apoio à gestão e redébito de despesas	
Ravasqueira Vinhos, S.A.	Vitivinícola	Arraiolos	Cedência de espaço, serviços de apoio à gestão e redébito de despesas	

Os saldos e transações ocorridas entre a Sociedade e as empresas associadas e outras partes relacionadas durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, são como segue:

31 dez 2022									
	Clientes	Outros ativos correntes	Aquisição de ativos fixos tangíveis	Fornecedores e adiantamentos de clientes	Outros credores	Outros passivos correntes	Empréstimos obtidos	Empréstimos concedidos	Prest. suplement.
Subsidiárias	18 645	250	-	18 066	1 242 499	2 867	17 750 000	23 297 117	5 358 882
Outras partes relacionadas	168 375	859	7 491	17 806	76 512	12 712	71 180 000	35 626 680	30 000
	187 020	1 109	7 491	35 872	1 319 012	15 578	88 930 000	58 923 797	5 388 882

31 dez 2021									
	Clientes	Outros ativos correntes	Aquisição de ativos fixos tangíveis	Fornecedores e adiantamentos de clientes	Outros credores	Outros passivos correntes	Empréstimos obtidos	Empréstimos concedidos	Prest. suplement.
Subsidiárias	16 381	2 982	455	-	793 024	15 033	17 750 000	41 376 922	1 844 623
Outras partes relacionadas	54 062	13 423	184 838	15 918	25 252	15 258	71 180 000	35 626 680	30 000
	70 442	16 405	185 293	15 918	818 277	30 291	88 930 000	77 003 602	1 874 623

As transações ocorridas entre a Sociedade e as empresas associadas e outras partes relacionadas durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, são como segue:

31 dez 2022				
	Aquisição de bens e serviços	Vendas e prestações de serviços	Rendimentos Suplementares	Gastos financeiros
Subsidiárias	45 344	158 178	16 144	472 596
Outras partes relacionadas	81 660	487 023	130 976	59 875
	127 004	645 201	147 120	532 471

31 dez 2021				
	Aquisição de bens e serviços	Vendas e prestações de serviços	Rendimentos Suplementares	Gastos financeiros
Subsidiárias	78 145	136 628	23 265	10 528
Outras partes relacionadas	234 446	354 975	99 198	42 220
	312 591	491 603	122 462	52 748

Os termos ou condições praticadas entre as partes relacionadas são substancialmente idênticos aos que normalmente seriam contratados, aceites e praticados entre entidades independentes em operações comparáveis.

Benefícios atribuídos aos membros dos Órgãos Sociais

Os benefícios atribuídos aos membros dos Órgãos Sociais da José de Mello Capital, S.A., nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, foram os seguintes:

	31 dez 2022	31 dez 2021
Remunerações	4 846 626	4 011 102

38. Contingências

Garantias

Em 31 de dezembro de 2022, a Sociedade tinha prestado garantias a terceiros conforme segue:

- Hipoteca sobre as frações A, B, D, I e M do prédio urbano sito na Rua D. Luís I, n. os 19, 19-A, 19-B e 19-C e sobre as frações A, B, C, D, E, F, G, H e I do prédio urbano sito na Avenida 24 de Julho, 24, ambos em Lisboa, para garantia de financiamento;
- Fiança constituída para garantia de todas as obrigações decorrentes de financiamentos bancários no montante de 265 000 euros;
- Penhor de 1.679.040 ações CUF, S.A., a favor de instituições bancárias, para garantia de financiamentos;
- Penhor de 4.084.400 ações Bondalti Capital, S.A., a favor de instituições bancárias, para garantia de financiamentos;
- Penhor financeiro sobre o saldo disponível de 6 351 497 euros de contas bancárias junto de instituições crédito (Nota 27), e,
- Promessa de penhor sobre novas ações da CUF, S.A. e Bondalti Capital, S.A. para garantia de um financiamento.

39. Gestão de riscos financeiros

39.1 Princípios gerais

A Sociedade, à semelhança da generalidade das empresas, encontra-se exposta a um conjunto de riscos financeiros suscetíveis de alterarem o seu valor patrimonial.

A Política de Gestão de Riscos Financeiros do Grupo José de Mello, o qual a Sociedade integra, tem como objetivo assegurar a correta identificação dos riscos associados aos negócios desenvolvidos, bem como adotar e implementar as medidas necessárias para minimizar os impactos negativos que evoluções adversas dos fatores subjacentes a esses riscos possam ter na estrutura financeira do Grupo e na respetiva sustentabilidade.

No âmbito do processo de gestão de riscos a Sociedade identificou um conjunto de riscos associados ao seu desempenho financeiro considerados materialmente mais relevantes, dos quais se destacam o risco de mercado, de crédito e de liquidez.

A Sociedade detém um modelo de gestão do risco que procura minimizar os potenciais efeitos adversos, utilizando os instrumentos adequados à cobertura dos riscos a que se encontra exposta. Todas as operações de gestão de risco financeiro são submetidas à aprovação prévia do Administrador Financeiro ou da Comissão Executiva.

De seguida analisam-se de forma mais detalhada, os principais riscos financeiros a que a Sociedade se encontra exposta e as principais medidas implementadas no âmbito da sua gestão.

39.2 Riscos de mercado

O risco de mercado é o risco que as alterações nos preços dos mercados, como sejam taxas de juro, variações cambiais ou evolução das bolsas de valores, possam alterar os resultados da Sociedade e a sua posição financeira.

A Sociedade encontra-se, essencialmente, exposta aos riscos decorrentes das alterações das taxas de juro, pelo que a gestão de riscos de mercado foca-se essencialmente na monitorização da

evolução das taxas de juro, que influenciam os passivos financeiros remunerados (contratados com base em taxas de juro indexadas à evolução dos mercados) e o seu impacto nas demonstrações financeiras.

a) Risco de exposição às variações de taxa de juro

A política de gestão de risco de taxa de juro tem por objetivo minimizar a exposição à variação das taxas de juro e o seu impacto nas demonstrações financeiras.

Através da política de controlo adotada, é monitorizada a exposição ao risco de taxa de juro, mediante a simulação de cenários adversos, mas com algum grau de probabilidade, que possam afetar negativamente os resultados da Sociedade.

Sempre que as expectativas de evolução de taxas de juro o justifiquem, a Sociedade procura contratar financiamentos com taxa de juro fixa.

39.3 Riscos de crédito

O risco de crédito é o risco de uma contraparte não cumprir as suas obrigações contratuais relacionadas com instrumentos financeiros ou contratos com clientes, o que poderá originar o reconhecimento de uma perda. O risco de crédito resulta essencialmente das atividades operacionais da Sociedade, especificamente os riscos de crédito a clientes e das suas atividades de investimento.

a) Clientes e outros devedores

O risco de crédito está relacionado com os saldos a receber de clientes e outros devedores. Este risco é monitorizado da seguinte forma: seguindo políticas, procedimentos e controlos previamente estabelecidos; estabelecendo limites ao crédito aos clientes, com base em critérios de avaliação interna (prazo médio de recebimento); análises de imparidade aos valores a receber, numa base regular; e, monitorização regular dos valores em dívida.

A Sociedade não apresenta nenhum risco de crédito significativo com um cliente em particular, na medida em que as contas a receber derivam de um elevado número de clientes.

O movimento nas Perdas por imparidade das contas a receber encontra-se divulgado na Nota 11.

Em 31 de dezembro de 2022 é entendimento do Conselho de Administração que as perdas por imparidade estimadas em contas a receber encontram-se adequadamente relevadas nas demonstrações financeiras.

39.4 Riscos de liquidez

O risco de liquidez resulta da incapacidade potencial de financiar os ativos da Sociedade, ou de satisfazer as responsabilidades contratadas nas datas de vencimento.

A política de financiamento e de gestão do risco de liquidez é pautada pelos seguintes objetivos:

- assegurar um calendário de vencimento de dívida escalonado ao longo do tempo;
- diminuir o endividamento de curto prazo; e,
- continuar a alongar a maturidade média da dívida para a tornar mais consistente com os ativos de longo prazo detidos pela Sociedade.

Enquadrada no cumprimento dos objetivos anteriores, a Sociedade procede a um acompanhamento atento dos mercados de financiamento, selecionando criteriosamente as alternativas que a cada momento pareçam ser as mais eficientes.

40. Acontecimentos após a data da demonstração da posição financeira

No dia 2 de janeiro de 2023, a Sociedade assinou Contrato de Compra e Venda de Ações e Cessão de Créditos com a Guimarães de Mello, S.A., no qual se comprometeu a adquirir a participação financeira de 100% do capital social da Ravasqueira Vinhos, S.A., pelo valor global de 18 856 320 euros.

Não existem quaisquer outros acontecimentos com impactos materiais entre a data da posição financeira e a data de autorização para a sua emissão que não estejam já registados ou divulgados nas presentes demonstrações financeiras.



41. Aprovação das demonstrações financeiras

As presentes demonstrações financeiras foram aprovadas, e autorizada a sua emissão, pelo Conselho de Administração em 11 de maio de 2023, e serão sujeitas a aprovação em Assembleia Geral de Acionistas.

42. Divulgações exigidas por diplomas legais

Nos termos do artigo 66.º A do Código das Sociedades Comerciais, o Revisor Oficial de Contas da José de Mello Capital, S.A. é a RSM & Associados – Sroc, Lda., a qual faturou à Sociedade, no exercício de 2022, honorários no valor de 43 200 euros (acrescidos de IVA à taxa legal), relativos à revisão legal das contas individuais e consolidadas.


43. Outras informações

A atividade global da sociedade José de Mello Capital, S.A. encontra-se descrita no Relatório do Conselho de Administração, considerado parte integrante do presente conjunto de Relatório e Contas, referente a 31 de dezembro de 2022.

O Contabilista Certificado

O Conselho de Administração

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS



RSM & Associados - Sroc, Lda
Av. do Brasil, 15 - 1º 1749-112 Lisboa (Sede)
T: +351 21 3553 550 F: +351 21 3561 952 E: geral.lisboa@rsmpt.pt
Rua da Saudade, 132 - 3º 4150-682 Porto
T: +351 22 2074 350 F: +351 22 2081 477 E: geral.porto@rsmpt.pt
www.rsmpt.pt

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião com reservas

Auditámos as demonstrações financeiras anexas de José de Mello Capital, S.A. (a Entidade), que compreendem a demonstração da posição financeira em 31 de dezembro de 2022 (que evidencia um total de 1.285.436.449 euros e um total de capital próprio de 966.932.649 euros, incluindo um resultado líquido de 92.516.344 euros), a demonstração do rendimento integral, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, exceto quanto aos efeitos (ou possíveis efeitos) da matéria referida na secção “Bases para a opinião com reservas”, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira de José de Mello Capital, S.A. em 31 de dezembro de 2022 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia.


Bases para a opinião com reservas

A 31 de dezembro de 2022, a Certificação Legal das Contas consolidadas da subsidiária (detida a 100% do seu capital social) José de Mello Investimentos, SGPS, S.A., reconhecida em “Investimentos em empresas subsidiárias”, pelo valor de 251.592.448 euros, apresenta a seguinte reserva por limitação de âmbito:

“A 31 de dezembro de 2022, a José de Mello Investimentos tem registada em “Investimentos em empresas associadas” uma participação detida na Rubicone Bidco, S.A., de 17,10% do seu capital social, através do método de equivalência patrimonial, pelo valor de 36.375.774 euros. Conforme divulgado na nota 11 das Notas às demonstrações financeiras separadas e na nota 13 das Notas às demonstrações financeiras consolidadas, a imputação na José de Mello Investimentos do resultado líquido, ponderado pela percentagem detida, desta Associada tem por base contas em versão preliminar e não auditadas, pelo que não nos podemos pronunciar sobre possíveis efeitos que daí possam advir, designadamente na valorização desta participação.”

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações

THE POWER OF BEING UNDERSTOOD
AUDIT | TAX | CONSULTING



RSM & Associados - Sroc, Lda é uma entidade independente, membro da RSM e do grupo RSMW. A demonstração de uma rede independente global de 55 países. É independente e não possui interesses em comum com o cliente. RSMW, a entidade responsável por qualquer parecer emitido, é uma entidade legalmente independente.
Inscrição no Registo das Empresas nº 311547640 - N.º de identificação fiscal nº 504907740 - N.º de identificação fiscal nº 504907740 - N.º de identificação fiscal nº 504907740

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS



financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião com reservas.

Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS



data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;

- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e os acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria.

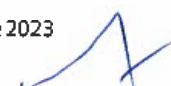
A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e a apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

Lisboa, 12 de maio de 2023


RSM & ASSOCIADOS - SRUCL, LUA
representada por Joaquim Patrício da Silva (ROC n.º 320)
Registado na CMVM com o n.º 20160076

RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

José de Mello Capital, S.A.

RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

- Exercício de 2022 -

Senhores Accionistas,

1. Em conformidade com as disposições legais e com contrato da Sociedade o Fiscal Único da «José de Mello Capital, S.A.», no exercício das suas competências, após ter procedido à análise do Balanço, da Demonstração dos Resultados e dos demais elementos de prestação de contas, preparados pelo Conselho de Administração, que acompanhavam o Relatório de Gestão relativo ao exercício de 2022, vem apresentar o seu Relatório sobre a acção fiscalizadora desenvolvida e dar parecer sobre esses mesmos documentos de prestação de contas.
2. Com a periodicidade que julgou conveniente manteve o acompanhamento da actividade da «José de Mello Capital, S.A.», através dos contactos que manteve com os Serviços e com a Administração e da análise da documentação contabilística e dos seus elementos de suporte.
3. Em documento separado, na qualidade de Revisor Oficial de Contas, procedeu à elaboração da Certificação Legal das Contas, parecer que deve ser tomado como parte integrante deste Relatório.
4. No seu Relatório de Gestão o Conselho de Administração refere a forma como se processou a actividade da empresa no decorrer do exercício e os principais factores condicionantes que estiveram na origem dos resultados alcançados.
5. O Fiscal Único, tendo presente a melhoria do resultado do exercício de 2022 de 60% face ao exercício anterior (de cerca de 57,9 milhões de euros para 92,5 milhões de euros), é de

PARECER

- a) que sejam aprovados o Relatório de Gestão e as Contas do Exercício de 2022 apresentadas pelo Conselho de Administração;
- b) que a proposta de aplicação do Resultado Líquido do Exercício de 92.516.344 euros apresentada pelo Conselho de Administração, seja aprovada.

Lisboa, 12 de maio de 2023

O FISCAL ÚNICO



RSM & ASSOCIADOS - SROC, LDA
representada por Joaquim Patricio da Silva (ROC n.º 320)
Registado na CMVM com o n.º 20160076

Demonstrações financeiras consolidadas

e documentos complementares

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS RESULTADOS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 (MONTANTES EXPRESSOS EM EUROS)

	Notas	31 dez 2022	31 dez 2021
Rendimentos operacionais:			
Vendas e prestações de serviços	6, 7	1 234 736 225	1 033 234 337
Reversões de perdas por imparidade	39	4 274 229	3 894 992
Reversões de provisões	39	2 808 745	81 242 215
Outros rendimentos operacionais	8	20 695 595	13 936 386
Total de proveitos operacionais		1 262 514 794	1 132 307 930
Gastos operacionais:			
Custo das vendas	9	(438 866 947)	(352 733 047)
Varição da produção	10	5 786 910	367 786
Fornecimentos e serviços externos	11	(404 059 925)	(360 261 883)
Gastos com o pessoal	12	(214 771 822)	(185 241 266)
Amortizações e depreciações	6, 19	(66 082 487)	(62 471 124)
Provisões	6, 39	(3 800 229)	(3 078 842)

	Notas	31 dez 2022	31 dez 2021
Perdas por imparidade	6, 39	(4 588 035)	(78 783 301)
Outros gastos operacionais	13	(11 429 101)	(11 150 310)
Total de gastos operacionais	6	(1 137 811 635)	(1 053 351 987)
Resultados operacionais	6	124 703 159	78 955 943
Gastos financeiros	6, 14	(42 019 594)	(44 342 843)
Rendimentos financeiros	6, 14	3 196 411	1 629 753
Resultados relativos a empresas associadas	6, 14	34 754 724	31 677 827
Resultados relativos a atividades de investimento	6, 14	(53 249)	(16 368)
Resultados financeiros	6	(4 121 708)	(11 051 631)
Resultados antes de impostos	6	120 581 451	67 904 312
Impostos sobre o rendimento	6, 15	(17 433 399)	(532 456)
Resultado líquido do exercício das operações em continuação		103 148 052	67 371 856
Resultado líquido do exercício das operações descontinuadas	6	1 029 205	3 125 990
Resultado líquido consolidado		104 177 258	70 497 846
Atribuível a:			
Detentores de capital	6, 17	92 459 106	58 212 798
Interesses que não controlam	6, 35	11 718 151	12 285 048
Resultado por ação:			
Básico	17	18,49	11,64
Diluído	17	18,49	11,64

As notas anexas fazem parte integrante da demonstração consolidada dos resultados do exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

O Contabilista Certificado

O Conselho de Administração

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DA POSIÇÃO FINANCEIRA DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 (MONTANTES EXPRESSOS EM EUROS)

	Notas	31 dez 2022	31 dez 2021
Ativos não correntes:			
<i>Goodwill</i>	6, 18	655 320 177	647 435 238
Ativos intangíveis	6, 19	33 554 142	34 018 689
Direito de uso	20	81 694 462	77 668 053
Ativos fixos tangíveis	6, 21	677 948 722	662 319 318
Propriedades de investimento	22	18 970 526	25 770 275
Investimentos em associadas	23	468 042 521	464 255 094
Investimentos detidos até à maturidade	24	-	7 000 000
Ativos financeiros disponíveis para venda	25	6 466 743	5 981 127
Ativos por impostos diferidos	26	16 401 999	19 876 653
Outros devedores	27	70 433 113	72 754 906
Total de ativos não correntes		2 028 832 405	2 017 079 353
Ativos correntes:			
Inventários	29	58 002 969	44 309 117
Clientes e adiantamentos a fornecedores	6, 30	160 872 313	143 095 864
Outros devedores	27	46 972 380	49 958 489
Estado e outros entes públicos	31	8 748 430	6 477 816
Outros ativos correntes	28	31 974 267	37 774 706
Investimentos detidos até à maturidade	24	7 000 000	-
Caixa e equivalentes a caixa	6, 32	140 572 794	119 387 900
Total de ativos correntes		454 143 153	401 003 892
Ativos não correntes detidos para venda	21	-	7 400 000
Total do ativo	6	2 482 975 558	2 425 483 246

	Notas	31 dez 2022	31 dez 2021
Capital próprio:			
Capital	33	25 000 000	25 000 000
Reserva legal	34	5 000 000	5 000 000
Resultados transitados	34	845 041 800	788 180 053
Resultado líquido consolidado	17	92 459 106	58 212 798
Capital próprio atribuível a acionistas		967 500 906	876 392 851
Interesses que não controlam	35	69 661 960	57 986 685
Total do capital próprio		1 037 162 866	934 379 536
Passivos não correntes:			
Empréstimos não correntes	6,36	801 949 941	894 944 006
Credores por locações	6,37	61 943 964	58 911 349
Benefícios aos empregados	38	2 994 268	3 775 404
Provisões	39	88 524 756	89 173 645
Outros credores	40	11 416 223	10 940 647
Passivos por impostos diferidos	26	22 330 547	19 910 621
Total de passivos não correntes		989 159 699	1 077 655 672
Passivos correntes:			
Empréstimos	6,36	176 166 018	147 609 955
Credores por locações	6,37	17 855 530	16 824 675
Fornecedores e adiantamentos de clientes	6,42	154 979 279	138 949 431
Estado e outros entes públicos	31	29 177 373	15 206 211
Outros credores	40	14 366 703	10 178 896
Outros passivos correntes	41	64 108 091	84 678 868
Total de passivos correntes		456 652 992	413 448 036
Total do passivo	6	1 445 812 691	1 491 103 708
Total do passivo e capital próprio		2 482 975 558	2 425 483 246

As notas anexas fazem parte integrante da demonstração consolidada da posição financeira do exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

O Contabilista Certificado

O Conselho de Administração

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DO OUTRO RENDIMENTO INTEGRAL DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 (MONTANTES EXPRESSOS EM EUROS)

	31 dez 2022	31 dez 2021
Resultado líquido consolidado	104 177 258	70 497 846
Outros rendimentos e gastos reconhecidos diretamente no capital próprio que poderão vir a ser reclassificados para resultados:		
Variação no justo valor de instrumentos financeiros derivados	-	232 461
Subsídios	(433 729)	(1 701 873)
Direitos de emissão	1 204 816	1 753 884
	771 087	284 472
Outros rendimentos e gastos reconhecidos diretamente no capital próprio que não serão reclassificados para resultados:		
Plano de Pensões	157 952	-
Aquisição de interesses sem controlo	(137 164)	-
Alterações na percentagem de controlo	-	-
Revalorização de ativos fixos tangíveis	7 547 021	4 321 336
Outros	(591 322)	-
Alterações nos capitais próprios das associadas e subsidiárias	(528 824)	303 763
	6 447 663	4 625 099
Outros rendimentos e gastos reconhecidos diretamente no capital próprio	7 218 750	4 909 571
Rendimentos integrais consolidados	111 396 008	75 407 417
Atribuível a:		
Detentores de capital	96 708 704	61 570 516
Interesses que não controlam	14 687 304	13 836 901

As notas anexas fazem parte integrante da demonstração consolidada do outro rendimento integral do exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

**DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021** (MONTANTES EXPRESSOS EM EUROS)

	Capital	Reserva legal	Resultados transitados	Resultado líquido consolidado	Interesses que não controlam	Total
Saldo em 1 de janeiro de 2021	25 000 000	5 000 000	441 144 152	355 248 677	45 538 120	871 930 949
Aplicação do resultado consolidado de 2020:						
Dividendos distribuídos	-	-	(10 000 000)	-	-	(10 000 000)
Transferência para resultados transitados	-	-	355 248 677	(355 248 677)	-	-
Varição do justo valor dos instrumentos financeiros de cobertura	-	-	153 076	-	79 385	232 461
Revalorização de ativos fixos tangíveis	-	-	2 845 600	-	141 927	2 987 526
Variações resultantes de alterações nos capitais próprios das associadas e subsidiárias	-	-	(1 424 385)	-	-	(1 424 385)
Variações resultantes de alterações do perímetro de consolidação, reforços e alienações	-	-	(212 818)	-	128 562	(84 256)
Subsídios ao investimento	-	-	(1 701 873)	-	-	(1 701 873)
Outros	-	-	2 127 624	-	(186 357)	1 941 268
Resultado consolidado líquido do exercício	-	-	-	58 212 798	12 285 048	70 497 846
Saldo em 31 de dezembro de 2021	25 000 000	5 000 000	788 180 053	58 212 798	57 986 685	934 379 536
Aplicação do resultado consolidado de 2021:						
Dividendos distribuídos	-	-	(6 300 000)	-	-	(6 300 000)
Transferência para resultados transitados	-	-	58 212 798	(58 212 798)	-	-
Revalorização de ativos fixos tangíveis	-	-	4 969 713	-	2 577 308	7 547 021
Variações resultantes de alterações nos capitais próprios das associadas e subsidiárias	-	-	(528 824)	-	(2 843 655)	(3 372 478)
Variações resultantes de alterações do perímetro de consolidação, reforços e alienações	-	-	819 318	-	168 837	988 154
Planos de pensões - ganhos/(perdas) atuariais	-	-	104 011	-	53 941	157 952
Subsídios ao investimento	-	-	(433 729)	-	(3 269)	(436 997)
Outros	-	-	18 459	-	3 962	22 421
Resultado consolidado líquido do exercício	-	-	-	92 459 106	11 718 151	104 177 258
Saldo em 31 de dezembro de 2022	25 000 000	5 000 000	845 041 800	92 459 106	69 661 960	1 037 162 866

As notas anexas fazem parte integrante da demonstração consolidada das alterações no capital próprio do exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

O Contabilista Certificado

O Conselho de Administração



DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS FLUXOS DE CAIXA DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 (MONTANTES EXPRESSOS EM EUROS)

	Notas	31 dez 2022	31 dez 2021
Atividades Operacionais:			
Recebimentos de clientes		1 341 251 228	1 091 866 189
Pagamentos a fornecedores		(954 912 067)	(776 816 637)
Pagamentos ao pessoal		(201 779 243)	(191 332 519)
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		(5 164 056)	4 700 913
Outros recebimentos/pagamentos relativos à atividade operacional		(44 636 719)	(32 686 281)
Fluxos das atividades operacionais (1)		134 759 142	95 731 664
Atividades de Investimento:			
Recebimentos provenientes de:			
Investimentos financeiros	43	322 488	127 597
Ativos tangíveis		5 787 499	5 129 361
Ativos intangíveis		152 213	-
Propriedades de investimento		10 020 967	815 467
Subsídios de investimento		229 545	-
Juros e rendimentos similares		1 155 954	426 553
Dividendos	43	19 794 505	32 500 508
Outros		17 968 108	3 508 965
		55 431 280	42 508 451
Pagamentos respeitantes a:			
Investimentos financeiros	43	(5 562 472)	(166 095 953)
Ativos tangíveis		(36 044 527)	(33 583 092)
Ativos intangíveis		(7 617 678)	(5 735 320)
Outros		(673 853)	(645 000)
		(49 898 530)	(206 059 366)
Fluxos das atividades de investimento (2)		5 532 750	(163 550 914)

	Notas	31 dez 2022	31 dez 2021
Atividades de Financiamento:			
Recebimentos provenientes de:			
Empréstimos obtidos		535 778 039	1 228 860 389
Subsídios e doações		67 404	119 624
		535 845 443	1 228 980 013
Pagamentos respeitantes a:			
Empréstimos obtidos		(602 218 278)	(1 044 779 565)
Amortização de contratos de locação financeira		(16 369 200)	(46 005 279)
Juros e gastos similares		(30 029 091)	(38 669 900)
Dividendos pagos e resultados distribuídos	43	(6 477 229)	(10 000 000)
		(655 093 798)	(1 139 454 744)
Fluxos das atividades de financiamento (3)		(119 248 355)	89 525 268
Efeito da Variação de Perímetro (4)		-	2 013 916
Variação de caixa e seus equivalentes (6)=(1)+(2)+(3)+(4)+(5)		21 043 537	23 719 934
Caixa e seus equivalentes no início do período	32	119 453 443	95 733 509
Caixa e seus equivalentes no fim do período	32	140 496 981	119 453 443

As notas anexas fazem parte integrante da demonstração consolidada dos fluxos de caixa do exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 (MONTANTES EXPRESSOS EM EUROS)

1. Nota Introdutória

A José de Mello Capital, S.A. (“Empresa” ou “JM Capital”) tem sede em Lisboa, foi constituída em 22 de outubro de 2001, com a denominação SOGEFI II – Sociedade de Gestão e Financiamentos, SGPS, S.A. e tem como atividade principal a prestação de serviços de consultadoria económica e financeira, consultadoria de gestão e investimento, reorganização de empresas, planeamento estratégico, serviços de contabilidade e assessoria em recursos humanos, marketing e comunicação e imagem.

O universo empresarial da JM Capital (“Grupo”) é formado pela Empresa e pelas suas subsidiárias e associadas descritas na Nota 4.

O Grupo consubstancia-se como um dos maiores grupos empresariais portugueses, liderando áreas estruturantes da economia nacional. Opera em quatro plataformas base de negócio: (i) Indústria química; (ii) Saúde; e, (iii) Infra-estruturas e mobilidade. A crescer a estas áreas, tem operações no sector do imobiliário, energia e ambiente.

2. Resumo das principais políticas contabilísticas

2.1. Bases de apresentação

As presentes demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos das empresas incluídas na consolidação (Nota 4), ajustados no processo de consolidação, quando necessário, de modo a estarem de acordo com as disposições das Normas Internacionais de Relato Financeiro, adotadas pela União Europeia, efetivas para os exercícios iniciados em 1 de janeiro de 2022. Devem entender-se como fazendo parte daquelas normas, quer as Normas Internacionais de Relato Financeiro (“IFRS”) emitidas pelo International Accounting Standards Board (“IASB”), quer as Normas Internacionais de Contabilidade (“IAS”) emitidas pelo International Accounting Standards Committee (“IASC”) e respetivas interpretações – IFRIC e SIC, emitidas pelo International Financial Reporting Interpretation Committee (“IFRIC”) e Standing Interpretation Committee (“SIC”), respetivamente. De ora em diante, o conjunto daquelas normas e interpretações serão designadas genericamente por “IFRS”.

As demonstrações financeiras consolidadas estão expressas em euros, salvo indicação em contrário.

2.1.1. Novas normas, alterações ou interpretações aplicáveis ao exercício de 2022

Até à data de aprovação destas demonstrações financeiras consolidadas, foram aprovadas (“endorsed”) pela União Europeia as seguintes normas contabilísticas, interpretações, emendas e revisões, com aplicação obrigatória ao exercício iniciado em 1 de janeiro de 2022:

Norma/Interpretação	Data de eficácia
IFRS 16 - Locações: Bonificações de rendas relacionadas com a Covid-19 - Esta emenda introduz um expediente prático opcional pelo qual os locatários ficam dispensados de analisar se as concessões de renda (suspensões ou reduções de renda), relacionadas com a Covid-19, correspondem a modificações contratuais.	1 de abril de 2021
IFRS 3 - Concentrações de atividades empresariais: Referências à Estrutura Conceptual - Introduce alterações relativamente a: (i) ao reconhecimento de alguns passivos e passivos contingentes para evitar o reconhecimento de ganhos posteriormente ao registo da concentração de atividades empresariais; (ii) clarifica quais os ativos contingentes que não deverão ser reconhecidos no âmbito de uma concentração de atividades empresariais.	1 de janeiro de 2022
IAS 16 - Ativos fixos tangíveis: Rendimentos obtidos antes da entrada em funcionamento - Proíbe uma entidade de deduzir ao custo de um ativo fixo tangível os montantes recebidos da venda de itens produzidos enquanto a entidade se encontra a preparar o ativo para o seu uso pretendido. Em vez disso, a entidade deve reconhecer as retribuições recebidas dessas vendas e o custo relacionado nos resultados.	1 de janeiro de 2022
IAS 37 - Provisões, Passivos contingentes e Ativos contingentes: Custos a cumprir com contratos onerosos - Especifica que custos é que uma entidade deve incluir quando avalia se um contrato é ou não um contrato oneroso; apenas os gastos diretamente relacionados com o cumprimento do contrato são aceites.	1 de janeiro de 2022
Ciclo 2018-2020: clarificações e emendas em 4 normas: IFRS 1: Subsidiária enquanto adotante das IFRS pela primeira vez; IFRS 9: Fees a considerar no teste “10 por cento” para desreconhecimento de passivos financeiros; IFRS 16: Incentivos de locação - alteração do exemplo ilustrativo 13; e IAS 41: Eliminação do requisito de exclusão dos fluxos de caixa fiscais na mensuração do justo valor dos ativos biológicos.	1 de janeiro de 2022

Da aplicação destas normas não foram registados impactos relevantes para as demonstrações financeiras do Grupo.

2.1.2. Novas normas, alterações ou interpretações já emitidas, mas que ainda não são obrigatórias

a) Já endossadas pela União Europeia

As seguintes normas contabilísticas, interpretações, emendas e revisões, com aplicação obrigatória em exercícios económicos futuros, foram, até à data de aprovação destas demonstrações financeiras consolidadas, aprovadas (“*endorsed*”) pela União Europeia:

Norma/Interpretação	Data de eficácia
IFRS 17 - Contratos de Seguro (substitui a IFRS 4): A IFRS 17 é aplicável a todas as entidades que emitam contratos de seguro, contratos de resseguro e contratos de investimento com características de participação discricionária nos resultados se também forem emitentes de contratos de seguro. A IFRS 17 não se aplica aos tomadores de seguro.	1 de janeiro de 2023
IFRS 17 - Contratos de Seguro e IFRS 9 - Instrumentos Financeiros: Aplicação inicial da IFRS 17 e IFRS 9 – informação comparativa. Esta alteração aplica-se somente às entidades seguradoras na sua transição para a IFRS 17, permitindo a adoção de um “overlay” na classificação de um ativo financeiro para o qual a seguradora não efetua a aplicação retrospectiva, no âmbito da IFRS 9.	1 de janeiro de 2023
IAS 1 - Apresentação de demonstrações financeiras e IFRS Practice Statement 2: Divulgação de políticas contabilísticas - Alterações à IAS 1 exigem que as entidades divulguem as informações materiais acerca das suas políticas contabilísticas em vez de divulgarem as políticas contabilísticas significativas. As emendas à IFRS Practice Statement 2 proporcionam orientações sobre como deve ser aplicado o conceito da materialidade nas divulgações sobre as políticas contabilísticas.	1 de janeiro de 2023
IAS 8 - Rêdito: Divulgação de estimativas contabilísticas - Introdução da definição de estimativa contabilística e a forma como esta se distingue das alterações de políticas contabilísticas. As estimativas contabilísticas passam a ser definidas como valores monetários sujeitos a incerteza na sua mensuração, utilizadas para concretizar o(s) objetivo(s) de uma política contabilística.	1 de janeiro de 2023
IAS 12 - Impostos sobre o rendimento: Imposto diferido relacionado com os ativos e passivos associados a uma única transação - Exige que as entidades registem imposto diferido sobre determinadas transações específicas, quando o seu reconhecimento inicial dê origem a valores iguais de diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis. As transações sujeitas respeitam a: i) ativos sob direito de uso e passivos de locação e ii) provisões para desmantelamento, restauro ou passivos semelhantes.	1 de janeiro de 2023

Estas normas contabilísticas, interpretações, emendas e revisões, apesar de aprovadas (“*endorsed*”) pela União Europeia, não foram adotadas pelo Grupo nas demonstrações financeiras consolidadas do período findo em 31 de dezembro de 2022, em virtude

da sua aplicação não ser ainda obrigatória. Não se estima que da futura adoção das referidas normas contabilísticas, interpretações, emendas e revisões decorram impactos significativos para as demonstrações financeiras consolidadas.

b) Ainda não endossadas pela União Europeia

Adicionalmente, até à data de aprovação destas demonstrações financeiras consolidadas, encontram-se ainda emitidas pelo IASB as seguintes normas e interpretações, ainda não endossadas pela União Europeia:

Norma/Interpretação	Data de eficácia
IAS 1 – Apresentação de Demonstrações Financeiras: Passivos não correntes com “covenants” - Esta alteração clarifica que os passivos são classificados como saldos correntes ou não correntes em função do direito que uma entidade tem de diferir o seu pagamento para além de 12 meses após a data de relato financeiro.	1 de janeiro de 2024
IFRS 16 - Locações: Passivos de locação em transações de venda e relocação - Esta alteração à norma das locações introduz orientações relativamente à mensuração subsequente de passivos de locação, relacionados com transações de venda e relocação (“ <i>sale & leaseback</i> ”) que qualificam como “venda” de acordo com os princípios da IFRS 15 – Rêdito de contratos com clientes.	1 de janeiro de 2024

Relativamente às normas apresentadas acima cuja entrada obrigatória em vigor ainda não ocorreu, o Grupo ainda não concluiu o apuramento de todos os impactos decorrentes da sua aplicação pelo que optou pela sua não adoção antecipada. Contudo não se espera que estas venham a produzir efeitos materialmente relevantes sobre a sua posição patrimonial e resultados.

2.2. Alterações de políticas, estimativas e erros

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 não ocorreram alterações voluntárias de políticas contabilísticas, face às consideradas na preparação da informação financeira relativa ao exercício de 2021, com impactos na posição financeira consolidada ou no resultado consolidado das operações, nem foram detetados erros ou omissões materiais, relativos a exercícios anteriores.

2.3. Princípios de consolidação

a) Empresas controladas

As participações financeiras em empresas controladas, isto é, nas quais o Grupo (i) detenha, direta ou indiretamente mais de 50% dos direitos de voto em Assembleia Geral de Acionistas ou detenha o poder de controlar as suas políticas financeiras e operacionais (definição de controlo utilizada pelo Grupo), (ii) se encontre exposto ou tenha direitos e retornos variáveis do seu envolvimento nas operações da participada; e (iii) tenha a capacidade de usar os seus direitos de voto para afetar o seu retorno, foram incluídas nestas Demonstrações financeiras consolidadas.

A participação de terceiros no capital próprio e no resultado líquido daquelas empresas, é apresentada separadamente na Demonstração consolidada da posição financeira e na Demonstração consolidada dos resultados, respetivamente, na rubrica Interesses que não controlam (Nota 35). Esta rubrica corresponde à proporção do justo valor dos ativos, passivos e passivos contingentes das subsidiárias adquiridas que não direta, ou indiretamente, atribuíveis ao Grupo.

Quando os prejuízos atribuíveis aos interesses que não controlam excedem o interesse que não controlam no capital próprio da subsidiária, o Grupo absorve esse excesso e quaisquer prejuízos adicionais, exceto quando os interesses que não controlam tenham a obrigação e sejam capazes de cobrir esses prejuízos. Se a subsidiária subsequentemente reportar lucros, o Grupo apropria todos os lucros até que a parte minoritária dos prejuízos absorvidos pelo Grupo tenha sido recuperada.

Os resultados das controladas adquiridas ou vendidas durante o período estão incluídos nas demonstrações de resultados desde a data da sua aquisição e até à data da perda do respetivo controlo.

As transações e saldos significativos entre as empresas controladas foram eliminados no processo de consolidação. As mais-valias decorrentes da alienação de empresas participadas, efetuadas dentro do Grupo, são igualmente anuladas.

Quando aplicável, as demonstrações financeiras das empresas controladas podem ser ajustadas extra contabilisticamente, de forma a refletir as políticas contabilísticas do Grupo, antes de poderem ser integradas.

Nas situações em que o Grupo detenha, em substância, o controlo de outras entidades criadas com um fim específico, ainda que não possua participações de capital diretamente nessas entidades, as mesmas são consolidadas.

b) Interesses que não controlam

Os interesses que não controlam são inicialmente reconhecidos e mensurados pelo correspondente justo valor dos ativos e passivos das entidades controladas que não são direta ou indiretamente, atribuíveis ao Grupo na data de aquisição de controlo.

Quando os prejuízos atribuíveis aos interesses que não controlam excedem o interesse que não controlam no capital próprio da subsidiária, o Grupo absorve esse excesso e quaisquer prejuízos adicionais, exceto quando os interesses que não controlam tenham a obrigação e sejam capazes de cobrir esses prejuízos. Se a subsidiária subsequentemente reportar lucros, o grupo apropria todos os lucros até que a parte minoritária dos prejuízos absorvidos pelo grupo tenha sido recuperada.

Alterações nos interesses detidos pelo Grupo em entidades controladas que não resultem na perda do controlo sobre as mesmas são contabilizadas como transações de capital próprio. Os valores contabilísticos dos interesses detidos pelo Grupo e por interesses que não controlam são ajustados para refletir alterações dos seus interesses relativos (percentagem detida no controlo) detidos nas mesmas. Qualquer diferença entre o valor contabilístico dos interesses que não controlem e o justo valor recebido ou pago é reconhecido diretamente em resultados transitados e atribuído aos detentores do Grupo.

Quando o Grupo perde o controlo de uma entidade, um ganho ou uma perda são reconhecidos em resultados, calculados pela diferença entre (i) a soma do justo valor recebido e o justo valor de qualquer

interesse retido na entidade e (ii) o valor líquido contabilístico dos ativos (incluindo *goodwill*) e passivos daquela entidade e quaisquer interesses que não controlam. Todos os montantes previamente reconhecidos na demonstração dos resultados e do outro rendimento integral em relação àquela entidade são contabilizados como se o Grupo tivesse desreconhecido os correspondentes ativos ou passivos da subsidiária (i.e, reclassificando-os para resultados).

c) Empresas associadas

Uma associada (Nota 23) é uma entidade na qual o Grupo exerce influência significativa, mas não detém o seu controlo – geralmente investimentos representando entre 20% a 50% do capital de uma empresa.

Estes investimentos financeiros em associadas encontram-se valorizados pelo método da equivalência patrimonial, exceto quando são classificados como detidos para venda, sendo as participações inicialmente contabilizadas pelo custo de aquisição, o qual é acrescido ou reduzido da diferença entre esse custo e o valor proporcional à participação nos capitais próprios dessas empresas, reportados à data de aquisição ou da primeira aplicação do referido método.

De acordo com o método de equivalência patrimonial, as participações financeiras são ajustadas periodicamente pelo valor correspondente à participação do Grupo nos resultados líquidos das empresas associadas, por contrapartida da rubrica Resultados relativos a empresas associadas (Nota 14), e por outras variações ocorridas nos seus capitais próprios por contrapartida da rubrica Resultados transitados, bem como pelo reconhecimento de perdas de imparidade.

Quando aplicável, as demonstrações financeiras das associadas podem ser ajustadas extra contabilisticamente, de forma a refletir as políticas contabilísticas do grupo, antes de poderem ser usadas na determinação dos efeitos da equivalência patrimonial.

No caso particular de variações patrimoniais em empresas associadas, decorrentes do aumento de capital com prémios de emissão, dos quais resulta uma diluição de participação detida, o ajustamento correspondente no valor de participação financeira é efetuado por contrapartida de ganhos relativos a investimentos.

As perdas em associadas em excesso ao investimento efetuado nessas entidades não são reconhecidas, exceto quando o Grupo tenha assumido compromissos para com essa associada.

Qualquer excesso do custo de aquisição sobre o justo valor dos ativos líquidos identificáveis é registado como *goodwill*. Nos casos em que o custo de aquisição seja inferior ao justo valor dos ativos líquidos identificados, a diferença apurada é registada como ganho na demonstração dos resultados do período em que ocorre a aquisição.

Adicionalmente, os dividendos recebidos destas empresas são registados como uma diminuição do valor dos investimentos financeiros.

É feita uma avaliação dos investimentos em associadas quando existem indícios de que o ativo possa estar em imparidade, sendo registadas como gasto as perdas por imparidade que se demonstrarem existir. Quando as perdas por imparidade reconhecidas em exercícios anteriores deixam de existir são objeto de reversão. Contudo, a reversão da perda por imparidade é efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de amortização) caso a perda por imparidade não tivesse sido registada em exercícios anteriores.

Os ganhos não realizados em transações com associadas são eliminados proporcionalmente ao interesse do Grupo na associada, por contrapartida do investimento nessa mesma associada. As perdas não realizadas são similarmente eliminadas, mas somente até ao ponto em que a perda não evidencie que o ativo transferido esteja em situação de imparidade.

d) Concentração de atividades empresariais e *Goodwill*

A concentração de atividades empresariais, nomeadamente a aquisição de subsidiárias, é registada pelo método de compra. O custo de aquisição corresponde ao agregado dos justos valores, à data da transação, dos ativos cedidos, dos passivos incorridos ou assumidos e dos instrumentos de capital próprio emitidos, em troca do controlo da adquirida.

Os ativos identificáveis, passivos e passivos contingentes de uma subsidiária, enquadrados no âmbito da IFRS 3, são mensurados pelo respetivo justo valor na data de aquisição, exceto os ativos não correntes (ou grupo de ativos) que sejam classificados como detidos para venda.

As diferenças entre o custo de aquisição dos investimentos em empresas do Grupo e empresas associadas, acrescido, no caso de subsidiárias, do valor dos Interesses que não controlam e o justo valor dos ativos e passivos identificáveis dessas empresas à data da sua aquisição, se positivas, são registadas na rubrica *Goodwill* ou mantidas na rubrica Investimentos em empresas associadas, conforme aplicável.

O *goodwill* de empresas subsidiárias sedeadas no estrangeiro bem como os ajustamentos de justo valor dos ativos e passivos na data de aquisição da subsidiária, encontram-se registados na moeda funcional dessas empresas, sendo convertidos para a moeda de reporte do Grupo (Euro) à taxa de câmbio em vigor na data da Demonstração consolidada da posição financeira. As diferenças cambiais geradas nessa conversão são registadas na rubrica Ajustamentos de conversão cambial.

O valor do *goodwill* não é amortizado, sendo testado anualmente para verificar se existem perdas por imparidade. A quantia recuperável é determinada com base nos planos de negócio utilizados pela gestão do Grupo ou por relatórios de avaliação elaborados por entidades independentes. As perdas por imparidade de *goodwill* constatadas no exercício são registadas na demonstração dos resultados consolidados do exercício na rubrica Provisões, amortizações, depreciações, ajustamentos e reversões.

As perdas por imparidade relativas a *goodwill* não podem ser revertidas, excetuando no caso do *goodwill* implícito nos investimentos em associadas.

Nas situações em que as diferenças entre o custo de aquisição dos investimentos em empresas do Grupo, empresas associadas, acrescido, no caso de subsidiárias, do valor dos Interesses que não controlam e o justo valor dos ativos e passivos identificáveis dessas empresas à data da sua aquisição, sejam negativas, as mesmas são reconhecidas como rendimento na data de aquisição, após reconfirmação do justo valor dos ativos e passivos identificáveis.

Decorrente da exceção prevista na IFRS 1, o Grupo adotou as disposições da IFRS 3 às aquisições ocorridas posteriormente a 1 de janeiro de 2006. O *goodwill* originado em aquisições anteriores à data de transição para as IFRS foi mantido pelos valores apresentados de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal e objeto de análises de imparidade anualmente.

e) Outros investimentos

Os Outros investimentos relativos a instrumentos de capital não cotado, cujo justo valor não pode ser mensurado com fiabilidade, encontram-se reconhecidos pelo respetivo custo de aquisição.

2.4. Políticas Contabilísticas

2.4.1. Rédito

As vendas e prestações de serviços são reconhecidas na demonstração dos resultados consolidados quando ocorre a transferência do controlo do bem ou serviço prestado para o comprador e o montante dos rendimentos é fiavelmente mensurável.

Para cada contrato, o Grupo avalia se existem outros compromissos no contrato que sejam obrigações de desempenho distintas e para as quais uma parte do preço da transação deva ser atribuída.

Na determinação do preço da transação, o Grupo tem em conta eventuais retribuições variáveis, a eventual existência de uma componente significativa de financiamento, de retribuições a receber não-monetárias e a eventualidade de existirem retribuições a pagar ao cliente.

Fazendo uso do expediente prático previsto na IFRS 15, o Grupo não ajusta o valor da retribuição pelo efeito financeiro quando tem a expectativa, no momento inicial, que o período entre a transferência do bem ou serviço para o cliente e o momento em que o cliente paga o bem ou serviço é menor do que um ano, o que ocorre na generalidade dos serviços que o Grupo presta. O mesmo acontece quando o Grupo recebe adiantamentos de curto-prazo dos seus clientes – neste caso, também o valor da retribuição não é ajustado pelo efeito financeiro.

2.4.2. Encargos financeiros

Os encargos com empréstimos são reconhecidos nos resultados do período a que respeitam.

Os encargos financeiros de empréstimos obtidos diretamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de ativos fixos tangíveis e intangíveis qualificáveis, ou seja, ativos cujo período de construção ou produção seja superior a um ano, são capitalizados, fazendo parte do custo do ativo. A capitalização destes encargos começa após o início da preparação das atividades de construção ou desenvolvimento do ativo e é interrompida após o início de utilização ou final de produção ou construção do ativo ou durante os períodos em que o desenvolvimento do ativo seja interrompido.

2.4.3. Impostos sobre o rendimento

Os impostos sobre o rendimento do exercício são compostos por imposto corrente e impostos diferidos.

A Empresa estima os impostos sobre o rendimento de acordo com o Regime Especial de Tributação dos Grupos de sociedades (“RETGS”), abrangendo todas as empresas em que a sociedade dominante detém uma participação, direta ou indireta, em pelo menos 75% do respetivo capital social e que reúnam as condições

necessárias à sua inclusão neste regime. Estas condições passam por as empresas serem residentes em Portugal e tributadas pelo regime geral em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (“IRC”), além de existirem critérios de existência ou não de prejuízos fiscais em exercícios anteriores à entrada no regime. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a sociedade dominante do RETGS foi a José de Mello Capital, S.A..

As restantes empresas participadas, não abrangidas pelo RETGS, são tributadas individualmente, com base nas respetivas matérias coletáveis e nas taxas de imposto aplicáveis.

O imposto sobre o rendimento das empresas controladas e das empresas associadas é calculado com base nas taxas em vigor dos países das respetivas sedes:

	Taxa
Portugal	21%
Espanha	25%
Luxemburgo	24,9%
Angola	25%

O imposto sobre o rendimento é registado de acordo com o preconizado pela IAS 12 – Impostos sobre o Rendimento. Na mensuração do custo relativo ao imposto sobre o rendimento do período, para além do imposto corrente é ainda considerado o efeito do imposto diferido, calculado com base no método do balanço, considerando as diferenças temporárias resultantes da diferença entre a base fiscal de ativos e passivos e os seus valores nas Demonstrações financeiras, bem como os prejuízos fiscais reportáveis existentes à data da Demonstração consolidada da posição financeira.

Os ativos e passivos por imposto diferido são calculados periodicamente e avaliados às taxas de tributação em vigor, ou anunciadas estarem em vigor à data expectável da reversão das diferenças temporárias.

Os ativos por imposto diferido são reconhecidos unicamente quando existem provas suficientes que suportem, com um grau de segurança elevado, a possibilidade de ocorrência de lucros

fiscais futuros suficientes para a sua utilização, ou nas situações em que existam diferenças temporárias tributáveis que compensem as diferenças temporárias dedutíveis no período da sua reversão. No final de cada exercício é efetuada uma revisão desses impostos diferidos, sendo os mesmos reduzidos sempre que deixe de ser provável a sua utilização futura.

Os impostos diferidos são registados como gasto ou rendimento do exercício, exceto se resultarem de valores registados diretamente em capital próprio, situação em que o imposto diferido é também registado na mesma rubrica.

De acordo com a legislação em vigor nas diversas jurisdições em que as empresas desenvolvem a sua atividade, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das Autoridades Fiscais durante um período que varia entre quatro e cinco anos. Deste modo, as declarações fiscais das empresas do Grupo dos anos de 2019 a 2022 poderão vir ainda a ser sujeitas a revisão, embora o Grupo considere que eventuais correções resultantes de revisões fiscais àquelas declarações de imposto não terão efeito significativo nas Demonstrações financeiras consolidadas referidas à data de 31 de dezembro de 2022.

Para todas as transações que incorporam incerteza relativamente ao seu tratamento fiscal e para todos os processos de contencioso fiscal, o Grupo procede a uma avaliação da probabilidade de desfecho desses processos, e sempre que seja provável que as Autoridades Fiscais aceitem um tratamento tributário incerto os valores de imposto registados são consistentes com os declarados. Quando existe incerteza na posição das Autoridades Fiscais, essa incerteza é refletida na mensuração do imposto, em cumprimento do IFRC 23.

2.4.4. Ativos e Passivos por impostos diferidos

O Grupo reconhece os impostos diferidos de acordo com o estabelecido na IAS 12 – Impostos sobre o rendimento, como forma de especializar adequadamente os efeitos fiscais das suas operações, e de excluir as distorções relacionadas com os critérios de natureza fiscal que contrariam os efeitos económicos de determinadas transações.

Os impostos diferidos referem-se a diferenças temporárias entre os montantes dos ativos e dos passivos para efeitos de registo contabilístico e os respetivos montantes para efeitos de tributação, bem como os resultantes de benefícios fiscais obtidos e de diferenças temporárias entre o resultado fiscal e contabilístico.

São reconhecidos ativos por impostos diferidos quando é provável que serão gerados lucros futuros contra os quais os ativos poderão ser utilizados. Os ativos por impostos diferidos são revistos anualmente e reduzidos sempre que deixe de ser provável que os mesmos possam ser utilizados. O valor dos impostos diferidos é determinado com aplicação das taxas fiscais (e leis) decretadas ou substancialmente aprovadas na data de reporte e que se espera que sejam aplicáveis no período de realização do ativo por imposto diferido ou de liquidação do passivo por imposto diferido. De acordo com a legislação em vigor, considerou-se, em Portugal, a taxa de IRC de 21% e, nas situações não ligadas a prejuízos fiscais, as respetivas derramas sobre o valor das diferenças temporárias que originaram impostos ativos e impostos passivos diferidos.

São reconhecidos passivos por impostos diferidos para todas as diferenças temporárias tributáveis.

2.4.5. Resultado por ação

O resultado básico por ação é calculado dividindo o resultado atribuível aos detentores de capital ordinário da empresa-mãe, pelo número médio ponderado de ações ordinárias em circulação durante o período.

O resultado diluído por ação é calculado dividindo o resultado ajustado atribuível aos detentores do capital ordinário da empresa-mãe (aumentado pela quantia após impostos de dividendos reconhecidos no período com respeito às potenciais ações ordinárias diluidoras e ajustado por quaisquer outras alterações nos rendimentos ou gastos, que resultariam da conversão das potenciais ações ordinárias diluidoras), pelo número médio ponderado de ações ordinárias em circulação durante o período, ajustado pelas potenciais ações ordinárias diluidoras.

As potenciais ações ordinárias diluidoras podem resultar de opções sobre ações e outros instrumentos financeiros emitidos pelo Grupo, convertíveis em ações da empresa-mãe.

2.4.6. Ativos intangíveis

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados, na data do reconhecimento inicial, ao custo. O custo dos ativos intangíveis adquiridos numa concentração de atividades empresariais é o seu justo valor à data de aquisição. Os intangíveis gerados internamente, excluindo os custos de desenvolvimento capitalizados, não são capitalizados e o gasto é refletido no resultado líquido do ano em que o gasto ocorre.

Os custos internos associados à manutenção e ao desenvolvimento de software são registados como gastos na demonstração dos resultados consolidados quando incorridos, exceto na situação em que estes gastos estejam diretamente associados a projetos para os quais seja provável a geração de benefícios económicos futuros para o Grupo. Nestas situações, os valores incorridos são classificados como ativos intangíveis.

Os ativos intangíveis apenas são reconhecidos se for provável que dos mesmos advenham benefícios económicos futuros para o Grupo, sejam controlados pelo Grupo, identificáveis e o respetivo valor possa ser medido com fiabilidade.

Após o reconhecimento inicial os ativos intangíveis apresentam-se ao custo menos amortizações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas.

As vidas úteis dos ativos intangíveis podem ser finitas ou indefinidas. Os ativos intangíveis com vidas úteis indefinidas não são amortizados, mas são testados quanto à imparidade independentemente de haver ou não indicadores de que possam estar em imparidade. Os ativos intangíveis com vidas úteis finitas são amortizados durante o período de vida económica esperada e avaliados quanto à imparidade sempre que existe uma indicação de que o ativo pode estar em imparidade.

Para os ativos intangíveis com uma vida útil finita, os métodos de amortização, a vida útil estimada e o valor residual são revistos no final de cada ano e os efeitos das alterações são tratados como alterações de estimativas, ou seja, o efeito das alterações é tratado de forma prospetiva.

As amortizações são calculadas numa base duodecimal utilizando o método da linha reta.

As taxas de amortização estão definidas tendo em vista amortizar totalmente os bens até fim da sua vida útil esperada. As vidas úteis definidas para cada categoria de ativo são as seguintes:

	Anos de vida útil
Projetos de desenvolvimento	3 - 5
Software	3 - 4
Propriedade industrial	3 - 5
Direitos	10 - 50
Outros ativos intangíveis	3 - 5

Não existiam, em 31 de dezembro de 2022 e 2021, ativos intangíveis com vida útil indefinida.

O gasto com amortizações de ativos intangíveis com vidas úteis finitas é reconhecido na Demonstração dos Resultados Consolidados na rubrica Amortizações e depreciações.

A imparidade destes ativos é determinada tendo por base os critérios descritos na Nota 2.4.11. As reversões de imparidade são reconhecidas em resultados e são efetuadas apenas até ao limite que resultaria se a imparidade nunca tivesse sido registada.

Qualquer ganho ou perda resultante do desreconhecimento de um ativo intangível (calculado como a diferença entre o valor de venda menos custo da venda e o valor contabilístico) é reconhecido em resultados no ano em que o ativo é desreconhecido.

Os ativos intangíveis relevantes do Grupo são os seguintes:

a) Projetos de desenvolvimento

Os custos de pesquisa são considerados como gastos no período que ocorrem.

Os custos de desenvolvimento de um projeto individualizado são reconhecidos como ativos intangíveis quando o Grupo pode demonstrar:

- a exequibilidade técnica de completar o ativo intangível de forma a que fique disponível para uso ou venda;
- a sua intenção para o completar e que reúne condições para usar ou vender o ativo;
- como o ativo irá gerar benefícios económicos futuros;
- a disponibilidade de recursos para completar o ativo;
- a capacidade de medir fiavelmente o dispêndio durante o desenvolvimento.

b) Software

São reconhecidos nesta rubrica os programas de computador adquiridos a terceiros.

Os custos internos associados à manutenção e ao desenvolvimento dos programas de computador são reconhecidos como gastos quando incorridos por se considerar que não são mensuráveis com fiabilidade e/ou não geram benefícios económicos futuros.

c) Propriedade industrial

Nesta rubrica encontram-se refletidas as patentes registadas em nome das empresas englobadas na consolidação, relativamente às quais existe o direito exclusivo de utilização. A amortização é efetuada no período de utilização exclusiva de cada patente.

d) Direitos

d.1) Direitos de exploração

Nesta rubrica encontra-se refletido o direito de exploração de um parque de estacionamento por um período de 50 anos; inclui ainda os trespasses de duas clínicas e o direito de exploração de uma convenção sobre serviços de radiologia.

d.2) Direitos de emissão

As licenças de emissão de CO₂ atribuídas ao Grupo no âmbito do PNALE (Plano Nacional de Atribuição de Licenças de Emissão de CO₂), são reconhecidas de acordo com a IAS 38 – Ativos intangíveis, na rubrica Ativos intangíveis por contrapartida de Resultados transitados, pelo valor de mercado na data da atribuição.

As licenças adquiridas são reconhecidas em Ativos intangíveis por contrapartida da correspondente conta a pagar ou de disponibilidades.

Pelas emissões de CO₂ efetuadas pelo Grupo, e tendo por base o critério FIFO, é reconhecido um gasto em Depreciação e amortização por contrapartida de Amortizações acumuladas de ativos intangíveis e, simultaneamente, é transferido para Outros rendimentos operacionais, por contrapartida de Resultados transitados, um montante equivalente à redução da quota parte de subsídio correspondente.

Sempre que o Grupo efetua emissões de CO₂ sem ser detentor das respetivas licenças, é reconhecida uma provisão, nos termos da IAS 37 – Provisões, Passivos contingentes e Ativos contingentes, pelo montante correspondente à melhor estimativa de preço para a sua obtenção, acrescido da estimativa do montante das penalizações em que se incorrerá pela emissão de CO₂ sem licença. As vendas de direitos de emissão dão origem a um ganho ou perda apurada entre o valor de realização e o respetivo custo de aquisição, o qual é registado em Outros rendimentos operacionais ou Outros gastos operacionais, respetivamente.

Uma vez que existe um mercado ativo para direitos de emissão, os mesmos são revalorizados no final de cada período ao valor de

mercado sendo simultaneamente ajustada a rubrica Resultados transitados consoante se trate de licenças atribuídas ou licenças adquiridas, respetivamente.

2.4.7. Locações

Um contrato constituiu, ou contém, uma locação se comportar o direito de controlar a utilização de um ativo identificado durante um certo período de tempo, em troca de uma retribuição.

a) Grupo como Locatário

O Grupo avalia se um contrato contém ou não um ativo por direito de uso no início do contrato. O Grupo reconhece um ativo por direito de uso e o correspondente passivo de locação em relação a todos os contratos em que é locatário, exceto para os contratos de curta duração (prazo de doze meses ou inferior) e de baixo valor. Para esses contratos, o Grupo reconhece os gastos de locação numa base linear como um gasto operacional.

Direito de uso

O Grupo reconhece um direito de uso no momento em que o ativo se encontra disponível para uso. O direito de uso inclui os custos iniciais incorridos para colocar o ativo disponível.

Os Ativos por direito de uso são mensurados pelo valor inicial do Passivo de locação correspondente, acrescido de pagamentos de locação efetuados antes ou na data de início da locação e eventuais gastos diretos iniciais e deduzido de eventuais montantes recebidos. Os Ativos por direito de uso são mensurados subsequentemente ao custo deduzido de depreciações e Perdas por imparidades acumuladas.

Os ativos por direito de uso são depreciados pelo menor período de entre o prazo da locação e a vida útil do ativo subjacente, conforme segue:

	Anos de vida útil
Edifícios e outras construções	10 - 50
Equipamento básico e administrativo	3 - 8
Equipamento de transporte	4
Direito de superfície	40
Outros	4 - 8

A imparidade destes ativos é determinada tendo por base os critérios descritos na Nota 2.4.11 Imparidade de ativos não correntes.

Passivos de locações

O passivo de locação é inicialmente mensurado pelo valor presente dos pagamentos futuros. Os pagamentos incluem pagamentos fixos e variáveis. Os pagamentos variáveis que não dependem de indexantes e taxas, são reconhecidos como gasto operacional do período.

O passivo da locação é mensurado subsequentemente: i) aumentando e reduzindo a quantia escriturada de modo a refletir os juros sobre o passivo da locação; ii) remensurando a quantia escriturada para refletir qualquer reavaliação ou alteração do prazo da locação ou taxa; e, (iii) reduzindo pelos pagamentos de locação efetuados.

Contratos de curta duração e de baixo valor

O Grupo adotou a exceção do reconhecimento de locações de curta duração (contratos com duração inferior a 12 meses) e de baixo valor (inferior a 5 mil euros). Para os contratos de curta duração e de baixo valor, o Grupo reconhece os dispêndios associados a estas locações como gastos do exercício durante o período de vida dos contratos.

b) Grupo como Locator

As locações nas quais o Grupo não transfere substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à propriedade de um ativo são classificadas como locações operacionais. Os rendimentos auferidos através de rendas são contabilizados, em linha reta, durante o período da locação e são apresentados no r dito, devido à sua natureza operacional.

As locações em que o Grupo é locador, respeitam à cedência de espaços existentes nos hospitais (para exploração de atividades não clínicas) e de espaços no Edifício Sede (para exploração de atividades administrativas e de apoio à gestão).

2.4.8. Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis referem-se a bens utilizados na produ o, presta o de serviços ou para uso administrativo encontram-se valorizados pelo respetivo custo de aquisi o, incluindo todos os custos associados à sua aquisi o e instala o, deduzidos das correspondentes deprecia es e perdas por imparidade acumuladas.

O Grupo considera os Imóveis afetos a serviços de saúde (“IASS”) (que englobam as rubricas Terrenos e recursos naturais e Edifícios e outras constru es) e os Terrenos e recursos naturais do segmento da atividade imobiliária (“TAI”) como uma classe de ativos separada, encontrando-se esta escriturada pela quantia revalorizada, que   o seu justo valor à data de revaloriza o. Quando a quantia escriturada dessa classe   aumentada ou diminuída como resultado de uma revaloriza o, a varia o   reconhecida no capital próprio; no caso das diminui es, a redu o   reconhecida até ao ponto de qualquer saldo remanescente existente no capital próprio com respeito a esse bem.

Os custos de manuten o e repara o correntes, seguros e impostos sobre propriedades são reconhecidos como gastos no período em que ocorrem. As benfeitorias e beneficia es apenas são registadas como ativo nos casos em que comprovadamente aumentem a sua vida útil ou aumentem a sua eficiência normal, traduzindo-se num acréscimo dos benefícios económicos futuros.

Os juros de empréstimos diretamente atribuíveis à aquisi o ou constru o de ativos são capitalizados como parte do custo desses ativos.

As deprecia es são calculadas numa base linear por duodécimos, desde o momento em que o bem se encontra disponível para utiliza o, de modo a que o valor dos bens seja depreciado até ao final da respetiva vida útil estimada:

	Anos de vida útil
Imóveis e Edifícios e outras constru�es	3 - 50
Equipamento básico	1 - 20
Equipamento administrativo	1 - 17
Outros ativos fixos tangíveis	3 - 16

A imparidade destes ativos   determinada tendo por base os critérios descritos Nota 2.4.11.

Qualquer ganho ou perda resultante do desreconhecimento de um ativo tangível (calculado como a diferença entre o valor de venda menos custo de vender e o valor contabilístico)   reconhecido nos resultados do ano como Outros rendimentos operacionais ou Outros gastos operacionais (Notas 8 e 13), no ano em que o ativo   desreconhecido.

Para os ativos existentes, considera-se que o valor residual   nulo pelo que o valor depreciável sobre o qual incidem as deprecia es   coincidente com o custo.

Os Ativos fixos tangíveis em curso dizem respeito a bens que ainda se encontram em fase de constru o, de instala o ou de desenvolvimento e estão mensurados ao custo de aquisi o sendo somente amortizados quando se encontram disponíveis para uso.

2.4.9. Propriedades de investimento

As propriedades de investimento compreendem imóveis detidos para obter rendas, não se destinando ao fornecimento de bens e serviços ou para fins administrativos.

O Grupo adotou o modelo do custo como critério de mensuração das Propriedades de investimento. O valor das Propriedades de investimento inclui o custo de aquisição, o imposto de selo (suportado com a aquisição) e o Imposto Municipal sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis (“IMT”). Os gastos incorridos relacionados com propriedades de investimento em utilização nomeadamente, manutenções, reparações, seguros e impostos, como o Imposto Municipal sobre Imóveis (“IMI”) e o Adicional ao Imposto Municipal sobre Imóveis (“AIMI”), são reconhecidos como um gasto no período a que se referem. As beneficiações ou benfeitorias em propriedades de investimento relativamente às quais existem expectativas de que irão gerar benefícios económicos futuros adicionais para além do inicialmente estimado são capitalizadas na rubrica Propriedades de investimento; caso contrário, são reconhecidas como um gasto no período em que ocorrem.

As propriedades de investimento são depreciadas de acordo com o método da linha reta durante o período de vida útil estimado, que varia entre 10 e 50 anos.

2.4.10. Ativos não correntes detidos para venda e operações descontinuadas

Esta rubrica inclui ativos não correntes (ou grupos para alienação) cuja quantia escriturada será recuperada através de uma venda, ao invés de o ser pelo uso continuado, e que satisfazem as seguintes condições:

- Estão disponíveis para venda imediata na sua condição presente, sujeito apenas aos termos que sejam habituais e costumeiros para a venda de tais ativos e;
- A sua venda é altamente provável, isto é: (i) a hierarquia de gestão apropriada está empenhada num plano para vender o ativo (ou grupos para alienação); (ii) foi iniciado um programa para localizar um comprador e concluir o plano; (iii) o ativo foi amplamente publicitado para venda a um preço que é razoável

em relação ao seu justo valor corrente; e, (iv) a venda será concluída dentro de um ano a partir da data da classificação.

Os acontecimentos ou circunstâncias que podem prolongar o período para concluir a venda para além de um ano não excluem que um ativo seja classificado como detido para venda se o atraso for causado por acontecimentos ou circunstâncias fora do controlo da entidade e se houver prova suficiente de que a entidade continua comprometida com o seu plano de vender o ativo.

Na data do reconhecimento inicial, os ativos não correntes (ou grupos para alienação) detidos para venda são mensurados pelo menor de entre o valor contabilístico antes da classificação e o justo valor menos os custos de vender ou, se adquiridos como parte de uma concentração de atividades empresariais, pelo justo valor menos os custos de vender.

Qualquer redução posterior do ativo (ou grupo para alienação) para o justo valor menos os custos de vender, é reconhecida como uma perda por imparidade. Qualquer ganho resultante de um aumento posterior no justo valor menos os custos de vender um ativo, é reconhecido, mas não para além da perda por imparidade cumulativa que tenha sido reconhecida anteriormente.

Os ativos não correntes, enquanto estiverem classificados como detidos para venda ou enquanto fizerem parte de um grupo para alienação classificado como detido para venda, não são depreciados (ou amortizados).

Uma operação descontinuada é uma componente ou uma unidade de negócio que compreende operações e fluxos de caixa que podem ser claramente distinguidos operacionalmente do restante do Grupo. A classificação de uma operação como descontinuada ocorre mediante a alienação, ou quando a operação atende aos critérios para ser classificada como detida para venda. Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, conforme previsto pela IFRS 5, a face da demonstração consolidada dos resultados para os exercícios findos naqueles anos reflete numa única rubrica (resultado líquido do exercício das operações descontinuadas), os resultados, após impostos, das unidades operacionais descontinuadas (Nota 5.4).

2.4.11. Imparidade de ativos não correntes, excluindo *goodwill*

Em cada data de relato é efetuada uma revisão das quantias escrituradas dos ativos não correntes com vista a determinar se existe algum indicador de que os mesmos possam estar em imparidade. Se existir algum indicador, é estimada a quantia recuperável dos respetivos ativos a fim de determinar a extensão da perda por imparidade (se for o caso). Quando não é possível determinar a quantia recuperável de um ativo individual, é estimada a quantia recuperável da unidade geradora de caixa a que esse ativo pertence.

A quantia recuperável do ativo ou da unidade geradora de caixa consiste no maior entre (i) o justo valor deduzido de custos para vender e (ii) o valor de uso. Na determinação do valor de uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados usando uma taxa de desconto que reflita as expectativas do mercado quanto ao valor temporal do dinheiro e quanto aos riscos específicos do ativo ou da unidade geradora de caixa relativamente aos quais as estimativas de fluxos de caixa futuros não tenham sido ajustadas. Sempre que a quantia escriturada do ativo ou da unidade geradora de caixa for superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade. A perda por imparidade é registada de imediato no resultado líquido do período, salvo se tal perda compensar um excedente de revalorização registado no capital próprio.

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em exercícios anteriores é registada sempre que existam alterações nas estimativas usadas para a determinação da quantia recuperável do ativo. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida no resultado líquido do período. A reversão é efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de amortizações) caso a perda por imparidade anterior não tivesse sido registada.

2.4.12. Inventários e Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas

As mercadorias e as matérias-primas, subsidiárias e de consumo encontram-se valorizadas ao custo de aquisição o qual é inferior ao respetivo valor de mercado, utilizando-se o custo médio como método de custeio.

Os produtos acabados, os subprodutos e trabalhos em curso encontram-se valorizados ao custo médio de produção, que inclui o custo das matérias-primas incorporadas, mão-de-obra e gastos gerais de fabrico (considerando as depreciações dos equipamentos produtivos calculada em função de níveis normais de utilização), o qual é inferior ao valor realizável líquido. Este corresponde ao preço de venda normal deduzido dos custos para completar a produção e dos custos de comercialização.

O custo dos inventários inclui: (i) custos de compra; (ii) custos de conservação; e (iii) outros custos incorridos para colocar os inventários nas condições pretendidas.

Sempre que o seu valor realizável líquido (preço de venda estimado no decurso normal da atividade, deduzido dos respetivos custos de venda) é inferior ao custo de aquisição, procede-se à redução do valor líquido dos inventários através do reconhecimento de uma perda por imparidade, o qual é repostado quando deixem de existir os motivos que a originaram.

As estimativas do preço de venda tomam em consideração as variações relacionadas com acontecimentos ocorridos após o final do exercício na medida em que tais acontecimentos confirmam condições existentes no fim do período.

2.4.13. Responsabilidades por benefícios a empregados

Os gastos com pessoal são reconhecidos quando o serviço é prestado pelos empregados independentemente da data do seu pagamento.

Seguem-se algumas especificidades relativas a cada um dos benefícios:

a) Cessação de emprego

Os benefícios de cessação de emprego são devidos para pagamento quando há cessação de emprego antes da data normal de reforma ou quando um empregado aceita sair voluntariamente em troca destes benefícios. O Grupo reconhece estes benefícios quando se pode demonstrar estar comprometido a uma cessação de emprego de funcionários atuais, de acordo com um plano formal detalhado para a cessação e não exista possibilidade realista de retirada ou estes benefícios sejam concedidos para encorajar a saída voluntária. Sempre que os benefícios de cessação de emprego se vençam a mais de 12 meses após a data do balanço, eles são descontados para o seu valor atual.

b) Férias e Subsídio de férias

De acordo com a lei laboral, os empregados têm direito a 22 dias úteis de férias anuais, bem como a um mês de subsídio de férias, direitos adquiridos no ano anterior ao seu pagamento. Estas responsabilidades do Grupo são registadas quando incorridas, independentemente do momento do seu pagamento e são refletidas na rubrica Outros passivos correntes, por contrapartida de resultados.

c) Benefícios com Pensões de Reforma

As responsabilidades pelo pagamento de pensões de reforma, invalidez e sobrevivência são registadas de acordo com os critérios consagrados no IAS 19 – Benefícios dos empregados.

Os gastos com a atribuição destes benefícios são reconhecidos à medida que os serviços são prestados pelos empregados beneficiários.

No final de cada período contabilístico, são obtidos estudos atuariais, elaborados por entidades independentes, no sentido de determinar o valor das responsabilidades a essa data e o custo com pensões a registar nesse período de acordo com o método das “unidades de crédito projetadas”. As responsabilidades assim estimadas são reconhecidas na Demonstração consolidada

da posição financeira na rubrica Benefícios dos empregados.

Os gastos com Pensões são registados na rubrica Gastos com o pessoal, conforme previsto pela referida norma, com base nos valores determinados por estudos atuariais e incluem o custo dos serviços correntes (acréscimo de responsabilidade), o qual corresponde aos benefícios adicionais obtidos pelos empregados no período, e o custo dos juros, o qual resulta da atualização das responsabilidades passadas.

As remunerações do passivo (ativo) líquido de benefícios definidos, inclui os ganhos (perdas) atuariais, sendo essas quantias reconhecidas em Outro rendimento integral dentro do âmbito do capital próprio.

Os custos com serviços passados são reconhecidos de imediato, na medida em que os benefícios associados foram já reconhecidos ou, de outro modo, reconhecidos de forma linear no período em que se estima que os mesmos sejam obtidos.

d) Benefícios de saúde

Algumas das empresas do Grupo mantêm com alguns dos antigos e atuais colaboradores um regime de assistência na doença, de natureza supletiva relativamente aos serviços oficiais de Saúde e Segurança Social. As responsabilidades decorrentes do referido regime são registadas conforme indicado para os planos de benefício definido, na rubrica Gastos com o pessoal.

À semelhança do tratamento dado aos benefícios de reforma, no final de cada período contabilístico é obtido um estudo atuarial elaborado por uma entidade independente, de forma a determinar as responsabilidades a essa data.

e) Fundo de Compensação do Trabalho (FCT) e Fundo de Garantia de Compensação do Trabalho (FGCT)

Com a publicação da Lei n.º 70/2013 e subsequente regulamentação através da Portaria n.º 294-A/2013, entraram em vigor no dia 1 de outubro desse ano os regimes do Fundo de Compensação do Trabalho (“FCT”) e do Fundo de Garantia de Compensação do Trabalho (“FGCT”). Neste contexto, as empresas que contratem um novo trabalhador são obrigadas a descontar uma percentagem do respetivo salário para estes dois novos fundos (0,925% para o FCT e 0,075% para o FGCT), com o objetivo de assegurar, no futuro, o pagamento parcial da indemnização em caso de despedimento. Tendo em conta as características de cada Fundo foi considerado o seguinte:

- as entregas mensais para o FCT, efetuadas pela entidade empregadora, são reconhecidas como um ativo financeiro, mensurado pelo justo valor, com as respetivas variações reconhecidas no rendimento integral;
- as entregas mensais para o FGCT, efetuadas pela entidade empregadora, são reconhecidas como gasto do período a que respeitam.

2.4.14. Provisões

São constituídas provisões quando o Grupo tem uma obrigação presente (legal ou construtiva) em resultado de ações passadas, quando é provável uma saída de recursos económicos para fazer face a essa obrigação e esta possa ser medida com fiabilidade. As provisões são mensuradas pela melhor estimativa do dispêndio exigido, para liquidar a obrigação presente à data de cada Demonstração consolidada da posição financeira, revistas periodicamente e são ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa a essa data.

Em particular são constituídas provisões para os custos de desmantelamento e remoção de bens do ativo fixo tangível e para os custos de restauro do local onde estes estão localizados, em cuja obrigação se incorre quando os bens são adquiridos ou em consequência de terem sido usados durante um determinado período para finalidades diferentes da produção de inventários.

As obrigações presentes que resultem de contratos onerosos são registadas e mensuradas como provisão. Considera-se existir um contrato oneroso quando o Grupo é parte integrante das disposições de um contrato ou acordo, cujo cumprimento tem associados gastos que não é possível evitar e que excedem os benefícios económicos derivados do mesmo.

2.4.15. Rubricas do capital próprio

a) Capital subscrito

Em cumprimento do disposto no artigo 272.º do Código das Sociedades Comerciais (CSC) o contrato da sociedade indica o prazo para realização do capital subscrito e não realizado à data da escritura. As ações ordinárias são classificadas no capital próprio, como capital social.

As ações próprias são contabilizadas pelo seu valor de aquisição, se a compra for efetuada à vista, ou ao justo valor estimado se a compra for diferida, como um abatimento ao capital próprio. Os rendimentos ou gastos inerentes à alienação das ações próprias são registadas na rubrica Resultados transitados.

b) Reserva legal

De acordo com o artigo 295.º do CSC, pelo menos 5% do resultado, apurado nas demonstrações financeiras separadas da Empresa-mãe, tem de ser destinado à constituição ou reforço da reserva legal até que esta represente pelo menos 20% do capital social. A reserva legal não é distribuível a não ser em caso de liquidação e só pode ser utilizada para absorver prejuízos, depois de esgotadas todas as outras reservas, ou para incorporação no capital social (artigo 296.º do CSC).

c) Resultados transitados

Esta rubrica reflete: (i) a apropriação dos resultados de anos anteriores realizados e não distribuídos, da Empresa, das empresas controladas e das empresas associadas; e (ii) as variações por aumentos ou reduções no justo valor dos ativos revalorizados que, de acordo com o n.º 2 do artigo 32.º do CSC, só estarão

disponíveis para distribuição quando os elementos ou direitos que lhes deram origem forem alienados, exercidos, realizados, extintos ou liquidados.

d) Dividendos antecipados

Esta rubrica reflete os eventuais adiantamentos sobre lucros efetuados no decurso do exercício ao abrigo do disposto no artigo 297.º do CSC, desde que cumpra os seguintes termos: (i) sejam efetuados no segundo semestre de cada ano; e, (ii) não exceda metade das importâncias que seriam distribuíveis à data a que se reporta o balanço intercalar.

2.4.16. Ativos e passivos contingentes

Um ativo contingente é um possível ativo que resulta de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência ou não ocorrência de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob o controlo do Grupo. Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras consolidadas, mas divulgados no anexo quando é provável a existência de um benefício económico futuro.

Um passivo contingente surge quando existe:

- uma possível obrigação proveniente de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência ou não ocorrência de um ou mais acontecimentos futuros incertos não totalmente sob o controlo do Grupo; ou
- uma obrigação presente que resulte de acontecimentos passados, mas que não é reconhecida porque:
 - não é provável que um exfluxo de recursos que incorporem benefícios económicos será necessário para liquidar a obrigação; ou
 - a quantia da obrigação não pode ser mensurada com suficiente fiabilidade.

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras consolidadas, sendo os mesmos divulgados nas notas às demonstrações financeiras consolidadas, a menos que a possibilidade de uma saída de fundos, afetando benefícios económicos futuros, seja remota, caso em que não são objeto de divulgação.

2.4.17. Instrumentos financeiros

Um instrumento financeiro é qualquer contrato que dê origem a um ativo financeiro de uma entidade e a um passivo financeiro ou instrumento de capital próprio de uma outra entidade.

a) Ativos financeiros

Reconhecimento e mensuração inicial

Os ativos financeiros são inicialmente classificados e subsequentemente mensurados em categorias.

A classificação inicial dos ativos financeiros depende das características contratuais dos fluxos de caixa e do modelo de negócio que o Grupo adota para os gerir. O Grupo mensura um ativo financeiro ao seu justo valor, adicionado, no caso de um ativo não classificado como de justo valor através dos resultados, dos custos de transação no momento inicial. As contas a receber de clientes que não contêm uma componente financeira significativa, ou para as quais o Grupo adota o expediente prático, são mensuradas ao preço da transação determinado de acordo com a IFRS 15.

De forma a ser possível que um ativo financeiro seja classificado e mensurado ao custo amortizado ou ao justo valor através do outro rendimento integral, ele deve proporcionar fluxos de caixa que representem apenas reembolsos de capital e pagamento de juros (“solely payments of principal and interest” - SPPI) sobre o capital em dívida. Esta avaliação, conhecida como o teste dos “fluxos de caixa apenas de reembolsos de capital e pagamento de juros”, é realizada para cada instrumento financeiro.

O modelo de negócio estabelecido para a gestão dos ativos financeiros diz respeito ao modo como o Grupo gere os ativos financeiros com vista a obter os fluxos de caixa. O modelo de negócio pode ser concebido para obter os fluxos de caixa contratuais, para alienar os ativos financeiros ou ambos.

Um Ativo financeiro é classificado como corrente quando (i) o Grupo espera realizar o ativo no decurso normal do seu ciclo operacional ou até doze meses após a data da Demonstração consolidada da posição financeira, (ii) o ativo é detido essencialmente para

finalidades de negociação, ou (iii) o ativo é um caixa ou um equivalente de caixa, conforme definido na IAS 7 – Demonstrações dos fluxos de caixa, a menos que lhe seja limitada a troca ou uso para liquidar um passivo durante pelo menos doze meses após a data da Demonstração consolidada da posição financeira.

Mensuração subsequente

Para a sua mensuração subsequente, os ativos financeiros são classificados em quatro categorias:

- i) Ativos financeiros ao custo amortizado;
- ii) Ativos financeiros ao justo valor através do outro rendimento integral, com reciclagem dos ganhos e perdas acumulados;
- iii) Ativos financeiros ao justo valor através do outro rendimento integral, sem reciclagem dos ganhos e perdas acumulados no momento do seu desreconhecimento;
- iv) Ativos financeiros ao justo valor através dos resultados.

i) Ativos financeiros ao custo amortizado

O Grupo mensura os ativos financeiros ao custo amortizado se ambas as seguintes condições se encontrarem satisfeitas:

- O ativo financeiro é detido no âmbito de um modelo de negócio cujo objetivo consiste em deter o ativo financeiro para receber os fluxos de caixa previstos contratualmente; e
- os termos contratuais do ativo financeiro dão origem, em datas definidas, a fluxos de caixa que correspondem apenas a reembolsos de capital e pagamentos de juros sobre o capital em dívida.

Os ativos financeiros ao custo amortizado são mensurados subsequentemente através do método do juro efetivo e são sujeitos a testes de imparidade. Os ganhos e perdas são registados nos resultados quando o ativo é desreconhecido, modificado ou esteja em imparidade. Os ativos financeiros que o Grupo mensura ao custo amortizado incluem as contas a receber de Clientes, Outros devedores, Outros ativos e Outros instrumentos financeiros. O Grupo considera que o justo valor destas contas é equivalente ao seu valor nominal.

ii) Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral

Aquando do reconhecimento inicial, o Grupo pode optar por classificar de forma irrevogável os instrumentos de capital detidos como instrumentos de capital designados ao justo valor através do outro rendimento integral quando eles satisfazem a definição de capital prevista na IAS 32 Instrumentos financeiros. A classificação é determinada instrumento a instrumento.

Ganhos e perdas nestes ativos financeiros nunca são recicladas para os resultados. Os dividendos são registados como ganho financeiro nos resultados quando o direito a receber o pagamento do dividendo estiver estabelecido, exceto quando o Grupo beneficia desses dividendos como recuperação de parte do custo do ativo financeiro e, nesse caso, os dividendos são registados no outro rendimento integral. Os instrumentos de capital detidos como instrumentos de capital designados ao justo valor através de outro rendimento integral não são sujeitos a avaliação de imparidade.

O Grupo decidiu classificar os seus investimentos em instrumentos de capital de entidades não cotadas nesta categoria.

Desreconhecimento

Um ativo financeiro (ou, quando aplicável, uma parte do ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros ativos) é desreconhecido (ou seja, removido da Demonstração consolidada da posição financeira) quando:

- Os direitos contratuais a receber fluxos de caixa resultantes do ativo financeiro expiram; ou
- O Grupo transferiu os seus direitos contratuais a receber fluxos de caixa resultantes do ativo financeiro ou assumiu uma obrigação de pagar os fluxos de caixa recebidos, no âmbito de um acordo no qual o Grupo: i) não tem qualquer obrigação de pagar

quantias aos destinatários finais a menos que receba quantias equivalentes resultantes do ativo original; ii) está proibido pelos termos do contrato transferir, vender ou penhorar o ativo original que não seja como garantia aos destinatários finais pela obrigação de lhes pagar fluxos de caixa; e, iii) o Grupo tem uma obrigação de remeter qualquer fluxo de caixa que receba em nome dos destinatários finais sem atrasos significativos; e

- O Grupo transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou o Grupo não transferiu nem reteve substancialmente todos os ativos e benefícios do ativo, mas transferiu o controlo sobre o ativo.

Quando o Grupo transfere os seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo ou é parte de um acordo que pode possibilitar o desreconhecimento, avalia se, e em que extensão, foram retidos os riscos e benefícios associados à titularidade do ativo. Quando não foram transferidos nem retidos substancialmente todos os riscos e benefícios decorrentes da propriedade de um ativo, nem transferido o controlo do ativo, o Grupo continua a reconhecer o ativo transferido na medida do seu envolvimento continuado. Nesse caso, o Grupo também reconhece o passivo correspondente. O ativo transferido e o passivo correspondente são mensurados numa base que reflete os direitos e obrigações que o Grupo reteve.

Imparidade de ativos financeiros

Cientes, Outros devedores e Outros ativos financeiros

O Grupo reconhece uma imparidade para as perdas esperadas para todos os instrumentos de dívida não mensurados ao justo valor através dos resultados. As perdas de crédito esperadas baseiam-se na diferença entre os fluxos de caixa contratuais que sejam devidos e todos os fluxos de caixa que o Grupo espera receber, descontados a uma taxa próxima da taxa de juro efetiva original. Os fluxos de caixa que se esperam vir a receber incluem os fluxos de caixa resultantes de colaterais detidos ou de outras garantias de crédito que sejam parte integrante dos termos contratuais.

Para as contas a receber de clientes e contas a receber relativas a contratos com clientes, o Grupo adota a abordagem simplificada na determinação das perdas de crédito esperadas. Assim, o Grupo não monitoriza alterações no risco de crédito, mas

ao invés reconhece uma perda por imparidade baseada na perda de crédito esperada ao longo da duração do ativo, a cada data de relato. O Grupo estabeleceu uma matriz de imparidade baseada nos créditos que foram perdidos no passado, ajustada por fatores prospetivos específicos dos devedores e do ambiente económico.

Outros instrumentos financeiros

O Grupo aplica a simplificação para riscos de crédito baixos. A cada data de relato, o Grupo avalia se o instrumento de dívida pode ser considerado como de risco baixo de crédito utilizando para isso toda a informação relevante e razoável que está disponível a um custo/esforço aceitável. Ao fazer essa avaliação, o Grupo tem em conta o rating de crédito do instrumento de dívida.

Os Investimentos detidos até à maturidade dizem respeito a obrigações emitidas por uma entidade relacionada, pelo que são considerados investimentos com baixo risco de crédito. O Grupo usa a informação de rating da Agência DB para determinar se o instrumento de dívida aumentou significativamente o seu risco de crédito. Adicionalmente, é analisada a informação financeira disponível mais recente, de modo a detetar situações de risco. O Grupo considera que um ativo financeiro está em incumprimento quando está vencido há mais de 90 dias. Porém, em certos casos, o Grupo pode também considerar que um ativo financeiro está em incumprimento quando exista informação interna e externa que indique que é improvável que o Grupo venha a receber a totalidade do crédito sem que tenha de acionar as garantias que possua. Um ativo financeiro é desreconhecido quando não há uma expectativa razoável de vir a recuperar os fluxos de caixa contratuais.

b) Passivos financeiros

Reconhecimento e mensuração inicial

Os passivos financeiros são classificados como empréstimos (incluindo descobertos bancários), contas a pagar a fornecedores, outros credores e outros passivos.

Todos os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente ao justo valor e, no caso dos empréstimos e das contas a pagar, líquido dos custos de transação diretamente atribuíveis.

Os Passivos financeiros são classificados como correntes quando (i) se espera que venham a ser liquidados no decurso normal do ciclo operacional do Grupo, (ii) o passivo seja detido essencialmente para finalidades de negociação, (iii) a liquidação do passivo esteja prevista para um período de doze meses após a data da Demonstração consolidada da posição financeira ou o Grupo não tinha o direito incondicional de diferir a liquidação do passivo durante pelo menos doze meses após a data da Demonstração consolidada da posição financeira.

Mensuração subsequente

A mensuração dos passivos financeiros depende da sua classificação inicial, como segue:

Empréstimos

Após o reconhecimento inicial, os financiamentos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado através da utilização do método do juro efetivo. Ganhos e perdas são registados no resultado líquido quando os passivos são desreconhecidos e através da amortização decorrente do método do juro efetivo. O custo amortizado é calculado tendo em conta qualquer desconto ou prémio na aquisição e os honorários e outros custos que sejam parte integral da taxa de juro efetiva. O efeito do juro efetivo é registado nos gastos financeiros na demonstração dos resultados e de outro rendimento integral.

Fornecedores, Outros credores e Outros passivos

Os saldos de Fornecedores, Outros credores e Outros passivos são inicialmente registados pelo seu valor nominal, que se entende corresponder ao seu justo valor e, subsequentemente, sempre que aplicável, são registados ao custo amortizado, de acordo com o método da taxa de juro efetiva.

Desreconhecimento

Um passivo financeiro é desreconhecido quando a obrigação subjacente é satisfeita ou cancelada, ou expira.

Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro da mesma contraparte e com termos substancialmente diferentes, ou

Os termos de um passivo financeiro são substancialmente modificados, a troca ou modificação são tratadas como um desreconhecimento do passivo financeiro original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença entre os respectivos valores contábilísticos é reconhecida na demonstração dos resultados.

O Grupo considera que o justo valor dos passivos financeiros se aproxima do seu valor contábilístico.

c) Instrumentos financeiros derivados e contabilidade de cobertura

Reconhecimento inicial e subsequente

O Grupo tem como política contratar instrumentos financeiros derivados com o objetivo de efetuar cobertura dos riscos financeiros a que se encontra exposto, os quais decorrem essencialmente de variações de taxas de juro.

Tais instrumentos financeiros derivados são inicialmente registados ao justo valor na data em que o derivado é contratado e são subsequentemente mensurados ao justo valor. Os derivados são apresentados no ativo quando o seu justo valor é positivo e no passivo quando o seu justo valor é negativo.

No início da relação de cobertura, o Grupo designa formalmente e documenta a relação de cobertura para a qual pretende aplicar a contabilidade de cobertura bem como a finalidade de gestão e estratégia dessa cobertura.

Nos termos da IFRS 9, a documentação inclui a identificação do instrumento de cobertura, o item ou transação coberta, a natureza do risco a ser coberto e o modo como o Grupo avalia se a relação de cobertura cumpre com os requisitos de contabilidade de cobertura. O relacionamento de cobertura é qualificável para contabilidade de cobertura se satisfaz todos os seguintes requisitos de eficácia da cobertura:

- Existe uma relação económica entre o item coberto e o instrumento de cobertura;
- O efeito do risco de crédito não domina as alterações de valor que resultam dessa relação económica; e
- O rácio de cobertura do relacionamento de cobertura

é o mesmo que o que resulta da quantidade do item coberto que uma entidade cobre efetivamente e da quantidade do instrumento de cobertura que a entidade utiliza efetivamente para cobrir essa quantidade do item coberto.

Os relacionamentos de cobertura que satisfaçam os critérios de elegibilidade acima, são contabilizados como se segue:

Cobertura de Fluxos de Caixa

A parcela eficaz do ganho ou perda no instrumento de cobertura é reconhecida no Capital próprio, enquanto que a parcela ineficaz é reconhecida imediatamente na demonstração dos resultados.

Se a contabilidade de cobertura de fluxos de caixa for interrompida, a quantia acumulada no Capital próprio deve permanecer se se esperar que os fluxos de caixa futuros cobertos ainda ocorram. Caso contrário, a quantia acumulada é reclassificada imediatamente para a demonstração dos resultados como um ajustamento de reclassificação. Após a interrupção (assim que o fluxo de caixa coberto ocorra), qualquer quantia acumulada remanescente no rendimento integral é contabilizada de acordo com a natureza da transação subjacente.

2.4.18. Caixa e equivalentes a caixa

Os montantes incluídos na rubrica Caixa e equivalentes a caixa correspondem aos valores disponíveis em caixa, depósitos à ordem, depósitos a prazo e outras aplicações de tesouraria, vencíveis a menos de três meses e que possam ser imediatamente mobilizáveis com risco insignificante de perda de valor.

Para efeitos da Demonstração consolidada de fluxos de caixa, esta rubrica compreende também os descobertos bancários incluídos na rubrica Empréstimos, da Demonstração consolidada da posição financeira.

2.4.19. Demonstração de fluxos de caixa

A Demonstração de fluxos de caixa é elaborada segundo o método direto, através da qual são divulgados os influxos e efluxos de caixa em atividades operacionais, de investimento e de financiamento.

2.4.20. Relato por segmentos

Um segmento operacional é uma componente de uma entidade:

- que desenvolve atividades de negócio de que pode obter réditos e incorrer em gastos (incluindo réditos e gastos relacionados com transações com outros componentes da mesma entidade);
- cujos resultados operacionais são regularmente revistos pelo principal responsável pela tomada de decisões operacionais da entidade para efeitos da tomada de decisões sobre a imputação de recursos ao segmento e da avaliação do seu desempenho; e
- relativamente à qual esteja disponível informação financeira distinta.

Os segmentos operacionais são reportados de forma consistente com o modelo interno de informação de gestão providenciado aos principais responsáveis pela tomada de decisões operacionais do Grupo. Estes são responsáveis pela alocação de recursos ao segmento e pela avaliação do seu desempenho, assim como pela tomada de decisões estratégicas.

2.4.21. Especialização de exercícios

Os dividendos de investimentos classificados como Ativos financeiros disponíveis para venda são reconhecidos como rendimentos no exercício em que são atribuídos.

Os juros e rendimentos financeiros são reconhecidos de acordo com o princípio da especialização dos exercícios e de acordo com a taxa de juro efetiva aplicável. Os gastos e rendimentos são contabilizados no exercício a que dizem respeito, independentemente da data do seu pagamento ou recebimento. Os gastos e rendimentos cujo valor real não seja conhecido são estimados.

Os gastos e os rendimentos imputáveis ao exercício corrente e cujas despesas e receitas apenas ocorrerão em exercícios futuros, bem como as despesas e as receitas que já ocorreram, mas que respeitam a exercícios futuros e que serão imputadas aos resultados de cada um desses exercícios, pelo valor que lhes corresponde, são registados nas rubricas Outros ativos correntes, Outros ativos não correntes, Outros passivos correntes e Outros passivos não correntes.

2.4.22. Ativos, passivos e transações em moeda estrangeira

As transações em outras divisas, que não euros, são registadas às taxas em vigor na data da transação. Em cada data da Demonstração consolidada da posição financeira, os ativos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos para euros, utilizando-se as taxas de câmbio vigentes naquela data. Ativos e passivos não monetários registados de acordo com o seu justo valor denominado em moeda estrangeira, são transpostos para euros utilizando-se para o efeito a taxa de câmbio em vigor na data em que o justo valor foi determinado.

As diferenças de câmbio, favoráveis e desfavoráveis, originadas pelas diferenças entre as taxas de câmbio em vigor na data das transações e as vigentes na data das cobranças/pagamentos ou à data da Demonstração consolidada da posição financeira, são registadas como rendimentos e gastos na demonstração dos resultados consolidados do exercício, exceto aquelas relativas a itens não monetários, cuja variação de justo valor seja registada diretamente em capital próprio, nomeadamente:

- as diferenças de câmbio provenientes da conversão cambial de saldos intragrupo de médio e longo prazo em moeda estrangeira que, na prática, se constituam como uma extensão dos investimentos financeiros;
- as diferenças de câmbio provenientes de operações financeiras de cobertura de risco cambial de investimentos financeiros expressos em moeda estrangeira, tal como preconizado na IAS 21 e desde que cumpram os critérios de eficiência estabelecidos na IFRS 9.

A conversão das demonstrações financeiras de empresas subsidiárias e associadas expressas em moeda estrangeira é efetuada considerando a taxa de câmbio vigente à data da Demonstração consolidada da posição financeira, para conversão de ativos e passivos, a taxa de câmbio histórica para a conversão dos saldos das rubricas de Capital próprio e a taxa de câmbio média do período, para a conversão das rubricas da demonstração dos resultados e dos fluxos de caixa. De acordo com a IAS 21, o *goodwill* e as correções de justo valor apuradas na aquisição de entidades estrangeiras consideram-se denominados na moeda de reporte dessas entidades, sendo convertidos para euros à taxa de câmbio em vigor na data da Demonstração consolidada da posição financeira.

2.4.23. Subsídios

Os subsídios estatais são reconhecidos de acordo com o seu justo valor, quando existe uma garantia razoável que irão ser recebidos e que o Grupo irá cumprir com as condições exigidas para a sua concessão.

Os subsídios não reembolsáveis ao investimento, que estejam relacionados com ativos tangíveis e intangíveis, são reconhecidos líquidos de impostos diferidos. Estes subsídios só são reconhecidos quando existe uma segurança razoável de que o Grupo cumpriu/irá cumprir com as condições a ele associadas e que o subsídio será recebido.

Os subsídios à exploração, que não estejam relacionados com ativos, nomeadamente para formação de colaboradores, são reconhecidos na Demonstração dos resultados consolidados do exercício de acordo com os gastos incorridos.

Subsequentemente ao reconhecimento inicial, esta conta é reduzida:

- no que respeita aos subsídios relativos a ativos fixos tangíveis depreciáveis e intangíveis com vida útil definida, pela imputação, numa base sistemática, a rendimentos durante os períodos necessários para balancear os subsídios com os gastos relacionados que se pretende que eles compensem;
- no que respeita a ativos fixos tangíveis não depreciáveis e intangíveis com vida útil indefinida, pela imputação a rendimentos nos exercícios em que seja necessário compensar qualquer perda por imparidade que seja reconhecida relativamente a tais ativos.

Estes subsídios não estão disponíveis para distribuição até que sejam imputados a rendimentos durante os períodos necessários para: (i) balancear os subsídios com os gastos relacionados que se pretende que eles compensem, isto é, amortizações e depreciações e/ou (ii) para compensar qualquer perda por imparidade que seja reconhecida relativamente a tais ativos.

2.5. Eventos Subsequentes

Os eventos ocorridos após a data da Demonstração consolidada da posição financeira que proporcionem informação adicional sobre situações existentes a essa data, são refletidos nas demonstrações financeiras consolidadas.

Os eventos ocorridos após a data da Demonstração consolidada da posição financeira que proporcionem informação sobre situações significativas ocorridas após essa data, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras consolidadas, caso originem um impacto material.

2.6. Principais estimativas e Julgamentos da gestão

A preparação das demonstrações financeiras em conformidade com os princípios de reconhecimento e mensuração das IFRS requer que o Conselho de Administração formule julgamentos, estimativas e pressupostos que poderão afetar o valor dos ativos e passivos apresentados, bem como os seus rendimentos e gastos.

Essas estimativas são baseadas no melhor conhecimento existente em cada momento, na experiência de eventos passados e/ou recorrentes e nas ações que se planeiam realizar, sendo permanentemente revistas com base na informação disponível. Alterações nos factos e circunstâncias podem conduzir à revisão das estimativas, pelo que os resultados reais futuros poderão diferir daquelas estimativas.

As estimativas contabilísticas mais significativas refletidas nas demonstrações financeiras consolidadas são como segue:

Análise de imparidade do *Goodwill*

O valor do *goodwill* é testado anualmente e sempre que haja evidências de estar em imparidade. Os valores recuperáveis das unidades geradoras de caixa foram determinados com base na metodologia do valor em uso. A utilização deste método requer a estimativa de fluxos de caixa futuros provenientes das operações de cada unidade geradora de caixa e a escolha de uma taxa de desconto apropriada. Para esse efeito, o Grupo prepara projeções com base nos orçamentos e planos de negócio mais recentes aprovados pelo Conselho de Administração.

Vida útil de Ativos Tangíveis, Intangíveis, Direito de uso e Propriedades de investimento

A vida útil de um ativo é o período durante o qual o Grupo espera que esse ativo esteja disponível para seu uso e é revista pelo menos no final de cada exercício económico.

O método de amortização/depreciação a aplicar e as perdas estimadas decorrentes da substituição de equipamentos antes do fim da sua vida útil, por motivos de obsolescência tecnológica, é essencial para determinar a vida útil efetiva de um ativo.

Estes parâmetros são definidos de acordo com a melhor estimativa da gestão, para os ativos e negócios em questão, considerando também as práticas adotadas por empresas dos sectores em que o Grupo opera.

Revalorização de Ativos

A categoria de Imóveis Afetos a Serviços de Saúde (“IASS”) e os Terrenos e recursos naturais do segmento da atividade imobiliária (“TAI”), incluídos em Ativos fixos tangíveis são, à data de balanço, valorizados pela sua quantia escriturada revalorizada com base em avaliações efetuadas por entidades externas independentes, através do método do rendimento. Quando, à data de balanço, o justo valor dos Imóveis Afetos a Serviços de Saúde em curso não seja fiavelmente mensurável, os mesmos são valorizados ao custo até que o seu justo valor possa ser fiavelmente mensurável o que habitualmente ocorre com a conclusão da respetiva construção.

Locações – Estimativa da taxa incremental, do prazo da locação e método de valorização

O reconhecimento das locações tem inerente a determinação da taxa de juro implícita na locação e o prazo da locação.

O Grupo não consegue determinar facilmente a taxa implícita na locação, pelo que usa a taxa de juro incremental para mensurar o passivo das locações. A taxa de juro incremental é a taxa de juro que o Grupo teria de pagar num financiamento com condições similares, o que requer que seja feita uma estimativa da taxa quando não existem dados observáveis disponíveis no mercado ou quando as mesmas tenham de ser ajustadas para refletir as condições do financiamento. Com efeito, o Grupo estima a taxa de juro incremental com base na taxa de referência de mercado a que tem acesso.

O prazo das locações é determinado com base na melhor expectativa da gestão em permanecer no contrato de locação. O Grupo avalia o prazo das locações por tipologia de contrato, tendo em consideração a possibilidade de exercer com uma certeza razoável a opção de prorrogação da locação:

- Hospitais e clínicas - o Grupo avalia a possibilidade de exercer com “uma certeza razoável a opção de prorrogação” da locação deste tipo de ativos. Nesse sentido, e tendo em consideração o crescimento do Grupo nos últimos anos e a crescente necessidade de expandir, o Grupo não consegue afirmar com uma certeza razoável que estes contratos de locação serão renovados no final do prazo inicial;
- Outros imóveis – para esta categoria, o Grupo analisa contrato a contrato, e em caso de renovação, é aferida a razoabilidade e a expectativa de renovar o contrato;
- Equipamentos e Viaturas – este tipo de contratos não tem opção de renovação, pelo que o prazo da locação considerado é o prazo do contrato.

Imparidade de Contas a receber

O risco de crédito dos saldos de contas a receber é avaliado a cada data de relato, tendo em conta a perda de crédito esperada ao longo da duração do ativo. O Grupo estabeleceu uma matriz de imparidade baseada nos créditos que foram perdidos ao longo de um período estatisticamente relevante de 5 anos, ajustada por fatores prospetivos específicos identificados pelo Grupo como os mais adequados a cada grupo de clientes, com características e histórico de incumprimentos semelhantes. Adicionalmente, o Grupo tem em consideração os seguintes aspetos:

- Significativa dificuldade financeira do devedor;
- Quebra contratual, tal como não pagamento ou incumprimento no pagamento do juro ou amortização da dívida;
- Probabilidade de o devedor entrar em insolvência.

Imparidade de ativos não correntes

A imparidade ocorre quando o valor contabilístico de um ativo ou de uma unidade geradora de caixa excede a sua quantia recuperável a qual é a mais alta entre o justo valor menos os custos de vender e o seu valor de uso.

O cálculo do justo valor menos os custos de vender é baseado na informação que existe de contratos já firmados em transações de ativos similares, com entidades nas quais não existe relacionamento entre elas, ou preços observáveis no mercado menos custos incrementais para vender o ativo.

O valor em uso é calculado com base num modelo de fluxos de caixa descontados que têm em conta um orçamento para os próximos cinco anos o qual não inclui atividades de reestruturação relativamente às quais ainda não haja qualquer compromisso, nem investimentos futuros significativos destinados a melhorar os benefícios económicos futuros que advirão da unidade geradora de caixa que está a ser testada.

A quantia recuperável é sensível sobretudo a pressupostos julgamentais, nomeadamente:

- Taxa de crescimento usada para extrapolar os fluxos de caixa para além do período explícito de projeção;
- Taxa de desconto usada para fazer o desconto dos fluxos de caixa futuros.

Impostos sobre o rendimento e impostos diferidos

A determinação dos montantes de impostos sobre o rendimento e impostos diferidos requer o exercício de julgamento e está sujeito a interpretações. Diferentes interpretações poderiam resultar num nível diferente de impostos sobre os lucros, correntes e diferidos, reconhecidos no período. Somente são reconhecidos impostos diferidos ativos na medida em que seja provável que venha a existir lucro tributável contra o qual possam ser utilizados.

Reconhecimento e Mensuração de Provisões

O reconhecimento de provisões tem inerente a determinação da probabilidade de saída de fluxos futuros e a sua mensuração com fiabilidade, para a qual o Grupo recorre, sempre que necessário, a peritos especialistas nas matérias em apreço. Estes fatores estão muitas vezes dependentes de acontecimentos futuros e nem sempre sob o controlo do Grupo pelo que poderão conduzir a ajustamentos significativos futuros, quer por alterações dos pressupostos utilizados, quer pelo futuro reconhecimento de provisões anteriormente divulgadas como passivos contingentes.

Provisões contratuais

O Grupo CUF efetua uma avaliação detalhada dos riscos potenciais associados à valorização da parcela a cargo do Sistema Nacional de Saúde (“SNS”), em particular no que diz respeito à elegibilidade dos atos clínicos reportados à entidade pública contratante, e também no que se refere aos riscos associados aos parâmetros de desempenho contratuais.

No caso particular do Estabelecimento Hospitalar de Vila Franca, a Cláusula 123.^a (Reversão dos Bens) do Contrato de Gestão (“CG”) previa que os bens objeto de reversão para a Entidade Pública Contratante deveriam encontrar-se em bom estado de funcionamento e plenamente operacionais, estando cumpridas todas as obrigações de conservação, manutenção e renovação. Considerando que deveriam ser alvo de investimento todos os equipamentos médicos que atingissem o fim da sua vida útil antes do final do CG, foi elaborado um plano de investimento onde se previa o reconhecimento da obrigação futura com a substituição dos referidos equipamentos até ao fim do contrato; em consequência foi constituída em 2013 uma provisão para aquela responsabilidade.

Escala Vila Franca – Sociedade Gestora do Estabelecimento, S.A. (“Escala Vila Franca”)

Decorrem nesta data processos de conferência com a Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo, I.P. (“ARSLVT”), relativamente aos acertos de contas dos exercícios de 2013 a 2021 do Estabelecimento Hospital de Vila Franca.

Relativamente aos acertos de contas dos exercícios de 2013 a 2021 encontravam-se em curso a esta data, o processo de encerramento de apuramento da Produção real, sendo que o mesmo já deveria ter sido concluído em junho do ano seguinte, respetivamente.

O Conselho de Administração do Grupo CUF entende que se encontra devidamente fundamentada para fazer prevalecer as suas pretensões, no âmbito daquelas provisões e perdas por imparidade sem que daí decorra qualquer impacto financeiro negativo que tenha um efeito significativo nas contas.

Provisões para desmantelamento e restauro

As provisões para os custos de desmantelamento e remoção de bens do ativo fixo tangível e para os custos de restauração do local onde estes estão localizados está dependente de pressupostos estimativas que as tornam sensíveis a:

- Expectativa de custo a ser incorrido;
- Data previsível da ocorrência dos custos; e
- Taxa de desconto utilizada no desconto das saídas de caixa esperadas.

Benefícios pós-emprego

A avaliação das responsabilidades por Benefícios de Reforma e de Saúde atribuídos a alguns dos antigos e atuais colaboradores do Grupo Bondalti é efetuada anualmente com recurso a estudos atuariais elaborados por peritos independentes, baseados em pressupostos atuariais associados a indicadores económicos e demográficos. Todos os indicadores utilizados são os específicos dos países onde os benefícios a empregados são atribuídos e incluem, entre outros:

- Taxa de Crescimento Salarial, Taxa de Rendimento do Fundo e Taxa Técnica de juro;
- Tábuas de mortalidade disponíveis para o público de Portugal; e
- Aumentos futuros de salários e pensões baseados nas taxas de inflação esperadas para o futuro, específicas de Portugal.

Alterações nos pressupostos podem ter um impacto relevante nas responsabilidades.

Continuidade das operações

O Conselho de Administração procedeu à avaliação da capacidade do Grupo em operar em continuidade, tendo por base toda a informação relevante, factos e circunstâncias, de natureza financeira, comercial e outra, incluindo acontecimentos subsequentes à data de referência das demonstrações financeiras consolidadas, disponível sobre o futuro. Em resultado da avaliação efetuada, o Conselho de Administração concluiu que o Grupo dispõe de recursos adequados para manter as atividades e cumprir integralmente com as suas obrigações, não havendo intenção de as cessar no curto prazo, pelo que considerou adequado o uso do pressuposto de continuidade das operações nas demonstrações financeiras consolidadas.

2.7. Gestão de Riscos Financeiros

2.7.1. Princípios gerais

O Grupo, à semelhança da generalidade dos grupos empresariais, encontra-se exposto a um conjunto de riscos financeiros suscetíveis de alterarem o seu valor patrimonial.

A Política de Gestão de Riscos Financeiros do Grupo tem como objetivo assegurar a correta identificação dos riscos associados aos negócios desenvolvidos, bem como adotar e implementar as medidas necessárias para minimizar os impactos negativos que evoluções adversas dos fatores subjacentes a esses riscos possam ter na estrutura financeira do Grupo e na respetiva sustentabilidade.

No âmbito do processo de gestão de riscos o Grupo identificou um conjunto de riscos associados ao desempenho financeiro de cada empresa incluída na consolidação considerados materialmente mais relevantes, dos quais se destacam o risco de mercado, de crédito e de liquidez.

O Grupo detém um modelo de gestão do risco que procura minimizar os potenciais efeitos adversos, utilizando os instrumentos adequados à cobertura dos riscos a que se encontra exposto. Todas as operações de gestão de risco financeiro são submetidas à aprovação prévia do Administrador Financeiro ou da Comissão Executiva.

De seguida analisam-se de forma mais detalhada, os principais riscos financeiros a que o Grupo se encontra exposto e as principais medidas implementadas no âmbito da sua gestão.

2.7.2. Risco de mercado

O risco de mercado é o risco que as alterações nos preços dos mercados, como sejam taxas de juro, variações cambiais ou evolução das bolsas de valores, possam alterar os resultados do Grupo e a sua posição financeira.

O Grupo encontra-se, essencialmente, exposto aos riscos decorrentes das alterações das taxas de juro, pelo que a gestão de riscos de mercado foca-se essencialmente na monitorização da evolução das taxas de juro, que influenciam os passivos financeiros remunerados (contratados com base em taxas de juro indexadas à evolução dos mercados) e o seu impacto nas demonstrações financeiras consolidadas.

a) Risco de exposição às variações de taxa de juro

A política de gestão de risco de taxa de juro tem por objetivo minimizar a exposição à variação das taxas de juro e o seu impacto nas demonstrações financeiras consolidadas.

Através da política de controlo adotada procuram-se seleccionar as estratégias adequadas para cada área de negócio, com o objetivo de assegurar que este fator de risco não afeta negativamente a respetiva capacidade operacional. Por outro lado, é ainda monitorizada a exposição ao risco de taxa de juro, mediante a simulação de cenários adversos, mas com algum grau de probabilidade, que possam afetar negativamente os resultados do Grupo.

Periodicamente, o Grupo analisa a situação de mercado, procurando o equilíbrio correto entre taxa fixa e taxa variável.

2.7.3. Risco de crédito

O risco de crédito é o risco de uma contraparte não cumprir as suas obrigações contratuais relacionadas com instrumentos financeiros ou contratos com clientes, o que poderá originar o reconhecimento de uma perda. O risco de crédito resulta essencialmente das atividades operacionais do Grupo, especificamente os riscos de crédito a clientes e das suas atividades de investimento.

a) Clientes e Outros devedores

O risco de crédito está relacionado com os saldos a receber de clientes e outros devedores. Este risco é monitorizado da seguinte forma: seguindo políticas, procedimentos e controlos previamente estabelecidos; estabelecendo limites ao crédito aos clientes, com base em critérios de avaliação interna (prazo médio de recebimento); análises de imparidade aos valores a receber, numa base regular; e, monitorização regular dos valores em dívida.

O Grupo não apresenta nenhum risco de crédito significativo com um cliente em particular, na medida em que as contas a receber derivam de um elevado número de clientes.

O Grupo tem em vigor contratos de *factoring* sem recurso mediante os quais cede os créditos e em que o controlo dos créditos e parte dos riscos e benefícios são transferidos para a entidade de *factoring*.

O movimento nas Perdas por imparidade das contas a receber encontra-se divulgado na Nota 39.

Em 31 de dezembro de 2022 é entendimento do Conselho de Administração que as perdas por imparidade estimadas em contas a receber encontram-se adequadamente relevadas nas demonstrações financeiras consolidadas.

b) Ativos financeiros disponíveis para venda

Os saldos evidenciados na rubrica Ativos financeiros disponíveis para venda respeitam, essencialmente, ao FCT, o qual é garantido pelo Instituto de Gestão e Fundos de Capitalização da Segurança Social, I.P. e pelo Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social, I.P..

c) Investimentos detidos até à maturidade

A monitorização dos Investimentos detidos até à maturidade é feita periodicamente pela gestão, mediante a análise dos relatórios e contas das entidades emitentes, sendo tidos em consideração os seguintes indicadores: análise da situação patrimonial das

sociedades; análise do grau de solvabilidade; capacidade de gerar recursos líquidos a partir da utilização dos ativos e análise da evolução da situação financeira; e, análise dos pareceres dos respetivos revisores. Adicionalmente, é analisado o rating destas entidades pela Agência DB.

2.7.4. Risco de liquidez

O risco de liquidez resulta da incapacidade potencial de financiar os ativos do Grupo, ou de satisfazer as responsabilidades contratadas nas datas de vencimento.

A política de financiamento e de gestão do risco de liquidez é pautada pelos seguintes objetivos:

- assegurar um calendário de vencimento de dívida escalonado ao longo do tempo;
- diminuir o endividamento de curto prazo; e,
- continuar a alongar a maturidade média da dívida para a tornar mais consistente com os ativos de longo prazo detidos pelo Grupo.

Enquadrada no cumprimento dos objetivos anteriores, o Grupo procede a um acompanhamento atento dos mercados de financiamento, selecionando criteriosamente as alternativas que a cada momento pareçam ser as mais eficientes.

3. Estimativa de justo valor

A hierarquia para efeitos de determinação do justo valor deverá ter os seguintes níveis e bases de mensuração:

Nível 1: cotações de mercados líquidos de ativo e aos quais o Grupo tem acesso à data de referência da demonstração consolidada da posição financeira;

Nível 2: modelos de avaliação geralmente aceites, baseados em inputs observáveis no mercado alternativos aos referidos no nível 1;

Nível 3: modelos de avaliação, cujos principais *inputs* não são observáveis no mercado.

O Grupo tem valorizado ao justo valor, os ativos e passivos indicados nos quadros seguintes, nos quais está também indicada a respetiva hierarquia:

	31 dez 2022		
	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativos valorizados ao justo valor			
Direitos de emissão (Nota 46)	-	-	5 783 489
Ativos fixos tangíveis [IASS e TAI] (Nota 21)	-	-	484 793 340
Ativos financeiros disponíveis para venda (Nota 25)	-	2 150 585	49 869
	31 dez 2021		
	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativos valorizados ao justo valor			
Direitos de emissão (Nota 46)	-	-	3 540 869
Ativos fixos tangíveis [IASS e TAI] (Nota 21)	-	-	470 287 792
Ativos financeiros disponíveis para venda (Nota 25)	-	1 832 725	336 071
Ativos não correntes detidos para venda (Nota 21)	-	-	7 400 000

O justo valor (custo reavaliado) das rubricas Terrenos e Edifícios, relativa a IASS foi determinado por avaliadores independentes externos, tendo por base *inputs* não observáveis no mercado.

O justo valor dos Ativos financeiros disponíveis para venda é determinado pela cotação de mercado e não diferem substancialmente do seu custo.

4. Perímetro de Consolidação

4.1. Empresas consolidadas

As empresas incluídas na consolidação, suas sedes sociais e proporção do capital detido em 31 de dezembro de 2022, são as seguintes:

Empresa	Sede	Percentagem	
		efetiva	de controlo
Serviços comuns e outros:			
JOSÉ DE MELLO CAPITAL, S.A. ("JM Capital")	Lisboa	Empresa-mãe	
Tecnocapital, SGPS, S.A.	Lisboa	100,00%	100,00%
M Dados, Sistemas de Informação S.A.	Lisboa	100,00%	100,00%
Infra-estruturas:			
José de Mello Investimentos, SGPS S.A. (Zona Franca da Madeira) ("JM Investimentos")	Funchal	100,00%	100,00%
José de Mello International, S.à r.l.	Luxemburgo	100,00%	100,00%
Saúde:			
CUF, S.A. ("CUF") e subsidiárias ("Grupo CUF")	Lisboa	65,85%	65,85%
CUF - Sociedade Gestora de Participações Sociais, SGPS, S.A.	Porto	65,85%	100,00%
CUF - Serviços de Saúde, Administrativos e Operacionais, ACE	Oeiras	65,46%	99,41%
CUF - Serviços de Logística, ACE	Oeiras	65,38%	99,29%
Academia CUF, Sociedade Unipessoal, Lda.	Oeiras	65,85%	100,00%
Hospital CUF Descobertas, S.A. (a.)	Oeiras	65,85%	100,00%
Hospital CUF Tejo, S.A. (b.)	Oeiras	65,85%	100,00%
Hospital CUF Porto, S.A. (c.)	Oeiras	65,85%	100,00%
Hospital CUF Torres Vedras, S.A. (d.)	Oeiras	65,85%	100,00%
Hospital CUF Cascais, S.A. (e.)	Cascais	65,85%	100,00%
Hospital CUF Viseu, S.A.	Viseu	65,85%	100,00%
Hospital CUF Santarém, S.A.	Oeiras	65,85%	100,00%
Hospital CUF Coimbra, S.A.	Coimbra	65,85%	100,00%
Hospital CUF Trindade, S.A. (f.)	Carnaxide	65,85%	100,00%



Percentagem

Empresa	Sede	efetiva	de controlo
Clínica CUF Alvalade, S.A.	Lisboa	65,85%	100,00%
Clínica CUF Belém, S.A.	Lisboa	41,36%	62,81%
Clínica de Serviços Médicos Computorizados de Belém, S.A.	Lisboa	41,36%	62,81%
HD Medicina Nuclear, S.A.	Lisboa	46,09%	70,00%
Ecografia de Cascais, Lda.	Cascais	65,85%	100,00%
SIM-X - Serviço de Imagem Médica, Lda.	Viseu	65,85%	100,00%
Clínica Dr. Luís Álvares, S.A.	Lisboa	65,85%	100,00%
CENES - Centro de Reprocessamento de Dispositivos Médicos, Lda.	Lisboa	65,85%	100,00%
Digihealth, S.A.	Carnaxide	57,95%	88,00%
CUF - Gestão de Clientes e de Serviços de Saúde, S.A.	Lisboa	65,85%	100,00%
Centro Logístico CUF Unipessoal, Lda.	Carnaxide	65,85%	100,00%
Sagies - Segurança e Saúde no Trabalho, S.A. ("Sagies") (g.)	Oeiras	65,85%	100,00%
Infrahealth – Gestão de Infraestruturas, Lda.	Oeiras	65,85%	100,00%
CUF – Investimentos Imobiliários, S.A. ("CUF Investimentos")	Lisboa	65,85%	100,00%
Imo Health Cascais - Investimentos Imobiliários, S.A.	Carnaxide	65,85%	100,00%
SIMPLYGREEN - Investimentos Imobiliários, S.A.	Carnaxide	65,85%	100,00%
Hospimob - Imobiliária, S.A.	Carnaxide	65,85%	100,00%
Vigorous Proposal, Lda.	Carnaxide	65,85%	100,00%
José de Mello Residências e Serviços, SGPS S.A. e subsidiárias ("Grupo JM Residências")	Lisboa	69,58%	69,58%
S.P.S.I. - Sociedade Portuguesa de Serviços de Apoio e Assistência a Idosos S.A.	Lisboa	48,71%	70,00%
Burkina - Sociedade Imobiliária, S.A.	Lisboa	48,71%	70,00%
Imobiliário:			
José de Mello Imobiliária, SGPS, S.A. e subsidiárias ("Grupo JM Imobiliária")	Lisboa	100,00%	100,00%
Comitur Imobiliária, S.A.	Lisboa	100,00%	100,00%
Sociedade Imobiliária e Turística do Cojo, S.A.	Lisboa	100,00%	100,00%
Herdade do Vale da Fonte – Sociedade Agrícola, Turística e Imobiliária S.A.	Sesimbra	66,67%	66,67%

Percentagem

Empresa	Sede	efetiva	de controlo
Indústria química:			
Bondalti Capital, S.A. e subsidiárias ("Grupo Bondalti")	Lisboa	100,00%	100,00%
Bondalti Chemicals, S.A. ("B. Chemicals")	Estarreja	100,00%	100,00%
Renoeste - Valorização de Recursos Naturais, S.A.	Estarreja	100,00%	100,00%
Elnosa - Eletroquímica del Noroeste, S.A.	Pontevedra	100,00%	100,00%
Nutriquim - Produtos Químicos, S.A.	Barreiro	100,00%	100,00%
Bondalti Cantábria, S.A.	Pontevedra	100,00%	100,00%
Miralcalis - Activos de Produção de Cloro, S.A. ("Miralcalis")	Porto Salvo	100,00%	100,00%
Innovnano Materiais Avançados, S.A.	Coimbra	100,00%	100,00%
Dolopand - Investimentos Imobiliários e Turísticos, S.A.	Oeiras	100,00%	100,00%
Bondalti Water Solutions, S.A. (h.)	Porto Salvo	100,00%	100,00%
Enkrott - Gestão e Tratamento de Águas, S.A. ("Enkrott")	Sintra	100,00%	100,00%
Enkrott Madeira - Gestão e Tratamento de Águas, Lda.	Funchal	100,00%	100,00%
Enkrott África - Gestão e Tratamento de Águas, Lda.	Luanda	80,00%	80,00%
Enkrott España, S.L.U.	Barcelona	100,00%	100,00%
Grupo Aguas Alfaro, S.L.	Alfaro	100,00%	100,00%
Agua, Energía y Medioambiente, Servicios Integrales, S.L.U. ("AEMA")	Alfaro	100,00%	100,00%
Laboratorios Alfaro, S.L.U.	Alfaro	100,00%	100,00%
Aguas Rioja Medioambiente, S.L.U.	Alfaro	100,00%	100,00%
Agua, Gestion y Tratamientos, Servicios Integrales, S.L.	Alfaro	100,00%	100,00%

- a. A atividade desta empresa inclui a gestão da Clínica CUF Montijo, a qual abriu ao público a 5 de dezembro de 2022.
- b. O Hospital CUF Infante Santo, S.A. alterou a sua designação social, em maio de 2022, para Hospital CUF Tejo, S.A.. A atividade desta empresa inclui a gestão do Hospital CUF Tejo, da Clínica CUF Miraflores e da Clínica CUF Almada; inclui ainda a atividade de serviços domiciliários desenvolvida pelo Grupo CUF.
- c. A atividade desta empresa inclui a gestão do Hospital CUF Porto e da Clínica CUF São João da Madeira.

- d. A atividade desta empresa inclui a gestão do Hospital CUF Torres Vedras e da Clínica CUF Mafra.
- e. A atividade desta empresa inclui a gestão do Hospital CUF Cascais, da Clínica CUF São Domingos de Rana, da Clínica CUF Nova SBE e do Hospital CUF Sintra.
- f. Em 7 de outubro de 2022, o Hospital CUF Porto, S.A. e a Celestial Ordem Terceira da Santíssima Trindade assinaram um contrato de compra e venda de ações para a aquisição de 53,22% das ações representativas do capital social do Hospital CUF Trindade, S.A. (anteriormente designado Hospital da Ordem da Trindade, S.A.) pelo montante de, aproximadamente, 3,8 milhões de euros. O Hospital CUF Trindade iniciou a sua atividade a 12 de outubro de 2022.
- g. Em 17 de novembro e 14 de dezembro de 2022, a CUF, S.A. celebrou contratos de compra e venda de ações para a aquisição dos remanescentes interesses que não controlam representativos do capital social da Sagies, anteriormente detidos pelo Montepio Geral e pela Cruz Vermelha Portuguesa, pelo montante de, aproximadamente, 1 milhão de euros.
- h. Em setembro de 2022, foi constituída a sociedade Bondalti Water Solutions, S.A. com o intuito de juntar numa unidade de negócio as empresas de tratamento de águas que passou assim a concentrar as participações no Grupo Aguas Alfaró e no Grupo Enkrott.

4.2. Empresas associadas

As empresas associadas registadas pelo método da equivalência patrimonial, no exercício findo em 31 de dezembro de 2022, são as seguintes:

Empresa	Sede	Percentagem	
		efetiva	de controlo
MGICAPITAL - Sistemas de Gestão, S.A.	Lisboa	50,00%	50,00%
Rubicone Bidco, S.A. (a.)	Lisboa	17,10%	17,10%
Centro Gamma Knife - Radiocirurgia, S.A.	Lisboa	22,39%	34,00%
Greenimolis - Investimentos, S.A.	Carnaxide	32,93%	50,00%
AQP - Aliada Química Portugal, Lda. ("AQP")	Estarreja	49,90%	49,90%
Enkrott Química Cabo Verde (b.)	Cidade da Praia	50,00%	50,00%

- a. Contas em versão preliminar e não auditadas.
- b. A sociedade Enkrott Química Cabo Verde encontra-se praticamente sem atividade nos últimos anos.

5. Alterações no Perímetro de Consolidação e Concentrações Empresariais

5.1. Entradas em 2022

As empresas incluídas na consolidação, suas sedes sociais e proporção do capital detido em 31 de dezembro de 2022, são as seguintes:

Subsidiária	Sede social	Data de aquisição	Percentagem do capital detido	
			Efetiva	Controlo
Vigorous Proposal, Lda. (a.)	Lisboa	jul /22	65,85%	100,00%
Hospital CUF Trindade, S.A. (b.)	Carnaxide	out /22	65,85%	100,00%

- a. Em 29 de julho de 2022, o Grupo adquiriu 100% do capital social da Vigorous Proposal, Lda., entidade cujo objeto social é a compra e venda de imóveis.
- b. Em 7 de outubro de 2022, o Grupo adquiriu 53,22% das ações representativas do capital social do Hospital CUF Trindade, S.A., passando naquela data a controlar as operações daquela entidade.

A entrada destas entidades no perímetro de consolidação, teve o seguinte impacto nas presentes demonstrações financeiras consolidadas:

	Vigorous Proposal, Lda.	Hospital CUF Trindade, S.A.	Total
Ativos líquidos adquiridos:			
Ativos intangíveis	-	147 835	147 835
Direito de uso	-	610 714	610 714
Ativos fixos tangíveis	-	2 574 415	2 574 415
Ativos financeiros disponíveis para venda	-	17 366	17 366
Inventários	-	4 354	4 354
Clientes e adiantamentos a fornecedores	-	1 001 100	1 001 100
Outros devedores	35	6 884	6 919
Outros ativos	-	325 496	325 496
Caixa e equivalentes a caixa	-	90 993	90 993
Credores por locações	-	(594 600)	(594 600)

	Vigorous Proposal, Lda.	Hospital CUF Trindade, S.A.	Total
Provisões	-	(6 800)	(6 800)
Fornecedores e adiantamentos de clientes	-	(795 745)	(795 745)
Estado e outros entes públicos	-	(28 111)	(28 111)
Outros passivos	-	(7 232 430)	(7 232 430)
Outros credores	(35)	(129 878)	(129 878)
Capital Próprio adquirido	0	(4 008 409)	(4 008 409)
Percentagem de participação	100,00%	100,00%	100,00%
<i>Goodwill</i> (Nota 18)	-	9 894 551	9 894 551
Valor de aquisição	5 000	5 886 142	5 886 142
Liquidação por meios monetários (Nota 43)	5 000	2 189 160	2 194 160
Valor em dívida (Nota 40)	-	1 504 781	1 504 781

Os resultados incluídos na demonstração consolidada dos resultados compreende, apenas, os resultados gerados nos períodos ocorridos após as datas destas transações, respetivamente, cinco e três meses.

5.2. Entradas em 2021

Empresas subsidiárias

Subsidiária	Sede social	Data de aquisição	Percentagem do capital detido	
			Efetiva	Controlo
Grupo Aguas Alfaro, S.L.	Alfaro	jun /21	100,00%	100,00%
Agua, Energia y Medioambiente, Servicios Integrales, S.L.U. ("AEMA")	Alfaro	jun /21	100,00%	100,00%
Laboratorios Alfaro, S.L.U.	Alfaro	jun /21	100,00%	100,00%
Aguas Rioja Medioambiente, S.L.U.	Alfaro	jun /21	100,00%	100,00%
Agua, Gestion y Tratamientos, Servicios Integrales, S.L.	Alfaro	jun /21	100,00%	100,00%

No exercício de 2021 foi adquirida a sociedade Grupo Aguas Alfaro, S.L., um dos principais operadores espanhóis no segmento do tratamento de águas residuais, entidade sediada em Alfaro, na província da Rioja, Espanha. As principais atividades centram-se em soluções de engenharia, construção, operação e manutenção de instalações para tratamento de águas de processo e residuais, controlo de *Legionella*, tratamento de resíduos e de lamas, fornecimento de produtos químicos, análises e inspeções laboratoriais, entre outras.

A entrada desta entidade no perímetro de consolidação, teve o seguinte impacto nas demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2021:

	Grupo Aguas Alfaro
Ativos líquidos adquiridos:	
Ativos intangíveis	10 310
Ativos fixos tangíveis	124 663
Ativos financeiros disponíveis para venda	5 481 040
Ativos por impostos diferidos	2 392
Clientes e adiantamentos a fornecedores	97 894
Outros devedores	146 328
Caixa e equivalentes a caixa	41 187
Empréstimos	(90 963)
Passivos por impostos diferidos	(710)
Fornecedores e adiantamentos de clientes	(2 227)
Estado e outros entes públicos	(125 450)
Outros credores	(103 096)
Capital Próprio adquirido	5 581 369
Percentagem de participação	100,00%
<i>Goodwill</i> (Nota 18)	4 418 631
Valor de aquisição	10 000 000
Liquidação por meios monetários (Nota 43)	8 000 000
Valor em dívida (Nota 40)	2 000 000

5.3. Saídas em 2021

Em 2021 as operações da Greenimolis - Investimentos, S.A. (“Greenimolis”) deixaram de ser controladas pelo Grupo CUF. Esta situação decorre do aditamento ao acordo parassocial assinado em dezembro, passando o Grupo CUF a deter apenas 50% do capital da sociedade. A Empresa deixou, desta forma, de ser incluída nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo.

Em 30 de setembro de 2021, a Tagus Holdings S.à r.l. (“Tagus”) cessou a sua atividade, o que originou a sua saída do perímetro de consolidação.

Em 31 de dezembro de 2021, a saída destas duas entidades do perímetro de consolidação teve o seguinte impacto nas demonstrações financeiras consolidadas:

	Tagus	Greenimolis	Total
Ativos fixos tangíveis	-	5 902 337	5 902 337
Ativos por impostos diferidos	-	234 995	234 995
Clientes e adiantamentos a fornecedores	-	1 528	1 528
Caixa e equivalentes a caixa	141 566	868 003	1 009 569
Total do ativo	141 566	7 006 863	7 148 429
Fornecedores	-	41 119	41 119
Outros credores	-	995	995
Total do passivo	-	42 114	42 114

5.4. Outras operações

Rubicone Bidco

Em outubro de 2020, a JM Investimentos, a Tagus e a Arcus European Infrastructure Fund GP LLP procederam à alienação de 90.208.089, 243.497.061 e 114.557.795 ações representativas do capital social da Brisa – Auto-Estradas de Portugal, S.A. (“Brisa”), respetivamente, à sociedade Rubicone Bidco, S.A. (“Bidco”), detida, indiretamente, por um consórcio de investidores internacionais. No âmbito do acordo de venda, a JM Investimentos manteve-se como acionista de referência da Brisa com cerca de 15,41% de participação, a que correspondiam 16,73% dos direitos de voto, sendo considerada uma associada na qual o Grupo exercia uma influência significativa, uma vez que era necessário o seu voto nas decisões estratégicas e financeiras.

Em janeiro de 2021, a Brisa procedeu à extinção de todas as 47.352.614 ações próprias, passando a participação da JM Investimentos para 16,73% do capital da Brisa.

Durante o exercício de 2022, a JM Investimentos e a Bidco consideraram estrategicamente relevante concentrar as suas participações no capital social da Brisa num veículo comum – a Bidco – pelo que, em novembro de 2022, a JM Investimentos passou a deter 17,1% do capital social da Bidco e prestações acessórias (sujeitas ao regime previsto no n.º 1 do artigo 213.º do Código das Sociedades Comerciais), em troca das ações Brisa que detinha, bem como uma influência significativa na Bidco.

Digihealth e Haspac

No dia 6 de novembro de 2007, o Ministério da Saúde denunciou o contrato de concessão com a sociedade Hospital Amadora Sintra - Sociedade Gestora, S.A. (“HAS”), atualmente denominada Digihealth, S.A. (“Digihealth”), que geria o Hospital Prof. Dr. Fernando Fonseca EPE, cuja transferência da gestão teve efeitos a partir de 1 de janeiro de 2009, razão pela qual esta atividade foi descontinuada. Consequentemente, a atividade de uma outra empresa do Grupo (participada diretamente pela Digihealth), a HASPAC - Patologia Clínica, S.A. (“Haspac”) que explorava em regime exclusivo o Serviço de Patologia Clínica da Digihealth, foi, igualmente, descontinuada.

No âmbito do processo de arbitragem em curso, o tribunal arbitral proferiu em 12 de dezembro de 2012 um acórdão condenando a Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo, I.P. (“ARSLVT”) a pagar à Digihealth a importância de 18 123 526 euros, como compensação pela denúncia do contrato de concessão. Apesar de condenada e de interpelada para o efeito, a ARSLVT nunca pagou o montante condenatório. A ARSLVT instaurou uma ação de anulação do acórdão arbitral que corre termos pelo Tribunal Central Administrativo Sul e que ainda se encontra pendente de decisão.

No final do primeiro trimestre de 2014, a Digihealth constatou que os esforços de cobrança junto da ARSLVT não estavam a produzir os resultados desejados. Por esse motivo, e com o objetivo de satisfazer, ainda que parcialmente, as responsabilidades contraídas junto dos seus credores, a Digihealth sondou o mercado e logrou encontrar uma entidade, a Finanfarma – Sociedade de Factoring, S.A., sociedade controlada por uma entidade relacionada, disposta a celebrar um contrato de factoring e a pagar uma quantia muito avultada pela aquisição do crédito da Digihealth sobre a ARSLVT, prevendo expressamente a possibilidade de recorrer ao Processo Especial de Revitalização (“PER”). A estratégia preconizada pela Digihealth mereceu a concordância de uma larga maioria de credores (74,46%) representativos do seu passivo. Em 1 de agosto de 2014 a Digihealth instaurou o processo PER tendo sido aprovado por 84% dos credores, e posteriormente homologado pelo Tribunal de Comércio de Lisboa em 5 de março de 2015.

Pese embora se tenha obtido o apoio de diversos Credores (47,98%) representativos do passivo da Haspac, a verdade é que não foi possível alcançar a maioria qualificada de 67% que permitisse efetuar um acordo de credores. Neste contexto, a Administração da Haspac viu-se forçada a avançar com um pedido de apresentação voluntária à insolvência junto do Tribunal da Comarca de Lisboa Oeste, tendo sido decretada insolvente no dia 19 de fevereiro de 2015 e nomeado o respetivo e atual Administrador de Insolvência.

À semelhança de exercícios anteriores, foi considerado pelo Grupo CUF que não se verifica um controlo efetivo da subsidiária Haspac, sob gestão de um Administrador de Insolvência, pelo que a mesma foi excluída do perímetro de consolidação.

No que respeita à subsidiária atualmente designada por Digihealth, o Conselho de Administração desenvolveu a sua atividade de acordo com o enquadramento e os compromissos assumidos com os credores, nomeadamente o Processo Especial de Revitalização (PER). Este processo limita a atuação da Administração à realização de ativos com o único propósito de liquidar os passivos relativos aos credores reconhecidos no âmbito do PER.

Não obstante, após o trânsito em julgado da sentença homologatória do PER, a Digihealth manteve-se em atividade e com um novo objeto social, alteração essa concretizada em Assembleia Geral de acionistas.

A Digihealth começou a redirecionar a sua atividade (objeto social) para um novo sector, o que lhe irá permitir gerar receitas durante os próximos anos. Exceto quanto à utilização dos eventuais ativos recuperáveis, cujo destino será a liquidação das responsabilidades que se materializem na parte vendida dos ativos financeiros efetivamente recuperados, o Grupo CUF entende que detém o controlo efetivo sobre a referida entidade, assim como, o poder e capacidade de usar esse mesmo poder para afetar o valor dos resultados da nova atividade.

Operações descontinuadas

Os contratos de gestão e exploração dos estabelecimentos hospitalares de Braga e Vila Franca de Xira terminaram em 31 de agosto de 2019 e 31 de maio de 2021, respetivamente.

Durante os exercícios de 2022 e 2021, as operações económicas associadas a estes contratos relacionaram-se, fundamentalmente, com a gestão do processo de transmissão dos dois hospitais para o Estado e a gestão de clientes e fornecedores e das respetivas contas a receber e a pagar. Foi ainda objeto de atividade o desenvolvimento de processos litigiosos com o Estado.

Conforme previsto pela IFRS 5, a demonstração consolidada dos resultados para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 reflete numa única rubrica (resultado líquido do exercício das operações descontinuadas), os resultados líquidos, após impostos, desta unidade operacional descontinuada.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, os resultados das operações descontinuadas foram como segue:

	31 dez 2022	31 dez 2021
Rendimentos operacionais:		
Vendas e prestações de serviços	44 189	30 462 752
Outros rendimentos operacionais	570 063	2 354 311
Total de rendimentos operacionais	614 252	32 817 063
Gastos operacionais:		
Custo das vendas	(276 956)	(7 619 102)
Fornecimentos e serviços externos	(183 071)	(6 426 959)
Gastos com o pessoal	(109 465)	(13 801 971)
Amortizações e depreciações	(4 375)	(2 001 804)
Provisões e perdas por imparidade	1 218 737	1 773 430
Outros gastos operacionais	(230 198)	(950 309)
Total de gastos operacionais	414 672	(29 026 716)
Resultados operacionais	1 028 924	3 790 347
Gastos financeiros	-	(154 405)
Rendimentos financeiros	371	-
Resultados financeiros	371	(154 405)
Resultados antes de impostos	1 029 295	3 635 942
Impostos sobre o rendimento	(89)	(509 952)
Resultado líquido do exercício das operações descontinuadas	1 029 205	3 125 990

Outras

Durante o exercício de 2022 ocorreram, ainda, as seguintes operações:

- Em dezembro de 2022 a empresa Ecoclínica – Diagnóstico por imagem, Lda. foi alvo de fusão por incorporação na Hospital CUF Cascais, S.A., com efeitos reportados a 1 de janeiro de 2022;
- Em dezembro de 2022 a empresa Escala Vila Franca – Entidade Gestora do Estabelecimento, S.A. foi incorporada por fusão na CUF, S.A., com efeitos contabilísticos e fiscais reportados a 1 de janeiro de 2022;
- A Bondalti Capital, S.A., no decorrer do exercício de 2022, reforçou em 28,78% a sua participação na Enkrott sendo, neste momento, detentora de 100% do seu capital social; e
- Em 2022, foram adquiridos 33,5% dos capitais da Enkrott Madeira - Gestão e Tratamento de Águas, Lda. passando a Enkrott a deter 100% do seu capital.

6. Segmentos de Negócio

Tal como preconizado na IFRS 8, o Grupo apresenta os segmentos operacionais baseados no modelo interno de informação de gestão. A identificação dos segmentos reportáveis pelo Grupo é consistente com a forma como o Conselho de Administração aloca recursos ao segmento, avalia o seu desempenho, toma decisões estratégicas e gere e controla os negócios.

Assim, o Grupo apresenta os seguintes segmentos reportáveis:

- Saúde (inclui Residências);
- Indústria química;
- Outros (inclui Serviços comuns, Imobiliária e Outros serviços).

O segmento “Saúde” agrega o Grupo CUF e o Grupo JM Residências. O Grupo CUF tem como atividade principal a prestação de cuidados de saúde nas seguintes áreas: **i)** Prestação de cuidados de saúde privados, através da exploração de dez hospitais, dez clínicas de ambulatório e quatro unidades de imagiologia clínica; **ii)** Setor imobiliário e infraestruturas, que inclui dez entidades cujo objeto social é o da compra, venda, gestão e arrendamento de infraestruturas de saúde, espaços comerciais e parques de estacionamento; **iii)** Prestação de serviços no âmbito da medicina, higiene e saúde no trabalho; **iv)** Prestação de cuidados personalizados de saúde no domicílio; e **v)** Prestação de serviços informáticos, operacionais, administrativos e de logística. O Grupo JM Residências, em estreita articulação com o Grupo CUF, centra a sua atividade no desenvolvimento de soluções residenciais para idosos e de programas de recuperação e reabilitação ortopédica, geriátrica e neurológica, através da gestão e exploração de duas unidades residenciais.

O segmento “Indústria Química” é composto pelo Grupo Bondalti, produtor industrial químico que atua em 3 áreas: **i)** Área dos Químicos, com produção e comercialização de produtos químicos industriais nos segmentos orgânicos (anilina e derivados) e inorgânicos (cloro-alcalis); **ii)** Área Imobiliária, atuando na compra e venda de bens imóveis; e, **iii)** Área de tratamento de águas, com produção e comercialização de produtos e tecnologias para o tratamento de águas.

O segmento “Outros” inclui entidades cujas atividades vão desde a prestação de serviços de consultadoria e contabilidade, serviços de negociação centralizada de bens e serviços, e, ainda, atividade imobiliária (promoção e administração de bens imóveis e gestão de investimentos imobiliários e turísticos).

Os resultados de cada segmento (após a eliminação de transações intrasegmento), nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, foram os seguintes:

	31 dez 2022				
	Saúde	Indústria química	Outros	Eliminações	Consolidado
Vendas e prestações serviços	637 704 321	595 072 827	2 732 400	(773 322)	1 234 736 225
Outros rendimentos operacionais	10 418 079	13 990 274	3 375 340	(5 124)	27 778 569
Outros gastos operacionais	(590 795 793)	(528 668 043)	(19 141 246)	793 446	(1 137 811 635)
Resultado operacional do segmento	57 326 607	80 395 058	(13 033 506)	15 000	124 703 159
Gastos financeiros	(17 931 195)	(14 520 667)	(10 251 387)	683 655	(42 019 594)
Rendimentos financeiros	1 150 226	1 715 266	1 029 574	(698 655)	3 196 411
Resultados relativos a associadas	(669 801)	132 803	35 291 722	-	34 754 724
Resultados de atividades de investimento	(87 084)	(38 600)	2 982 436	(2 910 000)	(53 249)
Resultados financeiros	(17 537 854)	(12 711 198)	29 052 345	(15 000)	(4 121 708)
Resultados antes de impostos	39 788 753	67 683 859	16 018 839	-	120 581 451
Impostos sobre o rendimento	(6 717 606)	(15 858 185)	5 142 392	-	(17 433 399)
Resultado líquido das operações descontinuadas	1 029 205	-	-	-	1 029 205
Interesses sem controlo	(11 698 141)	(31 863)	11 852	-	(11 718 151)
Resultado do exercício atribuível a acionistas	22 402 212	51 793 811	21 173 084	-	92 459 106

31 dez 2021

	Saúde	Indústria química	Outros	Eliminações	Consolidado
Vendas e prestações serviços	587 097 692	443 872 961	3 042 851	(779 167)	1 033 234 337
Outros rendimentos operacionais	7 930 619	11 213 422	79 945 023	(15 471)	99 073 593
Outros gastos operacionais	(545 162 849)	(416 096 270)	(92 900 704)	807 837	(1 053 351 987)
Resultado operacional do segmento	49 865 461	38 990 113	(9 912 831)	13 200	78 955 943
Gastos financeiros	(19 919 186)	(15 646 286)	(9 103 678)	326 306	(44 342 843)
Rendimentos financeiros	731 078	501 127	737 055	(339 506)	1 629 753
Resultados relativos a associadas	(644 681)	391 137	31 931 371	-	31 677 827
Resultados de atividades de investimento	82 071	(96 570)	(1 869)	-	(16 368)
Resultados financeiros	(19 750 719)	(14 850 591)	23 562 879	(13 200)	(11 051 631)
Resultados antes de impostos	30 114 742	24 139 522	13 650 048	-	67 904 312
Impostos sobre o rendimento	1 568 783	(4 605 033)	2 503 795	-	(532 456)
Resultado líquido das operações descontinuadas	3 125 990	-	-	-	3 125 990
Interesses sem controlo	(12 071 015)	(169 955)	(44 078)	-	(12 285 048)
Resultado do exercício atribuível a acionistas	22 738 500	19 364 533	16 109 765	-	58 212 798

As transações intersegmento são realizadas a preços de mercado, numa base similar às transações com terceiros.

As políticas contabilísticas nos diversos segmentos são consistentes com as políticas do Grupo.

Os ativos e passivos dos segmentos e a respetiva reconciliação com o total consolidado, em 31 de dezembro de 2022 e 2021, eram como segue:

31 dez 2022

	Saúde	Indústria química	Outros	Eliminações	Consolidado
<i>Goodwill</i>	57 230 053	23 281 599	574 808 525	-	655 320 177
Ativos intangíveis	26 371 641	7 001 499	181 002	-	33 554 142
Ativos fixos tangíveis	529 194 705	124 495 370	24 258 646	-	677 948 722
Clientes e adiantamentos a fornecedores	86 847 175	73 630 595	507 952	(113 408)	160 872 313
Caixa e equivalentes a caixa	46 874 782	35 626 885	58 071 127	-	140 572 794
Outros ativos	165 110 555	75 222 947	729 423 109	(155 049 201)	814 707 410
Ativos relativos aos segmentos	911 628 911	339 258 895	1 387 250 362	(155 162 610)	2 482 975 558
Empréstimos e credores por locação	536 540 691	108 093 718	413 281 043	-	1 057 915 453
Fornecedores e adiantamentos de clientes	86 205 715	67 678 418	1 161 731	(66 586)	154 979 279
Outros passivos	110 300 134	46 694 880	195 086 022	(119 163 077)	232 917 960
Passivos relativos aos segmentos	733 046 540	222 467 017	609 528 797	(119 229 663)	1 445 812 691

31 dez 2021

	Saúde	Indústria química	Outros	Eliminações	Consolidado
<i>Goodwill</i>	49 345 114	23 281 599	574 808 525	-	647 435 238
Ativos intangíveis	29 120 763	4 744 677	153 249	-	34 018 689
Ativos fixos tangíveis	508 391 333	129 673 725	24 254 260	-	662 319 318
Clientes e adiantamentos a fornecedores	73 431 546	69 524 969	344 095	(204 745)	143 095 864
Caixa e equivalentes a caixa	51 229 299	22 947 095	45 211 506	-	119 387 900
Outros ativos	178 218 444	68 086 139	745 423 644	(172 501 990)	819 226 237
Ativos relativos aos segmentos	889 736 498	318 258 205	1 390 195 278	(172 706 735)	2 425 483 246
Empréstimos e credores por locação	564 798 684	139 111 869	414 379 432	-	1 118 289 985
Fornecedores e adiantamentos de clientes	65 209 580	72 330 455	1 575 503	(166 108)	138 949 431
Outros passivos	126 798 493	37 897 276	214 036 240	(144 867 718)	233 864 291
Passivos relativos aos segmentos	756 806 757	249 339 600	629 991 176	(145 033 825)	1 491 103 708

A informação adicional relevante em termos de relato por segmentos, é conforme segue:

31 dez 2022

	Saúde	Indústria química	Outros	Eliminações	Consolidado
Dispêndios de capital	58 730 750	17 822 218	790 475	-	77 343 443
Amortizações em resultados	(41 674 383)	(23 699 743)	(708 360)	-	(66 082 487)
Provisões e perdas por imparidade	(4 868 573)	(641 504)	(2 878 186)	-	(8 388 264)

31 dez 2021

	Saúde	Indústria química	Outros	Eliminações	Consolidado
Dispêndios de capital	39 437 469	11 041 409	738 187	-	51 217 065
Amortizações em resultados	(40 345 429)	(21 388 783)	(736 912)	-	(62 471 124)
Provisões e perdas por imparidade	(5 589 597)	(114 099)	(76 158 447)	-	(81 862 143)

7. Rédito

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, as vendas e prestações de serviços têm a seguinte composição:

	31 dez 2022	31 dez 2021
Vendas:		
Produtos Acabados e Intermédios	542 783 627	413 424 750
Mercadorias	52 915 488	28 906 312
Subprodutos, Resíduos e Refugos	264 492	318 307
Outras	4 013 697	224 322
Descontos e devoluções	(18 597 320)	(8 362 342)
	581 379 985	434 511 350
Prestações de serviços:		
Atividade hospitalar e clínica	619 174 717	569 672 170
Gestão e tratamento de águas	14 081 557	9 115 877
Serviços de apoio e assistência	7 274 149	6 530 409
Higiene, Segurança e Medicina no trabalho	5 574 282	4 992 618
Estacionamento	4 922 589	3 756 958
Rendas	234 117	303 502
Outros	2 094 830	4 351 454
	653 356 241	598 722 987
	1 234 736 225	1 033 234 337

O aumento das Vendas no exercício de 2022 deve-se não só ao aumento das quantidades vendidas, mas também, ao aumento dos preços, cujo mecanismo de formação do preço de venda está indexado à cotação de diversas matérias-primas, que em 2022 atingiram novamente máximos históricos.

O exercício findo em 31 de dezembro de 2022 demonstra uma forte recuperação da atividade hospitalar e clínica do Grupo CUF face ao exercício anterior, tendo-se verificado a realização de mais cirurgias e uma maior afluência aos serviços permanentes, assim como o forte crescimento nalgumas áreas como Ortopedia, Urologia, entre outras.

8. Outros Rendimentos Operacionais

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, os Outros rendimentos operacionais têm a seguinte composição:

	31 dez 2022	31 dez 2021
Ganhos obtidos na alienação de ativos (a.)	5 425 989	486 423
Utilização de Direitos de emissão CO ₂ (b.)	2 047 761	2 268 545
Diferenças de câmbio operacionais (c.)	1 144 351	314 185
Cedência de espaço e materiais (d.)	976 842	691 030
Cedência de exploração (e.)	924 040	919 619
Ganhos na alienação Direitos de emissão CO ₂	688 019	315 833
Subsídios ao investimento	671 217	2 233 142
Reembolsos de IVA	734 854	-
Prestação de serviços à Kemira	591 000	355 000
Obras de recuperação do tanque de amoníaco	555 000	544 000
Cedência de utilização dos tanques no Barreiro	470 000	714 000
Ensaio, exames, análises clínicas e consumíveis	435 692	237 304
Regularização de saldos e estimativas	430 689	292 073
Outros subsídios	401 486	232 232
Aluguer de equipamentos	379 190	374 324
Indemnizações e Compensações recebidas (obras e contratos)	367 826	2 634
Trabalhos para a própria empresa	315 042	229 126
Benefícios de Reforma	256 974	-
Descontos contratuais e de pronto pagamento	230 601	260 467
Subsídios do Estado e outras entidades	122 497	74 426
Recuperação de dívidas	49 719	9 112
Devolução IMT (f.)	-	631 980
Outros rendimentos operacionais e suplementares	3 476 807	2 750 931
	20 695 595	13 936 386

- Nesta rubrica estão incluídas as mais valias contabilísticas obtidas na alienação de Propriedades de investimento (Nota 22) e de Ativos fixos tangíveis (Nota 21).
- As diferenças de câmbio operacionais registadas nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, resultam exclusivamente da variação cambial do dólar face ao euro e decorrem da aquisição de matérias-primas,
- Estes valores estão relacionados com os direitos de emissão, referentes ao subsídio atribuído pelo Fundo Português de Carbono, pela redução de emissões de CO₂ (Nota 46).
- A rubrica Cedência de espaço e materiais inclui, essencialmente, os valores relativos à exploração dos parques de estacionamento e das áreas de cafetaria das unidades hospitalares do Grupo.
- A rubrica Cedência de exploração engloba a cedência de exploração à empresa Dr. Campos Costa – Consultório de Tomografia Computorizada, S.A..
- Em 2021, o Banco Comercial Português, S.A. procedeu à devolução do Imposto Municipal sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis (“IMT”) no valor de 631 980 euros, referente à operação de alienação do imóvel da Quinta da Marinha que tinha sido realizado em 2016 através de um contrato de dação.

9. Custo das Vendas

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o custo das vendas foi apurado como segue:

	31 dez 2022	31 dez 2021
Saldo inicial (Nota 29)	41 209 273	42 162 343
Alteração de perímetro		
- saídas	-	(8 924 984)
Regularização de inventários	805 303	(16 364)
Transferência de Propriedades de investimento (Nota 22)	4 121 750	-
Transferência para Outros devedores (Nota 27) (a.)	-	(1 239 172)
Atividades descontinuadas	(276 956)	-
Compras	444 481 384	361 960 497
Custo das vendas	(438 866 947)	(352 733 047)
Saldo final (Nota 29)	51 473 807	41 209 273

a. No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, com o término do contrato de parceria público privada, o valor dos inventários da Escala Vila Franca – Entidade Gestora do Estabelecimento, S.A. foi transferido para uma conta a receber do Hospital de Vila Franca de Xira, E.P.E. (Nota 27) em virtude da mesma ser englobada no fecho das contas e no contexto da respetiva transmissão.

10. Variação da Produção

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a variação da produção foi apurada como segue:

	31 dez 2022	31 dez 2021
Existências iniciais (Nota 29)	6 148 340	4 204 778
Regularização de inventários	(399 188)	455 354
Alteração de perímetro		
- entradas	-	1 120 422
Existências finais (Nota 29)	(11 536 062)	(6 148 340)
	5 786 910	367 786

11. Fornecimentos e Serviços Externos

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, os fornecimentos e serviços externos têm a seguinte composição:

	31 dez 2022	31 dez 2021
Honorários (a.)	196 580 554	178 927 902
Eletricidade (b.)	51 270 649	44 332 445
Trabalhos especializados (c.)	34 732 029	28 525 020
Subcontratos (d.)	30 285 369	30 832 677
Transportes de pessoal e de mercadorias (e.)	27 134 424	20 292 990
Conservação e reparação	24 784 481	22 864 449
Combustíveis	7 757 863	5 150 305
Rendas e alugueres	5 318 058	7 212 446
Publicidade e propaganda	4 160 227	3 333 680
Seguros	4 062 721	3 558 077
Outros fluídos	3 474 103	1 753 412
Comunicação	3 379 693	3 475 139
Água	2 790 257	2 358 246
Deslocações e estadas	1 853 708	1 043 993
Recolha de resíduos	1 056 873	1 037 364
Vigilância e segurança	793 852	853 806
Material de escritório	656 869	637 038
Ferramentas e utensílios	632 314	954 788
Limpeza, higiene e conforto	592 212	616 642
Contencioso e notariado	361 247	325 315
Serviços e materiais de consumo operacional	353 230	227 541
Artigos para oferta	110 314	82 022
Comissões	30 648	95 156
Outros fornecimentos e serviços	1 888 231	1 771 430
	404 059 925	360 261 883

A rubrica Fornecimentos e serviços externos, registou uma variação de cerca de 12% face ao exercício anterior, a qual é justificada pelo aumento significativo das Vendas em 34% e das Prestações de serviços em 9%.

- A rubrica Honorários engloba, essencialmente, os montantes pagos a profissionais de saúde (médicos, enfermeiros, técnicos de diagnóstico e auxiliares) das diversas unidades clínicas e hospitalares do Grupo CUF.
- O aumento significativo da rubrica Eletricidade em cerca de 6,9 milhões de euros, deve-se à crescente subida do preço do mercado da eletricidade.
- A rubrica Trabalhos especializados engloba Trabalhos clínicos, Outsourcing de sistemas de informação, Consultadoria (relativa a novos projetos) e Assistência técnica administrativa.
- A rubrica Subcontratos engloba a contratação de serviços específicos como (i) Catering, (ii) Limpeza, (iii) Transporte de doentes e (iv) Meios complementares de diagnóstico e terapêutica (“MCDTs”).
- Durante o exercício de 2022, o aumento das vendas e a subida dos custos de transporte, impulsionados pelo aumento do preço dos combustíveis, originaram o aumento da rubrica Transportes de pessoal e de mercadorias.

As rubricas Honorários, Trabalhos especializados e Subcontratos são das mais relevantes e estão diretamente ligadas ao Volume de negócios. O grau em que o Grupo recorre à subcontratação e trabalhos especializados reflete o *mix* dos negócios do Grupo e dos segmentos em que eles se desenvolvem.

12. Gastos com o Pessoal

Os gastos com o pessoal nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, foram como segue:

	31 dez 2022	31 dez 2021
Remunerações	147 994 871	130 812 070
Encargos sobre remunerações	34 034 582	30 258 905
Gastos de ação social	10 354 501	9 212 818
Seguros	5 903 874	4 829 496
Indemnizações	1 549 281	1 022 206
Formação	377 984	330 177
Benefícios aos empregados	108 805	80 663
Outros gastos com o pessoal	14 447 924	8 694 931
	214 771 822	185 241 266

O aumento dos gastos com o pessoal deve-se essencialmente ao incremento do número de colaboradores. Adicionalmente, e de forma a colmatar os impactos da conjuntura económica no poder de compra dos seus colaboradores, nomeadamente o efeito da inflação verificada no ano de 2022, o Grupo CUF decidiu atribuir um prémio extraordinário a todos os seus colaboradores no final de 2022 (o que justifica a variação na rubrica Outros gastos com o pessoal).

A rubrica Outros gastos com o pessoal inclui, entre outros, despesas com formação, prémios de desempenho e assistência médica.

O número de colaboradores ao serviço das empresas incluídas no perímetro de consolidação nos exercícios findos naquelas datas, por segmento de negócio, foi o seguinte:

	31 dez 2022	31 dez 2021
Saúde	6 693	6 220
Indústria química	702	691
Outros	93	89
	7 488	7 000

13. Outros Gastos Operacionais

A rubrica Outros gastos operacionais nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, decompõe-se como segue:

	31 dez 2022	31 dez 2021
Impostos diretos e indiretos (a.)	4 855 189	4 367 714
Donativos (b.)	2 098 495	2 507 116
Diferenças de câmbio operacionais (c.)	1 831 213	1 094 323
Quotizações	939 977	807 285
Dívidas incobráveis	530 256	636 464
Taxas (d.)	510 282	657 892
Perdas na alienação e abate de ativos	43 425	9 450
Multas e penalidades contratuais	24 866	39 513
Ofertas e amostras de inventários	506	140
Perdas em inventários	-	181 205
Outros	594 892	849 208
	11 429 101	11 150 310

- a. A rubrica Impostos diretos e indiretos reflete, essencialmente, os montantes relativos a IMI (Imposto Municipal sobre Imóveis), AIMI (Adicional ao Imposto Municipal sobre Imóveis) e Imposto do selo.
- b. No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a rubrica Donativos inclui o montante de 1 000 000 euros (2 150 000 euros em 31 de dezembro de 2021) entregue à Universidade Católica Portuguesa (no âmbito de um protocolo celebrado entre o Grupo e esta instituição de ensino) e 500 milhares de euros concedidos ao evento “Jornada Mundial da Juventude”.
- c. As diferenças de câmbio operacionais registadas nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, resultam exclusivamente da variação cambial do dólar face ao euro e decorrem da aquisição de matérias-primas.
- d. A rubrica Taxas inclui, em 31 de dezembro de 2022 e 2021, os valores de taxas de recursos hídricos e tratamento de efluentes, nos montantes de 336 milhares de euros e 381 milhares de euros, respetivamente.

14. Resultados Financeiros

Os resultados financeiros dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, têm a seguinte composição:

	31 dez 2022	31 dez 2021
Gastos financeiros:		
Juros suportados (a.)	26 585 009	28 778 078
Swap de cobertura de matérias-primas (b.)	10 612 574	9 439 313
Comissões e serviços bancários	4 324 894	5 280 654
Encargos financeiros com factoring	468 334	526 266
Perdas na valorização de instrumentos financeiros derivados	-	224 919
Outros gastos financeiros	28 783	93 613
	42 019 594	44 342 843
Rendimentos financeiros:		
Juros obtidos	1 293 067	1 121 374
Rendimentos de imóveis	218 952	185 981
Swap de cobertura de matérias-primas (b.)	1 293 847	7 112
Outros rendimentos financeiros	390 544	315 286
	3 196 411	1 629 753
Resultados relativos a empresas associadas:		
Aplicação do método de equivalência patrimonial	34 812 122	31 646 258
Outros resultados de investimentos em associadas	(79 482)	(6 151)
Ganhos/perdas com alienação de investimentos	22 084	37 720
	34 754 724	31 677 827
Resultados relativos a atividades de investimento:		
Ganhos/perdas com a alienação de investimentos	-	4 607
Ganhos/perdas em instrumentos financeiros ao justo valor (c.)	(53 249)	(20 975)
	(53 249)	(16 368)

- a. A rubrica Juros Suportados engloba os juros referentes a Empréstimos bancários, Empréstimos por obrigações, Papel Comercial, Contas Correntes Caucionadas, Outros empréstimos bancários, Financiamento por intermédio de *factoring*, Locações e de Descobertos bancários.
- b. Os gastos e os rendimentos nos *swaps* de cobertura de matérias-primas correspondem a operações não especulativas para mitigar o impacto de variações nas cotações daqueles bens sobre os *cash flows* operacionais da B. Chemicals.
- c. Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o detalhe dos Ganhos/perdas em instrumentos financeiros ao justo valor é o seguinte:

	31 dez 2022	31 dez 2021
Fundo de Compensação do Trabalho	(127 632)	(20 975)
Fundo Faber Tech II	74 383	-
	(53 249)	(20 975)

15. Imposto sobre o Rendimento

Com efeitos a partir de 2014, a JM Capital e as suas subsidiárias nacionais detidas direta ou indiretamente em mais de 75% passaram a ser tributadas em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (“IRC”), segundo o Regime Especial de Tributação dos Grupos de Sociedades (“RETGS”); coexistem ainda mais dois grupos ao abrigo deste regime – o Grupo CUF e o Grupo SPSI, em conjunto com as suas respetivas subsidiárias nacionais detidas direta ou indiretamente em mais de 75%. O RETGS consiste na soma algébrica dos resultados tributáveis de todas as empresas incluídas no perímetro de tributação, deduzidos dos dividendos distribuídos, aos quais é aplicável a taxa de IRC, acrescida da respetiva Derrama. As empresas incluídas no RETGS apuram e registam o imposto sobre o rendimento tal como se fossem tributadas numa ótica individual; as responsabilidades apuradas são, no entanto, reconhecidas como devidas à sociedade dominante de cada grupo fiscal, a quem compete o apuramento global e a liquidação do imposto. Para as empresas não abrangidas pelo RETGS, o imposto corrente é calculado com base nos respetivos resultados tributáveis, de acordo com as regras e regimes fiscais aplicáveis no território da sede de cada empresa.

A Empresa e as suas subsidiárias sediadas em Portugal encontram-se sujeitas a IRC, à taxa nominal de 21%, à qual pode ser acrescida a Derrama Municipal à taxa máxima de 1,5% sobre o lucro tributável. Adicionalmente, se aplicável, é acrescida a Derrama Estadual de 3% do excedente do lucro tributável entre 1 500 000 euros a 7 500 000 de euros, de 5% entre 7 500 000 euros a 35 000 000 de euros e de 9% superior a 35 000 000 euros. Nos termos do artigo 88.º do Código do Imposto sobre o Rendimento

de Pessoas Coletivas, o Grupo encontra-se adicionalmente sujeito a tributação autónoma sobre um conjunto de encargos, às taxas previstas no artigo referido.

De acordo com a legislação em vigor em Portugal, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), exceto quando tenha havido prejuízos fiscais (casos em que se estende por um período de dez anos), tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos podem ser alargados ou suspensos. Deste modo, as declarações fiscais da Empresa e das suas participadas sediadas em Portugal dos anos 2019 a 2022 poderão vir ainda a ser sujeitas a revisão.

O Conselho de Administração entende que eventuais correções resultantes de revisões/inspeções fiscais àquelas declarações de impostos não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2022.

Os impostos sobre o rendimento reconhecidos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, eram como segue:

	31 dez 2022	31 dez 2021
Imposto corrente:		
Relativo ao exercício corrente	22 764 637	10 090 247
Diferença de estimativa de imposto do exercício anterior	(6 407 570)	(3 515 923)
	16 357 067	6 574 324
Imposto diferido (Nota 26)	1 076 332	(6 041 868)
Encargo do exercício	17 433 399	532 456

As diferenças temporárias entre o valor contabilístico dos ativos e passivos e a correspondente base fiscal foram registadas conforme disposto na IAS 12 - Imposto sobre o rendimento (Nota 26).

16. Dividendos

Na sequência de deliberação em Assembleia Geral de 19 de maio de 2022, a Sociedade procedeu à distribuição de Resultados transitados no montante de 6 300 000 euros.

A respeito do exercício corrente, o Conselho de Administração propõe não atribuir dividendos. Esta proposta está sujeita à aprovação em Assembleia Geral de Acionistas, a realizar no mês de maio.

17. Resultados por Ação

Os resultados por ação, básico e diluído, dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, foram calculados tendo em consideração os seguintes montantes:

	31 dez 2022	31 dez 2021
Resultado por ação básico		
Resultado para efeito de cálculo do resultado líquido por ação básico (resultado líquido do período)	92 459 106	58 212 798
Número médio ponderado de ações para efeito de cálculo do resultado líquido por ação básico	5 000 000	5 000 000
Resultado líquido por ação básico	18,49	11,64

Pelo facto de nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 não existirem efeitos diluidores do resultado por ação, o resultado diluído por ação é igual ao resultado básico por ação.

18. Goodwill

Os valores do *goodwill* nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, respeitam às seguintes entidades:

	31 dez 2022	31 dez 2021
Window Blue, SGPS, S.A. e Impegest, SGPS, S.A. (a.)	23 293 281	23 293 281
José de Mello, SGPS, S.A. (b.)	342 701 952	342 701 952
Guimarães de Mello Investimentos, SGPS, S.A. (b.)	208 451 745	208 451 745
CUF, S.A.	2 627 945	2 627 945
Comitur Imobiliária, S.A.	361 547	361 547
Bondalti Capital, S.A.	18 862 408	18 862 408
Dolopand - Investimentos Imobiliários e Turísticos, S.A.	561	561
Grupo Águas Alvaro	4 418 631	4 418 631
Hospital CUF Tejo, S.A.	11 791 702	11 791 702
Hospital CUF Coimbra, S.A.	7 703 735	9 713 347
Hospital CUF Porto, S.A. (c.)	17 277 982	7 383 431
Hospital CUF Santarém, S.A.	7 035 102	7 035 102
VALIR - SGPS, S.A.	5 220 465	5 220 465
Clínica Dr. Luís Álvares, S.A.	2 145 867	2 145 867
Sagies - Segurança e Saúde no Trabalho, S.A.	1 584 193	1 584 193
SIM-X - Serviço de Imagem Médica, Lda.	624 000	624 000
CENES - Centro de Reprocessamento de Dispositivos Médicos, Lda.	616 412	616 412
Hospital CUF Cascais, S.A.	491 285	491 285
Hospital CUF Descobertas, S.A.	97 265	97 265
CUF - Investimentos Imobiliários, S.A.	13 261	13 261
Clínica de Serviços Médicos e Computorizados de Belém, S.A.	837	837
	655 320 177	647 435 238

- a. Nos exercícios de 2010 e 2011, por forma a concentrar num único veículo as entidades acionistas da Brisa, ocorreram no Grupo operações de fusão por incorporação das subsidiárias Window Blue, SGPS, S.A. e Egadi, SGPS, S.A. na JM Investimentos, da Impegest, SGPS, S.A. na Orla, SGPS, S.A. e, posteriormente, da Orla, SGPS, S.A. na JM Investimentos. Destas operações não decorreram quaisquer impactos nas contas consolidadas. Decorrente da operação de alienação de cerca de 40% da participação da Brisa (Nota 5.4), os valores do *goodwill* foram incluídos, na respetiva proporção, no apuramento do ganho da operação de venda; o valor remanescente, correspondente à participação, atualmente indireta, de 16,73% na Brisa, encontra-se apresentado na rubrica Investimentos em associadas (Nota 23).
- b. No exercício de 2017 as sociedades José de Mello – Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A. e Guimarães de Mello Investimentos, SGPS, S.A. foram incorporadas por fusão na SOGEFI – Sociedade de Gestão e Financiamentos, SGPS, S.A. (atualmente José de Mello Capital, S.A.). Destas operações de fusão não decorreram quaisquer impactos nas contas consolidadas, pelo que o valor de *goodwill* se mantém, face ao registado em 31 de dezembro de 2016.
- c. Em 7 de outubro de 2022, o Hospital CUF Porto, S.A. e a Celestial Ordem Terceira da Santíssima Trindade assinaram um contrato de compra e venda de ações para a aquisição das ações representativas de 53,22% do capital social do Hospital CUF Trindade, S.A. (anteriormente designado Hospital da Ordem da Trindade, S.A.) pelo montante de, aproximadamente, 3,8 milhões de euros, tendo naquela data o Grupo passado a controlar aquela entidade. O Hospital CUF Trindade iniciou a sua atividade a 12 de outubro de 2022, sendo o seu principal objeto a exploração de estabelecimentos de saúde, com possibilidade de cedência de espaços, e prestação de serviços médicos, de qualquer natureza ou especialidade, incluindo consultas, exames, cirurgia e internamento. Desta operação resultou um *goodwill* originado pela aquisição do controlo da empresa (Nota 5.1), alocado à unidade geradora de caixa.

Estes valores não incluem o *goodwill* reconhecido em empresas que consolidam pelo método de equivalência patrimonial, sendo, para esses, apresentado na rubrica Investimentos em associadas.

Para efeitos da análise de imparidade, o *goodwill* foi distribuído pelos segmentos operacionais (conjuntos de unidades geradoras de caixa), considerando o benefício gerado nos mesmos pelas sinergias resultantes das concentrações empresariais que o originaram. Cada unidade de prestação de cuidados médicos é uma unidade geradora de caixa UGC. No entanto, determinadas unidades de prestação de cuidados médicos são analisadas de forma conjunta uma vez que se enquadram numa gestão integrada, complementar e interdependente de serviços prestados e que pressupõe uma elevada interdependência ao nível financeiro, constituindo segmentos operacionais no seu conjunto, para os quais a performance e decisões são tomadas pela gestão de forma conjunta e indissociável sendo estas:

- Hospital CUF Cascais, S.A. e Ecografia de Cascais, Lda.;
- Hospital CUF Descobertas S.A. e HD - Medicina Nuclear, S.A.;
- Clínica de Serviços Médicos Computorizados de Belém, S.A. e Clínica CUF Belém, S.A.;
- Hospital CUF Viseu, S.A. e SIM-X - Serviço de Imagem Médica, Lda.;
- Hospital CUF Porto, S.A. e Hospital CUF Trindade, S.A..

Foram efetuados testes de imparidade aos valores do *goodwill* utilizando os seguintes pressupostos e métodos:

- os valores recuperáveis das unidades geradoras de caixa foram determinados com base na metodologia do valor em uso. A utilização deste método requer a estimativa de fluxos de caixa futuros provenientes das operações de cada unidade geradora de caixa e a escolha de uma taxa de desconto apropriada;
- os valores das avaliações são suportados pelos resultados passados e pelas perspetivas futuras de desenvolvimento dos mercados em que o Grupo atua, tendo sido elaboradas projeções a 5 anos dos *cash flows* futuros para cada um dos negócios, de acordo com os planos definidos pelo Conselho de Administração.

No exercício de 2022 foram efetuados testes de imparidade, que concluíram a existência de imparidade no Hospital CUF Coimbra, S.A., no montante de, aproximadamente, 2 010 milhares de euros (Nota 39.1).

19. Ativos Intangíveis

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, os movimentos ocorridos no valor dos ativos intangíveis, bem como nas respectivas amortizações e perdas por imparidade acumuladas, foram os seguintes:

	Projetos de desenvolvimento	Software	Propriedade industrial e Direitos (a.)	Outros intangíveis (b.)	Intangíveis em curso (c.)	Total
Ativo bruto:						
Saldo em 1 de janeiro de 2021	2 065 031	17 743 668	18 057 575	5 180 268	13 183 877	56 230 418
Alterações de perímetro (Nota 5)	1 040 253	653 859	2 077	-	-	1 696 189
Adições	184 687	1 639 003	6 387	-	9 610 558	11 440 635
Cedência pelo término de exploração	-	(2 137 496)	(15 450 023)	-	-	(17 587 519)
Direitos de emissão atribuídos	-	-	4 030 864	-	-	4 030 864
Utilização de direitos de emissão	-	-	(875 163)	-	-	(875 163)
Variação de justo valor (Nota 46)	-	-	810 789	-	-	810 789
Abates e regularizações	-	1 780	(316 126)	(1 407 563)	-	(1 721 910)
Reclassificações e Transferências	-	51 811	-	-	(51 811)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2021	3 289 971	17 952 625	6 266 379	3 772 704	22 742 623	54 024 303
Alterações de perímetro (Nota 5)	-	316 416	-	-	-	316 416
Adições	-	2 056 340	989 600	-	7 437 747	10 483 687
Direitos de emissão atribuídos	-	-	4 043 034	-	-	4 043 034
Utilização de direitos de emissão	-	-	(2 268 545)	-	-	(2 268 545)
Variação de justo valor (Nota 46)	-	-	247 347	-	-	247 347
Alienações	-	-	-	-	(1 653 543)	(1 653 543)
Reclassificações (Outros devedores)	-	-	-	-	(2 499 975)	(2 499 975)
Abates e regularizações	(118 004)	(40 518)	(61 864)	(34 604)	(6 315 117)	(6 570 107)
Reclassificações (internas)	(20 000)	10 742 093	1 611 706	(3 054 703)	(10 709 564)	(1 430 468)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	3 151 967	31 026 956	10 827 657	683 397	9 002 172	54 692 149

	Projetos de desenvolvimento	Software	Propriedade industrial e Direitos (a.)	Outros intangíveis (b.)	Intangíveis em curso (c.)	Total
Amortizações e perdas por imparidades acumuladas:						
Saldo em 1 de janeiro de 2021	(2 061 698)	(15 372 565)	(16 860 012)	(578 032)	-	(34 872 307)
Alterações de perímetro (Nota 5)	(286 764)	(616 296)	(2 077)	-	-	(905 136)
Abates e regularizações	-	(466 150)	1 197 277	1 407 564	-	2 138 691
Utilização de imparidade	-	389 412	-	-	-	389 412
Cedência pelo término de exploração	-	2 137 496	15 450 023	-	-	17 587 519
Amortização	-	(1 956 678)	(2 386 017)	(1 099)	-	(4 343 794)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	(2 348 462)	(15 884 780)	(2 600 806)	828 433	-	(20 005 614)
Alterações de perímetro (Nota 5)	-	(166 581)	-	-	-	(166 581)
Abates e regularizações	8 070	8 095	2 332 142	41 189	-	2 389 496
Utilização de imparidade	-	-	404	-	-	404
Reclassificações (internas)	16 667	2 008 255	946 262	(1 540 716)	-	1 430 468
Amortização	-	(2 630 047)	(2 156 133)	-	-	(4 786 180)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	(2 323 725)	(16 665 058)	(1 478 131)	(671 094)	-	(21 138 007)
Valor líquido:						
Em 31 de dezembro de 2021	941 510	2 067 845	3 665 574	4 601 137	22 742 623	34 018 689
Em 31 de dezembro de 2022	828 243	14 361 898	9 349 526	12 303	9 002 172	33 554 142

a. A rubrica Direitos inclui:

- i. Direitos de concessão hospitalar: em 1 de junho de 2011 iniciou-se o Contrato de Gestão entre os Ministérios da Saúde e das Finanças e a Escala Vila Franca - Sociedade Gestora do Estabelecimento, S.A., no qual se estabeleceu a gestão e a exploração do Estabelecimento Hospitalar de Vila Franca em Regime de Parceria Público-Privada. Na data da transmissão a Escala Vila Franca - Sociedade Gestora do Estabelecimento, S.A. pagou ao abrigo do contrato de gestão hospitalar o valor de 15 milhões de euros ao qual foi deduzido o valor relativo a Inventários e Ativos fixos tangíveis, denominando-se o remanescente por Direitos de Concessão. Este valor foi amortizado em 10 anos, período do contrato de gestão, a qual terminou em 31 de maio de 2021, tendo sido reconhecida uma imparidade no valor líquido em 31 de dezembro de 2020 em resultado do referido contrato ter sido considerado oneroso pelo que, em 31 de dezembro de 2022 o valor desta rubrica é nulo;

- ii. Direitos de exploração: o montante de 2,47 milhões de euros, correspondente a um direito de exploração de um parque de estacionamento. Inicialmente foi celebrada uma parceria entre o Hospital CUF Tejo, S.A., a ESLI – Parques de Estacionamento, S.A. e a Câmara Municipal de Lisboa, a qual atribuiu o direito de exploração do parque de estacionamento pelo período de 50 anos. No ano de 2016 o Hospital CUF Tejo, S.A. cedeu a posição contratual à Infrahealth – Gestão de Infraestruturas, Lda.;
- iii. Trespases: a rubrica inclui, adicionalmente, o montante de 990 milhares de euros referentes ao trespasse da Clínica CUF Montijo (adquirido durante o exercício de 2022), o trespasse da Clínica CUF São Domingos de Rana pelo montante de 150 milhares de euros e o montante de 350 milhares de euros respeitante à convenção celebrada para a prestação de serviços de radiologia pelo Hospital CUF Sintra; e
- iv. Direitos de emissão de gases: inclui o montante de 6,7 milhões de euros, correspondente às licenças de emissão de CO₂ atribuídas no âmbito do Plano Nacional de Atribuição de Licenças (Nota 46).
- b. Em 2020, na rubrica Outros intangíveis encontrava-se registado o montante bruto de 1587 milhares de euros correspondente ao valor total estimado dos investimentos esperados até ao termo do Contrato de Gestão e exploração do Estabelecimento Hospitalar de Vila Franca, decorrente das obrigações previstas no Anexo V do referido contrato. Este montante foi abatido na sequência do término do contrato de gestão em maio de 2021.
- c. O valor registado na rubrica Intangíveis em curso inclui:
- Projeto *Go Forward*: gastos incorridos em 2022 e 2021 com o desenvolvimento e implementação do projeto *Go Forward*, o qual consiste na reformulação dos sistemas operacionais das unidades de prestação de serviços de cuidados de saúde do Grupo CUF. Parte do referido projeto foi concluído em 2022 tendo iniciado a sua amortização. Os restantes componentes do projeto encontravam-se ainda em desenvolvimento e implementação em 31 de dezembro de 2022, pelo que se encontravam classificados como ativos intangíveis em curso, sendo expectável a sua conclusão no decorrer do exercício de 2023. Adicionalmente, no decurso do exercício findo em 31 de dezembro de 2022, o Grupo CUF procedeu a alterações no desenho do referido projeto e chegou a um acordo parcial de rescisão do contrato de licenciamento do *software* e prestação de serviços com o principal fornecedor do projeto *Go Forward*. Do referido acordo resultou a devolução, a título de ressarcimento, do montante de, aproximadamente, 5 milhões de euros (dos quais foram recebidos, até 31 de dezembro de 2022, aproximadamente 2,5 milhões de euros (Nota 27)). O Grupo procedeu ainda a uma avaliação do valor de recuperação dos componentes capitalizados tendo reconhecido gastos de, aproximadamente, 3,8 milhões de euros (0,7 milhões de euros em Gastos com o pessoal e 3,1 milhões de euros na rubrica Fornecimentos e serviços externos); e

- i. Direito de superfície: respeita ao direito de superfície em subsolo, no montante de 1,7 milhões de euros, sobre uma parcela de terreno adjacente ao estacionamento do Edifício Expansão do Hospital das Descobertas, concedido pela Câmara Municipal de Lisboa, para o qual existe um projeto para a construção de um parque de estacionamento. No exercício findo em 31 de dezembro de 2022 foi assinado um contrato de compra e venda com a Placegard, no qual foi acordado um valor de venda daquele direito por 1,8 milhões de euros; deste total de 1,8 milhões de euros, encontra-se ainda por liquidar 1,5 milhões de euros.

Durante os exercícios de 2022 e 2021 a rubrica Amortizações, depreciações e perdas por imparidade teve as seguintes contrapartidas na Demonstração consolidada da posição financeira:

	31 dez 2022	31 dez 2021
Ativos intangíveis		
Amortização	4 786 180	4 343 794
Direito de uso (Nota 20)		
Amortização	18 111 578	15 856 388
Ativos fixos tangíveis (Nota 21)		
Depreciação	43 068 757	42 097 338
Revisão de estimativa	(4 048 593)	-
Perdas por imparidade	127 640	1 391 083
Propriedades de investimento (Nota 22)		
Depreciação	115 972	173 605
Perdas por imparidade	-	64 546
Ativos não correntes detidos para venda		
Perdas por imparidade	-	369 622
Total de Amortizações e depreciações	66 082 487	62 471 124
Total de Perdas por imparidade (Nota 39)	127 640	1 825 251

20. Direito de Uso

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, os movimentos ocorridos nos ativos sob direito de uso, bem como nas respectivas depreciações e perdas por imparidade, foi o seguinte:

	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento administrativo	Equipamento de transporte	Direito de superfície	Outros ativos	Total
Ativo bruto:							
Saldo em 1 de janeiro de 2021	90 877 573	82 386 249	1 311 683	4 815 163	2 210 007	200 695	181 801 370
Adições	153 062	7 212 339	-	873 210	-	-	8 238 612
Alienações, abates e regularizações	-	(3 966)	-	(64 757)	-	-	(68 723)
Reclassificação (a.)	(49 817 911)	-	-	-	-	-	(49 817 911)
Cedência pelo término de exploração	-	(3 322 756)	(463 929)	(563 397)	-	-	(4 350 082)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	41 212 725	86 271 865	847 754	5 060 220	2 210 007	200 695	135 803 266
Alterações de perímetro (Nota 5)	-	711 879	-	-	-	-	711 879
Adições (b.)	13 128 510	8 507 874	-	1 429 705	-	-	23 066 089
Alienações, abates e regularizações	-	73 036	200	(542 573)	-	-	(469 337)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	54 341 235	95 564 654	847 955	5 947 352	2 210 007	200 695	159 111 898
Depreciação e perdas por imparidade acumuladas:							
Saldo em 1 de janeiro de 2021	(13 486 683)	(32 906 443)	(985 264)	(2 403 889)	(208 471)	(200 695)	(50 191 444)
Depreciação	(3 318 200)	(11 399 585)	(118 454)	(908 849)	(54 712)	(56 589)	(15 856 388)
Alienações, abates e regularizações	44 114	24 139	(20 173)	95 343	-	56 589	200 011
Reclassificação (a.)	3 362 527	-	-	-	-	-	3 362 527
Cedência pelo término de exploração	-	3 322 756	463 929	563 395	-	-	4 350 080
Saldo em 31 de dezembro de 2021	(13 398 242)	(40 959 133)	(659 962)	(2 653 999)	(263 183)	(200 695)	(58 135 214)
Depreciação	(4 827 788)	(11 837 703)	(118 454)	(1 272 920)	(54 713)	-	(18 111 578)
Alienações, abates e regularizações	(1 377 225)	(48 859)	-	254 438	1 002	-	(1 170 644)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	(19 603 255)	(52 845 695)	(778 416)	(3 672 480)	(316 894)	(200 695)	(77 417 436)
Valor líquido:							
Em 31 de dezembro de 2021	27 814 483	45 312 732	187 792	2 406 221	1 946 824	-	77 668 053
Em 31 de dezembro de 2022	34 737 980	42 718 959	69 538	2 274 872	1 893 113	-	81 694 462

- a. A reclassificação registada em 2021 no montante de 46,5 milhões de euros, respeita ao Hospital CUF Descobertas (Edifício1). Este imóvel encontrava-se em regime de locação, tendo o contrato sido amortizado antecipadamente no primeiro semestre de 2021. Em resultado disso, foi feita a reclassificação do correspondente valor contabilístico para Ativos fixos tangíveis.
- b. O aumento verificado no exercício 2022, na rubrica Edifícios e outras construções, é justificado pelo contrato de arrendamento do Hospital CUF Trindade, S.A., cuja operação iniciou em outubro de 2022 (Nota 5.1). O Grupo CUF é atualmente responsável pela gestão da prestação dos cuidados de saúde hospitalares na Hospital CUF Trindade, S.A., sendo a propriedade do imóvel da Celestial Ordem Terceira da Santíssima Trindade, motivo pelo qual, na data de aquisição do controlo, foi igualmente reconhecido nas contas consolidadas do Grupo um ativo e um passivo por direito de uso associado ao respetivo contrato de locação que entrou em vigor naquela data. Adicionalmente, em dezembro de 2022 foi registado o contrato relacionado com o início da atividade da Clínica CUF Montijo, garantindo o acesso a cuidados de saúde diferenciados no concelho do Montijo e vizinhos. Existiram também obras no Hospital de Coimbra e Santarém, assim como na Clínica Luís Álvares, que justificam as restantes adições no ano.

Os valores registados na rubrica Edifícios e outras construções respeitam essencialmente a contratos de arrendamento de instalações de saúde e contratos de arrendamento de instalações utilizadas em serviços de cariz administrativos e de apoio à atividade assistencial (serviços partilhados e *call center*).

A rubrica Equipamento básico engloba essencialmente direitos de uso relativos a contratos de locação de equipamentos médicos.

O valor registado na rubrica Direitos de Superfície respeita a um contrato de cedência em regime de direito de superfície, da Câmara Municipal de Cascais à Hospital CUF Cascais, S.A.. Este contrato respeita à cedência do direito de superfície do Hospital Ortopédico José de Almeida, composto por dois imóveis situados no município de Cascais, e foi constituído pelo período de 40 anos.

Todos os ativos classificados como Direito de uso encontram-se valorizados ao custo.

21. Ativos Fixos Tangíveis

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, os movimentos ocorridos nos ativos sob direito de uso, bem como nas respectivas depreciações e perdas por imparidade, foi o seguinte:

	IASS e TAI (a.) (b.)	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento administrativo	Outros ativos tangíveis	Adiantamentos e tangíveis em curso (c.)	Total
Ativo bruto:								
Saldo em 1 de janeiro de 2021	463 138 796	10 779 003	112 268 481	493 940 231	40 006 055	9 761 991	10 002 180	1 139 896 737
Alterações de perímetro (Nota 5)	-	120 118	936 501	2 716 758	685 278	1 802 978	(5 904 985)	356 648
Adições	11 729 862	257 993	1 076 844	11 950 699	1 238 107	218 144	5 066 168	31 537 817
Alienações e abates	-	-	(2 124 311)	(7 079 842)	(471 671)	(453 775)	-	(10 129 600)
Transferências	2 881 936	(468 219)	(2 676 809)	1 746 913	131 924	137 357	(1 753 102)	-
Reclassificação (d.)	49 817 910	-	-	-	-	-	-	49 817 910
Regularizações	21 178	-	-	-	-	-	(39 266)	(18 088)
Cedência pelo término de exploração (e.)	-	-	(1 979 471)	(16 939 595)	(2 746 940)	-	-	(21 666 005)
Excedente de reavaliação	437 713	-	-	-	-	-	-	437 713
Saldo em 31 de dezembro de 2021	528 027 395	10 688 895	107 501 235	486 335 164	38 842 753	11 466 695	7 370 995	1 190 233 132
Alterações de perímetro (Nota 5)	-	-	309 191	3 297 640	435 902	-	18 986	4 061 718
Adições	11 438 197	2 703 244	2 488 213	16 834 750	3 164 634	206 867	6 957 762	43 793 668
Alienações e abates	-	(29 271)	(10 788)	(3 387)	(20 166)	(232 136)	-	(295 748)
Transferências	-	-	1 507 712	870 378	116 099	80 444	(2 523 295)	51 338
Efeito da variação cambial	-	(338 636)	(2 438 944)	(199 112)	(282 006)	(925 481)	-	(4 184 179)
Regularizações	-	-	-	-	(156 007)	4 760	-	(151 247)
Excedente de reavaliação	10 341 899	-	-	-	-	-	-	10 341 899
Saldo em 31 de dezembro de 2022	549 807 491	13 024 232	109 356 619	507 135 434	42 101 208	10 601 150	11 824 447	1 243 850 582



	IASS e TAI (a.) (b.)	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento administrativo	Outros ativos tangíveis	Adiantamentos e tangíveis em curso (c.)	Total
Depreciação e perdas por imparidade acumuladas:								
Saldo em 1 de janeiro de 2021	(44 191 564)	(219 308)	(62 262 042)	(367 227 289)	(31 244 668)	(5 569 234)	-	(510 714 105)
Depreciação	(11 971 573)	-	(3 144 086)	(23 198 240)	(3 448 797)	(334 642)	-	(42 097 338)
Constituição de imparidades	(1 391 083)	-	-	-	-	-	-	(1 391 083)
Utilização de imparidade	-	-	(69 851)	(746 834)	(47 907)	-	-	(864 593)
Reclassificação (a)	(3 362 527)	-	-	-	-	-	-	(3 362 527)
Regularizações	3 177 144	-	218 041	31 540	61 600	(66 400)	-	3 421 926
Alienações e abates	-	-	1 855 894	7 030 183	471 120	439 867	-	9 797 064
Cedência pelo término de exploração (e.)	-	-	1 979 471	16 939 595	2 746 940	-	-	21 666 005
Alterações de perímetro (Nota 5)	-	-	(504 403)	(2 045 182)	(448 118)	(1 371 461)	-	(4 369 164)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	(57 739 603)	(219 308)	(61 926 975)	(369 216 228)	(31 909 830)	(6 901 870)	-	(527 913 814)
Depreciação	(11 349 948)	-	(3 907 160)	(23 679 638)	(3 638 464)	(493 547)	-	(43 068 757)
Constituição de imparidades	(127 640)	-	-	-	-	-	-	(127 640)
Reversão de imparidades	3 973 976	-	74 617	-	-	-	-	4 048 593
Regularizações	229 063	-	(846)	(104 178)	(15)	1	-	124 025
Efeito da variação cambial	-	-	1 093 900	160 773	204 849	998 169	-	2 457 691
Alienações e abates	-	-	559	3 387	17 210	44 190	-	65 346
Alterações de perímetro (Nota 5)	-	-	(329 268)	(968 676)	(189 359)	-	-	(1 487 303)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	(65 014 151)	(219 308)	(64 995 173)	(393 804 561)	(35 515 609)	(6 353 057)	-	(565 901 859)
Valor líquido:								
Em 31 de dezembro de 2021	470 287 792	10 469 587	45 574 260	117 118 936	6 932 923	4 564 825	7 370 995	662 319 318
Em 31 de dezembro de 2022	484 793 340	12 804 924	44 361 446	113 330 872	6 585 599	4 248 093	11 824 447	677 948 722

O Grupo determinou que os Imóveis afetos a serviços de saúde (“IASS”) e os Terrenos e recursos naturais do segmento da atividade imobiliária (“TAI”), constitui uma classe de ativos separada, baseada na natureza, características, utilização e riscos a ela associados. Esta classe encontra-se escriturada pela quantia revalorizada e o ganho/perda, líquido do efeito de imposto diferido, encontra-se reconhecido no rendimento integral.

a. As avaliações dos imóveis são efetuadas anualmente por decisão da gestão e elaboradas por uma entidade externa registada na CMVM. Com referência a 31 de dezembro de 2022, a entidade especializada independente que realizou a avaliação foi a Ktesios Appraisal – Consultoria e Avaliações Imobiliárias, Lda.. As avaliações seguem métodos distintos, de acordo com as características de cada imóvel:

i. Hospital CUF Tejo, Hospital CUF Sintra, Hospital CUF Descobertas 1 e 2, Clínica CUF Almada, Clínica CUF S. João da Madeira, Clínica CUF Belém, Hospital CUF Cascais, Instituto CUF, Hospital CUF Torres Vedras e Hospital CUF Porto

Para a avaliação destes imóveis foi utilizado o Método do Rendimento. O método de capitalização do rendimento visa determinar o valor de um imóvel em função da sua capacidade de produzir rendimentos. Relaciona o rendimento futuro (num pressuposto de otimização e em atenção ao tempo de vida económica), com o seu valor presente e de forma a obter-se o valor de mercado (numa ótica de continuidade da utilização). Este método vocaciona-se para a determinação do valor presente de rendimentos futuros, segundo o valor e o estado atuais.

Neste método as taxas de capitalização utilizadas refletem o comportamento do mercado de habitação em Portugal, quando analisada a rentabilidade de projetos de investimento de médio/ longo prazo. Pela análise das taxas de capitalização médias do mercado imobiliário de Portugal, concluiu-se que a taxa de 6,5% (6,5% em 2021) reflete o valor do rendimento esperado por um investidor no mercado de espaços destinados a serviços, para imóveis devolutos (imóveis que se encontram no mercado para arrendar).

No método do rendimento, o valor do imóvel concluído, considerando o arrendamento, foi estimado tendo em conta a capitalização direta da renda atual. O método do rendimento por capitalização direta é utilizado em casos em que se pode considerar a renda como perpétua e constante, sendo que no imobiliário a perpetuidade do rendimento é considerada em cenários de 20 a 25 anos.

ii. Hospital CUF Santarém

Este imóvel é o único imóvel afeto a serviços de saúde que não possui contrato de arrendamento, uma vez que é detido pela sociedade prestadora de cuidados de saúde (Hospital CUF Santarém). Para a avaliação deste imóvel é utilizado o Método do Custo.

O Método do Custo tem por base a “obra nova” (construída recorrendo a tecnologia e materiais modernos) idêntica à do bem patrimonial em avaliação, acrescido de todos os encargos indiretos tidos com o desenvolvimento do projeto de investimento e de uma margem normal para o mercado e o risco do investimento considerado.

O custo da construção será afetado com um fator (fator ou coeficiente de conservação patrimonial) de modo a traduzir o estado de conservação patrimonial do bem à data da avaliação. A aplicação do método do Custo obriga à estimativa dos valores do terreno edificado e do logradouro (infraestruturado ou livre). O valor do terreno é estimado com base no princípio da máxima utilidade (ou aptidão) e uso otimizado, tal como se estivesse livre.

As avaliações dos imóveis acima identificados foram ainda efetuadas tendo em conta o estado de uso atual dos imóveis. Para efeitos de cálculo foi utilizado o valor de transação de propriedades similares, obtido a partir da prospeção realizada, tendo sido ajustada às características dos imóveis em avaliação.

iii. Edifício Infante Santo 34

Em dezembro de 2020 o imóvel “Edifício Infante Santo 34” foi reclassificado para a rubrica Ativos não correntes detidos para venda. Com a transição da atividade de ambulatório para o novo Hospital CUF Tejo, o Grupo desenvolveu esforços no sentido de vender este edifício. Em dezembro de 2021 foi assinado um contrato-promessa de compra e venda em que foi acordado um valor de venda de 7,4 milhões de euros. Na data da assinatura do contrato foi feito um adiantamento no montante de 2,22 milhões de euros, tendo sido registada uma perda por imparidade para este imóvel, no montante de 369 milhares de euros, no final de 2021. Em julho de 2022 foi efetivada a venda do imóvel pelo montante acordado no contrato-promessa de compra e de venda.

Os imóveis, considerados estratégicos para a operação privada da saúde, como os Hospital CUF Torres Vedras, Instituto CUF, Hospital CUF Cascais, Hospital CUF Sintra, Hospital CUF Porto, Clínica CUF Almada, Hospital CUF Descobertas 1, Hospital CUF Descobertas 2, e Hospital CUF Tejo foram dados como garantia real de empréstimos detidos pelo Grupo (Notas 36 e 45).

b. O saldo da classe IASS e TAI inclui, ainda, um terreno (com uma área total de 3.685.000 m²), situado em Sesimbra, para fins de promoção imobiliária (pertencente à filial Herdade do Vale da Fonte - Sociedade Agrícola, Turística e Imobiliária S.A.). Este terreno foi reavaliado em 2008, com base num relatório da CB Richard Ellis, S.A., que lhe atribuiu um valor de 18 milhões de euros. Durante o período de 2021 a CBRE Consultoria e Avaliação de Imóveis, Unipessoal, Lda. efetuou uma nova avaliação, determinando que o valor de mercado do terreno é de 12 milhões de euros; em consequência, foi efetuado um ajuste negativo na revalorização do terreno no montante de 5,5 milhões de euros.

O Grupo determinou que os Imóveis afetos a serviços de saúde (“IASS”) e os Terrenos e recursos naturais do segmento da atividade imobiliária (“TAI”), constitui uma classe de ativos separada, baseada na natureza, características, utilização e riscos a ela associados. Esta classe encontra-se escriturada pela quantia revalorizada e o ganho/perda, líquido do efeito de imposto diferido, encontra-se reconhecido no rendimento integral.

- c. Os ativos que se qualificam como Ativos tangíveis em curso respeitam, essencialmente, a ativos que irão ser reconhecidos como Terrenos e recursos naturais ou como Edifícios e outras construções, quando estiverem disponíveis para uso nas condições pretendidas pela Administração. Estes ativos encontram-se à data da Demonstração consolidada da posição financeira, valorizados ao custo.
- d. A reclassificação registada em 2021 no montante líquido de 46,5 milhões de euros, respeita ao Hospital CUF Descobertas (Edifício1). Este imóvel encontrava-se, no exercício de 2020, em regime de locação, tendo o contrato sido amortizado antecipadamente no primeiro semestre de 2021. Em resultado dessa operação, foi feita a reclassificação do respetivo valor contabilístico para Ativos fixos tangíveis.
- e. Com o término do contrato de Concessão do Hospital de Vila Franca de Xira, em regime de parceria público privada, a 31 de maio de 2021, todos os ativos fixos dessa sociedade transitaram para o Hospital Vila Franca de Xira, E.P.E., conforme previsto pelo Contrato de Transmissão.

22. Propriedades de Investimento

As propriedades de investimento são detidas para obter rendas ou para valorização de capital ou para ambas as finalidades. Por isso, uma propriedade de investimento gera fluxos de caixa altamente independentes dos outros ativos detidos pela entidade, os quais ou são rentabilizados através do seu uso na produção de bens e serviços ou são ocupados pelas empresas do Grupo. Neste último caso a propriedade não se qualifica como propriedade de investimento nas demonstrações financeiras consolidadas, sendo reclassificada para Ativos fixos tangíveis, porque a propriedade está ocupada pelo proprietário na perspetiva de Grupo; porém, da perspetiva da entidade que a possui, tal propriedade é uma propriedade de investimento nas suas demonstrações financeiras separadas.

Conforme descrito na Nota 2.4.9. o Grupo adota o modelo do custo na valorização das suas propriedades de investimento.

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, os movimentos ocorridos no valor da rubrica Propriedades de investimento, bem como nas respetivas depreciações e perdas por imparidade acumuladas, foram os seguintes:

	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Total
Ativo bruto:			
Saldo em 1 de janeiro de 2021	19 090 103	12 286 874	31 376 977
Alterações de perímetro (Nota 5)	155 246	624 150	779 395
Alienações e abates	(26 948)	(962 502)	(989 450)
Transferências e regularizações	-	30 660	30 660
Saldo em 31 de dezembro de 2021	19 218 401	11 979 182	31 197 583
Alienações e abates	(4 846 123)	(1 319 653)	(6 165 776)
Transferência para inventários (a.)	-	(4 487 120)	(4 487 120)
Transferências e regularizações	66 443	565 848	632 290
Saldo em 31 de dezembro de 2022	14 438 721	6 738 256	21 176 977
Depreciação e perdas por imparidade acumuladas:			
Saldo em 1 de janeiro de 2021	-	(5 375 173)	(5 375 173)
Alterações de perímetro (Nota 5)	-	(149 403)	(149 403)
Depreciação	-	(173 605)	(173 605)
Reversões de imparidade	-	221 639	221 639
Constituição de imparidades	-	(64 546)	(64 546)
Transferências e regularizações	-	(30 660)	(30 660)
Alienações	-	144 440	144 440
Saldo em 31 de dezembro de 2021	-	(5 427 308)	(5 427 308)
Depreciação	-	(115 972)	(115 972)
Utilização de imparidade	-	77 558	77 558
Transferência para inventários (a.)	-	-	-
Depreciações	-	365 371	365 371
Perdas por imparidade	-	1 851 456	1 851 456
Alienações	-	1 042 445	1 042 445
Saldo em 31 de dezembro de 2022	-	(2 206 451)	(2 206 451)
Valor líquido:			
Em 31 de dezembro de 2021	19 218 401	6 551 874	25 770 275
Em 31 de dezembro de 2022	14 438 721	4 531 805	18 970 526

a. Em 2022, o Grupo transferiu 11 lojas do empreendimento “Aveiro Centrum” registadas em Propriedades de Investimento, no valor líquido de 2 270 294 euros, para Inventários, por entender que num futuro breve irá vender as mesmas.

Em 31 de dezembro de 2022, esta rubrica tinha a seguinte composição:

	31 dez 2022
2 lojas e 195 lugares de estacionamento	1 086 703
19 apartamentos - Junqueira	2 920 817
Terrenos - Estarreja	4 300 113
Terreno - Lavradio	3 831 278
Terreno (Mina) - Loulé	1 592 000
Outros	5 239 614
	18 970 526

23. Investimentos em Associadas

O detalhe dos investimentos em associadas em 31 de dezembro de 2022 e 2021, é como segue:

	31 dez 2022	31 dez 2021
Brisa - Auto-Estradas de Portugal, S.A.	-	459 146 399
Rubicone Bidco, S.A. (a.)	462 381 482	-
Greenimolis - Investimentos, S.A.	4 542 678	3 474 611
AQP - Aliada Química de Portugal, Lda.	807 027	1 014 088
Centro Gamma Knife - Radiocirurgia, S.A.	302 181	464 460
Hospital da Ordem da Trindade, S.A.	-	146 107
Enkrott Química Cabo Verde	9 153	9 429
	468 042 521	464 255 094

a. Contas em versão preliminar e não auditadas.

Esta rubrica inclui participações de capital, prestações suplementares, empréstimos de financiamento concedidos e *goodwill*.

As partes de capital detidas em empresas associadas tiveram os seguintes movimentos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021:

	31 dez 2022	31 dez 2021
Saldo em 1 de janeiro	464 255 094	463 189 020
Aquisições e aumentos	61 053 311	-
Aplicação de equivalência patrimonial:		
Efeito em resultados	7 772 982	31 646 259
Efeito em capital próprio	269 718	(1 900 541)
Dividendos recebidos	(19 641 505)	(32 439 866)
Outros	(78 646)	40 679
Prestações acessórias	426 005 708	-
Prestações suplementares	1 084 878	-
Alterações de perímetro (Nota 5)	576 000	3 719 542
Alienações e abates	(473 255 019)	-
Saldo em 31 de dezembro	468 042 521	464 255 094

O detalhe dos valores reconhecidos na demonstração de resultados relativos a participações em associadas nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 é como se segue:

	31 dez 2022			31 dez 2021		
	Equivalência patrimonial (Nota 14)	Ganhos/Perdas na alienação (Nota 14)	Total	Equivalência patrimonial (Nota 14)	Ganhos/Perdas na alienação (Nota 14)	Total
Brisa - Auto-Estradas de Portugal, S.A.	32 930 119	-	32 930 119	31 893 652	-	31 893 652
Rubicone Bidco, S.A.	2 361 603	-	2 361 603	-	-	-
Greenimolis - Investimentos, S.A.	(16 811)	-	(16 811)	(170 899)	-	(170 899)
AQP - Aliada Química de Portugal, Lda.	190 226	-	190 226	397 288	-	397 288
Centro Gamma Knife - Radiocirurgia, S.A.	68 472	-	68 472	149 455	-	149 455
Hospital CUF Trindade, S.A.	(721 462)	-	(721 462)	(623 237)	-	(623 237)
Enkrott Quimica Cabo Verde	(25)	-	(25)	-	-	-
Tagus Holdings S.à r.l.	-	-	-	-	37 719	37 719
Outras	-	22 084	22 084	(1)	1	-
	34 812 122	22 084	34 834 206	31 646 258	37 720	31 683 978

O *goodwill* relativo a investimentos em empresas associadas, não é sujeito a amortização e é sujeito a testes anuais de imparidade, ou sempre que existam indícios de eventual perda de valor, tal como disposto na Nota 2.3. d).

24. Investimentos Detidos até à Maturidade

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, os investimentos detidos até à maturidade eram como segue:

	31 dez 2022			31 dez 2021	
	Maturidade	Corrente	Não corrente	Corrente	Não corrente
Farminveste 2020-2023	jun / 23	7 000 000	-	-	7 000 000
		7 000 000	-	-	7 000 000

No final de junho de 2020, venceram-se as obrigações da Farminveste — Investimentos, Participações e Gestão, S.A. ("Farminveste"), no montante de 10 milhões de euros tendo sido as mesmas reembolsadas na totalidade. Em junho de 2020 foi emitido um novo empréstimo obrigacionista no montante de 7 milhões de euros, com vencimento inicial em junho de 2022 e totalmente subscrito pelo Grupo. Em março de 2022, em resultado de negociações realizadas, a referida maturidade foi estendida até junho de 2023 no seguimento de um acordo estabelecido entre o Grupo e aquela Entidade que formalizou nova data perspectivada para a sua maturidade, por contrapartida de melhores condições e garantias adicionais, pelo que o montante de 7 milhões de euros, em 31 de dezembro de 2022, foi reclassificado para ativo corrente.

Com base numa análise feita periodicamente, o Grupo concluiu que não existem indícios de imparidade do montante das obrigações acima identificadas.

25. Ativos Financeiros Disponíveis para Venda

Os ativos financeiros disponíveis para venda, registados ao respetivo valor de mercado, em 31 de dezembro de 2022 e 2021, são como segue:

	31 dez 2022			31 dez 2021		
	Valor bruto	Perdas por imparidade (Nota 39)	Valor líquido	Valor bruto	Perdas por imparidade (Nota 39)	Valor líquido
Ativos com valor de mercado disponível:						
Ações:						
Ynvisible Interactive Inc.	24 219	-	24 219	61 224	-	61 224
Outros:						
Fundo de Compensação do Trabalho ("FCT")	2 195 860	(369 658)	1 826 202	2 158 908	(326 182)	1 832 726
Fundo Faber Tech II (a.)	324 383	-	324 383	-	-	-
	2 544 462	(369 658)	2 174 804	2 220 132	(326 182)	1 893 950
Ativos sem valor de mercado disponível:						
Empréstimos concedidos:						
SCAURI - Consultadoria Económica e Participações, S.A.	30 000	-	30 000	30 000	-	30 000
Partes de capital:						
Fundo Shilling Founders Fund	3 090 000	-	3 090 000	3 090 000	-	3 090 000
Fundo Bem Comum FCR	500 000	-	500 000	500 000	-	500 000
Faber Partners, S.A.	244 208	-	244 208	249 196	-	249 196
Guimarães de Mello, S.A.	97 500	-	97 500	97 500	-	97 500
Bem Comum, Sociedade de Capital de Risco, S.A.	80 000	-	80 000	80 000	-	80 000
Erase - Agrupamento para a Regeneração Ambiental dos Solos de Estarreja, ACE	22 628	(13 400)	9 228	22 628	(13 400)	9 228
Hytlantic, S.A. (b.)	209 750	-	209 750	-	-	-

	31 dez 2022			31 dez 2021		
	Valor bruto	Perdas por imparidade (Nota 39)	Valor líquido	Valor bruto	Perdas por imparidade (Nota 39)	Valor líquido
SCAURI - Consultadoria Económica e Participações, S.A.	5 050	-	5 050	5 050	-	5 050
Outros	26 204	-	26 204	29 037	(2 835)	26 202
	4 305 340	(13 400)	4 291 940	4 103 412	(16 235)	4 087 177
	6 849 801	(383 058)	6 466 743	6 323 544	(342 417)	5 981 127

- a. No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, foram subscritas 250 unidades de participação no fundo de capital de risco Faber Tech II, no montante de 250 milhares de euros; em 31 de dezembro de 2022 o justo valor deste investimento corresponde a 324 383 euros, tendo-se procedido à valorização correspondente pelo montante de 74 383 euros (Nota 14); o capital por realizar ascende a 121 337 euros (Nota 40).
- b. No exercício de 2022 foi adquirida uma participação de 13,5% na sociedade Hytlantic, S.A., sociedade que se dedica ao desenvolvimento de um projeto de produção de hidrogénio a partir de fontes renováveis (hidrogénio verde).

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, os Ativos financeiros disponíveis para venda, relativamente aos quais não existe valor de mercado disponível (por não existirem preços de mercado, nem transações comparáveis), encontram-se por essa razão registados ao respetivo valor de custo, deduzido de eventuais perdas por imparidade.

26. Impostos Diferidos

O Grupo registou impostos diferidos relacionados com as diferenças temporárias entre a base fiscal e a contabilística dos seus ativos e passivos. O detalhe dos ativos e passivos por impostos diferidos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, de acordo com as diferenças temporárias que os originaram, era o seguinte:

	31 dez 2022		31 dez 2021	
	Ativos por impostos diferidos	Passivos por impostos diferidos	Ativos por impostos diferidos	Passivos por impostos diferidos
Provisões não aceites fiscalmente	6 338 869	-	6 075 221	-
Prejuízos fiscais reportáveis (a.)	3 993 671	-	7 137 593	-
Imparidades	1 118 665	-	1 070 700	-
Benefícios dos empregados (b.)	1 070 707	-	1 268 341	-
Revalorização de ativos (c.)	673 693	20 709 068	755 872	18 513 393
Subsídios	-	1 596 702	-	1 397 228
Benefícios fiscais	-	-	275 618	-
Outros	3 206 394	24 777	3 293 308	-
	16 401 999	22 330 547	19 876 653	19 910 621

a. Os impostos diferidos ativos relativos a prejuízos fiscais reportáveis respeitam, essencialmente, a resultados gerados pelas subsidiárias dos Grupos Bondalti e CUF. No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, o Grupo CUF utilizou todos os prejuízos fiscais reportáveis disponíveis no âmbito do seu RETGS.

À data de 31 de dezembro de 2022 existem diferenças temporárias relativas a prejuízos fiscais reportáveis que, de acordo com as taxas de IRC atualmente em vigor, podem resultar em ativos por impostos diferidos.

Nos termos da legislação em vigor, o ano em que os prejuízos fiscais foram gerados, o prazo de reporte dos mesmos, os respetivos limites de dedução e os montantes de prejuízos fiscais reportáveis, são os seguintes:

Período de tributação	Data limite de utilização	Limite de dedução	Prejuízos fiscais reportáveis
2014	2028	70%	10 739 048
2015	2029	70%	75 111 715
2016	2030	70%	210 773
2017	2024	70%	284 042
2018	2025	70%	89 876
2019	2026	70%	827 184
2020	2032	80%	4 080 922
2021	2033	80%	87 091 646
2022	2027	70%	2 993 194
			181 428 399

Com a aprovação do Orçamento de Estado para 2017 (Lei n.º 42/2016), foram revogadas as regras de utilização dos prejuízos fiscais (que previam a dedução em primeiro lugar daqueles que fossem gerados também em primeiro lugar – critério FIFO), passando a permitir a dedução em primeiro lugar daqueles prejuízos cujo período de reporte se esgota primeiro. Estas regras foram revogadas com a aprovação do Orçamento de Estado de 2023 (“OE 2023”) – os prejuízos fiscais deixarão de ter data limite de reporte, mas ficarão limitados à dedução de 65% do lucro tributável.

- b. O montante de impostos diferidos ativos respeitantes aos Benefícios dos empregados inclui 0,6 milhares de euros referentes a um seguro de rendas vitalícias contratado pela CUF em janeiro de 2016. Este seguro permitiu dar cumprimento a um contrato existente desde 2000, onde a CUF se responsabilizou por assegurar um pagamento vitalício de uma renda a uma colaboradora que se reformou pela Segurança Social em 1 de janeiro de 2016. O respetivo gasto é dedutível fiscalmente à medida que vai sendo pago.
- c. No que concerne aos impostos diferidos passivos, estes dizem respeito à revalorização dos ativos fixos tangíveis, bem com às diferenças temporárias decorrentes das amortizações consideradas para efeitos fiscais.

Foram avaliados os impostos diferidos a reconhecer em resultado das diferenças temporárias existentes entre o resultado fiscal e o resultado contabilístico. Nos casos em que essas diferenças originaram impostos diferidos ativos, os mesmos só foram registados na medida em que se considera provável que ocorram lucros tributáveis no futuro que possam ser utilizados para recuperar as perdas fiscais ou diferenças tributárias dedutíveis. Esta avaliação baseou-se nos planos de negócios das empresas do Grupo, periodicamente revistos e atualizados e nas oportunidades de otimização fiscal disponíveis e identificadas.

27. Outros Devedores Correntes e Não Correntes

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, estas rubricas tinham a seguinte composição:

	31 dez 2022		31 dez 2021	
	Corrente	Não corrente	Corrente	Não corrente
Entidades relacionadas	35 601 680	-	40 689 614	-
Projeto Go Forward (a.)	2 499 975	-	-	-
Têxtil Manuel Gonçalves, S.A. (b.)	2 033 069	69 659 991	2 750 000	70 956 000
Devedores duvidosos	1 567 071	-	1 555 386	-
Venda direito superfície (c.)	1 254 882	-	-	-
Hospital de Vila Franca de Xira, E.P.E. (d.)	795 851	-	1 239 172	-
Pessoal	674 323	-	1 217 842	-
Expropriações e Cauções	449 163	-	528 962	-
Depósito caução (e.)	230 826	-	-	-
Fornecedores - saldos devedores	111 356	-	6 941	-
Adiantamentos para aquisição de participações (f.)	120 000	112 296	120 000	599 214
Reclamações fiscais e judiciais	93 076	-	93 688	-
Adiantamentos a fornecedores de imobilizado	-	-	1 214	-
Outros devedores (g.)	3 108 180	660 825	3 311 057	1 199 692
	48 539 451	70 433 113	51 513 875	72 754 906
Perdas por imparidade - Outros devedores (Nota 39)	(1 567 071)	-	(1 555 386)	-
	46 972 380	70 433 113	49 958 489	72 754 906

- Em 31 de dezembro de 2022, o montante a receber de 2,5 milhões de euros, resulta do acordo de rescisão do contrato com o principal fornecedor do projeto Go Forward (Nota 19).
- O Grupo detém um crédito resultante do exercício, por parte de instituições de crédito, das opções de venda sobre os Valores Mobiliários Obrigatoriamente Convertíveis emitidos pela MGI Capital.
- No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, foi assinado um contrato de compra e venda com a Placegard, no qual foi acordado um valor de venda daquele direito por 1,8 milhões de euros. Do total de 1,8 milhões de euros, encontram-se ainda por liquidar 1,2 milhões de euros.
- Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, os montantes de 796 milhares de Euros e 1 239 milhares de euros, respetivamente, respeitam aos valores de inventários que transitaram para o Hospital Vila Franca de Xira com o término do contrato de parceria público privada em 2021 e para o qual foi reconhecida nesse ano, uma perda por imparidade no montante de 661 milhares de euros. No exercício de 2022, foram recebidos aproximadamente 407 milhares de euros, encontrando-se o remanescente por receber à data de balanço, existindo a expectativa de que o mesmo venha a ser reembolsado com o fecho de saldos da respetiva transmissão.
- Em 2022, no âmbito do processo “SISA Expocomitur”, foi substituída uma garantia real (imóvel) prestada à Autoridade Tributária e Aduaneira, pela participada SIT Cojo, pelo correspondente valor em numerário.
- Em 31 de dezembro de 2022, o montante registado em Adiantamentos para aquisição de participações financeiras respeita ao contrato de alienação da participação do Grupo na Campos Costa.
- Em 31 de dezembro de 2022, o montante registado no ativo não corrente de 660 825 euros respeita a um investimento financeiro da participada AEMA nas instalações de um cliente.

28. Outros Ativos Correntes

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, estas rubricas tinham a seguinte composição:

	31 dez 2022	31 dez 2021
Acréscimos de rendimentos:		
Rendimentos por produção não faturada (a.)	14 847 293	21 759 861
Prestação de serviços médicos não faturados (c.)	17 804 097	15 882 239
<i>Rappel</i>	5 973 270	5 740 414
Prestação de serviços Swiss Life	1 277 089	1 268 115
Juros a receber	1 067 540	1 617 194
Outros acréscimos de rendimentos	19 893	27 520
	40 989 182	46 295 343
Gastos diferidos:		
Seguros	1 378 373	1 578 461
Contratos de <i>outsourcing</i> de sistemas de informação	223 284	231 816
Diferimento do preço de venda	148 093	315 494
Juros diferidos	57 129	73 451
Rendas e alugueres	25 544	85 875
Outros gastos diferidos	437 217	673 450
	2 269 640	2 958 547
Perdas por imparidade (Nota 39) (b.)	(11 284 555)	(11 479 184)
	31 974 267	37 774 706

a. Na rubrica Rendimentos por produção não faturada estão incluídos os acréscimos de rendimentos com a ARS Norte, IP e ARSLVT, IP, decorrentes do apuramento da produção real de 2013 a 2021 (e que, ainda, se encontram em processo de conferência e encerramento), de acordo com o previsto no Contrato de Gestão, bem como acréscimos de serviços prestados e não faturados a terceiros e, ainda, medicamentos a faturar. Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, esta rubrica tinha a seguinte composição:

	31 dez 2022		31 dez 2021	
	ARS Norte	ARSLVT	ARS Norte	ARSLVT
Produção do exercício de 2013	-	2 443 757	-	2 443 757
Produção do exercício de 2014	-	2 770 113	-	2 770 113
Produção do exercício de 2015	-	115 595	-	115 595
Produção do exercício de 2016	-	388 617	51 462	388 617
Produção do exercício de 2017	-	663 633	174 122	662 929
Produção do exercício de 2018	-	3 406 400	1 062 171	3 784 000
Produção do exercício de 2019	-	4 120 400	5 438 094	4 457 000
Produção do exercício de 2020	-	938 778	-	412 000
	-	14 847 293	6 725 850	15 034 011
Perdas por imparidade (Nota 39) (b.)	-	(11 284 555)	-	(11 479 184)
	-	3 562 738	6 725 850	3 554 827

O montante que se encontrava acrescido no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 relativo ao contrato de gestão do Hospital de Braga foi faturado à ARS Norte, IP e recebido no decorrer do exercício de 2022.

b. O Grupo constituiu perdas por imparidade relativas a disputas mantidas com a ARSLVT, IP e que respeitam a riscos de recuperabilidade de alguns dos montantes acima apresentados.

c. A rubrica Prestação de serviços médicos não faturados respeita a atos médicos prestados e ainda não faturados aos clientes. Estes pendentes de faturação resultam essencialmente das seguintes situações: falta de termo de responsabilidade, faturação apenas no final do tratamento e falta de confirmação dos códigos de faturação.

29. Inventários

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, esta rubrica tinha a seguinte composição:

	31 dez 2022			31 dez 2021		
	Valor bruto	Perdas por imparidade (Nota 39)	Valor líquido	Valor bruto	Perdas por imparidade (Nota 39)	Valor líquido
Matérias-primas (a.)	25 741 497	(1 224 500)	24 516 997	21 601 803	(1 117 552)	20 484 251
Matérias subsidiárias	4 659 952	-	4 659 952	5 023 699	-	5 023 699
Embalagens	192 293	-	192 293	135 588	-	135 588
Materiais diversos	8 016 094	-	8 016 094	7 151 977	-	7 151 977
Matérias em trânsito	821 531	-	821 531	757 152	-	757 152
Mercadorias	12 042 440	(3 782 400)	8 260 040	6 539 054	(1 930 944)	4 608 110
Mercadorias e matérias-primas (Nota 9)	51 473 807	(5 006 899)	46 466 907	41 209 273	(3 048 496)	38 160 777
Produtos e trabalhos em curso	1 152 467	-	1 152 467	1 449 084	-	1 449 084
Produtos acabados e intermédios	10 851 244	(467 648)	10 383 595	5 166 904	(467 648)	4 699 256
Produtos em curso e acabados (Nota 10)	12 003 710	(467 648)	11 536 062	6 615 988	(467 648)	6 148 340
	63 477 517	(5 474 548)	58 002 969	47 825 261	(3 516 143)	44 309 117

a. No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, o Grupo tinha reconhecido perdas por imparidade de 675 milhares de euros, referentes a inventários relativos a equipamentos de proteção individual (“EPI”), a qual foi aumentada em 2022 em 1 milhão de euros, tendo existindo uma utilização no montante de 972 milhares de euros (Nota 39) no contexto de abates realizados.

30. Clientes e Adiantamentos a Fornecedores

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a rubrica Clientes e adiantamentos a fornecedores, tinha a seguinte composição:

	31 dez 2022			31 dez 2021		
	Valor bruto	Perdas por imparidade (Nota 39)	Valor líquido	Valor bruto	Perdas por imparidade (Nota 39)	Valor líquido
Clientes, conta corrente	159 877 058	(1 517 232)	158 359 826	142 242 269	(4 097 773)	138 144 496
Clientes de cobrança duvidosa	16 138 528	(15 489 013)	649 514	18 540 447	(14 599 336)	3 941 111
Clientes, títulos a receber	914 990	-	914 990	462 436	-	462 436
Adiantamentos a fornecedores	947 983	-	947 983	547 821	-	547 821
	177 878 559	(17 006 246)	160 872 313	161 792 973	(18 697 108)	143 095 864

Os montantes apresentados na Demonstração consolidada da posição financeira encontram-se líquidos de perdas por imparidade (Nota 39.2).

O Conselho de Administração entende que o valor contabilístico dos clientes e adiantamentos a fornecedores é próximo do seu justo valor.

O Grupo não tem uma concentração significativa de riscos de crédito, dado que o risco se encontra diluído por um vasto conjunto de clientes.

No final do ano de 2022 foram desreconhecidos créditos de clientes no montante de 35,6 milhões de euros (36,3 milhões de euros em 31 de dezembro de 2021) no âmbito de contratos de *factoring* celebrados com uma entidade bancária, considerando que, em resultado das respetivas condições contratuais o Grupo deixou de reter o controlo sobre os referidos créditos, não retendo os respetivos serviços e benefícios significativos à data da demonstração consolidada da posição financeira.



31. Estado e Outros Entes Públicos

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, os saldos de Estado e outros entes públicos eram como segue:

	31 dez 2022	31 dez 2021
Saldos devedores:		
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas	2 359 925	1 007 453
Imposto sobre o Valor Acrescentado	6 373 730	5 303 647
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares	-	16 737
Outros	14 775	149 979
	8 748 430	6 477 816
Saldos credores:		
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas	17 745 831	6 279 723
Imposto sobre o Valor Acrescentado	4 230 843	3 349 605
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares	3 180 589	1 900 640
Contribuições para a Segurança Social	4 014 324	3 669 272
Outros	5 786	6 971
	29 177 373	15 206 211

32. Caixa e Equivalentes a Caixa

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, esta rubrica tem a seguinte composição:

	31 dez 2022	31 dez 2021
Depósitos bancários à ordem	128 017 636	117 308 862
Depósitos bancários a prazo	10 237 225	130 505
Numerário	2 315 343	1 944 436
Outros títulos negociáveis	6 580	93 171
	140 576 784	119 476 974
Perdas por imparidade	(3 990)	(89 074)
	140 572 794	119 387 900
Descobertos bancários (Nota 36)	(79 804)	(23 531)
	140 496 981	119 453 443

A rubrica Caixa e equivalentes a caixa compreende os valores de caixa, depósitos imediatamente mobilizáveis, aplicações de tesouraria e depósitos a prazo com vencimento a menos de três meses, e para os quais o risco de alteração de valor é insignificante. Em descobertos bancários estão registados os saldos credores de contas de depósitos à ordem em instituições financeiras.

A 31 de dezembro de 2022 e 2021, a rubrica Depósitos bancários à ordem inclui o montante de 15 122 milhares de euros e 11 242 milhares de euros respetivamente, referentes a créditos recebidos de clientes cedidos a entidades bancárias no âmbito de contratos de *factoring*.

33. Capital

Em 31 de dezembro de 2022, o capital no montante de 25 000 000 euros, totalmente subscrito e realizado, estava representado por 5.000.000 de ações, com o valor nominal de cinco euros cada.

34. Reservas

Reserva legal

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a Reserva legal ascendia a 5 000 000 euros, encontrando-se totalmente constituída. A legislação comercial estabelece que, pelo menos, 5% do resultado líquido anual apurado nas contas deparadas tem de ser destinado ao reforço da reserva legal, até que esta represente pelo menos 20% do capital social. Esta reserva não é distribuível a não ser em caso de liquidação da Empresa, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos depois de esgotadas as outras reservas, ou incorporada no capital.

Resultados transitados

Nos termos da legislação portuguesa, o montante de Resultados transitados distribuíveis é determinado de acordo com as demonstrações financeiras separadas da Empresa, apresentadas de acordo com as IFRS.

35. Interesses que Não Controlam

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a quota parte dos interesses que não controlam no resultado líquido e capitais próprios consolidados, tem a seguinte composição:

	31 dez 2022		31 dez 2021	
	Resultado líquido	Capital próprio	Resultado líquido	Capital próprio
Saúde:				
CUF, S.A.	11 975 696	65 820 156	12 197 679	51 579 627
José de Mello Residências e Serviços, SGPS S.A.	(277 555)	1 748 562	(126 664)	2 022 155
Indústria química:				
Bondalti Capital, S.A.	31 863	(294 958)	169 955	1 981 582
Outros:				
José de Mello Imobiliária, SGPS S.A.	(11 852)	2 388 200	44 078	2 403 321
	11 718 151	69 661 960	12 285 048	57 986 685

36. Empréstimos

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, os empréstimos obtidos eram como segue:

	31 dez 2022	31 dez 2021
Passivos não correntes:		
Empréstimos bancários	627 418 399	691 940 436
Empréstimos por obrigações	96 687 387	120 185 786
Papel comercial	77 239 274	82 817 784
Outros empréstimos obtidos	604 881	-
	801 949 941	894 944 006
Passivos correntes:		
Empréstimos bancários	99 790 408	87 829 478
Papel comercial	40 406 011	46 803 347
Empréstimos por obrigações	20 147 807	909 305
Factoring (a.)	15 741 988	10 382 963
Descobertos bancários (Nota 32)	79 804	23 531
Contas corrente caucionadas	-	1 656 312
Outros empréstimos obtidos	-	5 019
	176 166 018	147 609 955
	978 115 959	1 042 553 961

a. A 31 de dezembro de 2022 e 2021, esta rubrica refere-se a créditos de clientes cedidos no âmbito de contratos de *factoring* com recurso.

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o Grupo mantinha contratado, mas não utilizado, com o sistema bancário, entre linhas de crédito de curto prazo e contas correntes caucionadas, um montante total máximo de 101,6 milhões de euros e 74,45 milhões de euros, respetivamente.

36.1. Empréstimos por obrigações

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, os empréstimos por obrigações eram compostos pelas seguintes emissões:

Valor em dívida 31 dez 2022

Emitente	Taxa de juro	Maturidade	Nominal	Corrente	Não corrente
Guimarães de Mello Portugal, SGPS, S.A. (a.)	Euribor6M+2,00%	jun/25	310 000	-	310 000
José de Mello, SGPS, S.A. (a.)	Euribor6M+0,75%	jun/23	53 180 000	1 450 617	-
José de Mello, SGPS, S.A. (a.)	Euribor6M+2,00%	dez/25	200 000	-	200 000
CUF, S.A. (b.)	Taxa fixa - 4%	set/23	21 720 000	17 678 018	-
CUF, S.A. (b.)	Euribor6M+3,875%	jan/27	61 710 000	827 403	61 370 143
CUF, S.A. (b.)	Euribor6M+3,75%	mai/25	35 000 000	191 769	34 807 244
				20 147 807	96 687 387

Valor em dívida 31 dez 2021

Emitente	Taxa de juro	Maturidade	Nominal	Corrente	Não corrente
Guimarães de Mello Portugal, SGPS, S.A. (a.)	Euribor6M+2,75%	jun/25	310 000	-	310 000
José de Mello, SGPS, S.A. (a.)	Euribor6M+0,75%	jun/23	53 180 000	98	2 100 000
José de Mello, SGPS, S.A. (a.)	Euribor6M+2,75%	dez/25	200 000	-	200 000
CUF, S.A. (b.)	Taxa fixa - 4%	set/23	21 720 000	323 533	21 593 282
CUF, S.A. (b.)	Euribor6M+3,875%	jan/27	61 710 000	469 007	61 133 379
CUF, S.A. (b.)	Euribor6M+3,75%	mai/25	35 000 000	116 667	34 849 126
				909 305	120 185 786

- Em 2017, ocorreram no Grupo quatro operações de fusão por incorporação das subsidiárias José de Mello Participações II, SGPS, S.A., Guimarães de Mello Portugal, SGPS, S.A., Guimarães de Mello Investimentos, SGPS, S.A. e José de Mello, S.G.P.S. na sociedade SOGEFI – Sociedade de Gestão e Financiamentos, SGPS, S.A., a qual passou a designar-se José de Mello Capital, S.A..
- Os empréstimos por obrigações emitidos pela CUF, S.A. foram colocados junto de investidores institucionais e aprovada a admissão à negociação nos mercados regulamentados Euronext Lisbon – Sociedade Gestora de Mercados Regulamentados, S.A. e Bourse de Luxembourg – Societé de la Bourse de Luxembourg, S.A.. Estes contratos têm incluídas obrigações de cumprimento do rácio de endividamento Dívida Financeira Líquida / EBITDA. Em 31 de dezembro de 2022, a CUF, S.A. cumpria os covenants financeiros em todos os empréstimos por obrigações.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021 houve o reembolso parcial de 16 570 milhares de euros relativo à emissão “José de Mello Saúde 2017/2023”. Foi ainda concretizada uma operação de exchange sobre os empréstimos obrigacionistas 2019/2027 e 2017/2023, no montante de 11 710 milhares de euros. Esta operação permitiu reduzir o montante nominal das obrigações de 2017/2023 para 21 720 milhares de euros e aumentar as obrigações de 2019/2027 para 61 710 milhares de euros.

Em julho de 2022 foram recompradas 4 170 milhares de euros de obrigações da emissão José de Mello Saúde 2017/2023, sendo o saldo final em dívida no exercício findo em 31 de dezembro de 2022, de 17 678 milhares de euros.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 os valores evidenciados nesta rubrica apresentam-se líquidos das obrigações próprias detidas em carteira, que ascendem a 37 800 milhares de euros e 37 150 milhares de euros, respetivamente.

36.2. Empréstimos bancários

Em 31 de dezembro de 2022, a rubrica Empréstimos bancários tem a seguinte composição:

	31 dez 2022	
	Corrente	Não corrente
Financiamentos sindicados (a.)	74 587 804	435 646 191
Contratos de Mútuo (b.)	22 918 518	170 638 590
Outros financiamentos	2 284 085	21 738 498
	99 790 408	628 023 280

a. Esta rubrica inclui o montante de, aproximadamente 99,4 milhões de euros relativos a um financiamento sindicado de longo prazo contraído pela B. Cheminca, o que permitiu refinar a totalidade da sua dívida e criar condições para novos investimentos nos próximos exercícios.

Este financiamento pressupõe o cumprimento de rácios de autonomia financeira com um mínimo de 25% e do endividamento líquido sobre o EBITDA com um máximo de 4,0X. Na data do fecho do exercício os rácios estavam a ser cumpridos.

b. O indexante de referência usado nos contratos de financiamento a taxa variável, é a EURIBOR, cujo prazo varia entre 3M e 12M, acrescido de um *spread* em linha com o praticado no mercado para operações similares. Estes financiamentos bancários têm os seguintes *covenants* associados: (i) endividamento líquido; (ii) LTV e Serviço de Dívida, e (iii) Net Debt/EBITDA e EBITDA/Gastos financeiros. Em 31 de dezembro de 2022, o Grupo cumpria os referidos *covenants*.

Alguns destes financiamentos têm associado garantias e colaterais descritos na Nota 45.

Os empréstimos bancários apresentam os seguintes prazos de reembolso em 31 de dezembro de 2022 e 2021:

	31 dez 2022	31 dez 2021
Até 1 ano	99 790 408	87 829 478
Mais de um ano e não mais de cinco anos	280 930 695	402 481 522
Mais do que cinco anos	347 092 585	289 458 914
	628 023 280	691 940 436
	727 813 688	779 769 914

36.3. Papel comercial

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a dívida por papel comercial apresentava a seguinte decomposição:

	31 dez 2022		31 dez 2021	
	Corrente	Não corrente	Corrente	Não corrente
Saúde	40 406 011	77 239 274	46 803 347	82 817 784
	40 406 011	77 239 274	46 803 347	82 817 784

O Grupo tem contratados quatro programas de Papel comercial para financiamento de tesouraria de curto prazo com um limite de 76 milhões de euros, dos quais 37,1 milhões de euros se encontravam utilizados à data da demonstração consolidada da posição financeira.

O Grupo tem ainda contratados dois programas de Papel comercial de longo-prazo para financiamento da obra do Hospital CUF Tejo com um limite de 95 milhões de euros, encontrando-se à data da posição financeira por liquidar um montante de 80,5 milhões de euros.

Apesar de existirem programas com maturidade superior a um ano, existem renovações anuais, pelo que o Papel Comercial é todo classificado como corrente, com exceção do programa de papel comercial da subsidiária CUF Investimentos (contratado com a Caixa de Crédito Agrícola para financiamento da construção do Hospital CUF Tejo), dado que existe uma tomada firme por parte do banco até à maturidade contratada do programa.

Estes programas de papel comercial preveem *covenants* financeiros comuns em contratos de financiamento. Os contratos têm incluídas obrigações de cumprimento dos seguintes rácios de endividamento: Dívida Financeira Líquida (considerada dívida financeira bruta deduzidos de caixa e depósitos bancários e outros instrumentos financeiros) / EBITDA (correspondente ao Resultado Operacional acrescido de Amortizações, depreciações, provisões e perdas por imparidade); Rácio de cobertura do serviço da dívida (EBITDA / Gastos Financeiros) e Autonomia financeira (Capital próprio / Ativo). Os *covenants* financeiros são calculados com base nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo CUF.

Em 31 de dezembro de 2022 o Grupo CUF, cumpria todos os *covenants* financeiros nos programas de papel comercial. De salientar que, embora não tenham existido alterações nos montantes ou prazos contratados, foram assinados dois aditamentos ao financiamento do Hospital CUF Tejo, que inclui *covenant's* ESG (“*Environmental, Social and Governance*”), nomeadamente a medição anual de performance ao nível da Qualidade e Segurança Clínica, bem como de indicadores de Sustentabilidade de acordo com os Índices GRI, tendo sido definidos KPIs (“*Key Performance Indicator*”) graduais a partir de 2023 e até final dos programas de financiamento.

O imóvel do Hospital CUF Tejo encontra-se constituído como garantia real no programa de Papel Comercial com o montante contratado de 95 milhões de euros.

37. Credores por Locações

As rendas vincendas de contratos de locação em vigor em 31 de dezembro de 2022 e 2021, apresentavam as seguintes maturidades:

	31 dez 2022	31 dez 2021
Pagamentos mínimos da locação financeira:		
Não mais de um ano	17 855 530	16 824 675
Mais de um ano e não mais de cinco anos	37 210 220	41 234 414
Mais do que cinco anos	24 733 743	17 676 936
	79 799 494	75 736 024

Nos períodos findos a 31 de dezembro de 2022 e 2021, foram reconhecidos os seguintes montantes em custo:

	31 dez 2022	31 dez 2021
Valor dos gastos reconhecidos no exercício:		
Amortizações do direito de uso	18 056 865	21 607 609
Juros dos contratos de locação	1 081 350	1 989 243
Rendas dos contratos de curta duração e de baixo valor	5 318 058	7 212 446

O Grupo tem ainda alguns contratos de locação com duração inferior a 12 meses e de baixo valor. Nessas situações o Grupo reconhece as respectivas rendas como gastos operacionais quando incorridos.

38. Benefícios aos Empregados

Existem no Grupo planos de benefícios definidos com pensões de reforma e planos de saúde, cujas responsabilidades são anualmente determinadas com base em estudos atuariais efetuados por entidades independentes, sendo reconhecido no exercício o custo determinado por esses estudos. Estes planos são os seguintes:

38.1. Benefícios de reforma

SEGMENTO SAÚDE

A subsidiária Hospital CUF Tejo, S.A. (“HCT”) tem a responsabilidade de complementar as pensões de reforma de alguns dos seus colaboradores, com quem foi assumida essa responsabilidade. Embora não tenha constituído qualquer fundo ou seguro para cobrir esta responsabilidade, foi constituída uma provisão para o efeito que é atualizada anualmente de acordo com um estudo atuarial realizado com uma entidade especializada e independente.

Foi formalmente, e de acordo com a legislação em vigor, pedida a caducidade do Acordo de Empresa ao Ministério do Trabalho produzindo efeito a 6 de fevereiro de 2013, relativamente aos empregados que ainda se encontram no ativo. A lei prevê, de acordo com um parecer jurídico, a manutenção da “retribuição, categoria e respetiva definição, duração do tempo de trabalho e regimes de proteção social cujos benefícios sejam substitutivos dos assegurados pelo regime geral de segurança social ou com protocolo de substituição do Serviço Nacional de Saúde”. O complemento de reforma não se enquadra nesta obrigatoriedade e deixa de ter efeito a partir de fevereiro de 2013. Assim, a responsabilidade exigida mantém-se para os empregados reformados do HCT.

Segundo o relatório de avaliação apresentado pela CFPO Consulting – Soluções Actuariais e Financeiras, o valor atual das responsabilidades com serviços passados com pensões de reforma, é estimada em 872 milhares de euros e 1 130 milhares de euros em 31 de dezembro de 2022 e 2021, respetivamente, sendo a provisão para pensões de reforma ajustada em conformidade.

A avaliação atuarial das responsabilidades com o plano de pensões foi efetuada segundo o método “Projected Unit Credit”, tendo em consideração os seguintes pressupostos e bases técnicas atuariais:

	31 dez 2022	31 dez 2021
Taxa de desconto	3,00%	0,80%
Taxa de crescimento das pensões	0,00%	0,00%
Tábua de mortalidade:		
Para homens	TV 88/90	TV 88/90
Para mulheres	TV 88/90	TV 88/90
Número de reformados	47	51
Idade média	78,57	77,45

Segmento Indústria química

Conforme indicado na Nota 2.4.13., algumas empresas do Grupo Bondalti têm compromissos para com alguns dos seus antigos e atuais colaboradores, e somente com estes, com quem foi assumida essa responsabilidade, pelo pagamento de complementos de pensões de reforma por velhice, invalidez e sobrevivência.

A fim de estimar as suas responsabilidades, as empresas do Grupo Bondalti têm o procedimento de obter no final de cada ano, um relatório de avaliação atuarial, apresentado pela Actuariado – Estudos Actuariais Económicos e Financeiros. Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, os estudos atuariais quantificaram o montante dos compromissos por serviços passados em 1 851 milhares de euros e 2 379 milhares de euros, respetivamente.

Os estudos atuariais supra referidos foram efetuados utilizando o método denominado por “*Projected Unit Credit*”, e têm os seguintes pressupostos e bases técnicas atuariais:

	31 dez 2022	31 dez 2021
Taxa de crescimento salarial para a Segurança Social	2,00%	2,00%
Taxa de crescimento salarial	2,00%	2,00%
Taxa de desconto	0,75%	3,00%
Taxa de crescimento das pensões	0,00%	0,00%
Taxa técnica (rendas vitalícias)	0,75%	0,75%
Revalorização dos salários da Segurança Social	1,00%	1,00%
Tábua de mortalidade	TV 88/90	TV 88/90
Tábua de invalidez	EKV 80	EKV 80

38.2. Benefícios de saúde

A B. Chemicals tem ainda a responsabilidade de suportar os custos com internamento, consultas e intervenções cirúrgicas conforme regulamento dessa subsidiária e acordo vigente com o HCIS, bem como a parte não participada dos medicamentos parcialmente participados pelo Serviço Nacional de Saúde (apenas dos medicamentos sujeitos a participação pelo Serviço Nacional de Saúde) de alguns dos seus antigos (oriundos da ex-Quimigal) e atuais colaboradores, e somente a estes, com quem foi assumida essa responsabilidade. Embora não tenha constituído qualquer fundo ou seguro para cobrir esta responsabilidade, foi criada uma provisão para o efeito, a qual é atualizada de acordo com um estudo atuarial realizado por uma entidade especializada independente. Segundo o relatório de avaliação apresentado pela Actuariado – Estudos Actuariais Económicos e Financeiros, o valor das responsabilidades com serviços passados da B. Chemicals com Atos Médicos, em

31 de dezembro de 2022 e 2021 é estimada em 271 milhares de euros e 266 milhares de euros, respetivamente, registada na rubrica Benefícios aos empregados.

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o movimento ocorrido na rubrica Benefícios aos empregados foi o seguinte:

	Plano Pensões de Reforma	Plano de atos médicos	Total
Saldo em 1 de janeiro de 2021	4 039 945	475 390	4 515 335
Benefícios pagos	(104 560)	-	(104 560)
Reversão	(437 201)	(208 995)	(646 196)
Ganhos e perdas atuariais	10 825	-	10 825
Saldo em 31 de dezembro de 2021	3 509 008	266 396	3 775 404
Custo dos juros	16 844	-	16 844
Benefícios pagos	(366 529)	-	(366 529)
Ganhos e perdas atuariais	(435 740)	4 288	(431 452)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	2 723 584	270 684	2 994 268



39. Provisões e Perdas por Imparidade Acumuladas

39.1. Perdas por imparidade de ativos não correntes

O movimento ocorrido nas perdas por imparidade acumuladas de ativos não correntes durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, foi o seguinte:

	<i>Goodwill</i> (Nota 18)	Ativos intangíveis (Nota 19)	Ativos tangíveis (Nota 21)	Direito de Uso (Nota 20)	Propriedades de investimento (Nota 22)	Investimentos em associadas (Nota 23)	Ativos disponíveis para venda (Nota 25)	Ativos não correntes detidos para venda (Nota 21)	Total
Saldo em 1 de janeiro de 2021	1 135 390	793 411	19 702 161	102 321	2 593 684	11 440 112	342 417	-	36 109 494
Imparidades	-	-	1 391 083	-	64 546	76 000 000	-	369 622	77 825 250
Reversão	-	-	(3 394 186)	-	-	-	-	-	(3 394 186)
Utilização	-	(389 412)	(1 132 900)	-	-	(76 000 000)	-	-	(77 522 312)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	1 135 390	403 998	16 566 157	102 321	2 658 230	11 440 112	342 417	369 622	33 018 246
Imparidades	2 009 612	-	127 640	-	-	-	-	-	2 137 252
Regularizações	(15 896)	-	571 985	-	-	-	-	-	556 089
Transferência de imparidades	-	-	-	-	(1 851 456)	-	-	-	(1 851 456)
Reversão	-	-	(4 048 593)	-	-	-	-	-	(4 048 593)
Operações descontinuadas	-	-	-	-	-	-	43 476	-	43 476
Utilização	-	(403 998)	-	-	(77 558)	-	(2 835)	(369 622)	(854 013)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	3 129 106	-	13 217 188	102 321	729 216	11 440 112	383 058	-	29 001 001

39.2. Perdas por imparidade de ativos correntes

O movimento ocorrido nas perdas por imparidade acumuladas de ativos correntes durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, foi o seguinte:

	Outros devedores (Nota 27)	Outros ativos (Nota 28)	Inventários (Nota 29)	Clientes (Nota 30)	Total
Saldo em 1 de janeiro de 2021	847 567	16 436 527	3 916 967	17 443 915	38 644 977
Reforço	-	-	-	958 050	958 050
Utilização	-	(2 233 395)	(1 044 754)	(318 375)	(3 596 524)
Reversão	-	-	-	(500 806)	(500 806)
Regularizações	-	679	(30 660)	509 234	479 253
Reclassificação de provisões	-	-	674 590	-	674 590
Reclassificação	707 819	(707 819)	-	-	-
Atividades descontinuadas	-	(2 016 808)	-	539 854	(1 476 954)
Alterações de perímetro (Nota 5)	-	-	-	65 236	65 236
Saldo em 31 de dezembro de 2021	1 555 386	11 479 184	3 516 143	18 697 108	35 247 822
Reforço	57 610	-	1 079 051	1 314 122	2 450 783
Utilização	-	-	(972 103)	228 037	(744 065)
Reversão	-	-	-	(225 636)	(225 636)
Regularizações	15 167	(179 571)	-	(39 622)	(204 026)
Atividades descontinuadas	(76 150)	-	-	(2 967 765)	(3 043 915)
Reclassificação	15 058	(15 058)	-	-	-
Transferências	-	-	1 851 456	-	1 851 456
Saldo em 31 de dezembro de 2022	1 567 071	11 284 555	5 474 548	17 006 246	35 332 419

39.3. Provisões

O movimento ocorrido nas provisões durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, foi o seguinte:

	Contingências fiscais e judiciais (a.)	Outras responsabilidades (b.) (c.) (d.) (e.)	Investimentos em associadas (f.)	Outros (g.)	Total
Saldo em 1 de janeiro de 2021	2 114 890	9 083 398	152 000 000	18 770 717	181 969 005
Reforço	148 938	105 330	-	2 824 574	3 078 843
Utilização	-	(2 369 736)	-	(11 421 037)	(13 790 773)
Reversão	(29 920)	(2 275 628)	(78 870 373)	(66 295)	(81 242 216)
Transferências	-	-	-	(673 590)	(673 590)
Reclassificação	15 202	3 123 444	-	(3 138 646)	-
Atividades descontinuadas	(15 000)	-	-	(281 475)	(296 475)
Alterações de perímetro (Nota 5)	-	105 750	-	23 213	128 963
Regularizações	-	-	-	(112)	(112)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	2 234 110	7 772 558	73 129 627	6 037 350	89 173 645
Reforço	2 656 568	500 000	576 373	67 288	3 800 229
Utilização	-	(62 741)	-	(23 213)	(85 954)
Reversão	(764 712)	-	(2 012 940)	(31 093)	(2 808 745)
Atividades descontinuadas	(55 201)	(1 562 431)	-	15 660	(1 601 972)
Alterações de perímetro (Nota 5)	6 601	-	-	31 433	38 034
Variação cambial	1 961	-	-	-	1 961
Regularizações	-	-	-	7 559	7 559
Saldo em 31 de dezembro de 2022	4 079 327	6 647 386	71 693 060	6 104 983	88 524 756

a. Esta rubrica inclui as seguintes provisões:

- i. Processos judiciais: provisões que decorrem de processos interpostos pelos clientes das várias unidades do Grupo CUF, no montante de 1 465 milhares de euros, no âmbito da atividade de prestação de serviços hospitalares; estas provisões são constituídas com base na avaliação e graduação do risco dos processos. Em 31 de dezembro de 2022 existiam processos interpostos contra o Grupo sendo a responsabilidade estimada pelo Grupo aquela que não se encontra coberta pelos seguros por si contratados. Adicionalmente esta rubrica inclui o montante, agregado, de 337 milhares de euros, constituídos no exercício de 2022 pela subsidiária S.P.S.I. para fazer face a um processo por “burla” e “fecho de contas”.
 - ii. Contingências fiscais: em março de 2022, o Tribunal Constitucional concedeu provimento a um recurso do Ministério Público e ordenou a reforma da decisão do Supremo Tribunal Administrativo, relativamente a uma ação de oposição à execução tributária instaurada pela JM Imobiliária e relativa a uma dívida de Sisa imputada pela Autoridade Tributária e Aduaneira à sociedade, na sua qualidade de acionista da Expocomitur - Promoção e Gestão Imobiliária, S.A., entretanto liquidada. Apesar do processo não estar ainda concluído, mas tendo por base a apreciação dos seus advogados e consultores legais, a sociedade constituiu uma provisão pela totalidade do valor em causa de 2 264 314 euros.
- b. A subsidiária Electroquímica del Noroeste, S.A. (“Elnosa”) tem as suas instalações implantadas em terrenos que estão sujeitos a uma concessão por um período de 50 anos. Desde o início de 2018 estão a decorrer trabalhos de limpeza e descontaminação dos terrenos, bem como de desmantelamento das instalações. A 31 de dezembro de 2022 esta provisão ascende a 58 milhares de euros.
- c. No âmbito da Nutriquim – Produtos Químicos, S.A. e por forma a contemplar o plano de reestruturação da atividade da empresa, foi constituída em 2013 uma provisão, no montante global de 1 150 milhares de euros; no decorrer dos exercícios de 2015 a 2022, esta provisão foi sendo utilizada, para fazer face a custos nesse âmbito, sendo que o montante de provisão disponível a 31 de dezembro de 2022 ascende a 474 milhares de euros.
- d. Em fevereiro de 2009 o Grupo Bondalti decidiu descontinuar em definitivo as atividades produtivas de ureia e amoníaco. Para fazer face às responsabilidades decorrentes dessa decisão de descontinuação, o Grupo tinha, inicialmente, constituída uma provisão no montante de 58 milhões de euros; nos exercícios de 2009 a 2017 a provisão foi reduzida no montante de 53 milhões de euros por se terem já liquidado as responsabilidades inerentes a indemnizações a trabalhadores, rescisões contratuais com fornecedores, operações de desmantelamento das instalações desativadas e limpeza de terrenos. No decorrer do exercício de 2022 a presente provisão foi reforçada em 500 milhares de euros por se considerar que decorrente do aumento dos preços verificado nos últimos anos, já não estaria adequada ao valor de mercado. O montante de provisão disponível a 31 de dezembro de 2022 ascende a 5,5 milhões de euros, a qual, no entender do Conselho de Administração do Grupo, será suficiente para fazer face a eventuais responsabilidades que ainda possam advir do processo de descontinuação dessa atividade produtiva.

- e. Em 2022 a anulação de provisões na linha “Atividades descontinuadas” inclui o montante de, aproximadamente, de 1 071 milhares de euros, que diz respeito a uma provisão constituída em 2014, na Escala Braga (incorporada por fusão na CUF, S.A., em 2021), referente a valores imputados à CUF e não aceites (relativos aos exercícios de 2009 a 2014), que se entendia existir risco de ser exigido no âmbito do processo negocial de término da parceria público privada. Considerando o fim do referido do processo negocial em 2022 e a antiguidade dos mesmos, é entendimento que aquele montante não era exigível a 31 de dezembro de 2022.
- f. No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, as opções de venda sobre os Valores Mobiliários Obrigatoriamente Convertíveis emitidos pela MGI Capital, foram exercidas pelas instituições de crédito que as detinham; na sequência das operações descritas, o Grupo procedeu à reversão de provisões no montante de 78 870 373 euros. No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, foi revertida parte da provisão constituída no exercício anterior, no valor de 2 012 940 euros, por o mesmo ter sido recebido no exercício. Por outro lado, durante o exercício de 2022, esta provisão foi reforçada em 576 373 euros, montante que corresponde ao valor dos juros, comissões e imposto do selo devidos, por uma entidade envolvida no acordo, às instituições de crédito à data em que as opções de venda sobre os Valores Mobiliários Obrigatoriamente Convertíveis foram exercidas.
- g. Outros – Provisões de Contratos de Gestão em Regime de Parceria Público-Privada: estas provisões decorrem dos Contratos de Gestão em Regime de Parceria Público-Privada com as sociedades Escala Braga - Sociedade Gestora do Estabelecimento, S.A. e Escala Vila Franca - Sociedade Gestora do Estabelecimento, S.A., das quais se destacam as seguintes:
- i. Responsabilidade por investimentos futuros – provisão que decorre da cláusula 123^o (Reversão de Bens) do Contrato de Gestão relativo ao Hospital de Vila Franca. De acordo com esta cláusula, os bens objeto de reversão para a Entidade Pública Contratante devem encontrar-se em bom estado de funcionamento e plenamente operacionais. Considerando que devem ser alvo de investimento todos os equipamentos médicos que atinjam o fim da sua vida útil antes do final do Contrato de Gestão, foi constituída em 2013 uma provisão por contrapartida de Ativos Intangíveis (Nota 19) e elaborado um plano de investimento onde se previa o reconhecimento da obrigação futura de substituição dos referidos equipamentos até ao fim do contrato.
 - ii. Riscos contratuais - As provisões para outros riscos contratuais foram constituídas para fazer face a um conjunto de riscos decorrentes dos Contratos de Gestão, dos quais se destacam os relativos às divergências de interpretação de cláusulas contratuais; em 2020, o Grupo concluiu que os custos inevitáveis de satisfazer as obrigações do contrato de gestão excediam os benefícios económicos que se esperava que fossem recebidos ao abrigo do mesmo; com efeito, com base na informação disponível e com base na melhor estimativa do Grupo, o contrato revelou-se oneroso considerando-se que a projeção da atividade até ao seu término seria negativa, perspetivando-se uma situação patrimonial negativa do Hospital de Vila Franca de Xira; nesse sentido, foi constituída uma provisão para esse efeito no montante de 5 396 milhares de euros a qual foi utilizada em 2021.

Os valores provisionados para estes contratos de gestão foram aprovados com base na experiência do Grupo, entendendo o Grupo não existirem responsabilidades no âmbito daqueles processos que não se encontrem registados nas demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2022. Acresce a existência de montantes em disputa incluídos na rubrica Outros ativos correntes, conforme divulgado na Nota 28.

Durante os exercícios de 2022 e 2021, os movimentos ocorridos nas rubricas de Perdas por imparidade e Provisões, tiveram as seguintes contrapartidas em resultados:

	31 dez 2022		31 dez 2021	
	Reforço	Reversão	Reforço	Reversão
Imparidade de ativos não correntes	2 137 252	(4 048 593)	77 825 251	(3 394 186)
Imparidade de ativos correntes	2 450 783	(225 636)	958 050	(500 806)
	4 588 035	(4 274 229)	78 783 301	(3 894 992)
Provisões	3 800 229	(2 808 745)	3 078 842	(81 242 215)
	3 800 229	(2 808 745)	3 078 842	(81 242 215)

40. Outros Credores Correntes e Não Correntes

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, estas rubricas tinham a seguinte composição:

	31 dez 2022		31 dez 2021	
	Corrente	Não corrente	Corrente	Não corrente
Entidades relacionadas	-	2 530 454	-	2 508 269
Fornecedores de investimentos (a.)	5 350 860	1 699 568	3 375 259	1 477 264
Adiantamento venda de imóvel (b.)	-	-	2 220 000	-
Aquisição de investimentos financeiros (c.)	320 719	3 283 864	284 079	2 174 114
Honorários (d.)	6 002 908	-	1 174 331	-
Adiantamentos ao pessoal e sindicatos	795 416	-	751 159	-

	31 dez 2022		31 dez 2021	
	Corrente	Não corrente	Corrente	Não corrente
Garantias e cauções	51 154	-	51 805	-
Credores a regularizar	6 136	-	14 737	-
Credores por subscrições não liberadas (e.)	-	3 902 337	-	4 781 000
Outros credores	1 839 510	-	2 307 526	-
	14 366 703	11 416 223	10 178 896	10 940 647

- Esta rubrica inclui a dívida de 1 699 568 euros da Bondalti Cantábria ao principal fornecedor (Solvay) da reconversão da fábrica de cloro-álcalis, situada em Torrelavega, que iniciou a produção em 2020, que só será liquidada num prazo superior a um ano.
- Em 31 de dezembro de 2021 este montante correspondia a um adiantamento recebido no âmbito do contrato de promessa de compra e venda do Edifício Infante Santo 34 (Nota 21 a) **iii)**).
- Esta rubrica, no exercício findo em 31 de dezembro de 2022, inclui montantes a pagar relativos à aquisição dos seguintes investimentos financeiros: Clínica CUF Montijo (300 milhares de euros); Clínica Dr. Luís Álvares, S.A. (450 milhares de euros); Hospital CUF Trindade (1 186 milhares de euros, deduzidos do custo amortizado); ICIL (1 355 milhares de euros).
- A rubrica Honorários refere-se aos valores a liquidar aos colaboradores do Grupo CUF sem vínculo contratual permanente. O aumento verificado em 2022 deve-se a uma alteração de política de contabilização, em que estes honorários deixaram de ser registados unicamente em acréscimos de gastos, passando a ser contabilizados nesta rubrica e na rubrica Fornecedores.
- Esta rubrica, no exercício findo em 31 de dezembro de 2022, inclui um milhão de euros, a liquidar junto dos anteriores acionistas do Grupo Alfaro (no prazo de três anos), referente à aquisição de um investimento num Fundo de Capital de Risco; o capital por realizar, no montante de 2 781 mil euros, do investimento no Fundo de Capital de Risco Shilling Founders Fund; e o capital por realizar, no montante de 121 mil euros, no prazo máximo de 6 anos, do investimento no Fundo de Capital de Risco Faber Tech II (Nota 25).

41. Outros Passivos Correntes e Não Correntes

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, estas rubricas tinham a seguinte composição:

	31 dez 2022		31 dez 2021	
	Corrente	Não corrente	Corrente	Não corrente
Acréscimos de gastos:				
Remunerações a liquidar ao pessoal	39 364 272	-	33 300 270	-
Honorários médicos a liquidar (a.)	6 262 500	-	31 485 303	-
Gastos operacionais (b.)	7 284 179	-	6 636 000	-
Responsabilidade por emissão de notas de crédito (c.)	4 708 666	-	4 708 666	-
Informática	1 337 326	-	2 935 646	-
IMI - Imposto Municipal sobre Imóveis	1 096 320	-	741 752	-
Juros, comissões e encargos bancários	322 727	-	250 110	-
Seguros a liquidar	175 610	-	151 819	-
Contratos plurianuais	33 793	-	119 668	-
Gastos financeiros de <i>swaps</i>	-	-	1 738 003	-
Outros acréscimos de gastos	2 134 889	-	1 267 070	-
	62 720 282	-	83 334 307	-
Rendimentos diferidos:				
Direitos de superfície	439 560	-	494 550	-
Direitos de uso e habitação - Condomínios Residenciais	82 635	-	82 635	-
Rendas e alugueres	25 681	-	17 219	-
Venda de equipamento	-	-	320 000	-
Outros rendimentos diferidos	839 932	-	430 157	-
	1 387 809	-	1 344 561	-
	64 108 091	-	84 678 868	-

a. A rubrica Honorários refere-se à estimativa de valores a liquidar aos colaboradores do Grupo CUF sem vínculo contratual permanente. Esta estimativa é baseada no histórico mensal pago, nos acordos estabelecidos com cada prestador de serviço e nos tempos de trabalho realizados. No decurso do exercício de 2022, a redução verificada na rubrica acréscimos de gastos com honorários de médicos e outros profissionais de saúde, decorre do registo da responsabilidade com honorários em rubricas de Fornecedores (Nota 42) e Outros credores (Nota 40) em resultado do seu apuramento efetivo no período.

b. Nesta rubrica constam os acréscimos de gastos efetuados no fecho do ano, referentes a Custos das vendas, Fornecimentos e serviços externos (MCDT, Seguros e Trabalhos Especializados Clínicos), Gastos com o pessoal e Outros gastos operacionais.

c. A rubrica Responsabilidade por emissão de notas de crédito respeita a responsabilidades reconhecidas para com a ARSLVT, IP em resultado da diferença entre os montantes adiantados ao longo dos exercícios 2020 e 2021 e a produção real efetuada. Esta situação resulta do fecho do valor faturado, que é o contratado, ser superior ao valor real de produção apurado pelo Grupo CUF naqueles exercícios.

42. Fornecedores e Adiantamentos de Clientes

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, estas rubricas tinham a seguinte composição:

	31 dez 2022	31 dez 2021
Fornecedores, conta corrente	131 502 855	111 243 580
Fornecedores, faturas em receção e conferência	14 766 296	17 153 397
Fornecedores, títulos a pagar	4 009	1 921 647
Adiantamentos de clientes	8 706 118	8 630 807
	154 979 279	138 949 431

43. Notas às Demonstrações dos Fluxos de Caixa Consolidados

43.1. Recebimentos relativos a investimentos financeiros

Os recebimentos mais significativos relacionados com investimentos financeiros, ocorridos durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, respeitam às seguintes entidades:

	31 dez 2022	31 dez 2021
Fundo de Compensação do Trabalho	197 500	7 597
Dr. Campos Costa - Cons. de Tomografia Computorizada, S.A.	120 000	120 000
Faber Partners, S.A.	4 988	-
	322 488	127 597

43.2. Dividendos recebidos

Os dividendos recebidos durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, respeitam às seguintes entidades:

	31 dez 2022	31 dez 2021
Brisa - Auto-Estradas de Portugal, S.A.	19 244 217	31 996 632
AQP - Aliada Química de Portugal, Lda.	397 288	443 234
Centro Gamma Knife - Radiocirurgia, S.A.	153 000	60 642
	19 794 505	32 500 508

43.3. Pagamentos relativos a investimentos financeiros

Os pagamentos mais significativos relacionados com investimentos financeiros, ocorridos durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, respeitam às seguintes entidades:

	31 dez 2022	31 dez 2021
Hospital CUF Trindade, S.A.	2 189 160	-
Sagies - Segurança e Saúde no Trabalho, S.A.	1 147 000	-
Greenimolis - Investimentos, S.A. (Prestações suplementares)	1 085 000	-
Enkrott - Gestão e Tratamento de Águas, S.A.	727 171	-
Hytlantic, S.A. (Suprimentos)	203 000	-
Fundo Faber Tech II	128 633	-
Fundo de Compensação do Trabalho	77 507	9 671
Vigorous Proposal, Lda.	5 000	-
Valores mobiliários obrigatoriamente convertíveis	-	152 224 833
Grupo Águas Alfaro	-	8 000 000
Miralcalis - Activos de Produção de Cloro S.A.	-	5 141 526
Fundo Shilling Founders Fund	-	309 000
Fundo Bem Comum	-	148 000
Hospital CUF Coimbra, S.A.	-	113 643
Clínica Dr. Luís Álvares, S.A.	-	90 000
SIM-X - Serviço de Imagem Médica, Lda.	-	59 280
	5 562 472	166 095 953

43.4. Dividendos pagos

Os dividendos pagos durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, foram efetuados pelas seguintes entidades:

	31 dez 2022	31 dez 2021
José de Mello Capital, S.A.	6 300 000	10 000 000
Clínica CUF Belém, S.A.	177 229	-
	6 477 229	10 000 000



44. Partes relacionadas

As transações e saldos entre a JM Capital (“Empresa-mãe”) e as empresas do grupo foram eliminados no processo de consolidação.

Os saldos entre o Grupo e as outras partes relacionadas estão descritos abaixo:

	2022				
	Saldos devedores			Saldos credores	
	Clientes	Devedores e acionistas	Outros ativos	Fornecedores	Credores e acionistas
Ageas Portugal Holdings SGPS, S.A.	-	-	-	-	2 589 900
Centro Gamma Knife-Radiocirurgia, S.A.	84 718	-	-	19 280	55 687
AQP-Aliada Química de Portugal, Lda	-	-	-	-	2 107
Farminveste - Investimentos, Participações e Gestão, S.A.	-	-	7 000 000	-	-
Greenimolis - Investimentos Imobiliários, S.A.	-	-	84 769	-	-
Grupo Rubicone Bidco	101 745	133 761	-	321	-
Grupo MGICapital	296 847	31 611	21 879	881 672	10 726
Guimarães de Mello, S.A.	2 706	35 601 680	-	202 833	-
L.A.R.F. - Imobiliária, S.A.	289	-	-	-	-
LHEA - Association For Lifelong Health	-	-	250 000	-	-
SCAURI - Consultadoria Económica e Participações, S.A.	308	25 000	30 000	-	-
Sociedade Agrícola D.Diniz, S.A.	2 669	-	-	854	4 998
Ravasqueira Vinhos, S.A.	127 257	635	-	-	-
Ana Maria Godinho Silveira	-	-	-	-	69 760
João Gonçalves da Silveira	-	-	-	-	91 718
	616 539	35 792 688	7 386 648	1 104 960	2 824 896

	2021				
	Saldos devedores			Saldos credores	
	Clientes	Devedores e acionistas	Outros ativos	Fornecedores	Credores e acionistas
Ageas Portugal Holdings SGPS, S.A.	-	-	-	166 389	2 368 791
Centro Gamma Knife-Radiocirurgia, S.A.	-	-	-	390 733	1 500
AQP-Aliada Química de Portugal, Lda	-	-	-	-	2 605
Farminveste - Investimentos, Participações e Gestão, S.A.	84	-	7 000 000	11 504	-
Greenimolis - Investimentos Imobiliários, S.A.	-	-	-	40 507	-
Grupo Brisa - Auto-estradas de Portugal	81 200	123 267	-	-	298
Grupo MGI Capital	370 572	491	23 904	1 491 832	2 505
Guimarães de Mello, S.A.	2 706	35 601 680	-	202 833	-
Hospital da Ordem da Trindade, S.A.	215 609	5 156 013	-	353 216	-
L.A.R.F. - Imobiliária, S.A.	289	-	-	-	44 000
MGICAPITAL - Sistemas de Gestão, S.A.	-	9 041 212	-	-	-
SCAURI - Consultadoria Económica e Participações, S.A.	308	25 000	30 000	-	-
Sociedade Agrícola D.Diniz, S.A.	21 710	1 020	-	18 165	1 216
Ana Maria Godinho Silveira	-	-	-	-	69 760
João Gonçalves da Silveira	-	-	-	-	69 718
Perdas por imparidade	-	(9 041 212)	-	-	-
	692 477	40 907 471	7 053 904	2 675 179	2 560 392



Adicionalmente, as transações ocorridas entre o grupo e as empresas associadas e outras partes relacionadas durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, estão descritas abaixo:

2022					
Transações					
	Prestação de serviços	Rendimentos operacionais	Fornecimentos e serviços externos	Gastos financeiros	Rendimentos financeiros
Ageas Portugal Holdings SGPS, S.A.	-	-	-	54 720	-
Centro Gamma Knife-Radiocirurgia, S.A.	381 931	-	1 132 511	13 400	-
Farminveste - Investimentos, Participações e Gestão, S.A.	4 531	-	-	-	-
Greenimolis - Investimentos Imobiliários, S.A.	-	-	12 000	-	-
Grupo Rubicone Bidco	172 539	863	660 340	-	-
Grupo MGICapital	699 449	92 046	7 843 942	-	-
Guimarães de Mello, S.A.	26 400	-	952 020	-	-
L.A.R.F. - Imobiliária, S.A.	1 613	-	-	-	-
SCAURI - Consultadoria Económica e Participações, S.A.	3 000	-	-	-	-
Sociedade Agrícola D.Diniz, S.A.	220 331	28 582	19 876	-	-
Ravasqueira Vinhos, S.A.	123 093	9 485	-	-	-
Ana Maria Godinho Silveira	-	-	-	1 012	-
João Gonçalves da Silveira	-	-	-	1 035	-
	1 632 887	130 976	10 620 689	70 167	-

2021					
Transações					
	Prestação de serviços	Rendimentos operacionais	Fornecimentos e serviços externos	Gastos financeiros	Rendimentos financeiros
Ageas Portugal Holdings SGPS, S.A.	-	-	-	54 720	-
Centro Gamma Knife-Radiocirurgia, S.A.	360 777	12 678	-	-	8 316
Greenimolis - Investimentos Imobiliários, S.A.	-	-	1 491 000	-	126 000
Hospital da Ordem da Trindade, S.A.	4 974	17 223	354 986	-	128 638
Farminveste - Investimentos, Participações e Gestão, S.A.	4 341	-	113 014	-	-
Grupo Brisa - Auto-estradas de Portugal	866 374	1 141 200	486 056	-	-
Grupo MGI Capital	591 114	92 197	6 778 756	-	-
Guimarães de Mello, S.A.	26 400	-	933 315	-	-
L.A.R.F. - Imobiliária, S.A.	1 839	-	-	54 000	-
SCAURI - Consultadoria Económica e Participações, S.A.	3 000	-	-	-	-
Ana Maria Godinho Silveira	-	-	-	678	-
João Gonçalves da Silveira	-	-	-	678	-
Sociedade Agrícola D.Diniz, S.A.	225 375	34 815	47 102	-	-
	2 084 194	1 298 113	10 204 229	110 076	262 954

Os termos ou condições praticados entre o Grupo e as outras partes relacionadas são substancialmente idênticos aos que normalmente seriam contratados, aceites e praticados entre entidades independentes em operações comparáveis.

Benefícios atribuídos aos membros do Conselho de Administração

Os benefícios atribuídos aos membros dos Órgãos Sociais da José de Mello Capital, S.A., nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, foram de 4 846 milhares de euros e 4 011 milhares de euros, respetivamente.

45. Contingências

45.1. Garantias

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, as empresas incluídas na consolidação tinham prestado garantias a terceiros conforme segue:

	31 dez 2022	31 dez 2021
Autarquias locais (a.)	74 282	194 439
Autoridad Portuaria de Vigo	24 500	24 500
Instituto Superior Técnico	23 500	23 500
Agência Portuguesa do Ambiente	21 122	21 122
Fornecimentos diversos	14 964	14 964
Canal Isabel II, S.A.	-	228 353
Outros	6 500	7 000
	164 868	513 878

- a. Em 31 de dezembro de 2022, o montante de 74 282 euros corresponde à garantia exigida pela Câmara Municipal de Loulé no âmbito de execuções das infraestruturas do loteamento pelo Alvará n.º 2/2002 sito em Betunes.

45.2. Seguros de cauções

Os seguros de caução assumidos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, são como se segue:

	31 dez 2022	31 dez 2021
Autoridade Tributária e Aduaneira	230 826	-
Autoridade Tributária e Aduaneira - Alfândega de Aveiro	200 000	200 000
Autoridade Tributária e Aduaneira - Alfândega de Aveiro	75 000	75 000
Autoridade Tributária e Aduaneira - Alfândega de Aveiro	75 000	75 000
AdP - Águas de Portugal Serviços Ambientais	16 875	36 343
	597 701	386 343

45.3. Dívidas a terceiros cobertas por garantias reais

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, as empresas incluídas na consolidação tinham prestado as seguintes garantias reais a terceiros (a favor de instituições bancárias para garantia de financiamento), que consistem no penhor sobre as seguintes ações (número de ações):

	31 dez 2022	31 dez 2021
Ações Bondalti Capital, S.A.	4 084 400	4 084 400
Ações CUF, S.A.	1 679 040	1 679 040
Ações Brisa - Auto-Estradas de Portugal, S.A.	-	92 475 815

45.4. Garantias reais prestadas a terceiros

Em 31 de dezembro de 2022, o Grupo tinha prestado garantias reais a instituições financeiras, através da hipoteca dos seguintes imóveis: Hospital CUF Sintra, Hospital CUF Porto, Instituto CUF, Hospital CUF Descobertas (Expansão), Hospital CUF Descobertas, Clínica CUF Almada, Hospital CUF Tejo, Hospital CUF Cascais e Hospital CUF Torres Vedras.

Adicionalmente, no exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a CUF Cascais constituiu a favor de instituições financeiras hipoteca de primeiro grau sobre o Direito de Superfície por si detido, livre de ônus ou encargos, até ao pagamento integral das obrigações emergentes do contrato de financiamento entre a LHEA - Association for Lifelong Health Education, da qual a CUF Cascais é associada e a Caixa Central – Caixa Central de Crédito Agrícola Mútuo, C.R.L., Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Entre Tejo e Sado, C.R.L. e Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Loures Sintra e Litoral, C.R.L..

Outras garantias

- No âmbito de um contrato de financiamento celebrado (em junho de 2019) pela B. Chemicals e para garantia do bom cumprimento das obrigações decorrentes do mesmo, foi constituída hipoteca sobre terrenos, penhor de equipamentos, penhor de saldos de contas bancárias, penhor sobre as ações representativas do capital social da Elnosa e Bondalti Cantábria, ações e suprimentos da Miralcalis e cedidos em garantia alguns créditos e suprimentos.
- Garantia sob a forma de hipoteca sobre as frações A, B, D, I e M do prédio urbano sito na Rua D. Luís I, n.ºs 19, 19-A, 19-B e 19-C e sobre as frações A, B, C, D, E, F, G, H e I, do prédio urbano sito na Avenida 24 de Julho, n.º 24, ambos em Lisboa, para garantia de um financiamento.
- Fiança constituída pela José de Mello Capital, S.A. para garantia de todas as obrigações decorrentes de financiamentos bancários no valor de 265 000 euros.

- Fiança constituída pela José de Mello - Investimentos, SGPS S.A. (Zona Franca da Madeira) para garantia de todas as obrigações decorrentes de financiamentos bancários.
- Penhor financeiro sobre o saldo disponível de 37 959 800 euros de contas bancárias junto de instituições crédito.
- Promessa de penhor sobre novas ações da CUF, S.A. e Bondalti Capital, S.A. para garantia de um financiamento.
- A CUF, S.A. é avalista no âmbito dos contratos de leasing financeiro de equipamentos médicos, celebrados com várias sociedades do Grupo CUF.
- Livrança em branco subscrita pela CUF Investimentos Imobiliários, S.A. e avalizada pela CUF, S.A. e o Hospital CUF Tejo, S.A.. Especificamente, para o papel comercial contratado pela CUF Investimentos foi apresentada como garantia a consignação das rendas pagas pelo Hospital CUF Tejo, S.A..
- A consignação de todos e quaisquer rendimentos provenientes de contratos de arrendamento que tenham por objeto o imóvel Hospital CUF Cascais e o Hospital CUF Sintra, foi apresentada como garantia dos financiamentos contraídos pela Imo Health Cascais - Investimentos Imobiliários, S.A. e Simplygreen - Investimentos Imobiliários, S.A., respetivamente.
- Duas livranças em branco subscritas pela Hospimob - Imobiliária, S.A. e avalizadas pela CUF, S.A. e o Hospital CUF Porto, S.A..
- Duas livranças em branco subscritas pela CUF Investimentos e avalizadas pela CUF, S.A., no âmbito da contratação de dois mútuos com hipoteca.
- No âmbito de um financiamento mútuo, a CUF Investimentos subscreveu uma livrança em branco, avalizada pela CUF, S.A..
- Livrança em branco, subscrita pela CUF, S.A., no âmbito de contrato de financiamento de mútuo.
- No âmbito do Papel comercial contratado foram subscritas, para cada contrato, uma livrança em branco pelas entidades emitentes CUF, S.A., Hospital CUF Descobertas, S.A. e Hospital CUF Tejo, S.A..
- Livrança em branco, subscrita pelo Hospital CUF Tejo, S.A., Clínica CUF Alvalade, S.A., Hospital CUF Santarém, S.A., Hospital CUF Descobertas, S.A., Hospital CUF Porto, S.A., Hospital CUF Coimbra, S.A., Hospital CUF Torres Vedras, S.A., Hospital CUF Viseu, S.A. Hospital CUF Cascais, S.A., Clínica CUF Belém, S.A. e HD Medicina Nuclear, S.A. no âmbito de vários contratos de locação.
- Aval prestado pela CUF, S.A. e Hospital CUF Descobertas, S.A. no âmbito do contrato de mútuo.
- Livrança em banco subscrita pela CUF Investimentos Imobiliários, S.A., no âmbito do contrato de financiamento mútuo.
- No âmbito da locação contratada pela CUF, S.A. foi subscrita uma livrança e dada como garantia a consignação de todos e quaisquer rendimentos provenientes do contrato de arrendamento do equipamento médico.

- No âmbito da operação de *factoring* foi subscrita uma livrança em branco por todas as entidades grupadas, Hospital CUF Descobertas, S.A., Hospital CUF Tejo, S.A., Hospital CUF Porto, S.A., Hospital CUF Santarém, S.A., Hospital CUF Cascais, S.A., Hospital CUF Torres Vedras, S.A. e Hospital CUF Viseu, S.A..
- Duas livranças em branco subscritas pela S.P.S.I. – Sociedade Portuguesa de Serviços de Apoio e Assistência a Idosos, S.A. e pela José de Mello – Residências e Serviços, SGPS S.A., para garantia do contrato de mútuo contraído pela Burkina – Sociedade Imobiliária, S.A..
- Hipoteca de primeiro grau sobre os dois edifícios afetos a Residências Assistidas, um sito na Rua Arquitecto Resende Carvalheira, na união das freguesias da Carcavelos e Parede, concelho de Cascais e o outro sito na Travessa da Praia, n.º 1 e 1-A, na freguesia da Alcântara, concelho de Lisboa, para garantia do contrato de mútuo celebrado junto do Banco de Sabadell, S.A..
- Hipoteca das frações autónomas designadas pelas letras A e E do prédio urbano “Aveiro Centrum” a favor da Autoridade Tributária e Aduaneira.
- Depósito caução de 230 826 euros junto da Autoridade Tributária e Aduaneira por conta de um processo fiscal (Nota 27).

45.5. Outros compromissos e contingências

- No âmbito de um projeto de substituição dos eletrolisadores na fábrica de cloro em Estarreja, a B. Chemicals contraiu um crédito documentário no valor de 10 200 milhares de euros, cujo vencimento ocorrerá em 2025.
- No decurso normal da sua atividade, o Grupo encontra-se envolvido em diversos processos judiciais de valor global de 21 milhões de euros. Face à natureza dos mesmos e provisões constituídas, a expectativa existente é de que, do respetivo desfecho, não resultem quaisquer efeitos materiais que não se encontrem já reconhecidos nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022 e 2021.
- Em 2021, a CUF tomou conhecimento da existência de um processo associado ao projeto do Hospital CUF Tejo, no qual também a sua subsidiária CUF – Investimentos Imobiliários, S.A., foi constituída arguida, bem como dois dos seus administradores, na sua qualidade de administradores da referida sociedade, no qual estavam em causa aspetos técnicos do projeto. No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, o Procurador da República proferiu um despacho de arquivamento do referido inquérito relativamente a todos os arguidos por não terem sido recolhidos indícios suficientes da verificação dos crimes investigados, tendo sido demonstrado não ter a CUF e os seus administradores praticado qualquer irregularidade no âmbito do referido processo de licenciamento e construção do Hospital CUF Tejo.

- Em resultado de um processo de contraordenação instaurado pela Autoridade da Concorrência (“AdC”) relativo, essencialmente, a alegadas práticas restritivas da concorrência no âmbito de negociações com o Instituto de Proteção e Assistência na Doença, I.P. (“ADSE”) e com o Instituto de Ação Social das Forças Armadas (“IASFA”) através e com a participação da Associação Portuguesa de Hospitalização Privada (“APHP”), a CUF foi notificada durante 2021 da respetiva Nota de ilicitude. No dia 1 de julho de 2022, a CUF foi notificada pela Autoridade da Concorrência (AdC) da Decisão relativa ao processo de contraordenação levantado em 14 de março de 2019 contra a Associação Portuguesa de Hospitalização Privada (APHP) e os grupos hospitalares CUF, Trofa Saúde, Hospital Particular do Algarve, Lusíadas e Luz Saúde por alegado envolvimento num acordo ou prática concertada restritivos da concorrência na contratação de serviços de saúde hospitalares privados por parte dos subsistemas de saúde públicos ADSE e IASFA e cuja Nota de Ilcitude havia sido notificada em 29 de julho de 2021. A AdC arquivou o processo de contraordenação no que se refere a uma eventual coordenação e/ou concertação de comportamentos no sentido de pressionar a regularização da dívida do IASFA, em particular, por parte das visadas Luz Saúde e CUF, por concluir não existir prova suficiente para permitir a responsabilização das visadas. Distintamente, no que se refere às negociações com a ADSE, a AdC concluiu que, alegadamente, as empresas visadas coordenaram os seus interesses e comportamentos no âmbito das negociações com a ADSE, relativamente à sua tabela de preços e regras, bem como ao processo de regularização das faturas de 2015 e 2016, sobretudo, através e com a participação da APHP, o que, alegadamente, configura um acordo ou prática concertada, nos termos das alíneas a) e b) do n.º 1 do artigo 9.º da Lei da Concorrência, tendo como objeto impedir, falsear ou restringir, de forma sensível, a concorrência. Nesses termos, foram aplicadas coimas a todas as empresas visadas, sendo que no caso da CUF, S.A. a coima ascende a 74,98 milhões de euros, sendo a José de Mello Capital, S.A. responsável solidária pelo pagamento da coima. Convicta do escrupuloso cumprimento da Lei da Concorrência, a CUF S.A. e a José de Mello Capital, S.A., rejeitam em absoluto a decisão da AdC e o seu fundamento legal, tendo já apresentado um recurso junto da instância judicial competente, com vista a garantir o total esclarecimento da verdade dos factos e a reposição da justiça, numa situação que de forma grave atenta contra a sua boa conduta e bom nome. Por este facto, o Grupo não reconheceu qualquer provisão para respetivo processo. O processo aguarda os seus ulteriores termos.

46. Matérias Ambientais

As medidas relativas às alterações climáticas têm constituído um elemento fundamental da política de ambiente, com óbvias implicações no futuro próximo, tendo sido delineado, neste âmbito, um conjunto inovador de políticas e medidas, pelo qual se conseguiram introduzir importantes elementos de interação com os agentes económicos, numa verdadeira concretização da responsabilidade partilhada.

Dentro desta temática, merece destaque o regime de comércio europeu de licenças de emissão de gases com efeito de estufa “CELE” (Comércio Europeu de Licenças de Emissão), em atividades que são responsáveis por cerca de 45% das emissões de GEE da UE, como seja a queima de combustíveis, a refinação de óleos minerais, a metalurgia, a produção de clínquer, cal e vidro, a cerâmica, a pasta e papel, os químicos e a aviação.

O limite global de emissões da GEE definido a nível da UE tem sido reduzido ao longo do tempo. No quarto período de implementação do CELE (2021-2030) foi introduzido um fator de redução linear de 2,2% na quantidade total de licenças de emissão disponíveis (em vez de 1,74% no período de 2013-2020).

Uma licença de emissão permite a emissão de uma tonelada de dióxido de carbono (CO₂) equivalente durante um determinado período. A obtenção de licenças de emissão é feita, por regra, através de leilão. As receitas geradas pelos leilões das licenças de emissão atribuídas a Portugal integram o Fundo Ambiental.

Parte das licenças de emissão é atribuída gratuitamente, como regra transitória deste regime, nomeadamente para evitar a «fuga de carbono» - a transferência da produção para países onde as restrições em matéria de emissões são menos rigorosas. Ficam de fora da atribuição gratuita de licenças de emissão, a produção de eletricidade e a captura, transporte e armazenamento de dióxido de carbono. A atribuição de licenças de emissão a título gratuito tem vindo a ser reduzida e, à exceção do aquecimento urbano, será eliminada até 2030.

Foram atribuídas à B. Chemicals para o exercício de 2022, 50.299 licenças.

Neste momento a APA - Agência Portuguesa do Ambiente – ainda não publicou a quantidade de licenças que serão atribuídas nos restantes anos (2023-2030) no âmbito do quarto período de implementação do CELE.

O movimento, em toneladas de dióxido de carbono e o seu respetivo valor, referente às licenças de emissão de gases com efeito de estufa, durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, foi o seguinte:

	31 dez 2022		31 dez 2021	
	Toneladas	Valor	Toneladas	Valor
Saldo inicial	67 536	3 540 869	53 578	961 668
Utilizadas (Nota 8)	(25 476)	(2 047 761)	(28 380)	(2 268 545)
Varição de Justo valor (Nota 19)	-	247 347	-	810 789
Atribuídas	50 299	4 043 034	52 053	4 037 251
Reversão	(8 582)	-	(9 715)	(293)
Saldo em 31 de dezembro	83 777	5 783 489	67 536	3 540 869

As emissões reais no decorrer do ano 2022 foram de 25.476 toneladas de CO₂, verificando-se, relativamente às emissões atribuídas, um diferencial positivo referente aos exercícios decorridos, desde a implementação deste sistema, de 83.777 toneladas de CO₂ que ficam disponíveis para utilização futura.

47. Aprovação das Demonstrações Financeiras

As presentes demonstrações financeiras foram aprovadas, e autorizada a sua emissão, pelo Conselho de Administração em 11 de maio de 2023, e serão sujeitas a aprovação em Assembleia Geral de Acionistas. O Conselho de Administração espera que as mesmas sejam aprovadas sem alterações significativas.

48. Outros Assuntos

48.1. Eventos subsequentes

Foi assinado em outubro de 2022, um acordo de princípio com os acionistas do HIA - Hospital Internacional dos Açores, S.A., para aquisição da totalidade do capital daquela unidade hospitalar, localizada no município de Lagoa, em São Miguel, tendo-se concretizado a respetiva transação em março de 2023. Inaugurado em março de 2021, o Hospital Internacional dos Açores é já uma unidade de saúde de referência, dispendo de uma capacidade instalada diferenciada e de uma oferta alargada de serviços, designadamente, atendimento urgente, bloco operatório, internamento, cuidados intensivos, hospital


de dia e exames especiais. O Grupo CUF contribuirá para a qualidade do trabalho desenvolvido até aqui pela atual equipa do HIA, com a qual a CUF espera continuar a contar no futuro.

Adicionalmente, no dia 27 de janeiro de 2023, a Clínica CUF Leiria iniciou a sua atividade, garantindo uma oferta alargada de cuidados de saúde diferenciadas e de experiência para os residentes de Leiria e concelhos vizinhos. Com este passo, o Grupo CUF consolida a dimensão nacional da sua rede, com unidades de referência nas cidades, no litoral e no interior do país, colocando-se, assim, ao serviço de cada vez mais portugueses. A abertura da clínica representa a primeira fase de um projeto que ficará concluído com a abertura do futuro Hospital CUF Leiria.

No dia 2 de janeiro de 2023, a Sociedade assinou Contrato de Compra e Venda de Ações e Cessão de Créditos com a Guimarães de Mello, S.A., no qual se comprometeu a adquirir a participação financeira de 100% do capital social da Ravasqueira Vinhos, S.A., pelo valor global de 18 856 320 euros.

Não existem quaisquer outros acontecimentos entre a data da posição financeira e a data de autorização para a sua emissão que não estejam já registados ou divulgados nas presentes demonstrações financeiras consolidadas.

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS CONSOLIDADAS



RSM & Associados - Sroc, Lda
Av. do Brasil, 15-1º 1749-112 Lisboa (Sede)
T: +351 21 3553 550 F: +351 21 3561 952 E: geral.lisboa@rsmpt.pt
Rua da Saudade, 132-3º 4150-682 Porto
T: +351 22 2074 350 F: +351 22 2081 477 E: geral.porto@rsmpt.pt
www.rsmpt.pt

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Opinião com reservas

Auditámos as demonstrações financeiras consolidadas anexas de José de Mello Capital, S.A. (o Grupo), que compreendem a demonstração consolidada da posição financeira em 31 de dezembro de 2022 (que evidencia um total de 2.482.975.558 euros e um total de capital próprio atribuível a acionistas de 967.500.906 euros, incluindo um resultado líquido de 92.459.106 euros), a demonstração consolidada dos resultados, a demonstração consolidada do rendimento integral, a demonstração consolidada das alterações no capital próprio e a demonstração consolidada dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras consolidadas que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, exceto quanto aos efeitos (ou possíveis efeitos) da matéria referida na secção “Bases para a opinião com reservas”, as demonstrações financeiras consolidadas anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira consolidada de José de Mello Capital, S.A. em 31 de dezembro de 2022 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa consolidados relativos ao ano findo naquela data de acordo com Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia.

Bases para a opinião com reservas

A 31 de dezembro de 2022, a Certificação Legal das Contas consolidadas da subsidiária (detida a 100% do seu capital social) José de Mello Investimentos, SGPS, S.A., incluída no perímetro de consolidação da José de Mello Capital, S.A., apresenta a seguinte reserva por limitação de âmbito:

“A 31 de dezembro de 2022, a José de Mello Investimentos tem registada em “investimentos em empresas associadas” uma participação detida na Rubicone Bidco, S.A., de 17,10% do seu capital social, através do método de equivalência patrimonial, pelo valor de 36.375.774 euros. Conforme divulgado na nota 11 das Notas às demonstrações financeiras separadas e na nota 13 das Notas às demonstrações financeiras consolidadas, a imputação na José de Mello Investimentos do resultado líquido, ponderado pela percentagem detida, desta Associada tem por base contas em versão preliminar e não auditadas, pelo que não nos podemos pronunciar sobre possíveis efeitos que daí possam advir, designadamente na valorização desta participação.”

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”.

THE POWER OF BEING UNDERSTOOD
AUDIT | TAX | CONSULTING



RSM & Associados - Sroc, Lda é uma firma independente, membro do RSM Network. RSM Network é a denominação coletiva e independente de entidades jurídicas independentes que prestam serviços profissionais de contabilidade e consultoria. RSM Network não tem qualquer responsabilidade jurídica ou financeira em relação ao trabalho realizado por qualquer uma das entidades integrantes do RSM Network. RSM Network não é responsável por qualquer erro ou omissão cometido por qualquer uma das entidades integrantes do RSM Network. RSM Network não é responsável por qualquer erro ou omissão cometido por qualquer uma das entidades integrantes do RSM Network.

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS CONSOLIDADAS



consolidadas" abaixo. Somos independentes das entidades que compoem o Grupo nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião com reservas.

Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras consolidadas

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa do Grupo de acordo com Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade do Grupo de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras consolidadas, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno do Grupo;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;



CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS CONSOLIDADAS



- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade do Grupo para dar continuidade às suas atividades. Se concluímos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que o Grupo descontinue as suas atividades;
- avallamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras consolidadas, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e os acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- obtemos prova de auditoria suficiente e apropriada relativa à informação financeira das entidades ou atividades dentro do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela orientação, supervisão e desempenho da auditoria do Grupo e somos os responsáveis finais pela nossa opinião de auditoria;
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras consolidadas.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre o Grupo, não identificámos incorreções materiais.

Lisboa, 12 de maio de 2023



RSM & ASSOCIADOS - SRUL, LDA
representada por Joaquim Patrício da Silva (ROC n.º 320)
Registado na CMVM com o n.º 20160076

RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

Contas Consolidadas

José de Mello Capital, S.A.

RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

- Contas Consolidadas -

- Exercício de 2022 -

1. Nos termos do artº 508º D do Código das Sociedades Comerciais procedemos ao exame do relatório consolidado de gestão e das contas consolidadas das empresas pertencentes à Sociedade consolidante – José de Mello Capital, S.A..
2. De acordo com o mencionado no Relatório Consolidado de Gestão as contas consolidadas agora apresentadas expressam o resultado das operações registadas no exercício.
3. Com base nas análises a que procedemos à documentação que nos foi disponibilizada e o referido na Certificação Legal das Contas consolidadas, que também emitimos, é nosso

PARECER

- a) que os referidos elementos de prestações de contas consolidadas estão elaborados de acordo com os preceitos legais aplicáveis, em conformidade com as normas internacionais de relato financeiro tal como adoptadas na União Europeia; e
- b) que reflectem a situação financeira em 31 de dezembro de 2022 do conjunto das empresas compreendidas na Consolidação.

Lisboa, 12 de maio de 2023

D FISCAL ÚNICO



RSM & ASSOCIADOS – SRUL, LDA
representada por Joaquim Patrício da Silva (ROC nº 320)
Registado na CMVM com o nº 20160076

7.3

Posições acionistas

Artigo 447º do código das sociedades comerciais

No capital da sociedade	Ações	Percentagem
Vasco Maria Guimarães José de Mello	192.853	3,86%
Pedro Maria Guimarães José de Mello	296.701	5,93%
Gonçalo Maria Guimarães José de Mello	370.877	7,42%
João Maria Guimarães José de Mello	203.981	4,08%
Salvador Maria Guimarães José de Mello	278.157	5,56%
Maria Amélia Guimarães José de Mello Bleck	333.789	6,68%
João Pedro Ribeiro de Azevedo Coutinho	12.369	0,25%
João Pedro Stilwell Rocha e Melo	12.369	0,25%
Luís Eduardo Brito Freixial de Goes	12.369	0,25%
Rui Alexandre Pires Diniz	12.369	0,25%

Em sociedades que estão numa relação de domínio ou de grupo com a empresa

Não aplicável

7.4 Tabela GRI

Declaração de utilização

A José de Mello relatou em conformidade com os GRI Standards para o período compreendido entre os dias 1 de janeiro e 31 de dezembro de 2022.

GRI 1 utilizado

GRI 1: Fundamentos 2021

Norma setorial aplicável

—

Conteúdo GRI	Localização	Omissão
GRI 2: Conteúdos Gerais 2021		
2-1 Detalhes da Organização	<ul style="list-style-type: none"> 3. Quem somos 3.5. Onde estamos <p>José de Mello Capital, SA Avenida 24 de Julho, 24 1200-480 Lisboa</p>	
2-2 Entidades incluídas no relatório de sustentabilidade da organização	<ul style="list-style-type: none"> 1. Introdução 1.1. Sobre este Relatório 	
2-3 Período de relato, frequência e contactos	<ul style="list-style-type: none"> 1. Introdução 1.1. Sobre este Relatório 	
2-4 Reformulação das informações	<ul style="list-style-type: none"> 1. Introdução 1.1. Sobre este Relatório 	
2-5 Verificação externa	<ul style="list-style-type: none"> 1. Introdução 1.1. Sobre este Relatório 	
2-6 Atividades, cadeia de valor e outras relações de negócios	<ul style="list-style-type: none"> 3. Quem somos 3.4. Portfólio 6. O nosso modelo de governo 6.2. Ética, transparência e integridade 	—

Conteúdo GRI	Localização	Omissão
2-18 Avaliação de desempenho do mais alto órgão de <i>governance</i>	<p>Uma parte significativa da remuneração dos administradores executivos da José de Mello Capital é determinada pelo grau de sucesso e pelos resultados do Grupo e das empresas participadas.</p> <p>Assim, o nível de desempenho demonstrado tem a finalidade de evidenciar o crescimento sustentável verificado nos negócios e o comprometimento com os objetivos pré-definidos, medidos através de KPIs.</p> <p>Esta abordagem, através de uma avaliação do cumprimento de objetivos de desempenho, anuais e plurianuais, revistos anualmente, visa também assegurar um alinhamento entre os interesses da gestão, os interesses dos acionistas e o desempenho a médio prazo, visando a sustentabilidade a longo prazo dos negócios do Grupo.</p>	—
2-19 Políticas de remuneração	<p>A determinação da remuneração dos membros do Conselho de Administração é da competência da Comissão de Vencimentos, nomeada pela Assembleia Geral de acionistas, que assegura que as remunerações são adequadas, contribuem para a estratégia empresarial e para a sustentabilidade da Sociedade, refletem o perfil de risco e os objetivos e interesses de longo prazo da Sociedade, mostrando-se ainda em linha com as melhores práticas do setor.</p> <p>A Comissão de Vencimentos está também atenta aos referenciais de mercado, em particular a critérios e práticas de mercado nacionais e internacionais, e socorre-se, sempre que pertinente, a estudos de mercado e benchmarking.</p> <p>A remuneração dos quadros dirigentes, e demais colaboradores da José de Mello Capital, é da competência da Comissão Executiva.</p> <p>No que respeita ao Conselho de Administração, os Administradores não executivos auferem uma remuneração fixa, que deverá ser definida de acordo com as melhores práticas do setor, considerando as respetivas responsabilidades e disponibilidade, e revista periodicamente. Deverá ainda ter em atenção a necessidade de manutenção do foco na atividade e no adequado acompanhamento da vida societária.</p> <p>A remuneração dos Administradores Executivos inclui duas componentes: a remuneração fixa e a remuneração variável.</p>	—

Conteúdo GRI	Localização	Omissão
2-20 Processo para determinação da remuneração	<p>A determinação da remuneração dos membros do Conselho de Administração é competência da Comissão de Vencimentos, nomeada pela Assembleia Geral de Acionistas.</p> <p>A definição das remunerações dos Administradores deve suportar o alinhamento com os interesses dos acionistas, estar centrada na criação de valor a longo prazo e ser compatível com uma gestão de riscos adequada e rigorosa, contribuindo para a estratégia do Grupo José de Mello, para os seus valores, interesses de longo prazo e para a sua sustentabilidade.</p> <p>Para os quadros dirigentes e outros colaboradores da José de Mello Capital a decisão sobre a determinação da remuneração é da competência da Comissão Executiva, que está necessariamente atenta aos critérios de equidade interna e competitividade externa.</p>	—
2-21 Rácio da remuneração total anual	<p>JdM: 7.67 Bondalti: 4.67 CUF: 11.9 JMRS: 4</p> <p>Para efeitos de cálculo do rácio da remuneração total anual não foram considerados os membros dos órgãos sociais.</p>	<p>Informação sobre o aumento percentual da remuneração do indivíduo mais bem pago e da média dos restantes excepto o mais bem pago, indisponível. Para poder apresentar esta informação, será necessário definir uma metodologia concertada entre todas as empresas do Grupo.</p>
2-22 Declaração sobre estratégia de desenvolvimento sustentável	<ul style="list-style-type: none"> 2. O compromisso da nossa liderança <ul style="list-style-type: none"> 2.1. Mensagem Presidente do Conselho de Administração 2.2. Mensagem Presidente da Comissão Executiva 	—
2-23 Políticas	<ul style="list-style-type: none"> 4. A nossa estratégia <ul style="list-style-type: none"> 4.6. Gestão de riscos 6. O nosso modelo de governo <ul style="list-style-type: none"> 6.2. Ética, transparência e integridade 	—

Conteúdo GRI	Localização	Omissão
2-24 Incorporação de Políticas	<ul style="list-style-type: none"> 4. A nossa estratégia 4.6. Gestão de riscos 6. O nosso modelo de governo 6.2. Ética, transparência e integridade 	–
2-25 Processos para remediar impactos negativos	<ul style="list-style-type: none"> 4. A nossa estratégia 4.3. Abordagem ESG 4.5. Envolvimento com <i>stakeholders</i> 4.6. Gestão de riscos 6. O nosso modelo de governo 6.2. Ética, transparência e integridade 	–
2-26 Mecanismos para aconselhamento e apresentação de preocupações	<ul style="list-style-type: none"> 4. A nossa estratégia 4.5. Envolvimento com <i>stakeholders</i> 6. O nosso modelo de governo 6.2. Ética, transparência e integridade 	–
2-27 Conformidade com leis e regulamentos	<ul style="list-style-type: none"> 6. O nosso modelo de governo 6.2. Ética, transparência e integridade 	–

Conteúdo GRI	Localização	Omissão
2-28 Participação em associações	<ul style="list-style-type: none"> 4. A nossa estratégia 4.3. Abordagem ESG <p>A José de Mello Capital é associada, entre outras, das seguintes entidades:</p> <ul style="list-style-type: none"> Associação das Empresas Familiares Pedro de Mello, Membro do Conselho Superior (em representação do Grupo José de Mello) Associação Business Roundtable Portugal Vasco de Mello, Presidente (em representação da José de Mello Capital) ACEGE – Associação Cristã de Empresários e Gestores Salvador de Mello, Presidente da Mesa da Assembleia Geral e membro do Conselho Estratégico (em representação do Grupo José de Mello) Vasco de Mello, Membro do Conselho Estratégico (em representação da Brisa) Rui Diniz, Membro da Direção Raúl Galamba, Membro do Conselho Estratégico Câmara de Comércio e Indústria Portuguesa COTEC Portugal – Associação Empresarial para a Inovação Vasco de Mello, Presidente da Mesa da Assembleia Geral Instituto Português de Corporate Governance 	–
2-29 Abordagem de envolvimento de partes interessadas	<ul style="list-style-type: none"> 4. A nossa estratégia 4.5. Envolvimento com <i>stakeholders</i> 	–
2-30 Acordos de negociação coletiva	<ul style="list-style-type: none"> 3. Quem somos 3.6. Talento 	–
GRI 3: Temas Materiais		
3-1 Processo de definição de temas materiais	<ul style="list-style-type: none"> 1. Introdução 1.2. Materialidade 	–

Conteúdo GRI	Localização	Omissão
3-2 Lista de temas materiais	<ul style="list-style-type: none"> 1. Introdução 1.2. Materialidade 	–
Atração, retenção e desenvolvimento das pessoas		
3-3 Gestão dos temas materiais	<ul style="list-style-type: none"> 3. Quem somos 3.6. Talento <p>O Grupo José de Mello monitoriza a informação associada a este tema e reporta-a anualmente, nomeadamente através dos indicadores GRI: 2-7, 2-21, 2-30, 401-1, 401-2, 401-3, 404-1, 404-1, 405-2 E 406-1.</p>	–
Diversidade e inclusão		
3-3 Gestão dos temas materiais	<ul style="list-style-type: none"> 3. Quem somos 3.6. Talento <p>O Grupo José de Mello monitoriza a informação associada a este tema e reporta-a anualmente, nomeadamente através dos indicadores GRI: 405-2 E 406-1.</p>	–
Inovação		
3-3 Gestão dos temas materiais	<ul style="list-style-type: none"> 4. A nossa estratégia 4.4. Inovação <p>O Grupo José de Mello monitoriza a informação associada a este tema e reporta-a anualmente, com recurso a KPIs próprios.</p>	–

Conteúdo GRI	Localização	Omissão
Desempenho económico e eficiência operacional		
3-3 Gestão dos temas materiais	<ul style="list-style-type: none"> 5. O nosso desempenho 5.1. Financeiro e operacional <p>O Grupo José de Mello monitoriza a informação associada a este tema e reporta-a anualmente, nomeadamente através dos indicadores GRI: 201-1, 201-4.</p>	–
Investimento responsável		
3-3 Gestão dos temas materiais	<ul style="list-style-type: none"> 4. A nossa estratégia 4.2. A estratégia de negócio 5. O nosso desempenho 5.1. Financeiro e operacional 	–
Ética, transparência e integridade		
3-3 Gestão dos temas materiais	<ul style="list-style-type: none"> 6. O nosso modelo de governo 6.2. Ética, transparência e integridade <p>O Grupo José de Mello monitoriza a informação associada a este tema e reporta-a anualmente, nomeadamente através dos indicadores GRI: 2-23, 2-26, 2-27, 201-4, 204-1, 205-3 E 206-1</p>	–
Gestão da marca e da reputação		
3-3 Gestão dos temas materiais	<ul style="list-style-type: none"> 4. A nossa estratégia 4.5. Envolvimento com <i>stakeholders</i> 	–
Alterações climáticas		
3-3 Gestão dos temas materiais	<ul style="list-style-type: none"> 5. O nosso desempenho 5.3. Planeta <p>O Grupo José de Mello monitoriza a informação associada a este tema e reportada anualmente, nomeadamente através dos indicadores GRI: 302-1, 302-3, 305-1, 305-2</p>	–

Conteúdo GRI	Localização	Omissão																																				
Envolvimento com a sociedade																																						
3-3 Gestão dos temas materiais	• 5. O nosso desempenho 5.2. Sociedade	—																																				
Normas temáticas																																						
GRI 201: Desempenho Económico 2016																																						
201-1 Valor económico direto gerado e distribuído	• 5. O nosso desempenho 5.1. Financeiro e operacional	—																																				
<table border="1"> <thead> <tr> <th></th> <th>2020</th> <th>2021</th> <th>2022</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Valor económico gerado</td> <td>724 188 758 €</td> <td>1 046 403 655 €</td> <td>1 256 277 735 €</td> </tr> <tr> <td>Valor económico distribuído</td> <td>699 830 330 €</td> <td>935 664 900 €</td> <td>1 087 266 267 €</td> </tr> <tr> <td>Custos operacionais</td> <td>484 581 448 €</td> <td>718 711 105 €</td> <td>842 783 919 €</td> </tr> <tr> <td>Salários e benefícios aos colaboradores</td> <td>163 825 079 €</td> <td>184 300 728 €</td> <td>213 853 305 €</td> </tr> <tr> <td>Pagamentos a provedores de capital</td> <td>45 933 774 €</td> <td>25 197 619 €</td> <td>24 820 435 €</td> </tr> <tr> <td>Impostos</td> <td>4 653 542 €</td> <td>4 503 317 €</td> <td>3 080 252 €</td> </tr> <tr> <td>Investimentos na comunidade</td> <td>836 485 €</td> <td>2 952 131 €</td> <td>2 728 356 €</td> </tr> <tr> <td>Valor económico acumulado</td> <td>24 358 428 €</td> <td>110 738 755 €</td> <td>169 011 467 €</td> </tr> </tbody> </table>				2020	2021	2022	Valor económico gerado	724 188 758 €	1 046 403 655 €	1 256 277 735 €	Valor económico distribuído	699 830 330 €	935 664 900 €	1 087 266 267 €	Custos operacionais	484 581 448 €	718 711 105 €	842 783 919 €	Salários e benefícios aos colaboradores	163 825 079 €	184 300 728 €	213 853 305 €	Pagamentos a provedores de capital	45 933 774 €	25 197 619 €	24 820 435 €	Impostos	4 653 542 €	4 503 317 €	3 080 252 €	Investimentos na comunidade	836 485 €	2 952 131 €	2 728 356 €	Valor económico acumulado	24 358 428 €	110 738 755 €	169 011 467 €
	2020	2021	2022																																			
Valor económico gerado	724 188 758 €	1 046 403 655 €	1 256 277 735 €																																			
Valor económico distribuído	699 830 330 €	935 664 900 €	1 087 266 267 €																																			
Custos operacionais	484 581 448 €	718 711 105 €	842 783 919 €																																			
Salários e benefícios aos colaboradores	163 825 079 €	184 300 728 €	213 853 305 €																																			
Pagamentos a provedores de capital	45 933 774 €	25 197 619 €	24 820 435 €																																			
Impostos	4 653 542 €	4 503 317 €	3 080 252 €																																			
Investimentos na comunidade	836 485 €	2 952 131 €	2 728 356 €																																			
Valor económico acumulado	24 358 428 €	110 738 755 €	169 011 467 €																																			
201-4 Apoio financeiro recebido do governo	• 6. O nosso modelo de governo 6.2. Ética, transparência e integridade	—																																				
<table border="1"> <thead> <tr> <th></th> <th colspan="5">2021</th> <th colspan="5">2022</th> </tr> <tr> <th></th> <th>JdM</th> <th>Bondalti</th> <th>CUF</th> <th>JMRS</th> <th>Grupo JdM</th> <th>JdM</th> <th>Bondalti</th> <th>CUF</th> <th>JMRS</th> <th>Grupo JdM</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Apoio recebido do governo (€)</td> <td>2 995</td> <td>—⁸</td> <td>62 348</td> <td>9 084</td> <td>74 426</td> <td>998</td> <td>1 062 879</td> <td>35 965</td> <td>15 848</td> <td>1 115 739</td> </tr> </tbody> </table>				2021					2022						JdM	Bondalti	CUF	JMRS	Grupo JdM	JdM	Bondalti	CUF	JMRS	Grupo JdM	Apoio recebido do governo (€)	2 995	— ⁸	62 348	9 084	74 426	998	1 062 879	35 965	15 848	1 115 739			
	2021					2022																																
	JdM	Bondalti	CUF	JMRS	Grupo JdM	JdM	Bondalti	CUF	JMRS	Grupo JdM																												
Apoio recebido do governo (€)	2 995	— ⁸	62 348	9 084	74 426	998	1 062 879	35 965	15 848	1 115 739																												

⁸ Informação indisponível

Conteúdo GRI	Localização	Omissão																																	
GRI 204: Práticas de Compra 2016																																			
204-1 Proporção de gastos com fornecedores locais	• 6. O nosso modelo de governo 6.2. Ética, transparência e integridade	—																																	
<table border="1"> <thead> <tr> <th></th> <th colspan="5">2021</th> <th colspan="5">2022</th> </tr> <tr> <th></th> <th>JdM</th> <th>Bondalti</th> <th>CUF</th> <th>JMRS</th> <th>Grupo JdM</th> <th>JdM</th> <th>Bondalti</th> <th>CUF</th> <th>JMRS</th> <th>Grupo JdM</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Percentagem de gastos com fornecedores locais</td> <td>99,4%</td> <td>49,3%</td> <td>99,2%</td> <td>99,8%</td> <td>40,7%</td> <td>96,9%</td> <td>11,4%</td> <td>99,3%</td> <td>99,8%</td> <td>66,9%</td> </tr> </tbody> </table>				2021					2022						JdM	Bondalti	CUF	JMRS	Grupo JdM	JdM	Bondalti	CUF	JMRS	Grupo JdM	Percentagem de gastos com fornecedores locais	99,4%	49,3%	99,2%	99,8%	40,7%	96,9%	11,4%	99,3%	99,8%	66,9%
	2021					2022																													
	JdM	Bondalti	CUF	JMRS	Grupo JdM	JdM	Bondalti	CUF	JMRS	Grupo JdM																									
Percentagem de gastos com fornecedores locais	99,4%	49,3%	99,2%	99,8%	40,7%	96,9%	11,4%	99,3%	99,8%	66,9%																									
GRI 205: Combate à Corrupção 2016																																			
205-3 Casos confirmados de corrupção e medidas adotadas	• 6. O nosso modelo de governo 6.2. Ética, transparência e integridade Em 2022 não foram registados casos de corrupção.	Por razões de confidencialidade, não é considerada informação da Bondalti.																																	
GRI 206: Concorrência desleal 2016																																			
206-1 Ações judiciais por concorrência desleal, práticas <i>antitrust</i> e monopólio	• 6. O nosso modelo de governo 6.2. Ética, transparência e integridade	—																																	

Conteúdo GRI	Localização	Omissão																																																					
GRI 302: Energia 2016																																																							
302-1 Consumo de energia dentro da organização	• 5. O nosso desempenho 5.3. Planeta	—																																																					
<table border="1"> <thead> <tr> <th rowspan="2"></th> <th colspan="4">2020</th> <th colspan="4">2021</th> </tr> <tr> <th>JdM</th> <th>Bondalti</th> <th>CUF</th> <th>JMRS</th> <th>JdM</th> <th>Bondalti</th> <th>CUF</th> <th>JMRS</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Energia consumida (Gj)</td> <td>1 131,2</td> <td>2 418 034,0</td> <td>281 516,4</td> <td>—⁹</td> <td>1 052,1</td> <td>2 660 030,0</td> <td>237 700,8</td> <td>5 506,5</td> </tr> <tr> <td colspan="9">2022</td> </tr> <tr> <td></td> <th>JdM</th> <th>Bondalti</th> <th>CUF</th> <th>JMRS</th> <td colspan="4"></td> </tr> <tr> <td>Energia consumida (Gj)</td> <td>1 251,6</td> <td>2 639 555,0</td> <td>247 377,6</td> <td>5 419,9</td> <td colspan="4"></td> </tr> </tbody> </table>				2020				2021				JdM	Bondalti	CUF	JMRS	JdM	Bondalti	CUF	JMRS	Energia consumida (Gj)	1 131,2	2 418 034,0	281 516,4	— ⁹	1 052,1	2 660 030,0	237 700,8	5 506,5	2022										JdM	Bondalti	CUF	JMRS					Energia consumida (Gj)	1 251,6	2 639 555,0	247 377,6	5 419,9				
	2020				2021																																																		
	JdM	Bondalti	CUF	JMRS	JdM	Bondalti	CUF	JMRS																																															
Energia consumida (Gj)	1 131,2	2 418 034,0	281 516,4	— ⁹	1 052,1	2 660 030,0	237 700,8	5 506,5																																															
2022																																																							
	JdM	Bondalti	CUF	JMRS																																																			
Energia consumida (Gj)	1 251,6	2 639 555,0	247 377,6	5 419,9																																																			
GRI 305: Emissões 2016																																																							
305-1 Emissões diretas (âmbito 1) de gases de efeito estufa (GEE)	• 5. O nosso desempenho 5.3. Planeta	—																																																					
<table border="1"> <thead> <tr> <th rowspan="2"></th> <th colspan="4">2020</th> <th colspan="4">2021</th> </tr> <tr> <th>JdM</th> <th>Bondalti</th> <th>CUF</th> <th>JMRS</th> <th>JdM</th> <th>Bondalti</th> <th>CUF</th> <th>JMRS</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Emissões de âmbito 1 (tCO₂e)¹⁰</td> <td>136,1</td> <td>29 069,0</td> <td>3 910,0</td> <td>—¹¹</td> <td>180,5</td> <td>30 957,0</td> <td>7 694,5</td> <td>351,5</td> </tr> <tr> <td colspan="9">2022</td> </tr> <tr> <td></td> <th>JdM</th> <th>Bondalti</th> <th>CUF</th> <th>JMRS</th> <td colspan="4"></td> </tr> <tr> <td>Emissões de âmbito 1 (tCO₂e)¹⁰</td> <td>185,7</td> <td>27 692,0</td> <td>6 804,7</td> <td>402,5</td> <td colspan="4"></td> </tr> </tbody> </table>				2020				2021				JdM	Bondalti	CUF	JMRS	JdM	Bondalti	CUF	JMRS	Emissões de âmbito 1 (tCO ₂ e) ¹⁰	136,1	29 069,0	3 910,0	— ¹¹	180,5	30 957,0	7 694,5	351,5	2022										JdM	Bondalti	CUF	JMRS					Emissões de âmbito 1 (tCO ₂ e) ¹⁰	185,7	27 692,0	6 804,7	402,5				
	2020				2021																																																		
	JdM	Bondalti	CUF	JMRS	JdM	Bondalti	CUF	JMRS																																															
Emissões de âmbito 1 (tCO ₂ e) ¹⁰	136,1	29 069,0	3 910,0	— ¹¹	180,5	30 957,0	7 694,5	351,5																																															
2022																																																							
	JdM	Bondalti	CUF	JMRS																																																			
Emissões de âmbito 1 (tCO ₂ e) ¹⁰	185,7	27 692,0	6 804,7	402,5																																																			

^{9,11}Informação indisponível.

¹⁰As emissões foram calculadas com base nas abordagens definidas pelo IPCC e pelo GHG Protocol, sendo consideradas emissões de três gases com efeito de estufa: dióxido de carbono (CO₂), metano (CH₄), óxido nitroso (N₂O). As emissões são apresentadas em CO₂ equivalente (CO₂e), e os valores adotados de Potencial de Aquecimento Global (PAG) são os que constam no quarto relatório do IPCC para um horizonte de 100 anos, em linha com o Inventário Nacional Português.

Conteúdo GRI	Localização	Omissão																																																																																																		
305-2 Emissões indiretas (âmbito 2) de gases com efeito estufa (GEE) provenientes da aquisição de energia	• 5. O nosso desempenho 5.3. Planeta	—																																																																																																		
<table border="1"> <thead> <tr> <th rowspan="2"></th> <th colspan="4">2020</th> <th colspan="4">2021</th> </tr> <tr> <th>JdM</th> <th>Bondalti</th> <th>CUF</th> <th>JMRS</th> <th>JdM</th> <th>Bondalti</th> <th>CUF</th> <th>JMRS</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Emissões de âmbito 2¹²</td> <td>62,8</td> <td>79 529,0</td> <td>8 056,0</td> <td>—¹³</td> <td>62,8</td> <td>109 208,0</td> <td>6 406,6</td> <td>417,7</td> </tr> <tr> <td colspan="9">2022</td> </tr> <tr> <td></td> <th>JdM</th> <th>Bondalti</th> <th>CUF</th> <th>JMRS</th> <td colspan="4"></td> </tr> <tr> <td>Emissões de âmbito 2¹²</td> <td>76,5</td> <td>79 644,0</td> <td>13 641,8</td> <td>395,8</td> <td colspan="4"></td> </tr> </tbody> </table>				2020				2021				JdM	Bondalti	CUF	JMRS	JdM	Bondalti	CUF	JMRS	Emissões de âmbito 2 ¹²	62,8	79 529,0	8 056,0	— ¹³	62,8	109 208,0	6 406,6	417,7	2022										JdM	Bondalti	CUF	JMRS					Emissões de âmbito 2 ¹²	76,5	79 644,0	13 641,8	395,8																																																	
	2020				2021																																																																																															
	JdM	Bondalti	CUF	JMRS	JdM	Bondalti	CUF	JMRS																																																																																												
Emissões de âmbito 2 ¹²	62,8	79 529,0	8 056,0	— ¹³	62,8	109 208,0	6 406,6	417,7																																																																																												
2022																																																																																																				
	JdM	Bondalti	CUF	JMRS																																																																																																
Emissões de âmbito 2 ¹²	76,5	79 644,0	13 641,8	395,8																																																																																																
GRI 401: Emprego 2016																																																																																																				
401-1 Novas contratações e rotatividade de trabalhadores	• 3. Quem somos 3.6. Talento	—																																																																																																		
<table border="1"> <thead> <tr> <th rowspan="2"></th> <th colspan="4">2021</th> <th colspan="4">2022</th> </tr> <tr> <th>JdM</th> <th>Bondalti¹⁴</th> <th>CUF</th> <th>JMRS</th> <th>JdM</th> <th>Bondalti¹⁴</th> <th>CUF</th> <th>JMRS</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Novas contratações</td> <td>13</td> <td>30</td> <td>1 522</td> <td>74</td> <td>10</td> <td>40</td> <td>1 774</td> <td>117</td> </tr> <tr> <td>Homens</td> <td>7</td> <td>22</td> <td>312</td> <td>19</td> <td>3</td> <td>25</td> <td>362</td> <td>22</td> </tr> <tr> <td><30 anos</td> <td>0</td> <td>8</td> <td>149</td> <td>5</td> <td>1</td> <td>7</td> <td>167</td> <td>8</td> </tr> <tr> <td>30-50 anos</td> <td>1</td> <td>12</td> <td>149</td> <td>13</td> <td>0</td> <td>15</td> <td>167</td> <td>9</td> </tr> <tr> <td>>50 anos</td> <td>6</td> <td>2</td> <td>14</td> <td>1</td> <td>2</td> <td>3</td> <td>28</td> <td>5</td> </tr> <tr> <td>Mulheres</td> <td>6</td> <td>8</td> <td>1 210</td> <td>55</td> <td>7</td> <td>15</td> <td>1 412</td> <td>95</td> </tr> <tr> <td><30 anos</td> <td>1</td> <td>3</td> <td>589</td> <td>12</td> <td>0</td> <td>6</td> <td>688</td> <td>30</td> </tr> <tr> <td>30-50 anos</td> <td>4</td> <td>5</td> <td>533</td> <td>28</td> <td>7</td> <td>8</td> <td>606</td> <td>50</td> </tr> <tr> <td>>50 anos</td> <td>1</td> <td>0</td> <td>88</td> <td>15</td> <td>0</td> <td>1</td> <td>118</td> <td>15</td> </tr> </tbody> </table>				2021				2022				JdM	Bondalti ¹⁴	CUF	JMRS	JdM	Bondalti ¹⁴	CUF	JMRS	Novas contratações	13	30	1 522	74	10	40	1 774	117	Homens	7	22	312	19	3	25	362	22	<30 anos	0	8	149	5	1	7	167	8	30-50 anos	1	12	149	13	0	15	167	9	>50 anos	6	2	14	1	2	3	28	5	Mulheres	6	8	1 210	55	7	15	1 412	95	<30 anos	1	3	589	12	0	6	688	30	30-50 anos	4	5	533	28	7	8	606	50	>50 anos	1	0	88	15	0	1	118	15
	2021				2022																																																																																															
	JdM	Bondalti ¹⁴	CUF	JMRS	JdM	Bondalti ¹⁴	CUF	JMRS																																																																																												
Novas contratações	13	30	1 522	74	10	40	1 774	117																																																																																												
Homens	7	22	312	19	3	25	362	22																																																																																												
<30 anos	0	8	149	5	1	7	167	8																																																																																												
30-50 anos	1	12	149	13	0	15	167	9																																																																																												
>50 anos	6	2	14	1	2	3	28	5																																																																																												
Mulheres	6	8	1 210	55	7	15	1 412	95																																																																																												
<30 anos	1	3	589	12	0	6	688	30																																																																																												
30-50 anos	4	5	533	28	7	8	606	50																																																																																												
>50 anos	1	0	88	15	0	1	118	15																																																																																												

¹²As emissões foram calculadas com base nas abordagens definidas pelo IPCC e pelo GHG Protocol, seguindo a metodologia location-based. O fator de emissão utilizado foi de 2021, uma vez que, à data do seu cálculo, o valor de 2022 ainda não havia sido divulgado por fontes oficiais.

¹³Informação indisponível.

¹⁴Não inclui colaboradores do Tratamento de Águas.

	2021				2022			
	JdM	Bondalti	CUF	JMRS	JdM	Bondalti	CUF	JMRS
Taxa de novas contratações	14,9%	8,0%	25,2%	40,4%	11,1%	10,4%	27,4%	62,6%
Homens	15,9%	7,5%	27,7%	50,0%	6,8%	8,3%	30,0%	66,7%
<30 anos	0,0%	18,2%	57,3%	71,4%	33,3%	17,5%	64,5%	160,0%
30-50 anos	8,3%	9,5%	21,3%	59,1%	0,0%	10,8%	21,2%	50,0%
>50 anos	21,4%	1,6%	8,5%	11,1%	6,9%	2,5%	17,4%	50,0%
Mulheres	14,0%	10,1%	24,6%	37,9%	15,2%	5,0%	26,8%	65,5%
<30 anos	33,3%	33,3%	52,7%	57,1%	0,0%	50,0%	58,8%	100,0%
30-50 anos	16,0%	10,6%	18,0%	39,4%	23,3%	15,4%	18,6%	71,4%
>50 anos	6,7%	0,0%	10,6%	28,3%	0,0%	4,8%	14,0%	34,0%
Saídas	7	21	1 062	90	7	25	1 340	112
Homens	6	17	221	20	3	15	279	26
<30 anos	0	1	85	6	0	3	117	7
30-50 anos	2	5	114	12	0	4	131	14
>50 anos	4	11	22	2	3	8	31	5
Mulheres	1	4	841	70	4	10	1 061	86
<30 anos	0	0	345	16	1	2	460	15
30-50 anos	1	4	412	36	2	3	493	54
>50 anos	0	0	84	18	1	5	108	17
Turnover	8,0%	5,6%	17,6%	49,2%	7,8%	6,5%	20,7%	59,9%
Homens	13,6%	5,8%	19,6%	52,6%	6,6%	5,0%	23,1%	78,8%
<30 anos	0,0%	2,3%	32,7%	85,7%	0,0%	7,5%	45,2%	140,0%
30-50 anos	16,7%	4,0%	16,3%	54,5%	0,0%	2,9%	16,6%	77,8%
>50 anos	14,3%	8,8%	13,4%	22,2%	10,3%	6,6%	19,3%	50,0%
Mulheres	2,3%	5,1%	17,1%	48,3%	8,7%	11,8%	20,1%	55,8%
<30 anos	0,0%	0,0%	30,9%	76,2%	50,0%	16,7%	39,3%	50,0%
30-50 anos	4,0%	8,5%	13,9%	50,7%	6,7%	5,8%	15,1%	77,1%
>50 anos	0,0%	0,0%	10,1%	34,0%	7,1%	23,8%	12,8%	31,5%

Conteúdo GRI	Localização	Omissão
401-2 Benefícios oferecidos a trabalhadores em tempo integral que não são oferecidos a trabalhadores temporários ou de período parcial	• 3. Quem somos 3.6. Talento	—
401-3 Licença maternidade/paternidade	• 3. Quem somos 3.6. Talento	Taxa de retorno e taxa de retenção indisponíveis. No futuro, será necessário alinhar a metodologia de cálculo entre as participadas e a José de Mello Capital.

	2021				2022			
	JdM	Bondalti	CUF	JMRS	JdM	Bondalti	CUF	JMRS
Colaboradores com direito a tirar licença de parentalidade¹⁵	87	691	6 046	183	90	744	6 481	187
Homens	44	517	1 125	38	44	553	1 208	33
Mulheres	43	174	4 921	145	46	191	5 273	154
Colaboradores que tiraram licença de parentalidade	3	9	280	2	3	21	289	3
Homens	2	7	61	1	1	19	56	2
Mulheres	1	2	219	1	2	2	233	1
Colaboradores que retornaram ao trabalho depois do fim da licença de parentalidade	3	9	272	2	3	21	275	3
Homens	2	7	56	1	1	19	52	2
Mulheres	1	2	216	1	2	2	223	1
Colaboradores que retornaram ao trabalho depois do fim da licença de parentalidade e continuaram empregados doze meses após o seu retorno ao trabalho	1	9	305	2	3	21	353	3
Homens	0	7	46	1	2	19	60	2
Mulheres	1	2	259	1	1	2	223	1

¹⁵ Considera-se que todos os colaboradores têm direito a tirar licença de parentalidade.

Conteúdo GRI	Localização	Omissão																																																																																																												
GRI 404: Capacitação e Educação 2016																																																																																																														
404-1 Média de horas de formação por ano, por colaborador	• 3. Quem somos 3.6. Talento	—																																																																																																												
<table border="1"> <thead> <tr> <th rowspan="2"></th> <th colspan="4">2021</th> <th colspan="4">2022</th> </tr> <tr> <th>JdM</th> <th>Bondalti¹⁶</th> <th>CUF</th> <th>JMRS</th> <th>JdM</th> <th>Bondalti</th> <th>CUF</th> <th>JMRS</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Média de horas de formação</td> <td>3</td> <td>37</td> <td>6</td> <td>11</td> <td>6</td> <td>43</td> <td>6</td> <td>42</td> </tr> <tr> <td>Órgãos de <i>governance</i></td> <td>0</td> <td>0</td> <td>0.2</td> <td>8</td> <td>1</td> <td>0,8</td> <td>6</td> <td>0</td> </tr> <tr> <td>Homens</td> <td>0</td> <td>—</td> <td>0</td> <td>8</td> <td>1</td> <td>1</td> <td>5</td> <td>0</td> </tr> <tr> <td>Mulheres</td> <td>0</td> <td>—</td> <td>1</td> <td>0</td> <td>1</td> <td>0</td> <td>8</td> <td>0</td> </tr> <tr> <td>Gestão de topo</td> <td>6</td> <td>9</td> <td>3</td> <td>2</td> <td>12</td> <td>24</td> <td>15</td> <td>32</td> </tr> <tr> <td>Homens</td> <td>7</td> <td>—</td> <td>3</td> <td>0</td> <td>5</td> <td>21</td> <td>14</td> <td>0</td> </tr> <tr> <td>Mulheres</td> <td>6</td> <td>—</td> <td>3</td> <td>3</td> <td>21</td> <td>46</td> <td>17</td> <td>32</td> </tr> <tr> <td>Restantes colaboradores</td> <td>4</td> <td>39</td> <td>6</td> <td>11</td> <td>6</td> <td>47</td> <td>13</td> <td>43</td> </tr> <tr> <td>Homens</td> <td>0</td> <td>—</td> <td>6</td> <td>6</td> <td>4</td> <td>51</td> <td>11</td> <td>27</td> </tr> <tr> <td>Mulheres</td> <td>6</td> <td>—</td> <td>6</td> <td>12</td> <td>8</td> <td>35</td> <td>14</td> <td>46</td> </tr> </tbody> </table>					2021				2022				JdM	Bondalti ¹⁶	CUF	JMRS	JdM	Bondalti	CUF	JMRS	Média de horas de formação	3	37	6	11	6	43	6	42	Órgãos de <i>governance</i>	0	0	0.2	8	1	0,8	6	0	Homens	0	—	0	8	1	1	5	0	Mulheres	0	—	1	0	1	0	8	0	Gestão de topo	6	9	3	2	12	24	15	32	Homens	7	—	3	0	5	21	14	0	Mulheres	6	—	3	3	21	46	17	32	Restantes colaboradores	4	39	6	11	6	47	13	43	Homens	0	—	6	6	4	51	11	27	Mulheres	6	—	6	12	8	35	14	46
	2021				2022																																																																																																									
	JdM	Bondalti ¹⁶	CUF	JMRS	JdM	Bondalti	CUF	JMRS																																																																																																						
Média de horas de formação	3	37	6	11	6	43	6	42																																																																																																						
Órgãos de <i>governance</i>	0	0	0.2	8	1	0,8	6	0																																																																																																						
Homens	0	—	0	8	1	1	5	0																																																																																																						
Mulheres	0	—	1	0	1	0	8	0																																																																																																						
Gestão de topo	6	9	3	2	12	24	15	32																																																																																																						
Homens	7	—	3	0	5	21	14	0																																																																																																						
Mulheres	6	—	3	3	21	46	17	32																																																																																																						
Restantes colaboradores	4	39	6	11	6	47	13	43																																																																																																						
Homens	0	—	6	6	4	51	11	27																																																																																																						
Mulheres	6	—	6	12	8	35	14	46																																																																																																						

¹⁶Informação por gênero indisponível.

Conteúdo GRI	Localização	Omissão																																																																																																																																																																																				
GRI 405: Diversidade e Igualdade de Oportunidades 2016																																																																																																																																																																																						
405-1 Diversidade em órgãos de <i>governance</i> e colaboradores	• 3. Quem somos 3.6. Talento	—																																																																																																																																																																																				
<table border="1"> <thead> <tr> <th rowspan="2"></th> <th colspan="4">2021</th> <th colspan="4">2022</th> </tr> <tr> <th>JdM</th> <th>Bondalti</th> <th>CUF</th> <th>JMRS</th> <th>JdM</th> <th>Bondalti</th> <th>CUF</th> <th>JMRS</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td colspan="9">Órgãos de <i>governance</i></td> </tr> <tr> <td>Homens</td> <td>87%</td> <td>83%</td> <td>79%</td> <td>100%</td> <td>88%</td> <td>77%</td> <td>69%</td> <td>100%</td> </tr> <tr> <td>Mulheres</td> <td>13%</td> <td>17%</td> <td>21%</td> <td>0%</td> <td>13%</td> <td>23%</td> <td>31%</td> <td>0%</td> </tr> <tr> <td><30 anos</td> <td>0%</td> <td>0%</td> <td>0%</td> <td>0%</td> <td>0%</td> <td>0%</td> <td>0%</td> <td>0%</td> </tr> <tr> <td>30-50 anos</td> <td>13%</td> <td>17%</td> <td>28%</td> <td>0%</td> <td>13%</td> <td>5%</td> <td>34%</td> <td>0%</td> </tr> <tr> <td>>50 anos</td> <td>87%</td> <td>83%</td> <td>72%</td> <td>100%</td> <td>88%</td> <td>95%</td> <td>66%</td> <td>100%</td> </tr> <tr> <td colspan="9">Gestão de topo</td> </tr> <tr> <td>Homens</td> <td>62%</td> <td>82%</td> <td>44%</td> <td>25%</td> <td>57%</td> <td>89%</td> <td>45%</td> <td>0%</td> </tr> <tr> <td>Mulheres</td> <td>38%</td> <td>18%</td> <td>56%</td> <td>75%</td> <td>43%</td> <td>11%</td> <td>55%</td> <td>100%</td> </tr> <tr> <td><30 anos</td> <td>0%</td> <td>0%</td> <td>1%</td> <td>0%</td> <td>0%</td> <td>0%</td> <td>1%</td> <td>0%</td> </tr> <tr> <td>30-50 anos</td> <td>38%</td> <td>36%</td> <td>79%</td> <td>50%</td> <td>43%</td> <td>46%</td> <td>81%</td> <td>33%</td> </tr> <tr> <td>>50 anos</td> <td>62%</td> <td>64%</td> <td>20%</td> <td>50%</td> <td>57%</td> <td>54%</td> <td>19%</td> <td>67%</td> </tr> <tr> <td colspan="9">Restantes colaboradores</td> </tr> <tr> <td>Homens</td> <td>39%</td> <td>73%</td> <td>17%</td> <td>17%</td> <td>37%</td> <td>74%</td> <td>18%</td> <td>17%</td> </tr> <tr> <td>Mulheres</td> <td>61%</td> <td>27%</td> <td>83%</td> <td>83%</td> <td>63%</td> <td>26%</td> <td>82%</td> <td>83%</td> </tr> <tr> <td><30 anos</td> <td>12%</td> <td>11%</td> <td>24%</td> <td>16%</td> <td>8%</td> <td>12%</td> <td>23%</td> <td>19%</td> </tr> <tr> <td>30-50 anos</td> <td>51%</td> <td>63%</td> <td>60%</td> <td>51%</td> <td>53%</td> <td>63%</td> <td>62%</td> <td>48%</td> </tr> <tr> <td>>50 anos</td> <td>37%</td> <td>26%</td> <td>16%</td> <td>33%</td> <td>38%</td> <td>25%</td> <td>15%</td> <td>33%</td> </tr> </tbody> </table>					2021				2022				JdM	Bondalti	CUF	JMRS	JdM	Bondalti	CUF	JMRS	Órgãos de <i>governance</i>									Homens	87%	83%	79%	100%	88%	77%	69%	100%	Mulheres	13%	17%	21%	0%	13%	23%	31%	0%	<30 anos	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	30-50 anos	13%	17%	28%	0%	13%	5%	34%	0%	>50 anos	87%	83%	72%	100%	88%	95%	66%	100%	Gestão de topo									Homens	62%	82%	44%	25%	57%	89%	45%	0%	Mulheres	38%	18%	56%	75%	43%	11%	55%	100%	<30 anos	0%	0%	1%	0%	0%	0%	1%	0%	30-50 anos	38%	36%	79%	50%	43%	46%	81%	33%	>50 anos	62%	64%	20%	50%	57%	54%	19%	67%	Restantes colaboradores									Homens	39%	73%	17%	17%	37%	74%	18%	17%	Mulheres	61%	27%	83%	83%	63%	26%	82%	83%	<30 anos	12%	11%	24%	16%	8%	12%	23%	19%	30-50 anos	51%	63%	60%	51%	53%	63%	62%	48%	>50 anos	37%	26%	16%	33%	38%	25%	15%	33%
	2021				2022																																																																																																																																																																																	
	JdM	Bondalti	CUF	JMRS	JdM	Bondalti	CUF	JMRS																																																																																																																																																																														
Órgãos de <i>governance</i>																																																																																																																																																																																						
Homens	87%	83%	79%	100%	88%	77%	69%	100%																																																																																																																																																																														
Mulheres	13%	17%	21%	0%	13%	23%	31%	0%																																																																																																																																																																														
<30 anos	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%																																																																																																																																																																														
30-50 anos	13%	17%	28%	0%	13%	5%	34%	0%																																																																																																																																																																														
>50 anos	87%	83%	72%	100%	88%	95%	66%	100%																																																																																																																																																																														
Gestão de topo																																																																																																																																																																																						
Homens	62%	82%	44%	25%	57%	89%	45%	0%																																																																																																																																																																														
Mulheres	38%	18%	56%	75%	43%	11%	55%	100%																																																																																																																																																																														
<30 anos	0%	0%	1%	0%	0%	0%	1%	0%																																																																																																																																																																														
30-50 anos	38%	36%	79%	50%	43%	46%	81%	33%																																																																																																																																																																														
>50 anos	62%	64%	20%	50%	57%	54%	19%	67%																																																																																																																																																																														
Restantes colaboradores																																																																																																																																																																																						
Homens	39%	73%	17%	17%	37%	74%	18%	17%																																																																																																																																																																														
Mulheres	61%	27%	83%	83%	63%	26%	82%	83%																																																																																																																																																																														
<30 anos	12%	11%	24%	16%	8%	12%	23%	19%																																																																																																																																																																														
30-50 anos	51%	63%	60%	51%	53%	63%	62%	48%																																																																																																																																																																														
>50 anos	37%	26%	16%	33%	38%	25%	15%	33%																																																																																																																																																																														

Conteúdo GRI	Localização	Omissão																																																				
405-2 Proporção entre o salário-base e a remuneração recebidos pelas mulheres e aqueles recebidos pelos homens	• 3. Quem somos 3.6. Talento	—																																																				
<table border="1"> <thead> <tr> <th>JdM</th> <th>Bondalti</th> <th>CUF</th> <th>JMRS</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Diretores 0,59</td> <td>Diretores 0,91</td> <td>Auxiliares 1,00</td> <td>Auxiliares 15,60</td> </tr> <tr> <td>Técnicos 0,83</td> <td>Diretores Adjuntos 0,97</td> <td>Enfermeiros 1,00</td> <td>Enfermeiros 3,00</td> </tr> <tr> <td>Apoio 0,94</td> <td>Coordenadores 0,85</td> <td>Médicos 0,90</td> <td>Administrativos 1,43</td> </tr> <tr> <td>Outros 0,18</td> <td>Supervisores 0,82</td> <td>Administrativos 1,00</td> <td>Técnicos Superiores 0,50</td> </tr> <tr> <td>—</td> <td>Quadro Técnico 0,75</td> <td>Diretores 0,90</td> <td>Serviços Gerais 3,23</td> </tr> <tr> <td>—</td> <td>Técnico Administrativo 1,16</td> <td>Técnicos Superiores 0,90</td> <td>Outros 3,00</td> </tr> <tr> <td>—</td> <td>Técnico Funcional 0,88</td> <td>Serviços Gerais 1,00</td> <td>—</td> </tr> <tr> <td>—</td> <td>Técnico Operacional 1,58</td> <td>Técnicos de Saúde 0,90</td> <td>—</td> </tr> <tr> <td>—</td> <td>—</td> <td>Outros 1,00</td> <td>—</td> </tr> </tbody> </table>	JdM	Bondalti	CUF	JMRS	Diretores 0,59	Diretores 0,91	Auxiliares 1,00	Auxiliares 15,60	Técnicos 0,83	Diretores Adjuntos 0,97	Enfermeiros 1,00	Enfermeiros 3,00	Apoio 0,94	Coordenadores 0,85	Médicos 0,90	Administrativos 1,43	Outros 0,18	Supervisores 0,82	Administrativos 1,00	Técnicos Superiores 0,50	—	Quadro Técnico 0,75	Diretores 0,90	Serviços Gerais 3,23	—	Técnico Administrativo 1,16	Técnicos Superiores 0,90	Outros 3,00	—	Técnico Funcional 0,88	Serviços Gerais 1,00	—	—	Técnico Operacional 1,58	Técnicos de Saúde 0,90	—	—	—	Outros 1,00	—														
JdM	Bondalti	CUF	JMRS																																																			
Diretores 0,59	Diretores 0,91	Auxiliares 1,00	Auxiliares 15,60																																																			
Técnicos 0,83	Diretores Adjuntos 0,97	Enfermeiros 1,00	Enfermeiros 3,00																																																			
Apoio 0,94	Coordenadores 0,85	Médicos 0,90	Administrativos 1,43																																																			
Outros 0,18	Supervisores 0,82	Administrativos 1,00	Técnicos Superiores 0,50																																																			
—	Quadro Técnico 0,75	Diretores 0,90	Serviços Gerais 3,23																																																			
—	Técnico Administrativo 1,16	Técnicos Superiores 0,90	Outros 3,00																																																			
—	Técnico Funcional 0,88	Serviços Gerais 1,00	—																																																			
—	Técnico Operacional 1,58	Técnicos de Saúde 0,90	—																																																			
—	—	Outros 1,00	—																																																			
GRI 406: Não Discriminação 2016																																																						
406-1 Casos de discriminação e medidas corretivas adotadas	• 3. Quem somos 3.6. Talento Em 2022 não foram registados casos de discriminação no Grupo José de Mello.	—																																																				
GRI 303: Água e Efluentes 2018																																																						
303-3 Captação de água	• 5. O nosso desempenho 5.3. Planeta	—																																																				
<table border="1"> <thead> <tr> <th rowspan="2"></th> <th colspan="4">2020</th> <th colspan="4">2021</th> </tr> <tr> <th>JdM</th> <th>Bondalti</th> <th>CUF</th> <th>JMRS</th> <th>JdM</th> <th>Bondalti</th> <th>CUF</th> <th>JMRS</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Total de água captada (m³)</td> <td>1 590</td> <td>2 872 201</td> <td>312 333</td> <td>—¹⁷</td> <td>1 295</td> <td>3 003 584</td> <td>281 193</td> <td>16 800</td> </tr> <tr> <th rowspan="2"></th> <th colspan="4">2021</th> <th colspan="4"></th> </tr> <tr> <th>JdM</th> <th>Bondalti</th> <th>CUF</th> <th>JMRS</th> <th>JdM</th> <th>Bondalti</th> <th>CUF</th> <th>JMRS</th> </tr> <tr> <td>Total de água captada (m³)</td> <td>2 223</td> <td>2 904 949</td> <td>272 533</td> <td>15 770</td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> </tbody> </table>		2020				2021				JdM	Bondalti	CUF	JMRS	JdM	Bondalti	CUF	JMRS	Total de água captada (m³)	1 590	2 872 201	312 333	— ¹⁷	1 295	3 003 584	281 193	16 800		2021								JdM	Bondalti	CUF	JMRS	JdM	Bondalti	CUF	JMRS	Total de água captada (m³)	2 223	2 904 949	272 533	15 770						
		2020				2021																																																
	JdM	Bondalti	CUF	JMRS	JdM	Bondalti	CUF	JMRS																																														
Total de água captada (m³)	1 590	2 872 201	312 333	— ¹⁷	1 295	3 003 584	281 193	16 800																																														
	2021																																																					
	JdM	Bondalti	CUF	JMRS	JdM	Bondalti	CUF	JMRS																																														
Total de água captada (m³)	2 223	2 904 949	272 533	15 770																																																		

¹⁷Informação indisponível.

Conteúdo GRI	Localização	Omissão																																																					
GRI 403: Saúde e Segurança do Trabalho 2018																																																							
403-9 Acidentes de trabalho	• 3. Quem somos 3.6. Talento	Informação sobre trabalhadores que não são colaboradores não disponível.																																																					
<table border="1"> <thead> <tr> <th rowspan="2"></th> <th colspan="4">2021</th> <th colspan="4">2022</th> </tr> <tr> <th>JdM</th> <th>Bondalti</th> <th>CUF</th> <th>JMRS</th> <th>JdM</th> <th>Bondalti</th> <th>CUF</th> <th>JMRS</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Óbitos resultantes de acidente de trabalho</td> <td>0</td> <td>0</td> <td>0</td> <td>0</td> <td>0</td> <td>0</td> <td>0</td> <td>0</td> </tr> <tr> <td>Índice de óbitos resultantes de acidente de trabalho</td> <td>0</td> <td>0</td> <td>0</td> <td>0</td> <td>0</td> <td>0</td> <td>0</td> <td>0</td> </tr> <tr> <td>Acidentes de trabalho com consequência grave (exceto óbitos)</td> <td>0</td> <td>14</td> <td>9</td> <td>0</td> <td>0</td> <td>14</td> <td>11</td> <td>0</td> </tr> <tr> <td>Índice de acidentes de trabalho com consequência grave (exceto óbitos)</td> <td>0</td> <td>14,05</td> <td>0,8</td> <td>0</td> <td>0</td> <td>10,21</td> <td>1</td> <td>0</td> </tr> </tbody> </table>		2021				2022				JdM	Bondalti	CUF	JMRS	JdM	Bondalti	CUF	JMRS	Óbitos resultantes de acidente de trabalho	0	0	0	0	0	0	0	0	Índice de óbitos resultantes de acidente de trabalho	0	0	0	0	0	0	0	0	Acidentes de trabalho com consequência grave (exceto óbitos)	0	14	9	0	0	14	11	0	Índice de acidentes de trabalho com consequência grave (exceto óbitos)	0	14,05	0,8	0	0	10,21	1	0		
		2021				2022																																																	
	JdM	Bondalti	CUF	JMRS	JdM	Bondalti	CUF	JMRS																																															
Óbitos resultantes de acidente de trabalho	0	0	0	0	0	0	0	0																																															
Índice de óbitos resultantes de acidente de trabalho	0	0	0	0	0	0	0	0																																															
Acidentes de trabalho com consequência grave (exceto óbitos)	0	14	9	0	0	14	11	0																																															
Índice de acidentes de trabalho com consequência grave (exceto óbitos)	0	14,05	0,8	0	0	10,21	1	0																																															
<table border="1"> <thead> <tr> <th rowspan="2"></th> <th colspan="4">2021</th> <th colspan="4">2022</th> </tr> <tr> <th>JdM</th> <th>Bondalti</th> <th>CUF</th> <th>JMRS</th> <th>JdM</th> <th>Bondalti</th> <th>CUF</th> <th>JMRS</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Acidentes de trabalho de comunicação obrigatória</td> <td>0</td> <td>0</td> <td>9</td> <td>6</td> <td>0</td> <td>0</td> <td>11</td> <td>9</td> </tr> <tr> <td>Índice de acidentes de trabalho de comunicação obrigatória</td> <td>0</td> <td>0</td> <td>0,8</td> <td>15,5</td> <td>0</td> <td>0</td> <td>1</td> <td>26,6</td> </tr> <tr> <td>Principais tipos de acidente de trabalho</td> <td colspan="8">Queda, pancada, mau jeito, esforço, contacto com máquina e in itinere.</td> </tr> <tr> <td>Número de horas trabalhadas</td> <td>—</td> <td>995 957</td> <td>11 959 558</td> <td>386 146</td> <td>—</td> <td>1 371 832</td> <td>11 429 578</td> <td>337 458</td> </tr> </tbody> </table>		2021				2022				JdM	Bondalti	CUF	JMRS	JdM	Bondalti	CUF	JMRS	Acidentes de trabalho de comunicação obrigatória	0	0	9	6	0	0	11	9	Índice de acidentes de trabalho de comunicação obrigatória	0	0	0,8	15,5	0	0	1	26,6	Principais tipos de acidente de trabalho	Queda, pancada, mau jeito, esforço, contacto com máquina e in itinere.								Número de horas trabalhadas	—	995 957	11 959 558	386 146	—	1 371 832	11 429 578	337 458		
		2021				2022																																																	
	JdM	Bondalti	CUF	JMRS	JdM	Bondalti	CUF	JMRS																																															
Acidentes de trabalho de comunicação obrigatória	0	0	9	6	0	0	11	9																																															
Índice de acidentes de trabalho de comunicação obrigatória	0	0	0,8	15,5	0	0	1	26,6																																															
Principais tipos de acidente de trabalho	Queda, pancada, mau jeito, esforço, contacto com máquina e in itinere.																																																						
Número de horas trabalhadas	—	995 957	11 959 558	386 146	—	1 371 832	11 429 578	337 458																																															
403-10 Doenças profissionais	• 3. Quem somos 3.6. Talento Não foram registados óbitos resultantes de doenças profissionais.	Informação sobre trabalhadores que não são colaboradores não disponível.																																																					
<table border="1"> <thead> <tr> <th rowspan="2"></th> <th colspan="4">2021</th> <th colspan="4">2022</th> </tr> <tr> <th>JdM</th> <th>Bondalti</th> <th>CUF</th> <th>JMRS</th> <th>JdM</th> <th>Bondalti</th> <th>CUF</th> <th>JMRS</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Doenças profissionais de comunicação obrigatória</td> <td>0</td> <td>0</td> <td>1</td> <td>0</td> <td>0</td> <td>0</td> <td>5</td> <td>0</td> </tr> <tr> <td>Principais tipos de doenças profissionais</td> <td colspan="8">Afeções músculo-esqueléticas.</td> </tr> </tbody> </table>		2021				2022				JdM	Bondalti	CUF	JMRS	JdM	Bondalti	CUF	JMRS	Doenças profissionais de comunicação obrigatória	0	0	1	0	0	0	5	0	Principais tipos de doenças profissionais	Afeções músculo-esqueléticas.																											
		2021				2022																																																	
	JdM	Bondalti	CUF	JMRS	JdM	Bondalti	CUF	JMRS																																															
Doenças profissionais de comunicação obrigatória	0	0	1	0	0	0	5	0																																															
Principais tipos de doenças profissionais	Afeções músculo-esqueléticas.																																																						



JOSÉ DE MELLO

josedemello.pt

José de Mello Capital, SA
Avenida 24 de Julho, 24 | 1200-480 Lisboa